

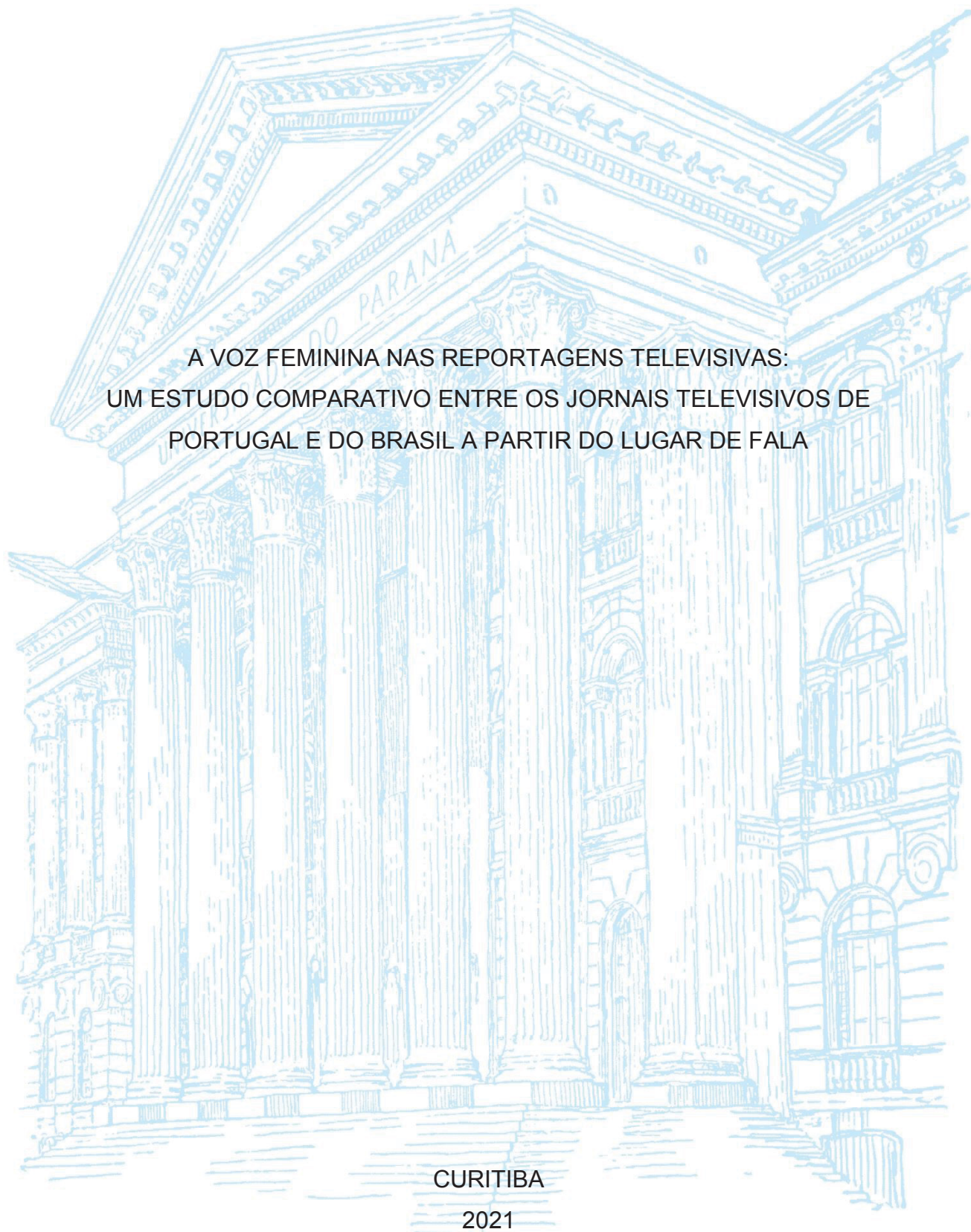
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SANDRA NODARI ROMANO

A VOZ FEMININA NAS REPORTAGENS TELEVISIVAS:
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS JORNAIS TELEVISIVOS DE
PORTUGAL E DO BRASIL A PARTIR DO LUGAR DE FALA

CURITIBA

2021



SANDRA NODARI ROMANO

A VOZ FEMININA NAS REPORTAGENS TELEVISIVAS:
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS JORNAIS TELEVISIVOS DE
PORTUGAL E DO BRASIL A PARTIR DO LUGAR DE FALA

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação, em cotutela com a Universidade Fernando Pessoa para obtenção do grau de Doutora em Ciências da Informação, especialidade de Jornalismo e Estudos Mediáticos.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa

Coorientador: Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi

CURITIBA

2021

Catálogo na publicação Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Cabral
Elaborado por: Sheila Barreto (CRB 9-1242)

Romano, Sandra Nodari

A voz feminina nas reportagens televisivas: um estudo comparativo entre os jornais televisivos de Portugal e do Brasil a partir do lugar de fala / Sandra Nodari Romano. – Curitiba, 2021.

1 arquivo (313p.)

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-Graduação em Comunicação em cotutela com a Universidade Fernando Pessoa.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa

Coorientador: Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi

1. Telejornalismo. I. Sousa, Jorge Pedro, 1967- (Orient.) II. Cervi, Emerson Urizzi, 1972- (Coorient.). III. Universidade Federal do Paraná. Setor de Artes, Comunicação e Design. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. IV. Universidade Fernando Pessoa. V. Título.

CDD 302.2

FOLHA DE APROVAÇÃO



Universidade Fernando Pessoa
www.ufp.pt

Sandra Nodari Romano

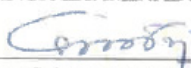
"A voz feminina nas reportagens televisivas: um estudo comparativo entre os jornais televisivos de Portugal e do Brasil a partir do Lugar de Fala "

Tese apresentada à Universidade Fernando Pessoa para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Informação, especialidade Jornalismo e Estudos Mediáticos, realizada em co-tutela com a Universidade Federal do Paraná, Brasil, sob a orientação do Prof. Doutor Jorge Pedro Almeida Silva e Sousa e do Prof. Doutor Emerson Urizzi Cervi

Aprovada em: 09/07/2021


Conceto: Excelente, equivalente a 19 (Dezanove) valores, na escala europeia de 0-20.

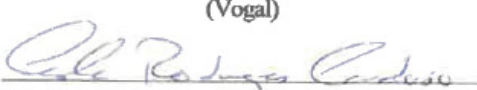
BANCA EXAMINADORA



Prof. Doutor Salvato Vila Verde Pires Trigo,
Reitor da Universidade Fernando Pessoa.

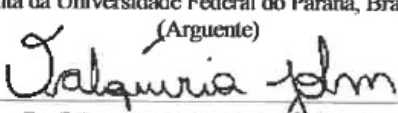

Prof. Doutor Jorge Pedro Almeida Silva e Sousa,
Professor Catedrático da Universidade Fernando Pessoa.
(Orientador)


Prof. Doutor Emerson Urizzi Cervi,
Professor Associado da Universidade Federal do Paraná, Brasil, via Zoom-Colibri.
(Orientador)


Profª Doutora Ana Andreia Galhardo Rodrigues,
Professora Auxiliar da Universidade Fernando Pessoa.
(Vogal)


Profª Doutora Carla Alexandra Oliveira Rodrigues Cardoso,
Professora Auxiliar da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.
(Arguente)


Profª Doutora Michele Goulart Massuchin,
Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná, Brasil, via Zoom-Colibri.
(Arguente)


Profª Doutora Valquíria Michela John,
Professora da Universidade Federal do Paraná, Brasil via Zoom-Colibri.
(Arguente)

Porto, Portugal, 2021



Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

NIPC 502 037 600 - Reg. Comercial n.º 26 Conservatória da Região Especial do Porto




REITORIA - [Faculdade de Ciências Humanas e Sociais] - [Faculdade de Ciência e Tecnologia] Praça 9 de Abril, 349 - 4249-004 Porto-Portugal - T. +351 22 507 1300 - F. +351 22 500 8269 - geral@ufp.pt

[Faculdade de Ciências da Saúde] - [Escola Superior de Saúde] R. Carlos Da Maia, 295 - 4200-150 Porto - Portugal - T. +351 22 507 4630 - F. +351 22 507 4637 - R. Delfino Maia, 334 - 4200-253 Porto - Portugal

T. +351 22 509 6371 - geral.saude@ufp.pt UNIDADE de Ponte de Lima - Casa da Garrida - R. Conde de Berridos - 4990-078 Ponte de Lima-Portugal - T. +351 258 741 026 - F. +351 258 741 412 - geral.plima@ufp.pt

ATA DE DEFESA

ATA NÚMERO SETENTA E QUATRO

9
A
ce

Do.



___No dia nove de julho de dois mil e vinte e um, pelas quinze horas, realizou-se no Salão Nobre desta Universidade a prova pública de defesa da tese de doutoramento realizada em co-tutela com a Universidade Federal Paraná, Brasil, intitulada, “A voz feminina nas reportagens televisivas: um estudo comparativo entre os jornais televisivos de Portugal e do Brasil a partir do Lugar de Fala”, apresentada por Sandra Nodari Romano, perante o júri designado por despacho publicado no Diário da República, 2.ª série n.º117 de 18 de junho de dois mil e vinte e um, e Declaração de Retificação n.º459/2021, como parte dos requisitos para obtenção do grau de doutor em Ciências da Informação, especialidade Jornalismo e Estudos Mediáticos. ___

___O júri foi presidido pelo Professor Doutor Salvato Vila Verde Pires Trigo, Reitor da Universidade Fernando Pessoa, e teve como vogais o Professor Doutor Jorge Pedro Almeida Silva e Sousa, Professor Catedrático da Universidade Fernando Pessoa, o Professor Doutor Emerson Urizzi Cervi, Professor Associado da Universidade Federal do Paraná, Brasil, via Zoom-Colibri, a Professora Doutora Ana Andreia Galhardo Rodrigues, Professora Auxiliar da Universidade Fernando Pessoa, a Professora Doutora Carla Alexandra Oliveira Rodrigues Cardoso, Professora Auxiliar da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, a Professora Doutora Michele Goulart Massuchin, Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná, Brasil, via Zoom-Colibri e a Professora Doutora Valquíria Michela John Professora da Universidade Federal do Paraná, Brasil, via Zoom-Colibri. _____

A prova iniciou-se com a exposição oral da candidata sobre o tema e os objetivos do seu trabalho e decorreu em ato público, segundo o regime fixado nas Normas regulamentares do doutoramento na Universidade Fernando Pessoa, publicadas no Diário da República, 2.ª série, 168, de 31 de Agosto de 2018. _____

___A apreciação e arguição principal da tese foram feitas pelas Senhoras Professoras Doutoradas Carla Alexandra Oliveira Rodrigues Cardoso, Michele Goulart Massuchin e Valquíria Michela John. Os restantes membros do júri entrevistaram, igualmente, de acordo com o edital da prova. _____

___ Concluída a discussão da tese, cerca das dezoito horas, durante a qual se observaram os tempos previstos para as intervenções dos arguentes e restantes membros do júri e se proporcionou à candidata a possibilidade de responder às críticas e comentários, o júri reuniu para deliberar sobre o resultado a atribuir ao desempenho da doutoranda, através de votação nominal e individualmente justificada, tendo cada um dos seus membros votado a classificação que a seguir se regista. _____

___ Doutor Jorge Pedro Almeida Silva e Sousa Aprovada com felicitações _____

___ Doutor Emerson Urizzi Cervi - Aprovada com felicitações _____

___ Doutora Ana Andreia Galhardo Rodrigues - Aprovada com felicitações _____

___ Doutor Carla Alexandra Oliveira Rodrigues Cardoso - Aprovada com felicitações _____

___ Doutora Michele Goulart Massuchin - Aprovada com felicitações _____

___ Doutora Valquíria Michela John - Aprovada com felicitações _____

___ De acordo com a votação que antecede, a candidata foi “aprovada por unanimidade na sua prova de doutoramento, com felicitações do júri”, equivalente ao conceito de Excelente, correspondente a 19 (Dezanove) valores, na escala de 0 a 20. _____

___ Mais deliberou o júri delegar no Senhor Professor Doutor Jorge Pedro Almeida Silva e Sousa, orientador da tese, a verificação de que a versão final do documento inclui as alterações propostas pelo júri. _____


___ As declarações dos votos nominais e respetiva fundamentação assinadas pelos membros do júri são parte integrante da presente ata. _____

___ E para cumprimento do estipulado na legislação aplicável é lavrada esta ata que, depois de lida e aprovada pelos membros do júri, é assinada por eles e por mim, Dra. Sílvia Magalhães Ribeiro, Secretária da Prova, que a digitei: _____

___ Presidente: _____

___ Prof. Doutor Salvato Vila Verde Pires Trigo  _____

___ Vogais: _____

___ Prof. Doutor Jorge Pedro Almeida Silva e Sousa  _____

___ Prof. Doutor Emerson Urizzi Cervi _____

___ Profª Doutora Ana Andreia Galhardo Rodrigues  _____

___ Profª. Doutora Carla Alexandra Oliveira Rodrigues Cardoso  _____

___ Profª. Doutora Michele Goulart Massuchin  _____

___ Profª. Doutora Valquíria Michela John  _____

___ Secretária das Provas: _____

___ Dra. Sílvia Magalhães Ribeiro _____

Sandra Nodari Romano

A voz feminina nas reportagens televisivas: um estudo comparativo
entre os jornais televisivos de Portugal e do Brasil a partir do Lugar de Fala



Universidade Fernando Pessoa
Porto 2021

© 2021
Sandra Nodari Romano
“TODOS OS DIREITOS RESERVADOS”

Sandra Nodari Romano

A voz feminina nas reportagens televisivas: um estudo comparativo
entre os jornais televisivos de Portugal e do Brasil a partir do Lugar de Fala

Tese apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Ciências da Informação, especialidade de Jornalismo e Estudos Mediáticos, sob orientação do Professor Doutor Jorge Pedro Sousa, em cotutela com a Universidade Federal do Paraná para obtenção do grau de Doutora em Comunicação, sob orientação do Professor Doutor Emerson Urizzi Cervi.

Sou feita de retalhos

Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma.
Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou.
Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior...
Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade...
Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.

E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que vão se tornando parte da gente também.
E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados...
Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma.

Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias.

E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de "nós".

Cris Pizzimenti

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese a todas as mulheres
que usaram suas vozes para visibilizar as batalhas pela redução das desigualdades
e àquelas que hoje investem seu tempo nesta luta permanente.

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grata a meu orientador da Universidade Fernando Pessoa, Professor Doutor Jorge Pedro Sousa, por ter me aceitado como orientanda e acolhido minha pesquisa com tanto carinho e respeito. Nunca haverá um orientador mais doce e dedicado à integração de estudantes do Brasil a Portugal. Nunca esquecerei de tudo o que aprendi contigo sobre comunicação, jornalismo e história, além de relacionamentos.

Gratidão imensa a meu orientador da Universidade Federal do Paraná, Professor Doutor Emerson Urizzi Cervi, que me aceitou no momento de decisões metodológicas relevantes e que me apresentou as nuances fundamentais para ter subsídios na estruturação da minha pesquisa. Seu olhar foi fundamental para me colocar nos eixos da pesquisa científica. Obrigada por me adotar.

Obrigada à Professora Doutora Michele Goulart Massuchin que em uma de minhas primeiras apresentações da metodologia da tese alertou sobre o uso de variáveis impregnadas de assuntos considerados femininos. As ponderações em todas as vezes que analisou meu trabalho e sua participação na Banca de Qualificação da Universidade Federal do Paraná trouxeram contribuições fundamentais.

No início do programa de doutoramento recebi o alerta de que começar a estudar gênero, nesta etapa, era arriscado porque havia muito para ler e se inteirar. O processo de leituras e descobertas foi realmente intenso, mas o resultado é de gratidão ao percurso teórico traçado porque fundamentará a vida desta pesquisadora daqui em diante. Pelo alerta, agradeço ao Professor Doutor Rui Torres.

Agradeço à Professora Doutora Marialva Barbosa por me mostrar que em meu projeto inicial não havia teóricas de gênero, sou grata pela doçura da orientação naquela fase e pela indicação das primeiras obras que li e que são fundamentais para esta pesquisa.

Agradeço a minhas colegas professoras e pesquisadoras que ajudaram a pensar esta pesquisa pelo apoio e carinho. Em especial, à Professora Doutora Zaclis Veiga pioneira do programa de doutoramento com aulas em Porto nos meses de férias docentes.

Minhas colegas e meus colegas de turma merecem um lugar singular neste agradecimento pela relação de apoio e afeto que criamos nestes três anos, nosso grupo de

WhatsApp e nossos encontros presenciais e virtuais foram importantes e estimulantes. Sou grata especialmente a meus amigos Luís Boaventura, Sérgio Kulack e Renan Colombo que dividiram todas as angústias e conquistas durante este processo.

Grata eternamente às autoras feministas que construíram o percurso histórico do campo de pesquisa por me proporcionarem enxergar que sou uma mulher branca, privilegiada que pode e deve dar continuidade a pesquisas de gênero. Às professoras da Universidade Federal do Paraná Doutora Marlene Tamanini e Doutora Miriam Adelman, agradeço pela acolhida na disciplina de Gênero e Cultura e no Núcleo de Estudos de Gênero, aprendo a cada vez que ouço vocês.

Obrigada às minhas alunas e aos meus alunos por suas análises, falas e produções que me mantiveram sempre esperançosa de que teremos um mundo mais justo. Obrigada por me ensinarem tanto sobre diversos temas e por serem tão incríveis no combate a preconceitos e marcas de desigualdades.

Por último, mas com toda minha consciência, agradeço à minha amada família. A meu companheiro de vida que sobreviveu a todas as conversas focadas na tese e pela assistência tecnológica. Sem você, Rodrigo Romano, não sei como faria tabelas, gráficos, formatação e problemas técnicos. À minha filha Clara e a meu filho Francisco desculpas pelas horas em que eu disse não aos programas em que vocês queriam minha presença e pela falta de participação em muitos momentos relevantes. Prometo compensar assistindo a todas as séries e filmes que estão na nossa lista chamada: Para Quando o Doutorado da Mamãe Acabar. Gratidão à minha irmã Jeny Franciele de Souza que leu algumas partes deste texto e que me incentivou sempre cuidando das crianças durante minha ausência nas viagens a Portugal e também à minha mãe, Marlene Godoi Nodari, que tanto se comprometeu me dando segurança de que os dois estariam bem cuidados.

Por fim, agradeço a todas as pessoas com quem discuti minha pesquisa e àquelas que me perguntaram qual o tema da minha tese. A quem me convidou para apresentar um pouco do trabalho em seminários, encontros e eventos acadêmicos fica aqui um reconhecimento fraterno, porque aprendi que quanto mais defendemos nossas ideias mais vamos percebendo os argumentos que fazem sentido e os que temos de estudar e estruturar melhor. Adorei apresentar um pouquinho da pesquisa para cada uma e para cada um.

RESUMO

Esta tese é uma análise comparativa sobre a visibilização das vozes das fontes femininas em dois telejornais: o Jornal das 8 (J8/Portugal) e o Jornal Nacional (JN/Brasil), ambos de maior audiência em cada país. O objetivo da pesquisa é analisar de que forma as mulheres, quando fontes, são tratadas no jornalismo situando este trabalho na interface entre jornalismo e gênero. A pergunta da investigação dá conta de responder de quais lugares sociais falam as fontes femininas visibilizadas pelas reportagens, por meio da coleta de dados quantitativos (da distinção entre frequência de tempo e conteúdo destas vozes), analisadas a partir das teorias de gênero e da epistemologia feminista. Os perfis das fontes femininas (a partir de faixa etária, traços fenotípicos, representatividade, profissão e lugar social) são categorizados (Bardin, 2016) nas edições dos telejornais de dias ordinários (dias comuns), de acordo com o conceito de mostra construída (Kayser, 1974) comparados a edições especiais do dia 8 de Março, Dia Internacional de Lutas das Mulheres. A hipótese que fundamenta esta tese confirma que mesmo em datas celebrativas, como o 8 de Março, as mulheres são tratadas pelos programas televisivos jornalísticos como fontes subalternas entrevistadas para reportagens relacionadas à feminilidade e à violência contra as mulheres, além de ser apresentadas de maneira estereotipada, quando simbolizam personagens que conseguem ocupar posições e cargos eminentemente masculinos do mercado de trabalho, tornando-se mulheres-exceção à regra. Os capítulos teóricos contextualizam o conceito de feminino passando pelos diversos feminismos (Beauvoir, 1967, 1980; Gonzalez, 1984; Vergé, 2020; Butler, 2003). Lugar de Fala (Collins, 2000) é reconstruído a partir de teorias para ser apresentado como sinônimo de visibilidade da pessoa que fala e que é ouvida e não como lugar de calamento. Tal conceito foi pesquisado em diversos trabalhos acadêmicos recentes que comprovam a necessidade de ser conceituado, já que foi observado o uso frequente de Lugar de Fala sem referência teórica. Ainda dentro das discussões teóricas, a sociologia do jornalismo (Navarro, Ross & Saitta, 2019), bem como as dinâmicas das redações, são base para a discussão do lugar das fontes (Schmitz, 2011) dentro do jornalismo de televisão, focando nas mulheres entrevistadas. Como resultado da análise comparativa (Wirth & Kolb,

2009), foi possível perceber um padrão nos dois programas: mulheres falam menos que homens quando fontes. Mas também foi encontrada uma discrepância: o J8 dá mais espaço para fontes e a diferença é menor entre homens e mulheres, enquanto o JN dá menos espaço para fontes e a diferença entre homens e mulheres, quando fontes, é bem maior. Outro resultado bastante relevante é que entre as fontes femininas há mais diversidade em termos fenotípicos no JN que no J8, o que fica bastante visível no tópico que apresenta as personas dos dois telejornais a partir de imagens.

Palavras-chave: Mulheres. Gênero. Programas de TV. Jornalismo. Ponto de Vista Feminino.

ABSTRACT

This thesis is a comparative analysis of the visualization of the voices of female sources in two television news programmes: *Jornal das 8* (J8/Portugal) and *Jornal Nacional* (JN/Brazil), both having the largest audience in their respective countries. This research aims to understand how women, as sources, are treated in journalism, and this study is, therefore, an interface between journalism and gender studies. The research question can provide answers regarding the social places of the female sources visualized by the reportages, through the gathering of quantitative data (of the distinction between the frequency and content of the voices of female sources), analyzed based on gender theories and feminist epistemology. The profiles of these female sources (according to age group, phenotypical characteristics, representativeness, profession and social place) are categorized (Bardin, 2016) in the editions of television news programmes on ordinary days (common days), according to the concept of a “built sample” (Kayser, 1974) comparing them to the special editions of the 8 March, International Women’s Day. The hypothesis on which this thesis is based confirms that, even on special dates, such as March 8th, women are treated by television news programmes as subordinate sources interviewed for reportages related to femininity and violence against women, besides presenting them in a stereotyped fashion, when they represent characters who have managed to occupy positions and roles predominantly held by men in the job market, becoming women who are exceptions to the rule. The theoretical chapters contextualize the concept of femininity spanning the various feminisms (Beauvoir, 1967, 1980; Gonzalez, 1984; Vergé, 2020; Butler, 2003) with their characteristics and discussions, but not merely with these authors. Feminist Standpoint (Collins, 2000) is reconstructed upon theories in order to be presented as being synonymous with the visibility of the person who speaks and is heard, and not with the standpoint to make other people to shut up. Still on the matter of theoretical discussions, the sociology of journalism (Navarro, Ross & Saitta, 2019), as well as newsroom dynamics, are the basis for the discussion of the sources standpoint (Schmitz, 2011) within television journalism, focusing on the women who are interviewed. As a result of the comparative analysis (Wirth & Kolb, 2009), it was

possible to perceive a pattern in the two programmes: women speak less than men as sources. However, a discrepancy was also found: J8 gives more visibility to sources, and the difference between men and women is smaller, while JN gives less visibility to sources, and the difference between men and women, as sources, is much greater. Another rather significant result is that, in terms of phenotype, there is more diversity of female sources in JN than in J8, which becomes very clear in the item that introduces the persona of the two television news programmes using images.

Key words: Women. Gender. TV Show. Journalism. Feminist Stand Point.

SOMMAIRE

Cette thèse est une analyse comparative de la visibilité des voix des sources féminines dans deux journaux télévisés : « Jornal das 8 » (J8/Portugal) et « Jornal Nacional » (JN/Brésil), qui ont la plus forte audience dans leurs pays. La recherche vise à comprendre comment les femmes sont traitées comme sources, dans le journalisme, plaçant ce travail à l'interface entre le journalisme et le genre. La recherche répond, à partir de quels lieux sociaux parlent ces sources rendu visibles par les reportages, à travers la collecte de données quantitatives (la distinction entre fréquence du temps et le contenu des voix des sources), analysées à partir des théories du genre et de l'épistémologie féministe. Leurs profils (l'âge, les traits phénotypiques, la représentativité, la profession et le lieu social) sont catégorisés (Bardin, 2016) dans les émissions des jours ordinaires, selon le concept d'échantillon construit (Kayser, 1974) par rapport aux éditions spéciales du 8 Mars, Journée Internationale de la Femme. L'hypothèse qui soutient cette thèse confirme que même aux dates de célébration, comme le 8 Mars, les femmes sont traitées comme des sources subordonnées, interviewées pour des reportages sur la féminité et la violence contre les femmes. De plus, d'être présentées de manière stéréotypée, elles symbolisent des personnages qui parviennent à occuper des postes et des positions éminemment masculines sur le marché du travail, devenant des femmes-exceptions à la règle. Des chapitres théoriques contextualisent le concept du féminin à travers différents féminismes (Beauvoir 1967, 1980; Gonzalez, 1984 ; Vergé, 2020 ; Butler, 2003). *Feminist standpoint* (Collins, 2000), titre de cet ouvrage, est reconstruit à partir de théories pour être présenté comme un synonyme de la visibilité de la personne qui parle et est entendue et non comme un lieu de silence. Dans les discussions théoriques, la sociologie du journalisme (Navarro, Ross & Saitta, 2019), ainsi que la dynamique des rédactions, sont à la base d'une discussion sur la place des sources (Schmitz, 2011) au sein du téléjournalisme, en se concentrant sur les femmes interviewées. À la suite de l'analyse comparative (Wirth & Kolb, 2009), il a été possible de remarquer une tendance dans les deux programmes : les femmes parlent moins que les hommes lorsqu'ils sont sources. Mais un écart a également été constaté : le J8 donne plus d'espace pour les sources et la différence est moindre entre

les hommes et les femmes, tandis que le JN donne moins d'espace pour les sources et l'écart entre les hommes et les femmes est plus grand. Un autre résultat très pertinent est que parmi les sources féminines, il y a plus de diversité en termes phénotypiques dans JN que dans J8, ce qui est bien visible dans le sujet qui présente les personnas des deux téléjournaux à partir d'images.

Mots-clé : Femmes. Genre. Série télévisée. Journalisme. Point de vue féministe.

RESUMEN

Esta tesis es un análisis comparativo sobre la visibilidad de las voces de las fuentes femeninas en dos noticieros: el *Jornal das 8* (J8/Portugal) y el *Jornal Nacional* (JN/Brasil), ambos de mayor audiencia en cada país. El objetivo de la investigación es comprender de qué forma las mujeres, cuando fuentes, son tratadas en el periodismo situando este trabajo en la interfaz entre periodismo y género. La pregunta de investigación cuida de responder de qué lugares sociales hablan las fuentes femeninas visibilizadas por los reportajes, por medio de la colecta de datos cuantitativos (de la distinción entre frecuencia de tiempo y contenido de las voces de las fuentes femeninas), analizadas a partir de las teorías de género y de la epistemología feminista. Los perfiles de las fuentes femeninas (a partir de faja etaria, trazos fenotípicos, representatividad, profesión y lugar social) son categorizados (Bardin, 2016) en las ediciones de los noticieros de días ordinarios (días comunes), de acuerdo con el concepto de muestra construida (Kayser, 1974) comparado a ediciones especiales del día 8 de Marzo, Día Internacional de Luchas de las Mujeres. La hipótesis que fundamenta esta tesis confirma que aún en fechas celebrativas, como el 8 de Marzo, las mujeres son tratadas por los programas televisivos periodísticos como fuentes subalternas entrevistadas para reportajes relacionadas a la feminidad y a la violencia contra las mujeres, además de ser presentadas de manera estereotipada, cuando simbolizan personajes que consiguen ocupar posiciones y cargos eminentemente masculinos del mercado de trabajo, volviéndose mujeres-excepción de la regla. Los capítulos teóricos contextualizan el concepto de femenino pasando a través de los diversos feminismos (Beauvoir, 1967, 1980; Gonzalez, 1984; Vergé, 2020; Butler, 2003). El punto de vista feminista (Collins, 2000) es reconstruido a partir de teorías para ser presentado como sinónimo de visibilidad de la persona que habla y que es oída y no como lugar de acallar. Aún dentro de las discusiones teóricas, la sociología del periodismo (Navarro, Ross & Saitta, 2019), así como las dinámicas de las redacciones, son base para la discusión del lugar de las fuentes (Schmitz, 2011) dentro del periodismo de televisión, enfocando en las mujeres entrevistadas. Como resultado del análisis comparativo (Wirth & Kolb, 2009) fue posible

percibir un patrón en los dos programas: mujeres hablan menos que hombres cuando fuentes. Pero también fue encontrada una discrepancia: el J8 da más espacio para fuentes y la diferencia es menor entre hombres y mujeres, mientras que el JN da menos espacio para fuentes y la diferencia entre hombres y mujeres, cuando fuentes, es mucho mayor. Otro resultado bastante relevante es que entre las mujeres fuentes hay más diversidad en términos fenotípicos en el JN que en el J8, lo que queda bastante visible en el tópico que presenta a las personas de los dos noticieros a partir de imágenes.

Palabras clave: Mujeres. Género. Programa de televisión. Periodismo. Punto de vista feminista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - Que lugar ocupa o feminino nos estudos de gênero?	18
1.1 Feminismos: universal, interseccional, decolonial, lésbico	30
1.2 Uma epistemologia a partir do pensamento feminino	42
1.3 Onde nasceu a expressão Lugar de Fala?	45
i. Lugar de Fala nas pesquisas acadêmicas	52
CAPÍTULO II - Que lugar ocupam as mulheres fontes das notícias?	59
2.1 Classificando as fontes jornalísticas	71
i. Quando as mulheres são fontes?.....	79
ii. A fonte feminina reconhecida pelo nome social	83
iii. As fontes no dia 8 de Março.....	87
2.2 Por que estudar as fontes dos telejornais?	92
CAPÍTULO III - Justificando o Método Comparativo	98
3.1 Amostragem por Semanas Construídas	106
3.2 Explicando e justificando as escolhas das variáveis para análise	112
CAPÍTULO IV - Apresentação dos Dados e Análise	125
4.1 J8 e JN: comparando fontes femininas em dias ordinários	126
4.2 J8 e JN: comparando fontes femininas em 8 de Março	146
4.3 Dias ordinários e 8 de Março: comparando fontes no J8 e no JN	155
4.4 Conversando com as teorias e destacando Lugares de Fala	166
i. Mulheres falam menos que homens quando fontes	168
ii. Brancas são maioria no J8, mas no JN há maior diversidade de fenótipos	171
iii. Portuguesas pedem remuneração pelo trabalho doméstico	175
iv. A Marcha Feminista visível no J8 e quase invisível no JN	178
v. Desigualdades de gênero: tema negado por líderes brasileiros.....	184
vi. Vítimas: lugar de desconforto.....	194
vii. Mulher-exceção: mulheres valorizadas em posições inalcançáveis.....	197
viii. LGBTQIA+: praticamente invisíveis nos telejornais.....	203
ix. Personificando as fontes.....	207
CONCLUSÃO	220

REFERÊNCIAS	232
APÊNDICES	242
<i>Apêndice 1: Glossário de termos usados em telejornalismo no Brasil e em Portugal...</i>	243
<i>Apêndice 2: Livro de Códigos</i>	245
<i>Apêndice 3: Alfa de Krippendorff: teste de confiabilidade das coletoras</i>	251
<i>Apêndice 4: Descrição dos Telejornais das três semanas construídas</i>	255
Telejornais da Primeira Semana Construída.....	255
Telejornais da Segunda Semana Construída.....	266
Telejornais da Terceira Semana Construída	280
<i>Descrição das edições dos telejornais 8 de Março (Dia Internacional de Luta das mulheres)</i>	295
<i>Apêndice 5: Lista de publicações relacionadas à tese:</i>	307
<i>Apêndice 6: Entendendo os termos LGBTQIA+:</i>	310
ANEXOS	312
<i>Anexo 1: Policial Militar acusado de assédio</i>	313
<i>Anexo 2: Jornal das Oito é líder de audiência</i>	314

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Lugar de Fala em publicações acadêmicas	56
Tabela 2: Autores referenciam Lugar de Fala	57
Tabela 3: Edições de dias ordinários.....	108
Tabela 4: Edições de 8 de Março.....	109
Tabela 5: Categorias e subcategorias de Lugar de Fala	120
Tabela 6: Quadro resumo da primeira semana	129
Tabela 7: Quadro resumo da segunda semana.....	130
Tabela 8: Quadro resumo da terceira semana.....	131
Tabela 9: Dados gerais da mostra construída de dias ordinários.....	135
Tabela 10: Fontes por Faixa Etária - J8 e JN - dias ordinários.....	135
Tabela 11: Comparação de Traços Fenotípicos - J8 e JN - dias ordinários	136
Tabela 12: Traços Fenotípicos - J8 - dias ordinários	137
Tabela 13: Traços Fenotípicos - JN - dias ordinários	137
Tabela 14: Tipos de Fontes - J8 e JN - dias ordinários	138
Tabela 15: Profissão das Fontes - J8 - dias ordinários	140
Tabela 16: Profissão das Fontes - JN - dias ordinários	141
Tabela 17: Assuntos das Notícias - J8 - dias ordinários.....	142
Tabela 18: Assuntos das Notícias - JN - dias ordinários.....	143
Tabela 19: Lugar de Fala - J8 - dias ordinários	144
Tabela 20: Lugar de Fala - JN - dias ordinários	145
Tabela 21: Mostra 8 de Março.....	146
Tabela 22: Faixa etária - 8 de Março	149
Tabela 23: Traços fenotípicos - 8 de Março.....	149
Tabela 24: Tipos de fontes - 8 de Março.....	150
Tabela 25: Profissões - J8 - 8 de Março	150
Tabela 26: Profissões - JN - 8 de Março	151
Tabela 27: Assuntos das notícias - J8 - 8 de Março.....	152
Tabela 28: Assuntos das notícias - JN - 8 de Março.....	152
Tabela 29: Lugar de Fala - J8 - 8 de Março	153
Tabela 30: Lugar de Fala - JN - 8 de Março.....	154
Tabela 31: Traços Fenotípicos - J8 - dias ordinários x 8 de Março.....	157
Tabela 32: Traços Fenotípicos - JN - dias ordinários x 8 de Março.....	157
Tabela 33: Faixa Etária - J8 - dias ordinários x 8 de Março.....	158
Tabela 34: Faixa Etária - JN - dias ordinários x 8 de Março.....	158
Tabela 35: Tipo de fontes - J8 - dias ordinários x 8 de Março	159
Tabela 36: Tipo de fontes - JN - dias ordinários x 8 de Março	159
Tabela 37: Profissões - J8 - dias ordinários x 8 de Março	160
Tabela 38: Profissões - JN - dias ordinários x 8 de Março.....	161
Tabela 39: Assuntos das notícias - J8 - dias ordinários x 8 de Março	162
Tabela 40: Assuntos das notícias - JN - dias ordinários x 8 de Março	163
Tabela 41: Lugar de fala - J8 - dias ordinários x 8 de Março.....	164

Tabela 42: Lugar de Fala - JN - dias ordinários x 8 de Março	165
Tabela 43: Personas - J8.....	210
Tabela 44: Personas - JN.....	214

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: TVs lideram confiança do público	95
Gráfico 2: Relevância das notícias na TV	96
Gráfico 3: Fala de jornalistas e fontes - dias ordinários	127
Gráfico 4: Fala das fontes J8 - dias ordinários	133
Gráfico 5: Fala das fontes JN - dias ordinários.....	134
Gráfico 6: Fala de jornalistas e fontes – 8 de Março	147
Gráfico 7: Fala das fontes JN e J8 - 8 de Março.....	148
Gráfico 8: Fala de jornalistas e fontes J8 (dias ordinários x 8 de Março).....	156
Gráfico 9: Fala de jornalistas e fontes JN (dias ordinários x 8 de Março).....	156
Gráfico 10: Fala de jornalistas e fontes.....	170

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Comparação em três fases	104
Figura 2: Fluxograma da coleta de dados	111
Figura 3: Corretor indica para o masculino.....	201

INTRODUÇÃO

O ponto inicial que incitou nessa pesquisadora o desejo de estudar gênero foi o momento histórico pelo qual passam as mulheres, cada vez mais presentes em manifestações públicas em busca de igualdade tanto na Europa quanto no Brasil, principalmente nas marchas feministas. Elas protestam por maior participação nos diversos setores da sociedade, inclusive, como fontes de telejornais. Esta pesquisa tem como questão de partida querer investigar e refletir cientificamente sobre como as vozes das mulheres têm espaço reduzido no jornalismo, particularmente no telejornalismo brasileiro e português, e se há diversidade destas fontes exibidas nos programas televisivos a partir de traços fenotípicos, faixa etária e gênero, entre outras características que serão apresentadas na sequência.

Primeiramente é preciso esclarecer que esta é uma pesquisa sobre vozes das mulheres, ponto relevante para que a leitora e o leitor compreendam que, mesmo querendo ter análises mais aprofundadas e comparadas às vozes masculinas nos telejornais, este não é o objetivo do trabalho porque o foco é visibilizar as fontes femininas e estudá-las a partir de critérios pré-estabelecidos. Uma vez que é sabido que homens falam mais que mulheres nos telejornais, este trabalho não focará no que é falado por eles. No entanto, os dados recolhidos e apresentados no decorrer desta tese irão corroborar esta constatação a partir dos tempos de fala das fontes femininas.

Esta posição é relevante de ser aqui apresentada caso a leitora e o leitor queiram tecer comparações entre os dois gêneros e se perguntem se os dados apresentados seriam diferentes se a pesquisa tratasse com o mesmo empenho das vozes masculinas. Mas isso não será tratado neste trabalho e a justificativa está dada pelo fato de que homens têm mais espaço de fala na sociedade e no jornalismo, por isso, não serão o foco deste estudo. É uma pesquisa sobre as falas das mulheres.

Esta tese é um estudo comparativo que quer analisar como e quanto as vozes das fontes femininas são visibilizadas nos programas jornalísticos de TV em dias ordinários e em dias especiais de dois grandes telejornais do Brasil e de Portugal: o Jornal Nacional (JN/Globo) e o Jornal das 8 (J8/TVI). Entende-se como dias ordinários o período compreendido entre julho de 2018 e dezembro de 2019 (observadas as edições de segunda a sábado) e como dias especiais as edições dos dias 8 de Março de 2017, 2018 e 2019. A comparação é feita a partir de mostras construídas de JN e de J8 dos dias ordinários *versus* dias especiais, depois cruzados os dados dos telejornais dos dois países, ou seja: JN *versus* J8. No total, são analisadas 36 edições de dias ordinários (18 de cada programa) e 6 de dias especiais (3 de cada programa).

As reportagens dos dois telejornais são comparáveis porque os programas têm características em comum: ambos são líderes de audiência, pertencem a emissoras privadas, são exibidos para o respectivo território nacional diariamente em horário nobre da televisão (depois das 20h), falados em língua portuguesa e apresentados por jornalistas reconhecidos como profissionais respeitados. O contexto de cada programa jornalístico televisivo merece ser apresentado neste momento para iniciar a compreensão da escolha do *corpus*.

O Jornal das 8 foi criado em 2011 pela TVI (Televisão Independente) para ser exibido a partir das 20h, diariamente (de domingo a domingo). Antes da estreia, o telejornal noturno da emissora era chamado de Jornal Nacional. A estação privada portuguesa TVI foi inaugurada em 1993 e a partir de 2005 configurou-se como a emissora com maior audiência em Portugal. Em fevereiro de 2019, a liderança da TVI foi abalada pela concorrente TV SIC por décimos percentuais na programação geral: 18,6% para SIC contra 18,5% para a TVI. A briga por audiência tem se mantido desde então em diversos horários e programas, no entanto, o Jornal das 8 continuava líder no mesmo período, pois mantinha 21,9% de quota de audiência (Mcshare, 2019).

O Jornal Nacional foi criado em 1969 pela TV Globo tornando-se o primeiro programa brasileiro a ser exibido em rede ao vivo para todo o país no período noturno, a partir das 20h, de segunda a sábado. A TV Globo foi criada em 1965 e rapidamente ganhou relevância no país, sendo o JN um dos principais programas e líder de audiência desde a década de 1970. O jornalismo da Globo teve 24 indicações nos últimos 19 anos

ao Prêmio *Emmy International*, sendo que a cobertura do JN sobre a retomada do Morro do Alemão pelas forças de segurança venceu o prêmio em 2011 (Memória Globo, 2019).

As vozes das mulheres nas reportagens dos dois televisivos serão analisadas a partir do Lugar de Fala, conceito apresentado no título e que se refere à posição social da pessoa que emite uma opinião por meio da própria voz enquanto é ouvida por outras. Este conceito será discutido com destaque no primeiro capítulo, porém, é preciso tecer inicialmente a consideração de que as pesquisadoras e autoras citadas neste trabalho são identificadas por seu nome e sobrenome, sua posição, país de origem, formação e até sua história em determinados momentos, como forma de valorizar as mulheres na academia. Priorizar mulheres autoras, de diversos países, é uma forma de visibilizar suas pesquisas contra o apagamento das intelectuais, principalmente, de países periféricos.

É importante explicar ainda de qual lugar social a investigadora que se debruça sobre este estudo fala. Nesta tese, assume-se que o Lugar de Fala é de uma jornalista, com experiência em reportagem de TV e que estudou as vozes no telejornalismo na dissertação de mestrado, intitulada: *Ônibus 174: a Relação entre Imagem e Voz no Telejornalismo e no Documentário*. Esta pesquisadora trabalha com jornalismo de televisão desde 1998 atuando como repórter, apresentadora, produtora, roteirista e editora de emissoras de TV aberta, além de atuar em projetos para emissoras por assinatura e para o cinema. É professora universitária de disciplinas ligadas ao audiovisual jornalístico de universidades particulares do sul do Brasil, desde 2003.

A partir do Lugar de Fala de mulher, branca, produtora de audiovisual, privilegiada com formação universitária e pós-graduação, o interesse pelas vozes femininas no telejornalismo surgiu principalmente ao analisar reportagens em que homens são entrevistados para falar de problemas e situações eminentemente femininos. Uma situação bastante marcante foi a experiência na Copa do Mundo de 2018, quando um grupo de homens brasileiros virou notícia ao assediar uma mulher russa por fazê-la repetir, em português, palavrões, frases sexistas e de cunho machista, sem que ela soubesse o significado do que dizia.

Reportagens sobre o caso mostraram um fator relevante ao noticiar que um destes homens era um policial militar brasileiro que havia sido entrevistado por uma rede de TV

do sul do Brasil, naquele mesmo ano, no Dia Internacional das Mulheres para falar sobre como mulheres poderiam se proteger da violência¹.

Homens falarem por mulheres não parece ser fato raro nos telejornais, inclusive em datas em que elas deveriam ser as fontes, como é o dia 8 de Março. Também em 2018, uma emissora do interior do Paraná, ao divulgar um evento próprio realizado em comemoração ao Dia das Mulheres², traz um repórter apresentando um acontecimento no qual elas são parabenizadas por seu dia e recebem presentes como maquiagens e rosas de chocolate. Uma das entrevistadas desta transmissão ao vivo era uma menina de 13 anos que estava sendo maquiada naquele momento.

A situação de maquiar uma criança como se adulta fosse, bem como a do policial militar que em 8 de Março ensinava mulheres a protegerem-se da violência e em julho aparecia fazendo parte de um grupo de homens acusados de assediar uma mulher, não são incomuns na televisão brasileira. São exemplos que instigaram o interesse em estudar as vozes femininas nos informativos televisivos em dias especialmente dedicados às mulheres e comparados aos dias comuns, para compreender como as vozes femininas são visibilizadas.

Uma das principais reivindicações das manifestações dos últimos anos trata da visibilidade das mulheres, do pedido de ser ouvidas, vistas e de poderem falar. O crescimento das manifestações feministas em todo o mundo e o fato de as marchas modificarem o cotidiano das cidades e dos países torna este evento uma fonte de

¹G1 Globo. (2018, junho 19). Policial militar de SC está entre brasileiros que aparecem em vídeo constrangendo mulher na Rússia. Acesso em jul. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/policial-militar-de-sc-esta-entre-brasileiros-que-aparecem-em-video-que-constrange-mulher-na-russia.ghtml>

NDmais. (2018, junho 19). PM catarinense está em grupo que gravou vídeo assediando mulher na Copa na Rússia. Acesso em jul. 2018. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/pm-catarinense-esta-em-grupo-que-gravou-video-assediando-mulher-na-copa-na-russia> (Anexo 1)

²G1 Globo. (2018, março 8). ParanáTv faz edição especial para homenagear o Dia da Mulher. Acesso em jul. 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/paranativ-1edicao/videos/t/edicoes/v/paranativ-faz-edicao-especial-para-homenagear-o-dia-da-mulher/2448392/>

reportagens para jornalistas. Isso justifica a escolha da data para ser parte da análise desta pesquisa.

Ouvir as falas das mulheres em edições de dias ordinários e em edições especialmente voltadas a elas permite comparar como são visibilizadas suas vozes em cada uma das situações. Esta comparação é fundamental para se compreender como as fontes são tratadas por jornalistas, motivo pelo qual esta pesquisa situa-se na interface entre jornalismo e gênero, e busca compreender as relações entre ambos na escolha e exibição das mulheres que falam nas reportagens.

Para se chegar à compreensão desta questão, levanta-se aqui a pergunta de investigação: de quais lugares sociais falam as fontes femininas visibilizadas pelas reportagens do J8 e do JN? E, para alcançar a resposta, entende-se que o objetivo geral desta pesquisa é analisar a partir das teorias de gênero e da epistemologia feminista, qual é a distinção entre frequência e conteúdo das vozes das fontes femininas exibidas nos telejornais do Brasil e de Portugal em dias ordinários e nas edições de 8 de Março. Os objetivos específicos, então, são:

1. Analisar os perfis das fontes femininas visibilizadas pelos telejornais a partir de faixa etária, traços fenotípicos, representatividade, profissão e lugar social.
2. Contribuir para o entendimento de como as vozes femininas compõem as escolhas dos jornalistas com relação a busca de fontes para suas reportagens.
3. Comparar os dados levantados entre os telejornais do Brasil e de Portugal para constatar semelhanças e diferenças entre eles.
4. Identificar, por ordem de presença e tempo, os assuntos mais tratados pelas fontes femininas nos telejornais.

A hipótese na qual esta tese se fundamenta é que tanto em telejornais de datas celebrativas quanto de dias ordinários as mulheres são fontes subalternas restritas a assuntos relacionados à feminilidade e à violência, sobretudo nas manifestações de 8 de Março quando são apresentadas de forma estereotipada como personagens que quebram

barreiras, conseguem ocupar posições e cargos masculinos do mercado de trabalho e que são mulheres-exceção à regra.

Investigar as fontes dos telejornais permite refletir sobre o lugar social de onde elas falam para que sejam ouvidas, por isso esta pesquisa analisa as mulheres entrevistadas por jornalistas e não se detém às vozes das repórteres e das apresentadoras. A justificativa é que estas têm suas vozes visibilizadas porque estão em posição hierárquica superior à de suas fontes, tendo o poder, por meio das reportagens, de falar por quem é entrevistado quando editam as entrevistas.

A autoridade da fala de jornalistas dilui o que é dito pelas fontes e cria uma figura que interpreta o que elas falam, uma vez que na hierarquia do jornalismo quem produz, edita e apresenta tem mais poder de dar sentido do que quem é entrevistado. Para Jean-Claude Bernardet (2003, p. 16), “É voz única, enquanto os entrevistados são muitos”, é a voz que obedece à gramática, discursa de forma culta, não grita nem cochicha, soa agradável protegida pelo estúdio e sem ruídos.

A voz narrada na reportagem não traz o que pensa a(o) repórter, uma vez que o texto do telejornalismo é produzido por vários profissionais: pode ter sido escrito por quem edita, por quem cuida do fechamento da edição e até por quem dirige a emissora, além do profissional que assina a reportagem. O texto é colaborativo, embora a voz que o narre tenha sentido de voz de Deus, voz de autoridade, voz do saber.

Visibilizar as vozes femininas das fontes é o que leva à justificativa de que contribuir para o aumento do número de estudos acadêmicos sobre a presença das mulheres, neste momento histórico-social pelo qual passa o mundo, pode ser uma atitude que trará benefícios futuros não somente para o campo da comunicação. Como pressupõe Suzana Maria Veleza da Silva (2013, p. 106), “(...) trabalhar com conceitos feministas nas ciências humanas e sociais é, ao mesmo tempo, assumir um comprometimento político com a transformação do mundo”.

No caso do jornalismo, há um amplo campo para pesquisas de gênero a ser explorado e a contribuição para a área se dá a partir da interdisciplinaridade. Monica Martinez, Cláudia Lago e Mara Coelho de Souza Lago (2016, n.p.), realizaram uma

pesquisa nos trabalhos sobre jornalismo no Brasil apresentados nos encontros da Associação Brasileira de Pesquisa (SBPJor) entre 2003 e 2014. Ao usar rastreamento pela palavra-chave “gênero” apenas cinco publicações foram identificadas no banco de dados, mas segundo as autoras, que “(...) não dialogam com a sólida tradição dos estudos de gênero no país em outras áreas do conhecimento”.

As pesquisas encontradas pelas três autoras dedicam grande enfoque a analisar os processos narrativos e discursivos pertinentes ao jornalismo, e também os processos produtivos a partir da presença de jornalistas mulheres nas redações. Ao contrário, esta tese pretende ser um estudo multidisciplinar que abarque principalmente a aplicação das teorias de gênero nas análises e, por isso, “(...) entrelaça-se com estudos que pensam o papel constituinte da mídia nas representações discursivas sobre feminino/masculino, sexualidades e gênero, entre outras vertentes” (Martinez, Lago, C. & Lago, M., 2016, n.p.).

As pesquisas de jornalismo sobre questões de gênero apresentam peculiaridades. A primeira característica comum aos artigos analisados é que realizam diálogos com outras áreas do conhecimento, mas a partir de autores já consagrados no jornalismo, porém criticados por autoras feministas³, como é o caso do sociólogo Pierre Bourdieu que na obra *A Dominação Masculina* (1998):

(...) provocou muitos protestos de estudiosas feministas por Bourdieu se utilizar de conceitos e reflexões desenvolvidos de longa data por teóricas feministas, sem lhes atribuir os devidos créditos. Por exemplo, e sem falar de outras autoras importantes, os trabalhos pioneiros de Françoise Perrot na recuperação da História de Mulheres (Martinez, Lago, C. & Lago, M., 2016, n.p.).

A segunda característica comum seria o uso de autores estrangeiros, em detrimento de brasileiros. A terceira seria o uso de pesquisadores consagrados para endossar a visão das pesquisadoras. E a quarta seria um simulacro de diálogo: “(...)

³ Miriam Adelman (2003, n.p.) discute a dificuldade do pleno ingresso da perspectiva feminista ao *mainstream* das ciências sociais e afirma que na segunda metade do século XX, a sociologia passa por uma transformação tanto nas vertentes mais convencionais (sociologia como metanarrativa) quanto nas influenciadas pelo pensamento pós-moderno ou pós-estruturalista. "Assim, os 'grandes nomes' da Sociologia Contemporânea - Alain Touraine, Anthony Giddens, Pierre Bourdieu - dialogam com a perspectiva feminista e incorporam os estudos de gênero na análise sociológica, e sociólogos associados aos estudos culturais, como Stuart Hall e Michelle Barrett, trabalham na construção de perspectivas teóricas mais polifônicas".

haveria em algumas pesquisas uma tendência a um diálogo de superfície, onde o pesquisador aparentemente avança em direção a interfaces com outras áreas do conhecimento" (Martinez, Lago, C. & Lago, 2016, n.p.).

Um mapeamento em 186 publicações de revistas brasileiras qualificadas em busca de avanços e novas perspectivas na intersecção entre estudos de gênero e jornalismo foi realizado, também, por Michele Goulart Massuchin, Camilla Quesada Tavares e Gabriela Almeida Silva (2020, pp. 1-19). De acordo com as autoras, a partir de 2009 houve crescimento no número de publicações brasileiras enfocando os estudos das duas áreas, com destaque para os anos de 2011, 2017 e 2018 que apresentaram maiores quantidades de textos.

Isso demonstra que há um interesse crescente na academia em explorar questões do campo jornalístico a partir dessa matriz interpretativa, e principalmente, que o tema tem tido cada vez mais aceitação dentro do escopo das revistas. O crescente número de trabalhos coincide, também, como aumento do número de programas de pós-graduação em Comunicação, Jornalismo e áreas afins que passaram a oferecer linhas, grupos de pesquisa e eventos voltados à discussão de gênero (Massuchin, Tavares & Silva, 2020, p. 10).

As pesquisadoras perceberam maior uso no método qualitativo e na análise de conteúdo entre as produções, além de que muitos trabalhos não utilizam matrizes teóricas para estudar as relações de gênero, mas focam em análises empíricas. Isso permite às autoras afirmarem ser “preciso fomentar discussões conceituais que forneçam chaves explicativas mais adequadas” e que produzam uma discussão “teórico epistemológica” promovendo uma discussão mais efetiva da “temática gênero” (Massuchin, Tavares & Silva, 2020, n.p).

As autoras observaram, também, que apenas 5% dos 186 trabalhos analisados estudam telejornalismo, enquanto 68% tem o jornal impresso como foco, o que permite pensar que há uma lacuna a ser preenchida com estudos que investiguem gênero a partir de programas jornalísticos de TV. A leitura do levantamento realizado endossa a visão desta pesquisadora que pretende partir para uma análise com enfoque nas teorias de gênero e não apenas em autoras e autores do jornalismo ou da comunicação. Como será visto ao longo deste texto, as teorias que servem para embasar a tese são preferencialmente escritas por mulheres e são estudos multidisciplinares, buscando

autoras de diversos lugares, incluindo brasileiras e portuguesas, como forma, também, de dar voz às mulheres da academia.

Compreendendo as mulheres como parte fundamental de tais estudos, pesquisas que venham a focar nas vozes femininas são importantes e necessárias, como aponta Valquíria John (2014, p. 508), ao analisar as fontes femininas em reportagens esportivas. Ela considera que o discurso tem grande peso e participação nas construções culturais e sociais, mas se, apesar das diversas conquistas nos campos das relações de gênero, a prática discursiva "(...) sobretudo a jornalística com seu estatuto de verdade (...)", mantiver "(...) a atribuição de papéis diferenciados, e neste caso negativo, de homens e mulheres, entendemos que a luta pela equidade de gênero torna-se mais lenta e mais complexa (...)".

A partir disso, analisar a presença, ausência ou frequência das vozes das fontes femininas no jornalismo de televisão é uma forma de visibilizar tais teorias, deste modo: “Entendemos que outras pesquisas da mesma natureza são importantes e necessárias para melhor vislumbrarmos este cenário”. A pesquisadora afirma considerar relevante “analisar a presença/ausência da mulher como fonte em outras editorias, em veículos nacionais e também regionais de modo a ampliarmos esta reflexão” (John, 2014, p. 508).

O termo voz, nessa pesquisa, está relacionado ao que se fala e a ser ouvida, ou seja, são as frases ditas oralmente pelas fontes nos telejornais. Denise Lino de Araújo (2003) afirma que a fala como modalidade da língua "(...) independente da escrita representou um avanço para os estudos linguísticos". Para José Luiz Braga (2000), o conceito não é estritamente linguístico, nem exclusivamente sociológico:

Partimos da premissa de que toda fala (texto, discurso, etc.) necessariamente faz sentido - por mais absurdo, contraditório ou equivocado que nos pareça - em algum lugar, segundo uma determinada ótica, relacionado a uma inserção específica em uma situação concreta, historicamente dada (Braga, 2000, n.p.).

Para o autor, uma justificativa para utilizar a palavra “fala” e não “texto” envolvendo produtos de comunicação midiática como vídeos é uma forma de "(...) associar o conceito de “fala” a uma situação concreta, específica, historicamente descritível (...)", porque a fala "(...) no seu sentido restrito, é sempre um evento, acontece naquele momento, e - embora possa ser contada e repetida - é sempre referida à situação

com a qual 'faz evento'" (Braga, 2000, n.p.). Márcia Franz Amaral (2005, p. 107) ao analisar as falas dos leitores de jornais impressos afirma que: "Quem fala, além de enunciar uma sentença, está envolvido em situações nas quais seu discurso possui um valor". No telejornalismo, as falas das fontes compõem o texto da reportagem que é formado pela locução da(o) jornalista, além de sua aparição no vídeo falando uma informação.

Os estudos sobre a língua falada dividem-se em dois grandes grupos: os que estudam a organização textual dos textos falados e os que analisam a influência da oralidade sobre os textos escritos. No caso dos textos dos telejornais, o processo de escritura dos roteiros para apresentadores de telejornal ou do que será falado por repórteres "(...) não se enquadra diretamente numa dessas tendências porque se trata de uma linguagem falada, mas marcadamente orientada pelos padrões da língua escrita", conforme explica Araújo (2003, p.58). O que é falado por pessoas entrevistadas, embora seja espontâneo, é editado para compor um texto que tem um objetivo de acordo com a intenção do programa informativo.

Carla Braga Cerqueira (2008, p. 140) afirma que a "(...) rotina profissional remete para as fontes que são ouvidas para construir as notícias, ou seja, para os actores que têm voz e para aqueles que são silenciados pelo discurso jornalístico." Para além das questões ideológicas, do autor do texto, o que se fala em televisão precisa ser claro e objetivo para ser compreendido de forma instantânea por quem assiste. É possível concluir, então, que as vozes das fontes fazem parte do texto jornalístico.

Na busca por responder aos questionamentos elencados até aqui, algumas informações estão dadas com relação à desigualdade entre homens e mulheres nas sociedades, já que embora presentes no mercado de trabalho, as mulheres tendem a ser desvalorizadas do ponto de vista salarial e nos cargos de chefia na maioria dos países. Na produção de artigos científicos, a pesquisa *Gender in the Global Research Landscape* (Elsevier, 2017) aponta que as mulheres brasileiras e portuguesas representam 49% dos autores catalogados pela editora Elsevier, sendo este o maior percentual de uma lista de 12 países. No mundo, apenas 28% das pesquisas são desenvolvidas por mulheres.

Se em condições relativamente comuns a diferença é notada, com o isolamento voluntário causado pela pandemia do coronavírus a situação ficou mais desigual. Estudos indicam que a produção científica das mulheres brasileiras foi afetada de forma considerável, enquanto a dos homens foi menos impactada pelo *home office*. O projeto *Parent in Science* (2020) investiga como docentes, pesquisadoras, pesquisadores e estudantes de doutorado e mestrado estão conduzindo suas pesquisas neste novo ambiente de trabalho em que crianças têm aulas remotas enquanto mães, pais e responsáveis trabalham na mesma casa. Quase 15 mil cientistas responderam a questionários detalhando como trabalhavam remotamente em 2020.

Entre docentes, 8% de mulheres e 18,3% de homens consideraram que estariam trabalhando normalmente. Com relação a prazos de submissão de trabalhos, 66,6% das mulheres e 77,1% dos homens (ambos com filhos) não perderam prazos. Com relação a publicações, 47,4% das mulheres e 65,3% dos homens (também com filhos) conseguiram submeter artigos científicos. A pesquisa concluiu que os grupos mais afetados com relação a queda de produção de artigos foram as pesquisadoras negras (com ou sem filhos) e as brancas com filhos (principalmente com até 12 anos). Por outro lado, “A produtividade acadêmica de homens, especialmente os sem filhos, foi a menos afetada pela pandemia” (*Parent in Science*, 2020).

Como forma de visibilizar as mulheres que conseguem publicar pesquisas no Brasil, a Revista de Estudos Feministas (2020) traz em suas normas para publicação a exigência de que as autoras sejam citadas com seu nome na primeira vez que forem apresentadas no texto. Segundo as orientações disponíveis no site, "na primeira entrada de citação de cada autora, o prenome completo" deve ser escrito e "A lista de referências bibliográficas completas, com nome e prenome completos de autoras deve ser apresentada ao final do texto". Esta é uma forma de valorizar as autoras e mostrar quem são as mulheres referenciadas nas publicações para buscar dar visibilidade ao lugar das mulheres na produção de textos acadêmicos.

Diante deste cenário de invisibilização, tomou-se a decisão de apresentar autoras e autores sempre pelo primeiro nome, pelo menos na primeira vez em que são citados em todos os textos dessa tese, como forma de marcar o gênero de quem escreve. Isso porque as normas acadêmicas de publicação organizam as referências bibliográficas pelo

sobrenome (ABNT, Harvard, AVA, APA) o que não permite ao leitor saber quantas são as mulheres citadas. Então, apesar de a academia preferir textos em que somente sobrenomes aparecem descritos, nesta tese as autoras serão nominadas sempre por seus nomes completos para sabermos quantas são mulheres.

Estudar gênero neste momento histórico é um desafio por vários motivos. O primeiro é conseguir ter acesso às teorias relevantes e fundamentais já publicadas. É como se quem começasse a estudar gênero agora estivesse tão atrasada que não haveria tempo cronológico suficiente para conhecer o que já existe. Mas ao ler as obras fundamentais das teorias feministas, é possível perceber que há certa empatia entre as escritoras, no sentido de estimular novas mulheres a estudar e a escrever sobre temas relacionados a questões femininas. Gayatri Spivak (2010), encerra seu livro mais relevante com um desafio às mulheres da academia:

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à 'mulher' como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio. (Spivak, 2010, p. 165).

Além de Spivak, fazem parte da revisão da literatura desta pesquisa, outras autoras como: Simone de Beauvoir, cujo livro *O Segundo Sexo* é considerado texto fundador do debate feminista contemporâneo; Judith Butler, autora de *Problemas de Gênero*, que é outro marco nos estudos feministas por colocar em questão a ruptura do binarismo homem *versus* mulher em direção ao fim das diferenças de gênero, sendo precursora da Teoria Queer; Angela Davis, Bell Hooks e Patricia Hill Collins que apresentam o lugar das mulheres negras dentro do feminismo; Virginia Woolf que apresenta o privilégio das mulheres abastadas em relação às que dependem de alguém ou do trabalho para sustentarse.

Grada Kilomba, nascida em Lisboa, contribuiu muito com esta pesquisa no que concerne à reflexão sobre a inflexão dos pronomes da Língua Portuguesa no gênero feminino e masculino. É comum ouvir de mulheres militantes, ao conversar com plateias, o cumprimento a homens e mulheres: “Boa noite a todos e a todas!”. Estas formas de comunicação surgiram para dar conta de algo que este idioma (e outras línguas latinas) tem como característica, que é o uso do masculino como forma de reduzir o plural. Alunos e alunas, viram alunos, por exemplo.

Ao escrever o artigo *Facebook as a video production and exhibition platform used by journalism students: a case study of Rede Teia (Brazil)* (Nodari, 2019) - para discutir o uso do conceito de Lugar de Fala em um projeto de uma disciplina de graduação do curso de jornalismo - e que foi aceito para um congresso de língua inglesa, esta questão da Língua Portuguesa exigiu, desta pesquisadora, maior reflexão por conta da tradução. O texto foi escrito em português utilizando termos no feminino e masculino para alunos e alunas, professores e professoras, entrevistados e entrevistadas, apresentadores e apresentadoras. Na tradução para o inglês, como o gênero é neutro, isso não era necessário. A reflexão que surgiu com relação ao idioma era de que ao utilizar substantivos e adjetivos nos gêneros masculino e feminino estaríamos evoluindo em direção a uma valorização do feminino.

A leitura de *Memórias da Plantação* permitiu perceber que Kilomba (2019) também passou por esta reflexão quando decidiu traduzir a tese dela, que inicialmente tinha sido escrita em inglês para um programa de doutoramento na Alemanha. Ao traduzir o texto para o português, optou por inserir uma introdução que explicasse as especificidades com relação a flexão de gênero:

Escrevo esta Introdução, inexistente na versão original inglesa, precisamente por causa da língua: por um lado, porque me parece obrigatório esclarecer o significado de uma série de terminologias que, quando escritas em português, revelam uma profunda falta de reflexão e teorização da história e herança coloniais e patriarcais, tão presentes na língua portuguesa (Kilomba, 2019, p. 14).

No Brasil, essa discussão tornou-se bastante acirrada quando a primeira mulher foi eleita para assumir a Presidência da República, em 2010, e muito se questionou sobre o uso da flexão para o feminino. Era correto utilizar presidenta Dilma Rousseff? Houve divergência entre especialistas com relação à permissão de uso da palavra no feminino, e muitos textos foram escritos para discutir se a Língua Portuguesa seria machista ou sexista e qual seria a dimensão política de um idioma. Para Kilomba, a necessidade de traduzir conceitos e pensar termos a partir da ausência dos mesmos faz parte da evolução política da língua:

(...) pois traduz um livro inteiro apesar da ausência de termos que noutras línguas, como a inglesa ou alemã, já foram criticamente desmontados ou mesmo reinventados num novo vocabulário, mas que na língua portuguesa continuam ancorados a um discurso colonial e patriarcal (Kilomba, 2019, p. 14).

Os textos desta tese optam por usar termos com flexão para o masculino e para o feminino, sabendo, entretanto, que as duas formas não são suficientes para dar conta das categorias de gênero que deixam de fora os LGBTQIA+⁴. Há várias siglas utilizadas por autoras e autores como LGBTI+ (Reis, 2018), LBTT (Tiburi, 2018), LBTTQIA+ (Kilomba, 2019), GLBTQI (Butler, 2009) e as mais antigas: LGBT ou LGBTI. Marlene Tamanini (2020) que utiliza LGBTQIA detalha a composição da sigla.

LGBTQIA é a sigla para definir Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer (atua com a ideia que abrange as pessoas de ambos os gêneros, que possuem uma variedade de orientações, preferências e hábitos sexuais, ou seja, é um termo neutro que possa ser utilizado por todos os adeptos desse movimento). Intersexo (pessoas em que a sua característica física não é expressa por características sexuais exclusivamente masculinas ou femininas) e assexual (pessoa que não possui atração sexual nem por homens nem por mulheres ou que não possua orientação sexual definida) (Tamanini, 2020, n.p.).

Em textos menos formais, o uso do *x* ou do @ são maneiras de tornar o gênero neutro ou não binário e tem sido uma opção adotada por pessoas que ao escrever “colegxs” ou “coleg@s”, por exemplo, acabam sendo consideradas militantes da causa LGBTQIA+. Marcia Tiburi (2018, p.11) usou outro recurso no título do seu livro *Feminismo em Comum: para Todas, Todes e Todos*, “Todes porque o feminismo liberou as pessoas de se identificarem somente como mulheres ou homens” (Tiburi, 2018, p. 11). Segundo a autora, o uso do *e*, em vez de *x* ou @, foi uma estratégia para não dificultar a acessibilidade do conteúdo por deficientes visuais, porque *softwares* de leitura não conseguem traduzir os códigos *x* ou @.

Após as disposições iniciais, é preciso explicar que esta tese está dividida em quatro capítulos sendo os primeiros dedicados a rever em profundidade o estado da questão e o referencial teórico em torno do qual se fará a interpretação dos resultados. O primeiro capítulo discute qual é o lugar ocupado pelo feminino nos estudos de gênero, cuja a relevância está em definir o que é o feminino, para poder categorizar as vozes femininas nos telejornais.

⁴ Os termos que formam as siglas estão listados e explicados no Apêndice 6 desta tese e podem ser consultados a qualquer momento, já que ao longo do texto aparecem os termos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais e Agênero.

Inventariar as possibilidades de categorização do feminino é uma tarefa árdua, uma vez que as bases dos estudos feministas buscam discutir o que é ser mulher ou quem é a mulher na sociedade. Também nesse capítulo, o conceito de Lugar de Fala é discutido em busca da definição do local social desta pesquisa, uma vez que o conceito é apresentado como teoria e como método de análise, de acordo com quem o utiliza ou quando é lugar de calamento. O resultado do estudo sobre o uso deste conceito na academia, no Brasil e em Portugal, foi um dos primeiros passos desta pesquisa, porém, é apresentado ao final do capítulo como descrição do estado da questão, pois foi necessário primeiro definir o que é ser mulher, para depois compreender o que é o Lugar de Fala das mulheres.

O segundo capítulo está dedicado às fontes de informação, afinando para os jornalistas de TV, fontes femininas e o telejornalismo atuais. Primeiramente, busca-se apresentar o estado da questão com relação aos estudos que discutem as fontes jornalísticas e a classificação de fontes a serem usadas na coleta de dados. Na sequência, explica-se porque é necessário estudar televisão no momento histórico atual, a partir de pesquisadores que discutem a relação de substituição midiática entre TV e Internet. E, ainda, como se dá o consumo de notícias no Brasil e em Portugal que têm a televisão como preferência midiática do público, considerando um levantamento realizado nos dois países e no qual o telejornalismo se destaca. Deste modo, as notícias televisivas que, segundo dados de 2016 a 2019, são preferidas entre os diversos meios nestes países, são discutidas a partir da identificação das fontes dos telejornais (do ponto de vista teórico e do praticado nas redações). E ainda qual é o perfil das redações dos dois países a partir da divisão de gênero.

O terceiro capítulo apresenta detalhadamente a metodologia científica empregada para esta pesquisa que tem como escolha o método comparativo (Wirth & Kolb, 2009), considerado o mais adequado porque permite analisar dados concretos elencando elementos constantes e trabalhando com equivalência. José Marques de Melo (1972, pp. 17-19) iniciou os estudos de jornalismo comparativo no Brasil na década de 1960 e creditou ao francês Jacques Kayser ser o precursor deste método que teria sido capaz de “(...) propiciar a criação de uma ciência da imprensa”. Segundo Marques de Melo, a principal preocupação da metodologia empírica era que pudesse ser aplicada a jornais de diferentes países, defendendo que constatar as denominadas conotações aparentes é

essencial nas pesquisas de comunicação. Desta forma, as análises de características de objetos jornalísticos práticos, feitas a partir da inclusão de dados empíricos, podem validar as afirmações teóricas, do ponto de vista de que veículos jornalísticos sirvam como base de estudos de outras áreas além da comunicação.

A partir da análise de conteúdo, que engloba as técnicas quantitativa e qualitativa, o *corpus* desta tese é formado pelas vozes das fontes femininas nas reportagens de dois telejornais: Jornal Nacional (JN/Brasil) e Jornal das Oito (J8/Portugal). A escolha se justifica em pesquisas de audiência, uma vez que à época do início da pesquisa (julho de 2018) ambos figuraram em primeiro lugar de audiência. Além de serem similares: JN pertence à brasileira TV Globo⁵ e J8 à portuguesa TVI⁶, ambas emissoras privadas, e exibidos no horário nobre da televisão, a partir das 20h, diariamente.

A escolha das edições a serem recolhidas se deu a partir do método de Kayser (1974) de semana construída para as edições ordinárias (dias comuns, segunda-feira à sábado), totalizando três semanas construídas iniciadas em julho de 2018 e encerradas em dezembro de 2019. Além de mais três edições especiais (8 de Março de 2017, 2018 e 2019) que permitem a proporcionalidade da comparação.

A escolha dos países para a pesquisa comparativa atende ao sistema chamado "*most similar systems design*", ou seja, por mais semelhança, uma vez que a partir das similaridades culturais é mais possível chegar aos resultados que realmente importam para o objeto de pesquisa. O idioma, neste caso, é um ponto facilitador da análise porque não há necessidade de tradução para outra língua, apesar de questões específicas do Português falado em Portugal e o falado no Brasil, a compreensão é facilmente alcançada.

O método comparativo para Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2016, p. 198) permite identificar "(...) as semelhanças, especificidades, adaptações, apropriações entre as diversas narrativas (...)" de vídeos produzidos e exibidos pelas emissoras de televisão de países ibero-americanos. Para além da facilidade do idioma, há outros indicadores

⁵ O Jornal Nacional pode ser acessado pelo *site* da Globo: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/> ou pelo *player* Globoplay: <https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/p/819/>

⁶ O Jornal das Oito pode ser acessado pelo *site* da TVI: <https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf>

culturais presentes nos dois países, já que a história de um e de outro se imbricam a partir da época em que os portugueses chegaram ao Brasil, e se reconstróem cotidianamente. A diferença cultural corresponde a uma “(...) identidade histórica e geograficamente constituída (...)”, bem como, as semelhanças entre as falas das mulheres brasileiras e portuguesas, quando comparadas, podem apresentar indicadores culturais das duas nações.

O quarto capítulo traz a apresentação e análise dos dados quantitativos iniciando com a comparação dos telejornais da mostra de dias ordinários (J8 e JN), seguida dos telejornais de 8 de Março (J8 e JN), e, na sequência, cada telejornal tem a mostra de dias comuns comparada à mostra de 8 de Março. Por fim, este capítulo traz a análise qualitativa propondo uma conversa entre as teorias e as situações encontradas na coleta divididas por itens que apresentam as maiores presenças, frequências ou ausências das variáveis às quais as fontes foram classificadas.

Encerrando esta introdução é necessário voltar ao que já se era sabido e foi confirmado por esta pesquisa: homens são mais visibilizados que mulheres na sociedade, e nos telejornais não é diferente. Porém, esta pesquisa descobriu um crescimento gradativo das vozes femininas como fontes, bem como o início da presença, apesar de extremamente singela, de vozes femininas LGBTQIA+, diversificando Lugares de Fala. Outra descoberta é que as vozes de mulheres negras no jornalismo português são praticamente inexistentes e quando aparecem a maioria das falantes não são de portuguesas, mas de mulheres de outras nações.

Os dados de resultados iniciais foram aqui apresentados para instigar à leitura deste trabalho que consumiu três anos de pesquisas e de reflexões, para além da descoberta de vozes de mulheres autoras e pesquisadoras de diversas regiões do mundo, escolhidas para base da fundamentação teórica, também como forma de visibilizar as vozes femininas da academia que nem sempre têm espaço.

CAPÍTULO I - Que lugar ocupa o feminino nos estudos de gênero?

No recorte desta pesquisa, que busca uma análise contemporânea do que é o feminino, a discussão acerca do conceito de gênero vai partir de um questionamento feito pela professora Berenice Bento (2015) ao demonstrar a necessidade de pautar a questão para além da figura da mulher e muito além do binarismo macho/fêmea. Como o campo surgiu de forma multidisciplinar e interdisciplinar, a partir dos estudos feministas que já estavam na academia, foi consolidado como transdisciplinar ao abarcar, também, as Ciências da Saúde:

Ainda no âmbito desta luta, valeria perguntar: se a humanidade é dividida em homem-pênis e mulher-vagina, onde estão os homens-vagina e as mulheres-pênis? Então, essa disputa é rizomática, ela está em vários lugares, seja no âmbito da formação de médicos, de profissionais psi, do ativismo feminista e LGBTs, nas sentenças de juízes em torno das demandas das pessoas trans na mudança dos documentos (Bento, 2015, p. 44).

O termo luta merece ser destacado da frase por ser importante frisar que as discussões de gênero nasceram junto aos movimentos sociais. No entanto, mesmo nestes, as mulheres estavam sujeitas a ser humilhadas e menosprezadas, alcançando pouco ou nenhum espaço para expressar suas opiniões porque literalmente eram ignoradas pelos porta-vozes dos movimentos que na grande maioria das vezes eram homens, enquanto as mulheres eram forçadas a “(...) assumir funções secundárias de apoio e obrigadas a respeitar a tomada de decisões da liderança masculina” (Adelman, 2016, p. 64).

Adelman aponta três situações que servem de base para se pensar as discussões de gênero dentro da Sociologia, partindo do discurso patriarcal, chamado por ela de masculinista, e seguindo para a tese da dominação masculina do discurso. A autora toca no ponto crucial da socialização diferenciada dos sexos, quando aponta a questão do “homem universal”:

Foi assim que se apresentaram para a crítica feminista as tarefas que, desde Simone de Beauvoir até Jane Flax (1991), vêm sendo apontadas: 1) a

desconstrução do discurso masculinista sobre “a Mulher”; 2) a desconstrução do discurso sobre o “Homem” universal, demonstrando como ele foi elaborado a partir do referencial da experiência de uma categoria particular de homens; e 3) o ato de repensar a sociedade também a partir das experiências das mulheres (e, portanto, igualmente dos homens, mas não mais como “norma” universal) em toda sua historicidade e especificidade, isto é, a partir das relações de poder entre os gêneros e sua interseção com outras formas de relações sociais, particularmente as de classe, raça/etnicidade e orientação sexual (Adelman, 2016, p. 95).

Kate Millett (1970) atribuiu o sentido feminista ao conceito de patriarcado em sua obra *Política Sexual* ao discutir a imagem de uma sociedade em que as famílias vivem sob a autoridade de um homem, pai ou marido, que pode ser biológico ou não, e que oprime as mulheres. Para ela, a única forma de romper com esta norma social seria por meio de uma revolução sexual que partisse do fim da organização da família, alterando as relações afetivas e sexuais, e enfrentando alguns tabus especialmente os relacionados ao casamento monogâmico, como a homossexualidade.

Silvia Federici (2017, p. 199-215) confirma isso ao apresentar a redefinição da feminilidade e da masculinidade a partir do capitalismo e da necessidade do controle da reprodução para gerar trabalhadores durante a revolução industrial. As mulheres foram sendo retiradas do trabalho formal, obrigadas a executar o trabalho doméstico e cuidar dos filhos, sem remuneração, e em alguns casos, ajudando o marido com o trabalho externo, sem receberem por isso também. Além do controle e da criminalização da livre reprodução, no decorrer dos séculos XVI e XVII na Europa, as mulheres foram perdendo espaço na sociedade e “(...) passaram por um processo de infantilização legal” (Federici, 2017, p. 200). Deste modo, era sempre o marido o responsável pelas finanças, mesmo no caso de heranças, tornando-se comum a designação de um tutor para administrar os negócios de mulheres que ficavam viúvas, por exemplo.

A autora afirma que o “desmoronamento do mundo matriarcal” foi uma derrota para as mulheres, que a partir do surgimento do capitalismo viram ser criado um “novo modelo de feminilidade: a mulher e esposa ideal - passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas”. Esta mudança teria começado no final do século XVII, bem diferente do que havia sido projetado na Idade Média, durante o período das fogueiras:

Embora na época da caça às bruxas as mulheres tenham sido retratadas como seres selvagens, mentalmente débeis, de desejos insaciáveis, rebeldes,

insubordinadas, incapazes de autocontrole, no século XVIII o cânone foi revertido. Agora, as mulheres eram retratadas como seres passivos, assexuados, mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles (Federici, 2017, p. 205).

Maria Rita Kehl (2008) trata de uma série de textos europeus publicados no fim do século XIX que defendem a natureza feminina como algo a ser domado pela sociedade. Do conjunto de atributos que acarretaria na chamada feminilidade estavam “o recato, a docilidade, uma receptividade passiva em relação aos desejos e necessidades dos homens e, a seguir, dos filhos”. Segundo os textos, as mulheres precisavam ser educadas para a função de cuidar:

A feminilidade aparece aqui como o conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora; a partir daí, atribui-se às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social - a família e o espaço doméstico-, a partir do qual se traça um único destino para todas: a maternidade (Kehl, 2008, p. 48).

Para autoras portuguesas como Maria Manuela Paiva Fernandes Tavares, o discurso da domesticidade também era baseado no gênero; com o objetivo de que as mulheres se tornassem femininas, precisavam ser boas donas de casa. Independentemente da posição social à qual ocupavam, ricas ou pobres, tinham de ser boas donas de casa.

Um discurso para todas as mulheres, criando um padrão, segundo o qual elas poderiam ser avaliadas, não pelo seu dinheiro ou cultura, mas pela sua capacidade de cuidar da casa. Contudo, para as mulheres de sectores sociais mais desfavorecidos, a casa representava a sua dupla tarefa, pois tinham de trabalhar também fora de casa (Tavares, 2008, p. 113).

Se para mulheres mais pobres cuidar da casa representava uma dupla função - uma vez que trabalhavam também fora - para as negras escravizadas nos Estados Unidos a situação era ainda mais difícil. Elas não eram donas de uma casa e não se encaixavam no padrão de feminilidade da época, conforme a pesquisa de Angela Davis (2016, p. 22): “Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório”. Trabalhavam nos campos de colheita, tanto quanto os homens escravizados:

As mulheres não eram “femininas” demais para o trabalho nas minas de carvão e nas fundições de ferro, tampouco para o corte de lenha e a abertura de valas. Quando o canal Santee foi construído, na Carolina do Norte, as escravas corresponderam a 50% da força de trabalho. As mulheres também trabalharam nos diques em Louisiana, e muitas linhas férreas que ainda estão em operação no Sul foram construídas, em parte, pelo trabalho das escravas (Davis, 2016, p. 29).

Os donos de pessoas escravizadas exigiam às mulheres que fossem "masculinas" e que trabalhassem da mesma forma que os homens tendo o mesmo rendimento deles. Já "as mulheres brancas foram vistas como habitantes de uma esfera cortada do domínio do trabalho produtivo", o que acarretou em estabelecer uma forma de inferioridade feminina. Então, "as mulheres negras devem ter sido profundamente afetadas pelas suas experiências durante a escravidão" sendo que muitas ficaram "abaladas e destruídas, embora a maioria tenha sobrevivido" (Davis, 2016, p. 30).

Com a industrialização nos Estados Unidos, a separação entre economia doméstica e economia pública fortaleceu o processo de inferiorização das mulheres e, à medida que a ideologia de feminilidade se popularizava, as revistas femininas e os romances colocavam as mulheres brancas "como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo". Nas propagandas, mulher tornou-se sinônimo de mãe e de dona de casa, "termos que carregavam a marca fatal da inferioridade", porém "entre as escravas negras, esse vocabulário não se fazia presente" (Davis, 2016, p. 30).

Bell Hooks (2020, pp. 280-281) explica que a mulher trabalhadora, branca ou negra, nos Estados Unidos dos anos 1950, entendia ser preciso provar sua feminilidade, apesar de ser boa trabalhadora "assertiva e independente no emprego, em casa ela era passiva e gentil". Com o crescimento da classe média negra, as mulheres tiveram muito mais acesso a dinheiro que suas antepassadas e aderiram ao consumo "comprando roupas, cosméticos ou lendo revistas". As publicações para mulheres ditavam regras e "as mulheres negras estavam obcecadas por encontrar o ideal de feminilidade descrito na televisão, em livros e revistas", criando uma "feminilidade idealizada" que como a "mística feminina" (Friedan, 1971) propagava o sonho da dona de casa feliz. Várias mulheres que, inicialmente, sentiram-se orgulhosas por dar conta de trabalhar fora e cuidar da casa e dos filhos acabaram ficando descontentes porque "queriam ser apenas donas de casa".

A partir do que foi posto até aqui, segue ainda o questionamento de como saber o que são vozes femininas e o que é o feminino? A discussão parte agora de *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir (1980, p. 09), com uma das frases mais utilizadas pelo feminismo militante: "Não se nasce mulher, torna-se mulher", que é seguida pela afirmação que a completa de que "nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que

a mulher ou a fêmea humana assume no seio da sociedade”. Beauvoir declara que a mulher é moldada pela cultura, sociedade, raça, ambiente em que cresce, ou seja, é educada a cumprir um papel social determinado pelo meio em que vive, e que este papel é o de submissão.

A autora procura discutir quais fatores permitiram que o homem fosse considerado como um ser superior à mulher e destaca que: “(...) é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino” (Beauvoir, 1967, p. 9). Essa argumentação foi fundamental para parte da construção da teoria feminista por contrapor questões do determinismo biológico às intelectuais. Para a autora, o ser mulher é uma construção social e não biológica.

A mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua objetividade; diz-se de bom grado que ela pensa com suas glândulas. O homem esquece soberbamente que sua anatomia também comporta hormônios e testículos (Beauvoir, 1980. p.10).

Beauvoir traz o corpo da mulher e a posição social em que ela é colocada para o centro de sua reflexão, sendo que o “outro” é aquele que é opositor e que precisa ser domado, controlado e conquistado. Exemplos deste outro são comuns à história da humanidade: os bárbaros eram o outro para os romanos, da mesma forma que os indígenas brasileiros eram o outro para os portugueses conquistadores. Susan Bordo (2000) vai continuar esta discussão em seu artigo *Feminista Como o Outro*, tomando como ponto de partida o fato de a mulher ser considerada o outro como ser social.

As realizações daqueles que são assim – como o “Outro” - nem sempre podem ser menosprezadas; frequentemente elas até são apreciadas, mas sempre em seu lugar especial e periférico: o lugar da sua diferença. Assim, há 'história' e também há 'história das mulheres' e a história das mulheres – à diferença da história militar, por exemplo – é localizada fora do que é considerado como história propriamente dita. Existem as críticas pós-estruturalistas da razão, que são de interesse 'geral', e também existem as críticas feministas, de interesse àqueles que se preocupam com gênero (Bordo, 2000, p. 12).

Bordo discute as características da relação da mulher com seu corpo e o comportamento que ela mantém com o mesmo para tratar do que é o feminino. Em seu ensaio, cita uma frase da autora Andrea Dworkin para discutir a forma como o corpo da mulher é compreendido e enxergado socialmente e de como é normatizado. Esta normatização se dá em busca da feminização do corpo da mulher e, também, de quem quer ser visto como mulher.

Dos onze ou doze anos até a morte, uma mulher gastará grande parte de seu tempo, dinheiro e energia talhando-se, depilando-se, maquiando-se e perfumando-se. É comum e errôneo dizer que os travestis, usando roupas e maquiagens femininas, caricaturizam as mulheres em que se transformariam, mas qualquer conhecimento real do ethos romântico deixa claro que esses homens penetraram no cerne da experiência de ser uma mulher, um construto romantizado (Dworkin, 1974, p. 113-114 como referido em Bordo, 2000, p. 14)

Essa romantização do corpo feminino pode indicar a caracterização do que seria compreendido na Língua Portuguesa como feminilidade, ou algo próprio das mulheres como maquiagem, pentear-se, vestir-se com saias e decotes. Um conceito cultural naturalizado que tem no consumismo seu cerne, conforme aponta Beatriz Beraldo (2014). Para a autora, as práticas de consumo mantêm as representações da mulher e do feminino na sociedade contemporânea. Porém, também podem servir de espaço crítico para criar novos conceitos:

Acreditamos (...) que se a feminilidade pode também ser lida pelas novas feministas como meio de afastar as mulheres do pensamento reflexivo e mantê-las sob eterna vigilância dos padrões estéticos e culturais do patriarcado, este conceito carece mesmo de maior atenção por parte dos teóricos da comunicação uma vez que está claro que a difusão de tais padrões é orquestrada principalmente pelo imaginário construído através dos universos midiáticos e do consumo (Beraldo, 2014, p. 14).

A normatização do corpo como sendo um o masculino e o outro o feminino é o incômodo da discussão apresentada por Bordo (2000, p. 15), que toma em sua tese o fato de que os homens teorizam pelas mulheres sobre como são as mulheres e atuam como "teóricos culturais do corpo", embora somente as mulheres tenham seus próprios corpos. "Enquanto isso, é claro, o ausente corpo masculino continua a operar ilicitamente como a norma (científica, filosófica, médica) para todos". Betty Friedan (1971) vai discutir essa normatização masculina em sua obra *Mística Feminina*, escrita em 1963 e que marcou uma geração.

Friedan se interessa em descobrir por que um grupo de mulheres estadunidenses, geração de filhas de feministas, optou por casar e ser donas de casa e esposas, em vez de trabalhar fora e ter uma profissão. A autora debruçou-se para entender a relação delas com a sociedade de consumo e a busca por dar conta de se adequarem à imagem, construída à época, do que seria esperado da "mulher ideal". O que a autora chamou de mística feminina seria justamente a imagem da mulher feliz e satisfeita por ter uma bela casa em um ótimo bairro, um bom carro, móveis e utensílios de última geração, um

marido carinhoso e filhos educados. Essa posição social seria perseguida por um grupo de mulheres dos Estados Unidos como um sonho de felicidade:

Nos quinze anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, esta mística de realização feminina tornou-se o centro querido e intocável da cultura americana contemporânea. Milhões de mulheres moldavam sua vida à imagem daquelas bonitas fotos de esposa suburbana beijando o marido diante do janelão da casa, descarregando um carro cheio de crianças no pátio da escola e sorrindo ao passar o novo espalhador de cera no chão de uma cozinha impecável (Friedan, 1971, p. 20).

A infelicidade e insatisfação das mulheres entrevistadas, que tinham muita dificuldade de tratar do assunto, conduziram a pesquisa de Friedan que também entrevistou profissionais de saúde responsáveis por tratar mulheres que não conseguiam lidar com o sentimento de tristeza e vazio, apesar de terem alcançado os elementos com os quais sonhavam. O problema começou a aparecer nos consultórios de psiquiatras que não entendiam do que se tratava: "Alguns diziam ser o velho problema: educação. A mulher estava recebendo educação cada vez mais elevada, de maneira que se sentia infeliz em seu papel de dona de casa" (1971, p. 23). Para a autora, o fato de elas terem abandonado os estudos poderia ser uma pista da causa do sofrimento:

A mulher que sofre deste mal, e em cujo íntimo fervilha a insatisfação, passou a vida inteira procurando realizar seu papel feminino. Não seguiu uma carreira (embora as que o façam talvez tenham outros problemas); sua maior ambição era casar e ter filhos. Para as mais velhas, produtos da classe média, nenhum outro sonho seria possível. As de quarenta ou cinquenta anos, que quando jovens haviam feito outros planos e a eles renunciado, atiraram-se alegremente na vida de donas de casa. Para as mais moças, que deixaram o ginásio ou a faculdade para casar, ou passar algum tempo num emprego sem interesse, este era o único caminho. Eram todas muito «femininas», na acepção comum da palavra, e ainda assim sofriam do mal (Friedan, 1971, p. 27).

O termo feminino, na obra da autora, é apresentado como sinônimo de comportamento recatado, de figurino formado por roupas vendidas para mulheres, bem como cabelos compridos e bem penteados, maquiagem e adereços como joias. Ser feminina era algo definido culturalmente pela sociedade, ou mais precisamente, pelos homens estadunidenses que pensavam e decidiam sobre quais eram os assuntos de interesse das mulheres, que chamavam de mundo feminino.

Friedan entrevistou editores de revistas e profissionais de publicidade que lidavam com campanhas para o público feminino. Ao comparecer a uma reunião de escritores, na maioria homens, editores de importantes revistas para mulheres, percebeu que ali se

decidia o que eles acreditavam que as leitoras queriam consumir e ouviu que elas: "Não estão interessadas nos grandes assuntos públicos do momento, em negócios nacionais ou internacionais" porque seriam todas donas de casa em tempo integral e a "«ocupação: dona de casa» já se transformara numa mística aceita e que não permitia discussão, amoldando a própria realidade que distorcera" (Friedan, 1971, p. 46). Eles decidiam a partir do que acreditavam ser de interesse delas:

Escritores e editores passaram então uma hora ouvindo Thurgood Marshall a respeito do histórico da luta contra a segregação e seu possível efeito sobre a eleição presidencial. «Que pena não poder escrever sobre isto — disse um editor. — Impossível relacionar o assunto com o mundo feminino» (Friedan, 1971, p. 35).

A crítica feita pela obra de Friedan foi transformadora para o feminismo porque trouxe luz a questões que pareciam estar resolvidas desde o início do movimento quando as mulheres foram às ruas exigindo o direito ao voto e à igualdade política. Com a conquista do sufrágio e o arrefecimento das manifestações por conta da conquista, na década de 1920, o movimento passou por um momento de calmaria.

Nas décadas de trinta e quarenta, as que lutaram pelos direitos femininos preocupavam-se ainda com os direitos humanos, a liberdade dos negros, dos operários oprimidos, as vítimas da Espanha de Franco, e da Alemanha de Hitler. Mas ninguém se interessava mais pelos direitos da mulher: já haviam sido todos conquistados (Friedan, 1971, p. 88).

As mães das mulheres entrevistadas pela pesquisadora teriam vivido a primeira onda do feminismo, cuja luta era pelo direito ao voto, embora as reivindicações tratassem também de igualdade de direitos e participação política. As ondas do feminismo são um tipo de classificação imposta por algumas teorias que agruparam reivindicações e lutas em determinados períodos históricos. A partir de grupos organizados de mulheres: “a metáfora das ondas, com seus grandes fluxos e refluxos” é usada “para significar os movimentos de mulheres lutando por cidadania e igualdade de direitos em relação aos homens” (Martinez, Lago, C. & Lago, M., 2016, n.p.).

No Brasil, a primeira onda feminista teve a cientista brasileira Bertha Lutz como destaque em sua luta pelo voto feminino, ela foi fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922) e teve papel fundamental na conquista do sufrágio pelas brasileiras, em 1932. Além dela, Nísia Floresta colaborou na fundação desta organização,

na luta pelo voto feminino e também pelo direito de mulheres trabalharem sem necessitar da autorização dos maridos.

Em Portugal, a primeira onda feminista teve Ana de Castro Osório contribuindo, em 1907, para a criação do Grupo Português de Estudos Feministas, que no ano seguinte se tornaria a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Segundo Tavares (2008, p. 100), Carolina Beatriz Ângelo foi a primeira mulher portuguesa a votar em 1911 "(...) com o argumento de que era chefe de família", mas a lei foi alterada permitindo apenas aos homens ter o direito ao voto. Em 1931, as mulheres puderam votar apenas para as juntas de freguesia, as "(...) chefes de família, viúvas, divorciadas tendo família a cargo e às mulheres casadas, desde que o marido estivesse ausente nas colónias ou no estrangeiro" (Tavares, 2008, p. 100).

Em 1932, as mulheres puderam votar para a Assembleia Nacional e para a Câmara Corporativa, mas somente se fossem chefes de família e casadas "(...) com formação secundária ou que pagassem contribuição predial e, ainda, às solteiras com mais de 21 anos com família e — reconhecida idoneidade moral" (Tavares, 2008, p. 100). Somente em 25 de abril de 1974 todas as portuguesas conquistaram o direito ao voto, 42 anos depois de as brasileiras terem este direito aprovado.

Se o sufrágio foi o mote da primeira onda feminista, a segunda surgiu a partir de autoras como Simone de Beauvoir questionando a relação entre sexo biológico e comportamento cultural e social esperado da mulher, e também com Betty Friedan que denuncia o comportamento esperado da mulher estadunidense a partir do consumo e da condição de esposa, dona de casa e mãe. Além destas, há autoras como Margaret Mead, que questiona a naturalização dos papéis femininos nas culturas ocidentais e a figura da mulher universal, e como Virginia Woolf, que discute as condições sociais das mulheres. Cabem neste momento, também, as obras sobre a divisão sexual do trabalho (Martinez, Lago, C. & Lago, M., 2016, p.4).

A terceira onda teria surgido com Judith Butler ao questionar a mulher como sujeito do feminismo e desconstruindo o modelo binário focado em masculino e feminino, ao incluir nas discussões gays, lésbicas, bissexuais e toda a comunidade LGBTQIA+ e sem deixar de fora a interseccionalidade, relacionando gênero à classe, à etnia, a

corporalidades e a diversas vulnerabilidades de grupos sociais. Este momento histórico traz o termo gênero para a Academia, como forma de incluir discussões para além daquelas relacionadas a mulheres heterossexuais e cisgênero, incluindo as minorias, as subalternizadas e vulneráveis.

A quarta onda do feminismo tem como principal característica o uso de redes sociais como espaço de militância, discussões, publicações, debates, denúncias e organização de protestos. Por meio de publicações, os temas das questões de gênero e do feminismo são levados a um imenso número de pessoas que não tinham acesso por não fazerem parte nem da Academia nem dos movimentos sociais. Manifestações nas redes sociais, a partir de denúncias de casos de preconceito, assédio e abusos, tomaram e tomam conta de plataformas virtuais.

O uso das redes sociais e de *hashtags* fez com que o movimento fosse chamado, também, de 2º o que permitiu o ativismo militante a partir de redes sociais disponíveis como *Youtube, Facebook, Twitter, Instagram, Clubhouse e TikTok*. Josemira Silva Reis e Graciela Natansohn explicam o associativismo civil surgido na segunda década do século XXI como nova forma de manifestação de massa, cujas mobilizações são divulgadas e amplificadas por meio da tecnologia móvel de comunicação dos *smartphones* e pelas plataformas de redes sociais.

O ativismo, anteriormente dirigido às comunidades de afinidade, mudou gradualmente para as *timelines* (linhas do tempo), criando uma rotina – para grupos de amigos da escola, trabalho, família – de contato com problemáticas sociais que afetam as mulheres além do que ocorre em todo 8 de Março. A hiperconexão global possibilitada por empresas como *Facebook e Twitter*, por exemplo, contribuiu para a multiplicação de grupos e redes feministas com sotaques e interesses muito diferentes, mesmo ideologicamente, mas que encontraram no uso recursivo de *hashtags* algumas possibilidades de congregação para processos comuns e igualmente conflitantes (Reis & Natansohn, 2021, p. 54).

As redes sociais permitem a amplificação da visibilização do ativismo de mulheres por alcançar mais pessoas e gerar engajamento e pertencimento de quem se vê parte daquela problemática referida na publicação. Dependendo do número de pessoas

envolvidas, as manifestações começam na *internet*, mas viram manifestações nas ruas ou chamam a atenção de jornalistas. O ciberfeminismo tem origem na abertura da internet para o uso civil, na década de 1990, desde então as ferramentas tecnológicas disponibilizadas passaram a ser usadas por grupos de mulheres dos movimentos feministas e por outras que se organizam em prol da redução de desigualdades ou para denunciar agressões e crimes.

Maria Bogado conta sobre diversos episódios de manifestações que podem ser incluídas para explicar este momento, focando no uso de *hashtags*. Um dos casos é o de “Meninas de um colégio de Porto Alegre que lançaram uma campanha na internet com a *hashtag* #VaiTerShortinhoSim”. A campanha tinha como base um texto-manifesto explicando que as garotas que iniciaram o protesto virtual eram estudantes do ensino fundamental e médio do Colégio Anchieta e que estavam exigindo que a instituição deixasse “(...) no passado o machismo, a objetificação e a sexualização dos corpos das alunas” e também “a mentalidade de que cabe às mulheres a prevenção de assédios, abusos e estupros” (Bogado, 2018, p. 41).

Bogado explica que “Embora só em 2015 a quarta onda feminista tenha alcançado maior amplitude, capaz de atingir diferentes setores da sociedade, desde o início da década de 2010 ela já vinha mostrando sua força em manifestações públicas” (Bogado, 2018, p. 34). E lembra que protestos iniciados em um país começaram a ter apoio em outras nações por meio de movimentos nas redes sociais, como a Marcha das Vadias que começou no Canadá e seguiu para outras:

Um exemplo é a Marcha das Vadias, criada em 2011, em Toronto no Canadá, que se tornou um marco desse processo. Quando após uma série de estupros ocorridos na Universidade de York, um policial afirmou que as mulheres haviam sido agredidas por se vestirem como “vadias”, uma onda de protestos ocorreu no mundo (Bogado, 2018, p. 34).

Talvez o movimento por meio das redes sociais mais reconhecido atualmente tenha sido o #MeToo. Em outubro de 2017, uma publicação na revista *The New Yorker* e no jornal *New York Times*, causou a demissão de um renomado produtor de *Hollywood*, por conta de diversas acusações de assédio sexual cometidos durante décadas contra trabalhadoras da indústria cinematográfica. Centenas de milhares de mulheres em todo o mundo usaram a #MeToo para denunciar que também eram vítimas de abuso. O protesto

pretendia, também, apoiar e fortalecer as vítimas porque normalmente os abusadores dizem que não há provas de que cometeram os crimes e culpam as mulheres.

Em janeiro de 2021, mulheres francesas voltaram a usar a *#MeToo* denunciando terem sido vítimas de parentes quando ainda eram crianças. Este novo movimento foi movido pelo lançamento do livro *La Familia Grande*, da autora Camille Kouchner, filha do ex-ministro Bernard Kouchner. Ela acusa o padrasto, o cientista político e comentarista de TV Olivier Duhamel, de cometer abusos contra seu irmão gêmeo quando eram adolescentes. Centenas de milhares de postagens com a *#MeTooInceste* foram feitas pelas francesas e por mulheres do mundo todo. As redes sociais são o lugar para o silêncio das vítimas de crimes sexuais ser quebrado.

No Brasil, uma *hashtag* movimentou milhares de publicações na campanha eleitoral à presidência da República de 2018 e criou um movimento de passeatas e manifestações. A *#EleNão* reuniu milhares de mulheres contra o que consideravam ser atitudes e falas machistas do candidato à frente das pesquisas. A movimentação nas redes sociais resultou em um protesto realizado simultaneamente em diversas cidades do país contra o candidato com a participação de milhares de mulheres adultas, idosas e crianças.

Para além das redes sociais, a presença de elementos que compõem as lutas feministas e LGBTQIA+ contemporâneas podem ser observadas na indústria audiovisual. A quarta onda feminista teria inspirado a indústria do entretenimento a ocupar-se com temas relacionados a questões de gênero e a apresentar a diversidade na construção das personagens. Isso pode ser observado em canais pagos e plataformas como o *Netflix* que apresentam personagens de diversas identidades de gênero e orientação sexual se relacionando entre si em tramas que não tem como foco a questão de gênero. É o exemplo das animações adolescentes e de séries de ficção como *Steven Universe* (Cartoon, 2013), *Anne With An "E"* (CBC/Netflix, 2017), *She-ra and The Princesses of Power* (Netflix, 2018), *Batwoman* (The CW, 2019), *The Umbrella Academy* (Netflix, 2019), *The Owl House* (Disney, 2020), *I'm Not Okay With This* (Netflix, 2020), entre diversas outras.

Os enredos trazem protagonistas e personagens que não são heterossexuais, nem cisgênero, e que têm suas identidades não estereotipadas nas tramas, recurso que era bastante comum a novelas e a filmes comerciais que apresentavam gays e lésbicas como

personagens com ações não “naturalizadas”. A recente série brasileira *Todxs Nós* (HBO, 2020) impõe um tom didático para a discussão de identidade de gênero, inclusive na Língua Portuguesa. Seu enredo envolve personagens LGBTQIA+ e também trata de questões do racismo.

E há ainda questões relacionadas a desigualdades e violência contra mulheres discutidas em séries como *Orange is The New Black* (Netflix, 2013), *Gracie and Frankie* (Netflix, 2015), *The Big Little Lies* (HBO, 2017), *The Handmaid's Tale* (Hulu, 2017), *Las Ticas Del Cable* (Netflix, 2017), *Coisa Mais Linda* (Netflix, 2019), *I May Destroy You* (HBO, 2020). A série brasileira *Bom dia, Verônica* (Netflix, 2020) traz uma mensagem explícita sobre o fim da violência doméstica encerrando todos os episódios com uma tela com a seguinte informação: “Se você ou alguém que você conhece sofre com violência e abuso, e precisa de ajuda para encontrar recursos de apoio, acesse: www.wannatalkaboutit.com”. Trata-se de um site criado pela *Netflix* que apresenta alternativas para as vítimas de agressão, com o contato de ONGs como o Mapa do Acolhimento que presta atendimento voluntário conectando mulheres agredidas a psicólogas e advogadas.

Temas que fazem parte das bandeiras de luta do movimento feminista como feminicídio, violência doméstica, repressão, opressão, estupro, preconceito, sororidade, assédio, diferenças salariais e de cargos profissionais são cenas vividas por personagens mulheres das séries citadas e de várias outras lançadas na última década. A quarta onda feminista é a que estaria em curso hoje colocando as temáticas mais próximas da sociedade e instigando mais pessoas a tentar compreender as desigualdades e as experiências distintas, tema do próximo tópico.

1.1 Feminismos: universal, interseccional, decolonial, lésbico

Berenice Bento (2015, p. 45) nos indica que ao estudar gênero é fundamental e necessário assumir nossa ignorância enquanto pesquisadoras (e pesquisadores) e nos desafia a assumir a postura de deixar de lado os reducionismos, os preconceitos, as certezas de pensar na mulher e começar a pensar em mulheres, assim no plural. “O que

necessariamente uma pesquisadora tem que fazer é tornar-se ignorante, é dizer “eu não sei” e abrir mão de quaisquer tentativas universalizantes”. Este é um primeiro objetivo que deve ser levado a cabo por toda pesquisadora que estude gênero e feminismos, justamente para promover um pensamento interseccional e plural. Esta postura é também necessária aos pesquisadores.

Trocar a palavra mulher pelo seu plural passa a ser algo fundamental uma vez que a palavra no plural, por si, tem a intenção de buscar a diversidade fundamental para qualquer discussão que pense na interseccionalidade (termo forjado pelo feminismo negro), levando em conta as questões de classe, etnia, traços fenotípicos, sexo, corpo, vulnerabilidades e poder. Porém, somente o plural não é suficiente para abarcar as diversas realidades que constituem o ser feminino.

Interseccionalidade é um termo bastante usado por autoras contemporâneas, mas uma das primeiras pesquisadoras negras brasileiras a tratar de racismo, Lélia Gonzalez (1984, p. 232), já criticava em seus textos “(...) a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo” ao questionar o lugar da mulher negra na sociedade brasileira. Para a filósofa, se por um lado a mulher negra é uma trabalhadora colocada em atividades onde não possa ser vista, como arrumadeira, faxineira e cozinheira e, ainda, servente nas escolas, hospitais e supermercados, por outro, é sexualizada no carnaval como o corpo desejado por todos.

Gonzalez apresenta a dupla imagem da mulher negra brasileira: a de doméstica e a de “mulata profissional” para incluir o lugar da raça e da classe dentro das discussões feministas. Ela aponta um terceiro papel, a de mãe/cuidadora. Gonzalez indica incluir raça e classe nos estudos feministas como forma de tornar mais honestos os modelos já utilizados pelas ciências sociais. María Lugones (2014) inclui a heterossexualidade normativa como aquilo que fica escondido da compreensão sobre raça e gênero. A socióloga argentina afirma que a tarefa do feminismo descolonial é começar a aprender sobre outras mulheres que resistem à diferença, para além, do encantamento com a mulher universal.

Françoise Vergé (2020) afirma que o feminismo, para além de interseccional, deve ser decolonial (anticolonial) ao romper com as narrativas do que ela chama de feminismo civilizatório que exclui mulheres por sua raça ou condição social servindo aos interesses do neoliberalismo. A autora negra francesa questiona o fato de a sociedade burguesa funcionar há séculos a partir de uma estrutura racializada e estratificada que, segundo ela, mantém pessoas de determinadas raças desempenhando trabalhos mal pagos, perigosos, prejudiciais à saúde, considerados não-qualificados, mas que o patriarcado e o capitalismo neoliberal necessitam.

Vergé faz uso do termo “racializadas” para definir mulheres não-brancas, emigrantes do Sul-Global, que trabalham como empregadas domésticas, faxineiras, cozinheiras e cuidadoras, servindo a pessoas brancas. As mulheres racializadas mantêm-se invisíveis e mal pagas, segundo a autora, que ao referir-se ao feminismo decolonial, trata de buscar o enfrentamento da colonialidade do poder que é diferente do termo descolonizar cuja dimensão era a independência de territórios colonizados. Decolonização é uma forma de ativismo antirracista e antixenofóbico e que protege imigrantes e descendentes (destacados pela cor da pele, pelo sobrenome, pelos costumes).

As mulheres consideradas racializadas por Vergé são aquelas invisíveis porque acordam muito cedo e preparam os ambientes em que os brancos irão utilizar, chegam antes deles, deixam tudo limpo e higienizado, funcional. Ela afirma que o corpo invisível é o de uma mulher negra, cuja vida é considerada vulnerável, ao contrário das vidas protegidas das pessoas para quem elas trabalham. Ao tratar do confinamento voluntário, causado pela epidemia de Covid-19, no Brasil e na Europa, a autora afirma que as pessoas não confinadas garantem a vida cotidiana das confinadas porque são elas que trabalham levando produtos essenciais aos comércios, arrumam mercadorias nas prateleiras, são coletores de lixo, entregadores, motoristas de transporte coletivo, faxineiras e babás.

A falsa ideia de universalidade vai sendo colocada no topo das discussões por autoras que buscam tratar das especificidades de mulheres de grupos distintos como as trans, as negras, as indígenas, as indianas, as ciganas e as latinas, por exemplo. No caso das discussões no Brasil, Bento (2015, p. 146) lista o que chama de polifonia de vozes necessárias incluindo as diferentes gerações de luta a partir de classe, raça e sexualidade: “Uma polifonia de vozes que se negam a subsumirem na categoria mulher”.

Entre estas mulheres que não aceitam a identidade de mulher universal estão as lésbicas que, a partir de Judith Butler (2003), discutem o fato de o poder ser normatizado por meio da representação da heteronormatividade, defendendo um rompimento com a ideia de reforçar o binarismo. Michel Foucault (1988, p. 45) afirma que um dos ritos sociais do século XIX, frequentemente dispostos pela sociedade moderna, foi a tentativa de redução da sexualidade ao casal, sendo este um casal heterossexual, e legítimo do ponto de vista das leis vigentes em cada nação. Isso pode ser chamado de heteronormatividade compulsória.

Heloisa Buarque do Hollanda (2020) faz uma associação do pensamento *Queer* ao pensamento lésbico por meio da rejeição da heterossexualidade e da função reprodutiva (um casal de lésbicas não pode gerar uma criança) afirmando que a heteronormatividade é uma instituição estruturalmente política e que a marca do *Queer* latino-americano (aqui chamado de *cuir*) estaria associada às questões sociais e econômicas.

Butler quando fala de padrão de corpos defende que a construção visual é muito importante por ser imagética, tratando-se do padrão estético e de como é performado e construído materialmente, mas não biologicamente. Para a autora, a figura da *drag queen*, por exemplo, propõe a construção do corpo da mulher e o ironiza, não querendo ser mulher, ter feminilidade, mas querendo ser outra coisa.

Na obra *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (2003), a autora discute o que é esta outra coisa e é uma das leituras obrigatórias primárias para qualquer pesquisadora que inicie suas investigações em gênero e feminismos. Porém, a leitura do texto de Butler é difícil porque sua forma de escrita é bastante hermética, excessivamente acadêmica e reconhecidamente elitizada. No prefácio da segunda edição da obra, lançada em 1999, a autora comenta o fato de haver críticas com relação ao seu estilo de escrita e afirma que não escreve mal, o que demonstra que as críticas à sua forma de escrever chegaram até ela. A obra lançada em 1990, nos Estados Unidos, teve a primeira versão em português no Brasil somente em 2003, já a edição em Portugal, da Editora Orfeu Negro, foi somente em 2017. Nesta última, o investigador português João Manuel de Oliveira, na introdução, chama a atenção para uma das obras “mais importantes da teoria feminista, dos estudos de gênero e da teoria queer”.

Butler inicia o primeiro capítulo do livro com frases como: "A gente não nasce mulher, torna-se mulher" (Simone de Beauvoir), "Estritamente falando, não se pode dizer que existam mulheres" (Julia Kristevá) e "Mulher não tem sexo" (Luce Irigaray). As afirmações partem do questionamento sobre o que é ser mulher apontando para a necessidade de uma ruptura com o binarismo (macho/fêmea), defendendo que gênero tem a ver com as concepções que envolvem a humanidade.

A autora vai discutir com Foucault (1988) as representações de poder (a partir de um grupo de indivíduos ou de sujeitos) e, então, questionar o fato de o termo mulher denotar uma identidade comum, afirmando que esta unidade não é suficiente para conter em si os diversos contextos históricos de raça, classes, religiões, entre outros. "Resulta que se tornou impossível separar a noção de 'gênero' das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida" (Butler, 2003, p. 20). Para ela, a posição de que exista uma base universal para o feminismo é cultural e política.

Juntamente com a crítica relacionada à existência de uma identidade universal do ser mulher, o entendimento de que haja um patriarcado universal é parte da reflexão da autora. Para ela, nenhuma das duas generalizações faz sentido, porém, "a noção de uma concepção genericamente compartilhada das 'mulheres', corolário desta perspectiva, tem se mostrado muito mais difícil de superar" (Butler, 2003, p. 21). Ao questionar tanto a universalidade do sujeito mulher, quanto a existência de um patriarcado universal, provoca reflexões fundamentais do ponto de vista da representação de um grupo de mulheres (as ocidentais, heterossexuais e instruídas) sendo usado como sinônimo da categoria mulher. Este pensamento denota, sobretudo, a aceitação de que o pensamento comum a um grupo de mulheres de uma sociedade como sendo o de todas as mulheres em todas as sociedades.

O pensamento interseccional de Butler (2003, p. 21) ao questionar "Se alguém 'é' uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é" denota que as características da pessoa transcendem a performance do seu gênero e que "estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas". Para a autora, além de performance, a cultura e a política estão intrincadas. Susan Bordo (1997, p. 12) contribui também para pensar esta questão: "Cada vez que autores negros são citados somente por suas visões sobre raça – sendo a

maestria em temas genéricos reservada aos homens brancos, imaginados sem raça ou gênero – a Alteridade do negro é perpetuada."

Esta crítica é uma questão que faz parte, intrincadamente, das discussões do movimento feminista negro. É necessário lembrar do discurso chamado *Ain't I A Woman?* de Sojourner Truth (1797-1883), escravizada e depois liberta, que se tornou pastora e proferiu sua fala a um grupo de pessoas brancas, questionando os privilégios que as negras nunca tiveram, porque seu primeiro ponto de luta era conquistar o direito de serem consideradas mulheres, para além de pessoas escravizadas.

O texto é discutido no livro *E Eu Não Sou Uma Mulher* de Bell Hooks (2020, p. 21) que lembra que mais de cem anos se passaram desde o dia em que “em uma reunião antiescravista” nos Estados Unidos, Sojourner “mostrou os seios para provar que, de fato, era uma mulher”, após ouvir um homem gritar que não acreditava que ela era mulher.

A obra de Hooks (2000, p. 23) merece ser conhecida por todas as pessoas que buscam na epistemologia feminista uma forma de fazer ciência por revelar parte da história que não estava disponível, visto que: “Aos olhos do público branco do século XIX, a mulher negra era uma criatura indigna de receber o título de mulher; ela era um mero bem material, uma coisa, um animal”. A autora chama a atenção para a necessidade de conhecer como elas foram tratadas, ao ressaltar que durante o movimento pelos direitos civis na década de 1950, os homens negros afirmaram que as mulheres negras deveriam “(...) cumprir um papel sexista padrão” e disseram “(...) a elas que deveriam cuidar das necessidades do lar e gerar guerreiros para a revolução”.

Hooks concorda com Butler na crítica ao patriarcado universal quando explica que houve a tentativa de se estabelecer um “patriarcado negro” mesmo dentro dos movimentos de libertação das pessoas escravizadas. E explica que existia “uma grande agitação em relação aos homens negros receberem seus direitos”, mas não havia reivindicação sobre os direitos para as mulheres negras. O que permitia pensar que se homens negros ganhassem direitos e “mulheres negras não”, eles se tornariam “donos das mulheres” o que seria “tão ruim quanto era antes” (Hooks, 2020, p. 21-22).

Ela afirma que as feministas brancas “conseguiram se sentir bastante confortáveis escrevendo livros ou artigos sobre a ‘questão da mulher’ nos quais criavam analogias entre ‘mulheres’ e ‘negros’”. Para a autora, esta analogia indica uma posição “sexista e racista” em relação às mulheres negras já que a palavra mulheres “é sinônimo de ‘mulheres brancas’ e a palavra ‘negros’ é sinônimo de ‘homens negros’” (Hooks, 2020, p. 28). Pensamentos que seguem este comportamento estão presentes em toda a sociedade, inclusive na Academia e no jornalismo. Aceitar a sua existência pode indicar uma intenção de começar a combatê-lo. Esse combate pode começar pelas mulheres, mas deve alcançar os homens também. O texto a seguir trata de mulheres dos Estados Unidos, mas a reflexão pode ser estendida a todas as pessoas:

O processo começa com a aceitação individual da mulher de que as mulheres estadunidenses, sem exceção, foram socializadas para serem racistas, classistas e sexistas, em diferentes graus e que, ao nos rotularmos feministas, não mudamos o fato de que devemos trabalhar conscientemente para nos livrarmos do legado da socialização negativa (Hooks, 2020, p. 249).

A mulher universal, para além de branca, passa pela definição de que é também heterossexual, o que faz Butler (2003, p. 33) tecer questionamentos tanto a Beauvoir quanto à Irigaray nas considerações sobre mulher e sexo feminino. O incômodo da autora se dá com relação ao fato de entender que as feministas francesas, segundo ela, definem a mulher como um ser heterossexual, enfatizando o binarismo: "A crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significante masculinista, mas também deve permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo".

A partir de Butler (2003, p. 36), é possível refletir que pensar em feminismos em vez de feminismo (no singular) e mulheres em vez de mulher são questões que merecem atenção, mas isso não é suficiente. Apenas acrescentar o plural não faz com que a categorização deixe de ser universalizante. Seria errônea uma suposição de que haveria a existência de uma categoria de mulheres que para tornar-se completa bastaria apenas ser preenchida com componentes de "raça, classe, idade, etnia e sexualidade".

Hoje pode parecer que este argumento esteja bastante difundido, mas talvez antes da década de 1990 fosse necessário chamar mais a atenção para o fato de que as lésbicas não se sentiam parte do feminismo, muito menos as trans sentiam-se representadas. Extrapolando essa reflexão, as indígenas brasileiras, por exemplo, nunca tiveram a mesma

identidade das mulheres originárias da Austrália embora a palavra indígena seja empregada para representar pessoas de diversas regiões do mundo.

Se pensarmos que entre as pessoas vulneráveis as populações originárias de cada nação talvez estejam entre as mais excluídas de todas, então, a reflexão é fundamental, atual e necessária. Hooks traz luz à questão quando nos lembra que: “Ensinar-nos que Colombo descobriu a América; que ‘índios’ eram ‘escalpeladores’, assassinos de mulheres e crianças inocentes”. A autora chama atenção para como as pessoas escravizadas foram invisibilizadas e tiveram crimes contra elas tratados como se fossem algo normal:

Ninguém falava sobre a África como berço da civilização, sobre as pessoas africanas e asiáticas que vieram para a América antes de Colombo. Ninguém mencionou os assassinatos em massa de nativos americanos como genocídio ou estupros de mulheres nativas americanas ou africanas como terrorismo. Ninguém discutia escravidão como a alicerce para o crescimento do capitalismo. Ninguém descreveu a reprodução forçada de mulheres brancas para aumentar a população branca como opressão sexista (Hooks, 2000, p. 194).

Entre as pessoas mais invisibilizadas, também é preciso focar no caso das homossexuais (negras e brancas) cuja presença dentro das discussões feministas pode ter sido por muito tempo deixadas de lado. E talvez mais ainda como as transexuais, que em algumas situações ainda são bastante excluídas quando discutidas do ponto de vista dos feminismos.

A questão da patologização da pessoa homossexual é presente na área da saúde por construir justificativas para o custeamento de tratamentos. Esta é uma forma de manter a normalização do estranhamento a quem não se reconhece dentro do corpo e do gênero atribuído a si no nascimento. Berenice Bento trata disso relacionando a questão ao sistema de saúde quando afirma que:

O homem trans tem útero. Onde estará este corpo na política da saúde? E a mulher trans que tem próstata? Em algumas formas de política, você cola a identidade a um corpo e, a partir desta aparente estabilidade corpórea, se espera uma unidade identitária política. Existe uma necessidade de problematizar e perceber que os sujeitos que compõem essa identidade coletiva são múltiplos (Bento, 2015, p. 152).

Cabe aqui trazer o caso de Herculine Babin (uma francesa intersexual⁷ – segundo Butler citando Foucault – que foi designada como sendo do sexo feminino, porém diagnosticada como homem) que é apresentada como alguém que teria uma identidade de gênero impossível de ser concluída porque teria hétero e homossexualidade dentro de um mesmo indivíduo: "Nesse sentido, o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de *gênero*" (Butler, 2003, p. 56).

Esta performance tem a ver com a forma de construção da própria variação linguística. A linguagem é um dos elementos que mantém essas relações de poder, por assumir um caráter político. Tudo aquilo que foge à norma é considerado abjeto. Butler (2003, p. 57-58) chama a atenção para ambiguidades e incoerências nas práticas (e entre elas) heterossexual, homossexual e bissexual que seriam suprimidas e redescritas no binário masculino/feminino. Para ela, a unidade do gênero seria uma prática regulada pela busca em uniformizar a identidade de gênero por meio da heterossexualidade compulsória. Porém, considera o conceito como aberto a intervenções e ressignificações.

A questão da homossexualidade feminina, é discutida a partir de Lacan para quem a autora tece um dos vários questionamentos que apresenta em sua obra. Ela o acusa de agir como observador sendo um sujeito heterossexual masculino e que analisa a questão a partir de sua recusa:

Se Lacan presume que a homossexualidade feminina advém de uma heterossexualidade desapontada, como se diz mostrar a observação, não poderia ser igualmente claro para o observador que a heterossexualidade provém de uma homossexualidade desapontada? (Butler, 2003, p. 80)

A autora ainda trata da teoria de Monique Wittig segundo a qual não há distinção entre gênero e sexo e para quem a mulher existiria dentro da relação binária e de oposição ao homem: "Na verdade, diz ela, a lésbica transcende a oposição binária entre homens e mulheres; a lésbica não é nem mulher, nem homem. E, demais, a lésbica não tem sexo:

⁷ O termo usado na obra é hermafrodita, porém, como hoje é considerado desatualizado e depreciativo (Reis, 2018), esta autora optou por trocar pela palavra intersexual, que segundo o Manual de Comunicação LGBTI+ é uma pessoa que nasce apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições típicas do feminino ou do masculino; condição que pode ser genética e/ou somática.

ela está além das categorias de sexo" (Butler, 2003, p. 164). E afirma que a pessoa não é do sexo feminino, mas torna-se feminina e pode inclusive não se tornar nem feminina e nem masculina, sendo de um terceiro gênero e de uma categoria descritiva, política, estável: "Os gêneros não podem ser verdadeiros nem falsos, reais nem aparentes, originais nem derivados" (Butler, 2003, p. 201).

Embora a questão da não universalidade da mulher, tomada como identidade única, já fosse problematizada pela teoria feminista desde Virginia Woolf, Gayatri Spivak, Betty Friedan e Linda Alcoff, entre outras tantas autoras, a obra de Butler conquista um espaço não só na Academia, como também entre movimentos sociais porque ela, ao escrever esteja exercendo também seu Lugar de Fala de mulher lésbica em busca do fim do binarismo como categoria de pesquisa. Uma das intenções da autora com esta obra é enfatizar e dar espaço aos estudos da teoria *Queer* que nasce como uma política engajada e com intenções de dar voz e proteger grupos e pessoas que parecem estar à margem das teorias feministas, como as mulheres lésbicas.

A pergunta que precisamos responder para poder categorizar o que é o feminino, nesta tese, é a que Virginia Woolf se fez tão logo matou o "anjo do lar" que a habitava sempre que se sentava para escrever suas resenhas e romances. Este texto foi escrito em janeiro de 1931 para ser lido para a Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres:

Mas continuando minha história: o Anjo morreu, e o que ficou? Vocês podem dizer que o que ficou foi algo simples e comum – uma jovem num quarto com um tinteiro. Em outras palavras, agora que tinha se livrado da falsidade, a moça só tinha de ser ela mesma. Ah, mas o que é "ela mesma"? Quer dizer, o que é uma mulher? Juro que não sei (Woolf, 2012, p. 46).

No discurso, Woolf (2012, p. 12) fala de sua relação com um fantasma que dela cobrava uma postura dócil sempre que se sentava para escrever, mas principalmente quando o tema de seu trabalho era a resenha de algum texto escrito por um homem. O anjo, que era também mulher, a questionava e criticava: "Era ela que costumava aparecer entre mim e o papel enquanto eu fazia resenhas. Era ela que me incomodava, tomava meu tempo e me atormentava tanto que no fim matei esta mulher".

Matar a anjo não foi fácil para a escritora porque havia uma relação de afeto entre as duas; ela era encantadora, abnegada, sabia como conviver em família sempre se

relacionando bem. Porém, as asas da mulher-anjo faziam sombra sobre o papel todas as vezes que Virginia Woolf começava a escrever e ainda lhe dizia: “Querida, você é uma moça. Está escrevendo sobre um livro que foi escrito por um homem. Seja afável; seja meiga; lisonjeie; engane; use todas as artes e manhas de nosso sexo”. E a anjo não parava por aí, ainda afirmava: “Nunca deixe ninguém perceber que você tem opinião própria. E principalmente seja pura” (Woolf, 2012, p. 12).

O que chama a atenção neste texto, como também em outros textos da autora, é que ela tem plena consciência do lugar social que ocupa, seu Lugar de Fala. Ela sabe e conta às suas ouvintes e leitoras que pode matar o “anjo do lar” porque não depende de um homem para pagar suas despesas fundamentais. Ao entender-se como pessoa rica, compreendeu que sua posição era diferente da maioria das mulheres e isso a impulsionou e permitiu a ela ter coragem. Ao contar sobre sua situação financeira, se coloca como pessoa privilegiada, consciente de sua condição de classe social que lhe permitiu seguir a carreira de escritora e de jornalista. Não sente vergonha por isso, mas compreende que sem este aporte financeiro da herança e sem sua posição na sociedade, possivelmente não seria uma escritora corajosa.

E agora eu conto a única ação minha em que vejo algum mérito próprio, embora na verdade o mérito seja de alguns excelentes antepassados que me deixaram um bom dinheiro – digamos, umas quinhentas libras anuais? –, e assim eu não precisava só do charme para viver. Fui para cima dela e agarrei-a pela garganta. Fiz de tudo para esganá-la. Minha desculpa, se tivesse de comparecer a um tribunal, seria legítima defesa. Se eu não a matasse, ela é que me mataria (Woolf, 2012, p. 13).

O lugar das mulheres não existia na literatura no século XX, ou se existia era para poucas privilegiadas e, ainda assim, depois de muito sacrifício porque elas não tinham autorização para publicar textos e livros. No século anterior, a situação era um pouco mais difícil e complexa, segundo Maria Rita Kehl (2008, p. 66), porque a figura do “anjo do lar” era uma questão que mantinha as mulheres segregadas: “A onda de mulheres escritoras, sobretudo na segunda metade do século XIX, vem dar conta dos anseios e das fantasias que o silêncio das ‘rainhas do lar’ até então encobria”.

Outro fato que permitiu a algumas mulheres ter Lugar de Fala como autoras de ficção, principalmente de novelas e romances, escritos por e para elas, foi a importância que o casamento e o amor conjugal ganharam na sociedade, em meados do século XIX.

(...) a literatura "inventou" o amor burguês, e o casamento burguês abriu espaço para uma invasão literária que enriqueceu o imaginário das mulheres, compensando frustrações, rompendo o isolamento em que viviam as donas de casa, abrindo vias fantasiosas de gratificação e, acima de tudo, dando voz às experiências isoladas das filhas e esposas das famílias oitocentistas (Kehl, 2008, pp. 78-79).

Woolf (2014, p. 10) vai chamar a atenção sobre quem são as escritoras, também em: *Um Teto Todo Seu* (1928) que era base de uma palestra a estudantes universitárias. O tema do discurso para o qual foi convidada era Mulheres e Ficção, mas ela acabou tratando do que achou mais fundamental naquele momento: "Uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção". O que a autora explica é que há condições necessárias para uma escritora trabalhar, para além da certeza de que terá uma casa e comida, precisa da permissão para ocupar determinados lugares, sejam físicos ou na sociedade.

A noção de pessoa privilegiada, discutida por Woolf nos textos, demonstra como ao longo da história algumas autoras chamaram a atenção para as questões sociais como impeditivas de haver uma universalidade da mulher como um ser único. Ao marcar o seu lugar social, a autora compreende quem é e onde está: "Ou seja, eles se tornam mais conscientes das dificuldades associadas ao lugar da fala: quem fala e em nome de quem" (Woolf, 2012, p. 17). Cada vez mais o fazer literário se preocupa com o acesso e a visibilização das vozes, além da representação dos múltiplos grupos sociais que escrevem e que leem.

Pesquisadoras em diferentes áreas de produção vivem também uma disputa por pertencimento. Elas precisam buscar, conquistar e ocupar lugares que antes não lhes pertenciam, não só na literatura, mas também na academia, nas artes, na mídia e no jornalismo. A mesma preocupação de dar acesso a diversas vozes existe nas ciências, a partir da discussão do modo de construir conhecimento por meio das pesquisas lideradas por mulheres e de uma epistemologia do ponto de vista.

1.2 Uma epistemologia a partir do pensamento feminino

Se relacionarmos o Lugar de Fala das mulheres na literatura (que praticamente não existia até o século XX) às epistemologias científicas, torna-se possível compreender como surgiram as epistemologias feministas. Ted Bento e Ian Craib (2001) contextualizam historicamente e discutem como foi este surgimento a partir da questão da normalidade científica, cuja crença na objetividade e universalidade do conhecimento e do método científico era consenso. As epistemologias tradicionais eram individualistas, uma vez que o foco do conhecimento ficava centrado no sujeito e os questionamentos das teóricas feministas eram críticas, primeiramente, a este sujeito cartesiano e universal. O fato de focar nesse sujeito, querendo não ter foco nenhum – como se isso fosse possível – deixa de fora os outros sujeitos que não são considerados como os do Ocidente. Eles são: o feminino, o não-branco e os subalternos – como agricultores de países em desenvolvimento econômico da América Latina, África e Ásia, povos originários, trabalhadores industriais, minorias étnicas e homossexuais.

Os autores nos perguntam: como alguém poderia escapar da conclusão de que os padrões científicos de objetividade e universalidade eram o produto e propriedade de uma civilização particular, histórica e geograficamente localizada (sendo esta a sociedade ocidental moderna)? Que justificativa poderia haver para impor essas formas de pensamento em culturas radicalmente diferentes? “Para os grupos subalternos, a resistência à dominação deve incluir desafiar as formas de conhecimento que são invariavelmente cúmplices de tais regimes” (Bento & Craib, 2001, p. 143)⁸.

A partir disso, apontam como desafiar as autoridades e as relações de poder do Ocidente, por meio da ciência, dando lugar central à metáfora da perspectiva (ou do "ponto de vista"). Sobretudo porque padrões de crença estão associados a posições sociais que propõem uma visualização exibida a partir de visões diversas e potencialmente conflitantes de diferentes posições na sociedade. Essa perspectiva do ponto de vista, segundo os autores, foi explorada de maneira muito sofisticada em uma variedade de

⁸ Tradução livre de: “For subaltern groups, resistance to domination has to include challenging the forms of knowledge which are invariably complicit in such regimes”.

movimentos sociais modernos: o movimento gay e lésbico, o movimento trabalhista, o movimento das mulheres, o das lutas anticoloniais e o das antirracistas, etc.

No caso das feministas, as sufragistas na Grã-Bretanha desafiaram o poder masculino em casa, na Igreja, nos tribunais e prisões, e nas ruas, quando tiveram de enfrentar violência e abuso, bem como formas mais sutis de coerção. Um aspecto da luta em todos esses domínios foi a necessidade de desafiar crenças patriarcais sobre a natureza das mulheres e o lugar sugerido como apropriado na sociedade. Os autores afirmam que tanto as sufragistas, quanto as mulheres da segunda onda feminista (que focavam em reduzir desigualdades) sofreram perseguição da própria ciência porque a medicina científica usou de pesquisas para diagnosticá-las como doentes: as sufragistas eram diagnosticadas de Tarantismo ou de epilepsia quando protestavam.

O determinismo biológico é exemplificado, também, quando pesquisas médicas alertavam que era tolice permitir que elas cursassem ensino superior. O caso citado é de Lynda Birke que contava de um Dr. E. H. Clarke, professor de Harvard “(...) cuja visão era que a menstruação cobrava um grande tributo da fisiologia da mulher e que o esforço extra ao estudar seria prejudicial à saúde” (Bento & Craib, 2001, p. 146)⁹. E na segunda onda houve a renovação de darwinismo social, sob o nome “sociobiologia”, que usava as diferenças entre o “investimento” masculino e feminino na reprodução para declarar a dominação masculina, o patriarcado e o duplo padrão sexual como ambos naturais e inevitáveis.

O que era ordenado por Deus e pela natureza era que elas se limitassem à esfera doméstica: trabalho doméstico, gestação e criação de filhos. No caso das mais abastadas era permitido atuar em obras de caridade. Porém, as trabalhadoras, além de empregadas nas indústrias ou na agricultura (com salários menores que dos homens), ainda tinham o trabalho doméstico e a obrigação de gerar e cuidar de filhos, ao mesmo tempo que eram impedidas de ingressar no ensino superior e proibidas de participar dos processos eleitorais.

⁹ Tradução livre de: “(...) whose view was that menstruation took such a toll of the female physiology that the extra strain of study would be damaging to health”.

Foi no final da década de 1960, segundo os autores, que o poder transformador da pesquisa de cunho feminista no campo das ciências sociais, foi testemunhado na sociologia ao unir gênero, classe e raça nos estudos. A reestruturação da agenda da pesquisa sociológica coloca feministas e gays explorando a produção e reprodução das identidades de gênero nas representações culturais e midiáticas. Isso permitiu a construção do campo interdisciplinar de estudos femininos, a partir especialmente de três epistemólogas do ponto de vista feminista: Sandra Harding, Nancy Hartsock e Hilary Rose.

Sandra Harding, branca estadunidense, questionadora das formas de construir outras bases do conhecimento, para além da patriarcal, busca apontar aspectos da realidade social que são do interesse das mulheres, ao colocar o sujeito do conhecimento e os objetos de investigação no mesmo plano. Nancy Hartsock, também branca estadunidense, em suas pesquisas apoiou-se no marxismo com o conceito de consciência revolucionária da classe trabalhadora, como se o proletariado, ao sofrer opressão, tomasse parte de uma classe universal que tivesse seu Lugar de Fala. Hilary Rose afirma que o trabalho realizado pelas mulheres é artesanal e o realizado pelos homens é industrializado. A base da teoria dela é juntar as atividades manuais às mentais e às emocionais, de forma unificada, negando a relação de mente *versus* corpo, razão *versus* emoção, etc.

Benton e Craig afirmam, ainda, que este feminismo pós-moderno, base da epistemologia feminista, combate a figura da mulher universal e do preconceito de gênero, propondo visibilidade para diversos grupos (brancas e negras, heterossexuais e lésbicas, classe média e classe trabalhadora, colonizadoras e colonizadas e assim por diante). Este feminismo se apresenta no lugar de um movimento que representava apenas os interesses de mulheres ocidentais brancas, de classe média, educadas. A epistemologia feminista considera que sempre houve um processo de exclusão e invisibilidade das mulheres e que a ciência não é neutra e nem objetiva, uma vez que os valores do conhecimento são patriarcais e que o sujeito do conhecimento tradicional é o masculino e colonial.

Para os críticos da teoria do ponto de vista, estava muito perto da racionalidade científica "patriarcal" em sua aceitação da herança iluminista de compromisso com a verdade e objetividade. O que era necessário não era uma ciência melhor, ou um conhecimento mais confiável, uma vez que isso significava

apenas mais um "regime de verdade". Em vez disso, a teoria do ponto de vista deve dar lugar a uma recepção positiva da diversidade de culturas e entendimentos, sem tentar estabelecer a verdade de ninguém¹⁰ (Bento & Craib, 2001, p. 161).

As transformações metodológicas propostas pelas epistemólogas que defendem o *Feminist Standpoint* tem como foco assumir que as abordagens construídas dentro das epistemologias tradicionais foram desenvolvidas por meio do ponto de vista dos homens, brancos e privilegiados. A base desta epistemologia é a necessidade de uma revisão para permitir abordagens igualitárias para grupos minoritários e subalternizados. Esta tese tem como referencial teórico autoras que defendem a epistemologia feminista sobretudo porque buscar mulheres como referência é uma forma de dar às autoras visibilidade de suas teorias. E este é um dos objetivos desta tese.

Visibilizar a fala e a voz delas é parte das discussões sobre Lugar de Fala, tema do próximo tópico. As discussões vêm dar sequência à pesquisa ao jogar luz à questão do que é o feminino a partir da pergunta: o feminino estaria em quem se identifica como mulher?

1.3 Onde nasceu a expressão Lugar de Fala?

Quando tiramos a classificação de gênero da questão biológica, a partir do fato de que o termo gênero é polissêmico e não está relacionado a uma estrutura corpórea – à genitália do indivíduo – é possível compreender que o feminino e o masculino não estão relacionados ao fato de se ter uma vagina ou um pênis. A feminilidade está relacionada ao corpo como um todo, à performance, a traços que configuram o ser mulher, a práticas identitárias, práticas sociais e de como o ser se reconhece e quer ser reconhecido dentro das relações sociais.

10 Tradução livre de: “For the critics of standpoint theory, it was too close to ‘patriarchal’ scientific rationality in its acceptance of the Enlightenment heritage of commitment to truth and objectivity. What was needed was not better science, or more reliable knowledge, since this spelt only yet another ‘regime of truth’. Instead, standpoint theory should give way to a positive welcoming of diversity of cultures and understandings, without trying to establish the truth of any one”.

Os signos corporais do feminino são visíveis: quando uma mulher é vista é reconhecida dentro da prática social pelo olhar de quem a vê, a partir dos sinais que ela emite, independentemente de aquele corpo ter pênis ou vagina, de se os seios são naturais ou resultado de cirurgias. A mulher performa ser mulher. Lugar de Fala, também referenciado como Direito de Fala, tradução de *Feminist Standpoint*, segundo Patrícia Hill Collins (2000), tem sido tema de pesquisas na área de comunicação que investigam a autorização do discurso a partir de quem fala.

O termo tem sido bastante estudado e discutido por autoras e militantes feministas que denunciam a prática de um discurso autorizado e único, no qual elas têm menor espaço de fala do que eles. A definição de Lugar de Fala pode ter sido moldada nas reflexões de movimentos sociais sobre a forma de as mulheres se colocarem contra a autorização discursiva, que priorizaria primeiramente homens brancos, heterossexuais e cisgênero, e depois mulheres brancas, heterossexuais e cisgênero. Esta variação ainda teria outras gradações a partir das características e situação da mulher: pobre, negra, homossexual, travesti, transgênero, indígena.

O conceito para definir o que é Lugar de Fala parece ter surgido da necessidade de os próprios sujeitos sociais expressarem-se por si mesmos, refutando as considerações feitas sobre eles a partir de especialistas, pesquisadores, estudiosos e de discursos hegemônicos, dos quais entendem-se como observados a partir do ponto de vista de quem os olha. Algumas autoras são consideradas precursoras destas discussões e serão apresentadas a seguir para ter-se a compreensão das discussões fundadoras deste conceito que hoje é considerado polêmico tanto na Academia quanto na militância feminista.

A indiana Gayatri Spivak (2010, p. 85) apresenta a teoria de que o subalterno é o sujeito cuja voz não é ouvida e pode ter iniciado esta discussão ao criticar o fato de haver a intermediação de alguém que se apresenta e é considerado como superior, e que fala pelo outro, além de ter papel de reivindicar algo para aquele considerado e visto como marginalizado (que aqui não seria alguém desprovido de recursos, mas o proletário inserido no capitalismo). Este alguém, para a autora, seria o homem intelectual ocidental e pós-colonialista com sua postura etnocêntrica. Para ela, a subalterna teria uma situação ainda pior: “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na

obscuridade”. Para visibilizar as vozes de quem não é ouvido, surgiram os estudos das subalternidades.

A autora analisa o caso das viúvas indianas na cerimônia chamada de *sati* para discutir a opressão epistemológica inglesa sobre a cultura de seu país durante a colonização. Segundo ela, os britânicos proibiram o ritual em que as viúvas se atiravam à pira funerária dos maridos, e cometiam suicídio porque este seria o comportamento esperado das mulheres consideradas “honradas”, sendo que tal ritual não era praticado universalmente pelas indianas, nem era relegado a uma casta ou classe. Spivak (2010, p. 122) afirma que “A abolição deste ritual pelos britânicos foi geralmente compreendida como um caso de ‘homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura’”. A imagem do imperialismo como o estabelecedor da boa sociedade é marcada pela adoção da mulher como objeto de proteção de sua própria espécie.

Como mulher indiana, Spivak (2010, p. 127) não questiona o fato de o suicídio das viúvas ter sido criminalizado “a abolição do *sati* foi um ato admirável, em si mesmo”, mas a ação faz parecer que todas as viúvas indianas quisessem ou fossem obrigadas a praticar o suicídio. A autora não dispensa a questão histórica do país, onde as viúvas viviam uma condição precária porque algumas podiam ser consideradas inúteis pelos parentes. Explica, ainda, que as heranças de terras tinham relação com este ritual e que o sacrifício prometia a elas que ao imolar-se seriam purificadas. Porém, afirma que apesar de tudo as mulheres não eram ouvidas pelos homens.

Em seu livro lançado em 1985, Spivak discute suas ideias à luz de teorias de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Jacques Derrida e faz críticas ao intelectual contemporâneo que deveria exercer o papel de alguém que permitisse ao subalterno falar e, para além disso, que a sua fala deveria ser realmente ouvida. Sobretudo porque apesar de as mulheres lutarem por questões comuns, como a diminuição das desigualdades de gênero, as desigualdades de modo geral são diferentes entre as pessoas marginalizadas ou subalternas porque são heterogêneas e sempre o foram: “(...) deve-se, não obstante, insistir que o *sujeito* subalterno colonizado é irremediavelmente heterogêneo” (2010, p. 72). O intelectual colonizador tomava para si o papel de representar as mulheres, falar por elas, mas sem ouvi-las.

A portuguesa Grada Kilomba (2019, p. 47), ao estudar o livro de Spivak, apresenta um ponto relevante relacionado à questão de gênero e à subalternidade ao lembrar que a obra foi escrita na língua original em inglês: *Can The Subaltern Speak?* e como *subaltern* não tem gênero, Kilomba opta na tradução por referir-se à subalterna, no gênero feminino. Segundo ela, “Ao argumentar que a subalterna não pode falar, ela não está se referindo ao ato de falar em si”, mas “refere-se à dificuldade de falar dentro do regime repressivo do colonialismo e do racismo”. Entre as mulheres existe a necessidade de dar espaço a diversos grupos específicos e com necessidades próprias de representação, a partir do que cada grupo vivencia ou experiencia.

Entre as pesquisadoras que estudam o feminismo negro, a busca pelo Lugar de Fala tem encontrado espaço depois de décadas de sub-representação, por isso, a obra de Kilomba ganha espaço nas discussões acadêmicas. Da mesma forma que o pensamento da estadunidense Linda Alcoff (1991-1992), que no texto *The Problem of Speaking for Others* lembra que falar pelo outro é algo cometido tanto por homens quanto por mulheres brancas. A autora chama a atenção para o fato de que não se deve parar de falar, mas é preciso saber o motivo pelo qual se fala pelo outro, uma vez que frequentemente a intenção nasce do desejo de domínio.

Há uma corrente forte, embora contestada, dentro do feminismo que sustenta que falar pelos outros - mesmo por outras mulheres - é arrogante, vaidoso, antiético e politicamente ilegítimo¹¹ (Alcoff, 1991-1992, p. 6).

Alcoff afirma que apesar de boas intenções, principalmente entre intelectuais e pesquisadores acadêmicos, os resultados de falar pelo outro podem ser bastante negativos ao reforçar a opressão: “a prática de pessoas privilegiadas falando por ou em nome de pessoas menos favorecidas resultou (em muitos casos) em aumentar ou reforçar a opressão do grupo falado por”¹². Por isso, é necessária uma autoavaliação sobre representatividade de falar a partir de lugares privilegiados: “Devemos fazer mais perguntas sobre os seus efeitos, questões que se resumem ao seguinte: elas capacitarão o

¹¹ Tradução livre de: “There is a strong, albeit contested, current within feminism which holds that speaking for others---even for other women---is arrogant, vain, unethical, and politically illegitimate”.

¹² Tradução livre de: “In particular, the practice of privileged persons speaking for or on behalf of less privileged person has actually resulted (in many cases) in increasing or reinforcing the oppression of the group spoken for”.

empoderamento dos povos oprimidos?”¹³ (Alcoff, 1991-1992, p.7). O conceito de *Feminist Standpoint* é inspirado na relação de opressão entre povos escravizados e seus escravocratas e na dominação de classe.

Lugar de Fala como ponto de vista das negras estadunidenses a partir da história de feministas afro-americanas e de como seu discurso foi invisível por ser oprimido, é o tema de discussão de Patricia Hill Collins (2000), no livro *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. A autora reivindica para si, e para as pesquisadoras negras, um pensamento feminista negro a partir de um espaço de discurso na sociedade e do não-silenciamento das mulheres negras quando cada uma puder falar por si mesma.

As ideias que compartilhamos umas com as outras como mães de famílias estendidas, como outras mães nas comunidades negras, como membros de igrejas negras e como professores para as crianças da comunidade negra formaram uma área crucial em que mulheres afro-americanas elaboraram um multifacetado ponto de vista da mulher negra (Collins, 2000, pp. 16-17)¹⁴.

No Brasil, o termo Lugar de Fala é utilizado em muitos trabalhos a partir das autoras já citadas como tradução do termo *Feminist Standpoint*, o que causa uma certa contradição com outra vertente teórica que emprega a mesma expressão de forma bastante distinta do conceito apresentado até agora. José Luiz Braga (2000, pp. 163-164) defende que “A estruturação interna da fala decorre da construção de uma determinada ‘lógica’ no trato da situação concreta”. O conceito de Lugar de Fala, usado por ele, não tem a ver com representatividade, mas com uma perspectiva linguístico-comunicacional:

A questão básica para este tipo de estudo seria então a de observar que lógica é esta – ou seja, em que lugar a fala faz sentido – ou ainda, que ‘coerência’ entre fala e situação estrutura este conjunto de tal forma que, por sua inserção em tal estrutura, a fala tenha sentido (Braga, 2000, pp. 164-165).

As aspas nas palavras lógica e coerência, segundo o autor, se dão por conta do uso de uma lógica *ad-hoc*, formulada com a intenção de legitimação e defesa de uma teoria.

¹³ Tradução livre de: “We must ask further questions about its effects, questions that amount to the following: will it enable the empowerment of oppressed peoples?”

¹⁴ Tradução livre de: “The ideas we share with one another as mothers in extended families, as other mothers in Black communities, as members of Black churches, and as teachers to the Black community’s children have formed one pivotal area where African American women have hammered out a multifaceted Black women’s standpoint”.

Além disso, pretende uma coerência nos limites escolhidos para a fala, quando as passagens contraditórias concordarem entre si e a fala fizer sentido, mesmo que na perspectiva de um observador externo, pareçam estar equivocadas. A proposta é de uma compreensão da fala dentro de sua inserção em uma estrutura significativa no nível da articulação do texto com uma situação local.

Para Braga (2000, pp. 174-175), o Lugar de Fala está relacionado ao grupo que se comunica. O conceito serve para envolver apenas uma articulação prática cujo objetivo seria de uma “solução local” que corresponderia ao lugar construído pela fala dentro de seu contexto, sem ligação com movimentos sociais. Deste modo, segundo o autor: “A busca de lugares de fala estaria relacionada a outros objetivos: observar o sentido local de ideias e interesses; observar este sentido naquele ângulo que não é visto como universal, mas como localmente justificado pela situação”.

O conceito de fala compreendido nesta pesquisa se dá a partir do que é dito por uma pessoa e **ouvido por outra**, uma vez que o direito de falar e de ser ouvida é o princípio básico do conceito de *Feminist Standpoint*. Não é possível compreender o que pensam as mulheres sem que elas mesmas falem e sejam ouvidas, por isso, os dados empíricos a serem analisados se dão a partir das vozes das próprias mulheres, e não quando as falas delas são traduzidas ou explicadas pelos jornalistas, fato comum no Jornal Nacional. Como no Brasil historicamente o telejornal é para ser assistido (visto e ouvido) e não é para ser lido, o uso de legendas é raro, serve apenas para transcrever sons inaudíveis, ou confirmá-los. Não é comum ouvirmos entrevistas em outros idiomas legendadas e o mais usual é o jornalista traduzir ou interpretar pelo seu *off* o que é dito pela fonte em outro idioma.

Esta pesquisa não corrobora com as críticas a um Lugar de Fala entendido como aquele que quer calar o outro e que propõe cotas de falas a serem divididas entre homens e mulheres que detém autoridade única para falar. Portanto, é importante trazer para a discussão as bases dos críticos. Isabelle Anchieta de Melo (2018) na reportagem “Lugar de Fala, o Novo Apartheid Enunciativo?”, caracteriza o conceito como um tipo de calamento, segundo ela, o neologismo foi desenvolvido em sua tese de doutoramento intitulada *Imagens da Mulher no Ocidente Moderno*, ainda não publicada.

O lugar de fala é *apartheid* pelo avesso. Uma segregação enunciativa de uma suposta maioria privilegiada. E o pior: é uma estratégia improdutiva para os próprios grupos identitários. Há um ressentimento histórico de fundo. Uma vingança (Melo, 2018).

Também discutindo a questão de cerceamento de fala, Luciana Salgado e Márcio Gatti (2018, p. 571) afirmam que o conceito pode surgir como paráfrase de ‘lugar de autoridade’ e compreendem a maneira como é utilizado pelos movimentos sociais como sendo autoritária "(...) a legitimidade incondicional da reivindicação das singularidades marcadas no corpo, configuradoras de uma autoridade indiscutível" (Salgado & Gatti, 2018, p. 574). O autor e a autora argumentam que o conceito nasceu progressista, mas ao impedir que alguns tenham direito a falar, está distorcendo seu propósito inicial (...) é revelador da gestão de uma memória segregacionista, contraditória com a defesa das minorias e dos princípios da diversidade fortemente presentes no discurso progressista". E afirmam que é usado como lugar de restrição:

Mas é possível ver que ora “Lugar de Fala” aparece como uma reivindicação para demonstrar (o que ninguém mais sabe), ora é uma reivindicação para desabafar (sobre o que ninguém mais sofre). Nesses termos, não é uma categoria que garante o debate e a troca, mas impõe uma aceitação por parte daquele que desconhece, que pode ser mais social e intelectualmente construída ou mais moral e emocionalmente exercida (Salgado & Gatti, 2018, p. 578).

Os dois textos tratam o desejo das mulheres subalternas, periféricas, vulneráveis de falar e serem ouvidas, como necessidade de vingança. Como forma de contestar as críticas ao cerceamento de fala e ao *apartheid* enunciativo, é relevante ressaltar que Lugar de Fala dá a todas e a todos o direito a falar, porém cada uma e cada um deve saber de qual lugar social fala e saber ouvir quando a outra pessoa tem a palavra e deixá-la se expressar. Em vez de calar, a intenção é permitir que outras pessoas falem e dar a elas a oportunidade de serem ouvidas. É espaço de visibilização das diversas vozes dentro da interseccionalidade, principalmente a quem pouco teve sua voz visibilizada na história da humanidade.

Lugar de fala tem a intenção de demonstrar que cada pessoa deve treinar a humildade de reconhecer sua arrogância e seu sentimento de superioridade ao não querer ouvir as expressões das diversas experiências fundamentais à compreensão da humanidade, para além da cultura ocidental e branca que é aceita historicamente como a correta, desenvolvida e civilizada.

i. Lugar de Fala nas pesquisas acadêmicas

Na Academia, o conceito de Lugar de Fala não diz respeito apenas à voz feminina. Para além dos textos feministas, o conceito é aplicado como um instrumento teórico-metodológico para estudos de vozes de setores da população na área da Comunicação. É o caso de Amaral (2005), já citado, que tem a intenção de contribuir na análise de variados discursos pelo viés da representação social ou, até mesmo, da identidade a partir da ocupação ou profissão de determinados grupos.

Este próximo tópico vai apresentar como o termo é utilizado em pesquisas, sob as diferentes abordagens que se têm sobre o tema, com a intenção de construir um panorama de como tem sido utilizado e aplicado na área da Comunicação. Para isso, foi realizada uma busca por palavras-chave em trabalhos publicados digitalmente entre 2012 e 2018 em repositórios de pesquisas acadêmicas, teses e dissertações¹⁵ no Brasil e em Portugal. As palavras-chave “Lugar de Fala” e “Lugares de Fala” foram pesquisadas em títulos, resumos e palavras-chave das publicações¹⁶.

No Brasil, o Banco de Teses da Capes¹⁷ e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações¹⁸ são *sites* que reúnem resumos de trabalhos defendidos em programas de pós-graduação do país e a partir dos dois foi possível realizar busca direta por meio de digitação de palavras-chave e usando aspas para delimitar a pesquisa. No dia 12 de novembro de 2018, foram encontrados nestes repositórios: 120 resultados no Banco de

¹⁵ Parte da base dados deste levantamento, aqui apresentado, foi publicada inicialmente no capítulo: Que Lugar tem o Lugar de Fala na Academia? (Nodari, 2019a), mas foi adaptado para adequação às normas desta tese.

¹⁶ Resultado da pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22lugar+de+fala%22+jornalismo&type=AllFields&limit=20&sort=relevance> Acesso em 12 de novembro de 2018.

¹⁷ O Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES pode ser acessado pelo *site* <https://catalogodeteses.capes.gov.br>

¹⁸ A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pode ser acessada pelo *site* <https://bdtd.ibict.br>

Teses da Capes e 112 resultados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, totalizando 232 trabalhos.

Em cacifos portugueses, inicialmente a busca foi realizada no dia 19 de novembro de 2018 na Base Nacional de Dados Bibliográficos da Biblioteca Nacional de Portugal¹⁹ (com três resultados encontrados, embora todos bastante antigos) e no Registo Nacional de Teses e Dissertações (Renates)²⁰. Neste último, como é preciso escolher uma instituição e outros dados para que a pesquisa seja feita, a busca não se tornou efetiva. Então, a solução foi pesquisar em cada uma das dez universidades com programas de doutoramento em jornalismo de Portugal.

Visitando o *site* de cada uma das instituições foi possível ter um resultado equilibrado para ser comparado ao das instituições brasileiras. Foram encontrados 19 resultados na Universidade do Porto²¹, seis na Universidade Fernando Pessoa²², 19 na Universidade de Coimbra²³, 12 na Universidade de Lisboa²⁴, 13 na Universidade da Beira

¹⁹ Resultado da pesquisa realizada na Base Nacional de Dados Bibliográficos da Biblioteca Nacional de Portugal (PORBASE)
<http://porbase.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=154J1994N67T1.403&menu=search&aspect=subtab11&npp=20&ipp=20&spp=20&profile=porbase&ri=&term=lugar+de+fala&index=.GW&x=0&y=0&aspect=subtab11>

²⁰ Resultado da pesquisa realizada no Registo Nacional de Teses e Dissertações (Renates)
<https://renates2.dgeec.mec.pt/ppsq.asp?I=700&U=0&N=&G=1,2,3.&T=&A=&Ar=&Tt=lugar%20de%20fala&Es=1.&Dc=0&Lc=0&Tc=&Cc=0&Lc2=0&Tc2=&Cc2=0&Lc3=0&Tc3=&Cc3=0&Or=0&Pf>

²¹ Resultado da pesquisa realizada no Repositório Aberto da Universidade do Porto https://repositorio-aberto.up.pt/simple-search?location=%2F&query=%22lugar+de+fala%22&rpp=10&sort_by%20=score&order=desc Acesso em 12 de dezembro de 2018.

²² Resultado da pesquisa realizada no Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa <https://bdigital.ufp.pt/simple-search?query=%22lugar+de+fala%22> Acesso em 13 de dezembro de 2018.

²³ Resultado da pesquisa realizada no Repositório Científico da Universidade de Coimbra <https://estudogeral.sib.uc.pt/simple-search?query=%22lugar+de+fala%22> Acesso em 13 de dezembro de 2019.

²⁴ Resultado da pesquisa realizada no Repositório da Universidade de Lisboa <http://repositorio.ul.pt/simple-search?query=%22lugar+de+fala%22> Acesso em 13 de dezembro de 2019.

Interior²⁵, 13 na Universidade Nova de Lisboa²⁶, seis no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE)²⁷, apenas um na Universidade Lusófona do Porto²⁸ e nenhum na Universidade Lusófona de Lisboa²⁹. No RepositoriUM, da Universidade do Minho³⁰, apenas um registro surgiu. No total, foram encontrados 90 trabalhos de instituições portuguesas.

Após a identificação dos 232 trabalhos publicados no Brasil e dos 90 em Portugal, que continham os termos Lugar ou Lugares de Fala, o segundo passo foi realizar uma leitura do resumo de cada uma das teses e dissertações listadas em cada repositório para compreender o conceito aplicado à cada pesquisa. Neste momento, foram selecionadas pesquisas das áreas de Comunicação, Informação e do Jornalismo (publicações em outras áreas como Direito, Arquitetura, Artes, Antropologia, Letras, Literatura, Sociologia, Cinema, etc., foram dispensadas para focar o resultado nas áreas de Comunicação e Jornalismo). Outra decisão foi com relação à data de defesa das teses e dissertações: somente os trabalhos publicados depois de 2013 foram considerados, com a intenção de procurar entre os mais recentes, de 2013 a 2018.

A partir dos filtros supracitados, 41 teses e dissertações foram selecionadas. Dos 25 trabalhos brasileiros: 17 estão publicados no Banco de Teses da Capes e oito da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Nos repositórios das dez universidades portuguesas, 19 publicações foram selecionadas. Na sequência, os dados foram coletados, indexados pelo título, grau (doutorado ou mestrado), palavras-chave,

²⁵ Resultado da pesquisa realizada no Repositório Digital da UBI (uBibliorum) <https://ubibliorum.ubi.pt/simple-search?query=%22lugar+de+fala%22> Acesso em 13 de dezembro de 2018

²⁶ Resultado da pesquisa realizada no Repositório Universidade Nova (Run) <https://run.unl.pt/simple-search?query=%22lugar+de+fala%22> Acesso em 13 de dezembro de 2018.

²⁷ Resultado da pesquisa realizada no Repositório do ISCT-IUL https://repositorio.iscte-iul.pt/simple-search?location=%2F&query=%22lugar+de+fala%22&rpp=10&sort_by=score&order=desc Acesso em 13 de dezembro de 2018.

²⁸ Resultado da pesquisa realizada no Repositório Científico Lusófona (Recil) <http://recil.grupolusofona.pt/search> Acesso em 13 de dezembro de 2018.

²⁹ Resultado da pesquisa realizada no Repositório Científico Lusófona (Recil) <http://recil.grupolusofona.pt/jspui/handle/10437/675/simple-search?query=%22lugar+de+fala%22> Acesso em 13 de dezembro de 2018.

³⁰ Resultado da pesquisa realizada no RepositoriUM da Universidade do Minho <http://repositorium.sdum.uminho.pt/simple-search?query=%22lugar+de+fala%22> Acesso em 13 de dezembro de 2018.

ano, universidade, conceito de Lugar de Fala, resumo, fonte para conceituar Lugar de Fala, referências e plataformas onde o trabalho foi encontrado.

Das teses e dissertações selecionadas, e a partir dos filtros especificados anteriormente, a busca pelo conceito teórico foi o próximo passo do levantamento. Para alcançar este objetivo foi realizada o que a pesquisadora francesa Laurence Bardin (2016, p. 126) chama de leitura flutuante, de trechos das teses e dissertações que citavam as palavras-chave. A leitura flutuante "(...) consiste em estabelecer contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações". Em seguida, os autores usados para referenciar os conceitos foram selecionados e as citações remetidas a eles, filtradas.

Ao ler resumos e trechos de dissertações foi possível observar que a maioria dos trabalhos não referenciam Lugar de Fala a partir de autores ou teorias, muitos utilizam-se de afirmações próprias e pessoais ou simplesmente citam as palavras como se houvesse um entendimento único para os termos Lugar ou Lugares de Fala. É possível considerar que o uso, quando não referenciado ou discutido enquanto conceito, torna-se parecido com a escolha de uma palavra apenas por seu sentido de dicionário.

O total de trabalhos verificados, neste segundo filtro que inclui apenas teses de doutorado e dissertações de mestrado das áreas de Comunicação, Jornalismo e Ciências da Informação, é composto por 20 selecionados, que pertencem a dez instituições brasileiras e a seis universidades portuguesas, e trazem um conceito para Lugar de Fala, seja no resumo ou em algum dos capítulos. A maioria das pesquisas encontradas nesta busca utiliza Lugar de Fala como discurso ou como identidade e individualidade de um grupo.

Entre os sinônimos encontrados é possível destacar: discurso, imaginário discursivo, lugar discursivo, discurso legítimo, discurso de autoria, posicionamento ou posição política, posição social, espaço de expressão, lugar de autoridade, constituição identitária. A tabela a seguir demonstra isso:

Tabela 1: Lugar de Fala em publicações acadêmicas

Significado	Portugal	Brasil	Citações em trabalhos
Grupo (profissão, posição social)	6	2	8
Discurso	3	3	6
Identidade	1	0	1
Reconhecimento	0	1	1
Opinião	0	1	1
Nacionalidade	0	1	1
Ponto de vista	0	1	1
Lugar social	0	1	1
Total de trabalhos	10	10	20

Fonte: Elaboração própria.

É possível perceber que os sentidos identificados para o conceito de Lugar de Fala são usados de diversas formas, por exemplo como as bandeiras de luta das mulheres negras, como o ponto de vista dos leitores de um jornal impresso, como as reclamações de usuários insatisfeitos com o sistema de saúde ou como comentários de grupos em redes sociais.

Com relação a autores e autoras apresentadas para referenciar os conceitos, cinco trabalhos utilizam o pensamento de Raquel Recuero (2009), no livro *Redes Sociais na Internet*. Ao ler a obra é possível perceber que a autora apenas cita o termo Lugares de Fala, mas sem apresentar ou discutir um conceito, o que torna seu uso curioso. Ela considera Lugar de Fala como a presença de atores que se comunicam e apresentam sua individualidade, da mesma forma como o é fora da Academia, com o objetivo de dar voz aos mais fragilizados socialmente, às minorias particularmente.

Também foram encontrados trabalhos que aliam o termo ao ponto de vista de quem fala a partir da concepção de Jandyra Cunha; e relacionado à identidade baseado no que foi desenvolvido por Stuart Hall, Márcia Franz Amaral (2004, 2005) e Vera França (2009). Eni Orlandi (2012) é referência quando o termo é usado no sentido de enunciação, como forma de materialidade jornalística com a qual se enunciam de lugares distintos. O uso do termo como espaço de discurso de um grupo social, também foi recorrente e teve

como referencial a obra de Patrick Charaudeau, a partir do entendimento de que o sujeito falante é construído quando é reconhecido como alguém digno de ser ouvido.

O conceito de Lugar de Fala foi encontrado também relacionado à outros entendimentos: como espaço de localização social conforme discutido por Djamilia Ribeiro (2017); as teses e dissertações relacionam a imaginário discursivo com referência a Michel Foucault, Van Dijk e Maria Ligia Rangel; enquanto opinião a partir da concepção de André Breton; e relativo ao espaço de constituição de nacionalidade de acordo com Maria Cristina Mungioli.

A tabela a seguir mostra todos os autores e autoras citados nas teses e dissertações analisadas. Algumas pesquisas trazem mais de um autor para referenciar, por isso o número de autores é maior que 20 (que foram as pesquisas selecionadas).

Tabela 2: Autores que referenciam Lugar de Fala

Autora ou autor citado	Portugal	Brasil	Número de citações
Raquel Recuero	5	0	5
Eni Orlandi	0	3	3
Patrick Charaudeau	0	2	2
Michel Foucault	0	2	2
Jandyra Cunha	1	0	1
Maria Cristina Mungioli	0	1	1
Márcia Franz Amaral	0	1	1
Stuart Hall	0	1	1
Vera França	0	1	1
Djamilia Ribeiro	0	1	1
André Breton	0	1	1
Van Dijk	1	0	1
Maria Ligia Rangel	1	0	1
Total de trabalhos	8	13	21

Fonte: Elaboração própria.

Esta leitura flutuante foi necessária para iniciar a pesquisa da tese porque foi o primeiro mergulho de fôlego após a formalização do projeto, necessário para compreender tanto o estado da questão do Lugar de Fala nas pesquisas em Comunicação

e Jornalismo, quanto para buscar autoras e autores usados para tratar deste conceito. A partir deste levantamento, ficou perceptível a falta de autoras e autores das teorias de gênero que tratam desta questão. Demonstra-se, assim, a validade de um estudo que apresente as teorias que formaram esta expressão usada atualmente pela militância e que causa aversão a muitas pessoas, sejam da Academia ou de fora dela, por a considerarem um lugar de calamento como o primeiro sinônimo quando se deparam com o conceito.

Nesta tese, ao contrário, a busca é por apresentar o termo Lugar de Fala como sinônimo de visibilidade de quem fala e de audição ao que é falado. O que quer dizer que uma pessoa fala e é ouvida por outras, todas com a possibilidade de falar e com suas vozes visibilizadas de seu lugar na sociedade e, principalmente, sendo ouvidas. Aliar o Lugar de Fala às fontes femininas possibilitará, então, encontrar momentos, assuntos, situações em que as mulheres falam e são ouvidas. E partir de então, classificar estas mulheres que falam aos telejornais em categorias que possibilitem compreender os momentos em que são visibilizadas.

A discussão a seguir busca apresentar como a posição de inferioridade à qual as mulheres são culturalmente relegadas na sociedade poderá influenciar na escolha das fontes e das pautas femininas nas redações de telejornais. Ao apontar as especificidades da categorização do feminino como performance, também cultural, além do conceito de Lugar de Fala, como posição social de quem é ouvida, a intenção é a de compreender como classificar e categorizar quem são as fontes femininas. Na continuação, a discussão toma o caminho de apresentar o que são e quem são as fontes jornalísticas para partir em busca do conceito de fonte feminina.

CAPÍTULO II - Que lugar ocupam as mulheres fontes das notícias?

O fato de que as vozes das mulheres são pouco visibilizadas pela sociedade é algo fácil de ser percebido nas diversas fatias sociais, o que se reflete nas reportagens jornalísticas no Brasil e em Portugal, e este é um fato dado. Porém, a certeza que não se tem é a de que a prática social atual de valorizar e visibilizar as vozes das mulheres no dia 8 de Março também esteja refletida nos telejornais. Sobretudo se a pergunta a ser feita for sobre quais os estereótipos de feminilidade estão exacerbados na televisão hoje, há questões do âmbito científico a serem pesquisadas. Por isso, estudar quem são e sobre o que falam as mulheres nas edições de dias comuns de noticiários televisivos e depois comparar com as vozes delas nas edições especiais do dia 8 de Março pode destacar o Lugar de Fala das entrevistadas.

Gaye Tuchman (1983, pp. 147-168) no livro *La Producción de La Noticia* propõe uma discussão que merece ser trazida para esta pesquisa ao afirmar que os meios de informação são mais acessíveis a alguns movimentos sociais, grupos de interesse e atores políticos que a outros. Quem tem o poder legitimado tem mais acesso aos meios de comunicação que os pertencentes a classes mais baixas, subalternizadas, vulneráveis. A autora reflete sobre o tempo do trabalho informativo, dentro de uma redação – sendo o estudo a que se debruça o de um jornal impresso. Segundo ela, por ser uma atividade diária prática, incluindo a cobertura de um relato diferente a cada dia, impõe ênfase sobre os acontecimentos e sobre as questões, sendo os primeiros baseados na factualidade e os últimos em “(...) explicações analíticas do mundo cotidiano enquanto estrutura socialmente experimentada³¹”.

Para Tuchman, o trabalho informativo tem enfoque no indivíduo como fonte, como representante legítimo, como alguém em posição de seu cargo, como um

³¹ Tradução livre de: “(...) explicaciones analíticas del mundo cotidiano em cuanto estructura socialmente experimentada”.

intermediário do poder. A autora chama a atenção para a divisão sexista da sociedade a partir de acontecimentos que seguem ao longo do tempo histórico, sem se ter conhecimento de quando houve um começo, mas que são refletidas no trabalho jornalístico:

Por acaso o sexismo começou quando Betty Friedan (1963) chamou a atenção para tal considerando-o como “o problema que não tem nome?” Ou o sexismo é um fenômeno em curso, presente em toda a história humana, e por isso se trata de um fenômeno a ser desqualificado como não noticiável? (Tuchman, 1983, p. 149)³²

Na visão da autora, o trabalho jornalístico tende a aproveitar-se de situações cotidianas ou não, que são consideradas como sucessos, em acontecimentos informativos. Da mesma forma que também transforma a dinâmica das questões dos movimentos sociais em relatos. Este pensamento serve para dar compreensão ao que ocorreu com a cobertura do movimento feminista, segundo ela, sendo um exemplo de transformação: “cumprida de maneira ligeiramente diferente a medida em que o movimento foi se tornando mais poderoso” (Tuchman, 1983, p 150.).³³

O movimento feminista nos Estados Unidos e sua cobertura pela imprensa é o foco de análise de Tuchman. Segundo ela, a maioria das pessoas que fizeram parte do início do movimento feminista era formada por profissionais da classe média que viviam em Washington, na década de 1960. Então, o movimento não surgiu pobre em recursos. Os primeiros comunicados à imprensa foram criados por mulheres que ocupavam altos cargos de relações públicas em Nova Iorque, eram especialistas na área e foram recrutadas por Betty Friedan, que já havia atuado como repórter e tinha bons contatos nos mais relevantes veículos de comunicação.

O feminismo passou a ser um tópico que circulava e era validado por um grupo de pessoas abastadas. Porém, as mulheres do movimento se queixavam inicialmente de que diretores homens se recusavam a levar a sério a “liberação das mulheres”, e tratavam

³² Tradução livre de: “¿Acaso el sexismo comenzó cuando Betty Friedan (1963) llamó la atención hacia él considerándolo como ‘el problema que no tiene nombre?’? O el sexismo es un fenómeno em curso, presente em toda la historia humana, y por eso se trata de um fenómeno a ser descalificado como noticable?”

³³ Tradução livre de: “La cobertura del movimiento feminista ofrece un ejemplo de esa transformación, cumplida de maneras ligeramente diferentes a medida que el movimiento se iba haciendo más poderoso”.

as notícias como se fossem ridículas, publicando artigos com perguntas como, por exemplo, se a *Playboy* agora passaria a ter “coelhinhos” ou se as mulheres passariam a ser escaladas para jogar pelos *New York Mets*, um dos principais times de beisebol dos Estados Unidos. Tais perguntas eram feitas de forma pejorativa, sexista e irônica, fato que estimulava este tipo de comportamento, também, por parte da sociedade.

Conquistar o *status* de objeto de informação foi difícil principalmente porque esses diretores homens identificavam como preocupações masculinas os relatos informativos importantes e congruentes, relegando os tópicos tradicionalmente femininos como de *status* periférico. O início do movimento, de acordo com Tuchman, buscava mudar a mentalidade das pessoas sobre questões como qual seria o lugar das mulheres no mundo. Porém, como essa transformação não era observável, seria relativamente fácil descartá-la como não noticiável, uma vez que para ser publicado por um veículo a regra era de que o relato fosse de interesse geral para todos, além de factual.

Outro problema no relacionamento com a imprensa, apontado pela autora, era o fato de que as militantes do movimento se esforçavam para erradicar os papéis de liderança, tradicionalmente masculinos. Nenhuma mulher era indicada como porta-voz ou como aquela que podia sempre falar com a imprensa, pois a ideia era de que os papéis fossem igualitários e que não tivesse uma representante. Porém, para repórteres isso dificultava o trabalho, uma vez que não tinham uma fonte, ou algumas fontes, a quem procurar como habitualmente faziam em outras coberturas profissionais. Outro fato interessante e que a autora considera uma ironia, é que as repórteres feministas quando cobriam os eventos faziam as perguntas mais hostis das coletivas, buscando provar sua neutralidade no trabalho jornalístico.

Outro problema apontado no livro que tirou um pouco de visibilidade das fontes do movimento feminista foi a não compreensão da rotina de trabalho de jornalistas ou a dificuldade de estar disponível nos horários em que repórteres trabalhavam. Como a maioria das feministas tinha empregos durante o dia, as reuniões e eventos eram realizados no período da noite ou em fins de semana, sábados à tarde e domingos. Períodos em que jornalistas, como a maioria dos trabalhadores, estavam de folga. Para a cobertura de alguns setores da sociedade como esportes e espetáculos, por exemplo, os diretores dos veículos noticiosos arcavam com custos para que repórteres trabalhassem

além da hora, mas Tuchman explica que estes eram casos de claro retorno de valor econômico, consideração não levada em conta para o movimento feminista.

Por outro lado, as editorias voltadas às mulheres dentro dos jornais impressos eram um espaço destinado a notícias sobre as feministas, mas nestas colunas era comum que as notas fossem publicadas entre notícias leves como a estreia de um cabeleireiro em um salão de beleza e a receita de um recheio de peru. Exatamente o que ocorreu com uma entrevista de Beth Friedan na página de mulheres do *New York Times*, em 1966. Este tipo de coluna não trazia informações diárias e factuais, estas precisavam disputar lugar com as notícias gerais em outras editorias.

Tuchman faz uma afirmação bastante relevante para esta pesquisa quando ressalta que um periódico é uma burocracia. Um telejornal, então, é tão ou mais burocrático quanto um jornal impresso. No caso de telejornais de rede, transmitidos nacionalmente e líderes de audiência, o processo é ainda mais complexo: o tempo de cada notícia é disputado - segundo a segundo - por reportagens de todo o país. A chance de uma notícia não ser exibida é imensa por conta dos critérios de noticiabilidade (a serem discutidos no próximo capítulo) que levam em conta o valor histórico, o número de pessoas que aquela notícia interessa ou atinge, ou a notabilidade do tema.

Para além do valor das notícias, há ainda as relações de poder e competição dentro das redações. A escritora lembra das negociações por espaço e visibilidade entre os departamentos dos jornais impressos, casos que podem ser facilmente projetados para as relações dentro das redações TV. No caso dos dois telejornais analisados por esta pesquisa, os diretores são homens, embora a apresentação seja dividida entre homens e mulheres. A divisão sexual do mercado de trabalho jornalístico em Portugal e no Brasil é tema de um tópico a ser apresentado mais à frente, por conta da relevância que pode ter na escolha do que se é noticiado.

Tuchman explica que no caso específico do início do movimento feminista nos Estados Unidos, na década de 1960, as jornalistas que cobriam o movimento, também feministas e de classe média na maioria, ouviam relatos de suas colegas e amigas dos grupos com os quais se relacionavam. No entanto, outras mulheres que participavam do movimento, como as negras, porto-riquenhas, de grupos étnicos e da classe trabalhadora

não eram visibilizadas tão facilmente. Por isso, as próprias repórteres ajudaram a perpetuar a acusação de que o movimento feminista era composto somente por mulheres brancas e de classe média. Portanto, estudar quando e como as falas das fontes são visibilizadas atualmente é relevante para compreender quando elas são escolhidas para falar e se as mulheres que fazem parte de grupos mais vulneráveis têm espaço para ser ouvidas e de quanto é este espaço. Chamar a atenção para os dados que vão surgir desta análise pode provocar reflexão entre jornalistas na hora de escolher as fontes que serão ouvidas nas reportagens.

Se jornalistas que trabalham nas redações podem impor sua subjetividade na escolha das fontes, é necessário olhar para a formação dos ambientes de trabalho. A história da formação das redações jornalísticas no Brasil e em Portugal é contada por Paula Melani Rocha e Jorge Pedro Sousa que afirmam que o trabalho jornalístico iniciou sendo produzido em sua maioria por homens e assim o foi por muitos anos: "O jornalismo deixou de ser uma profissão eminentemente masculina no século XXI". Em Portugal, o processo de profissionalização foi tardio devido à ditadura sofrida pelo país, pois "No período de 1933 a 1974, a imprensa foi mais usada como instrumento de propaganda política". Com a democratização veio a profissionalização e o crescimento do número de mulheres na profissão: "Entre 1975 e 2001, a participação feminina aumentou 12 vezes" (Rocha & Sousa, 2011, p. 8).

Em 2004, as mulheres na faixa etária de menos de 30 anos ultrapassaram o número de homens atuando no jornalismo, mas no total geral ainda havia mais homens. Em 2007 eram 2.883 homens para 2.866 mulheres (Rocha & Sousa, 2011, p.12). Em Portugal, a feminização do jornalismo não foi um movimento isolado, mas inserido no contexto de inclusão das mulheres no mercado de trabalho, sendo a criação dos cursos de graduação um incentivo à entrada das jornalistas às redações. Em 2016, as mulheres eram 48,2% dos profissionais com carteira assinada, segundo pesquisa desenvolvida por investigadores do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE, conduzida pelo pesquisador Miguel Crespo e publicada pelo OBERCOM – Observatório da Comunicação (2017, p. 8). A pesquisa aponta que embora estejam em número menor que o dos homens há uma feminização das redações lusitanas se comparado ao inquérito anterior, de 1987, quando existiam apenas 19,8% de mulheres entre os jornalistas.

A imprensa brasileira surgiu em 1808 e até 1821 tudo o que fosse publicado era submetido a representantes da Corte Portuguesa. Deve-se considerar que ao longo da história do país, houve períodos também de ditaduras: 1937 a 1945 (Estado Novo) e 1964 a 1985 (Golpe Militar). O que demonstra que o jornalismo brasileiro viveu desde seu início entre momentos de liberdade e de censura. Segundo Rocha e Sousa (2011), a profissionalização do jornalismo se deu a partir da década de 1930 com a criação de sindicatos, associações, cursos de credenciamento (1940), além de diploma para o exercício da profissão (fim de 1960), divisão por editorias (1970) e inovações tecnológicas (1980).

Segundo Paula Melani Rocha e Karina Janz Woitowicz (2017), a expansão dos cursos superiores no Brasil, da mesma maneira que ocorreu em Portugal, aumentou o número de mulheres na profissão, pois a exigência da obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão de jornalista, de acordo com Decreto-Lei 972 de 17 de outubro de 1969, favoreceu a presença de mulheres nas redações. A criação de cursos de graduação cresceu conforme a demanda: em 1960 seriam apenas sete, já em 1990 seriam mais de cem e em 2012 seriam 317 cursos de jornalismo pelo país.

Até metade da primeira década dos anos 2000, as redações brasileiras eram predominantemente masculinas. O crescimento se deu entre 1986 (6.176 mulheres) e 2001 (9.578): "Em 2003, elas somavam 49,70% do mercado e os homens, 50,30%". Em 2005, elas ultrapassaram os homens "ocupando 51,57% do mercado jornalístico (18.217) contra 48,43% (17.105), em um universo de 35.322 jornalistas". No ano seguinte, seriam 52% (Rocha & Sousa, 2011, p. 16).

Porém, uma pesquisa do *site* Comunique-se (2019) apresentou nova queda no número de mulheres nos veículos de comunicação: 15.654 jornalistas empregadas no país, número que representava 36,98% dos empregos do setor, enquanto havia 26.678 empregos para homens. No caso de donos de veículos, a situação também se mantém, somente 25% dos 860 empresários que comandam empresas de comunicação são mulheres, sendo 645 homens para 215 empresárias.

Nos postos executivos, a situação é parecida, 32% das 954 vagas são das mulheres (2.238) enquanto 4.716 homens atuam em posição de chefia. Segundo o Comunique-se

(2019), a TV “(...) é a em que representantes do time feminino compõem mais da metade dos campos disponíveis de trabalho”. Ainda assim, ocorre por uma variação bastante pequena: “Entre canais abertos e pagos são 4.040 mulheres jornalistas empregadas, contra 4.007 homens”, chegando a 50,21%. As redações de rádio, revistas, *sites* e *blogs*, agências de notícias e jornais impressos eram predominantemente masculinas em 2019.

Como observado, algumas pesquisas relacionam o tratamento dado às notícias de gênero à formação das equipes de jornalismo nas redações. Se há mais homens na redação, ou mais homens em cargos de chefia, ou em posição de destaque, as escolhas de pautas deles podem ser aquelas definidas como decisivas. Se há menos mulheres e em poucos cargos de chefia, além de menos respeitadas como profissionais gabaritadas, os assuntos sugeridos por elas podem não ser levados em conta nas decisões daquilo que será publicado e esta questão pode se refletir na escolha das fontes.

Há muitos manuais de jornalismo no Brasil e livros sobre jornalismo em Portugal que tratam de definir o que é notícia e a maioria vai conceituar, de uma forma ou outra, que notícia é aquilo que tem importância para a sociedade partindo de fatos cotidianos. As bases dessas formulações estão fundamentadas nos valores-notícias, conceituados por autores como Nelson Traquina (2008, p. 63) e Mauro Wolf (2003, p. 195). Traquina define como um “(...) conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia”. Enquanto Wolf apresenta o questionamento: “Esses valores constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?”.

É importante salientar que os “(...) critérios de noticiabilidade não são rígidos nem universais”, ao contrário, podem ser contraditórios e mudar ao longo do tempo, segundo Jorge Pedro Sousa (2010, p. 31) para quem há diversas listas de valores-notícia. O autor apresenta Galtung e Ruge como os primeiros “(...) a chamarem a atenção para a existência de critérios de noticiabilidade dos acontecimentos que se sobrepunham à ação pessoal do jornalista”, em 1965. Sousa (2010, p. 37) pontua sobre a evolução do conceito de objetividade jornalística ao longo dos anos, dizendo que no início da profissão “(...)o jornalista fazia as notícias como se fosse onisciente. Como se tudo soubesse, como se não tivesse falado com fontes de informação e como se tudo tivesse presenciado”.

O mito da objetividade como “espelho da realidade” é rebatido com a certeza de que “os jornalistas devem ser rigorosos e honestos, e não objetivos”. Apesar de refutada, vale aqui explicitar que a Teoria do Espelho é das mais antigas das metodologias que tentam explicar o resultado do trabalho do jornalista. Desenvolvida no século XIX, tem como base a ideia de que o jornalismo reflete a realidade. O surgimento dessa teoria está ligado a mudanças ocorridas na imprensa americana quando “os fatos substituem os comentários e assim acredita-se que a palavra pode refletir a realidade”. Quando os jornalistas buscaram a objetividade evitando textos subjetivos: “Nas palavras de Walter Lippman, eles trariam o rigor do método científico aos jornalistas, evitando a subjetividade” (Pena, 2010, p. 126).

A questão da objetividade ainda hoje é buscada por jornalistas de televisão, não em seu conceito fundamental de espelho, mas na aplicação do método que evoca o fazer jornalístico a partir de isenção, de um texto menos opinativo e mais descritivo, separando o espaço do comentário e da opinião do espaço da notícia. Objetividade acaba sendo um substantivo que faz parte do imaginário do jornalista de redação, porém, com a noção de que o espelho já está partido e de que o texto jornalístico é um texto autoral, portanto, assinado por uma pessoa, no caso, quem o escreveu, e isso o torna subjetivo.

Marcia Veiga (2014, p. 64) defende que o jornalismo tem atuação como instância pedagógica que interfere na forma como as convenções sociais são “(...) partilhadas como conhecimento”. A pista que ela dá para fundamentar esta função pedagógica pode ser encontrada nas fontes jornalísticas: “Uso de fontes é o primeiro modo de agregar valor de ‘veracidade’ e ‘neutralidade’ às notícias.” A metodologia jornalística propõe deixar visíveis as informações apuradas por jornalistas como quem foram as fontes entrevistadas, o que cada fonte disse, qual a relevância das fontes, quais documentos foram usados para apontar os dados descritos, entre outros elementos que fazem parte da apuração jornalística.

Porém, a subjetividade das escolhas está presente em todo o processo que é permeado por escolhas e decisões. Veiga (2014, p. 65) afirma que as fontes são escolhidas quando fazem sentido para cada jornalista “(...) tanto pela posição social ‘legítima’ quanto pelos significados que os discursos delas provenientes tem junto aos profissionais”. Por isso, o uso de especialistas como fontes é uma maneira de parecer ser mais objetivo:

O uso de especialistas como fontes é uma forma de atribuir caráter de isenção e neutralidade às notícias, bem como de diversidade de ‘visões’, num processo que visa objetivar a notícia tentando suprimir marcas subjetivas ou mesmo ideológicas (dos profissionais do jornalismo e da empresa) no discurso noticioso (Veiga, 2014, p. 64).

Richard Rudin e Trevor Ibbotson (2008, p. 46) explicam que o trabalho jornalístico demanda pesquisa, a ser realizada de diversas formas, porém o “(...) método-chave para armazenar informações é a realização de entrevistas (...)”, parte principal do cotidiano dos jornalistas. Os autores apresentam a classificação de fontes primárias e secundárias, mas a partir da crítica de que para alguns classificar desta maneira é “(...) basicamente, uma questão acadêmica”. Os autores descrevem a fonte primária como aquela que foi pesquisada pessoalmente “(...) em entrevistas cara a cara, visitas, observação e experiência direta (...)” e a secundária como a que se “(...) utiliza de qualquer material existente, escrito, armazenado em banco de dados, áudio e vídeo gravados em diferentes formatos ou encontrado na internet” (Rudin & Ibbotson, 2008, p. 31). Sendo ou não acadêmicas, as classificações servem para refletir acerca das coisas do mundo e são fundamentais para organizar situações em pensamentos e reflexões, mesmo compreendendo que são autoritárias.

Entre os textos jornalísticos, a reportagem é o elemento que mais permite visibilizar o processo de apuração (por meio de entrevistas com as fontes) a partir de características que a permitem ser classificada como gênero jornalístico considerado como um lugar de excelência da narração de informações por apresentar personagens, ação dramática e descrever ambientes, conforme Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986, p. 9). A base da reportagem está na apuração de dados, realizada com metodologia jornalística, usando recursos distintos de acordo com a tecnologia disponível no momento histórico e, quase sempre, trazendo uma pessoa como, pelo menos, uma das fontes.

A base da reportagem são as fontes e segundo Anabela Gradim (2000, p. 102) podem ser definidas como: “(...) qualquer entidade detentora de dados que sejam susceptíveis de gerar uma notícia”. A principal seria a que dá credibilidade ao trabalho jornalístico, o entrevistado ou a entrevistada: “Há muitas maneiras de escrever uma história, mas nenhuma pode prescindir de personagens” (Gradim, 2000, p. 125). Para Sousa (2010, p. 48), as fontes podem ser documentais, humanas e eletrônicas, sendo

“Toda e qualquer entidade que possua dados susceptíveis de ser usados pelo jornalista no seu exercício profissional”.

Os personagens são fontes dos jornalistas porque, além de propor credibilidade ao relato, servem para humanizá-lo. Nilson Lage (2001, p. 23) define que “Cada indivíduo da cadeia informativa entende a realidade conforme seu próprio contexto” e, para além disso, é possível acrescentar que também a partir de sua própria intenção. O que a fonte quer comunicar deve ser tema de reflexão para o jornalista na hora de apurar as declarações que ouve de uma pessoa. Ater-se apenas ao que foi dito, sem conferir com outras fontes, é sempre um risco na hora de informar, sobretudo porque o jornalismo declaratório, aquele que apenas ouve as fontes e publica o que elas dizem, é sempre o mais preguiçoso e o mais perigoso.

É importante salientar que as fontes oficiais são as que mais têm visibilidade na imprensa por dois motivos: primeiro porque o que falam é de interesse geral, e segundo porque têm estrutura para chamar coletivas, manter relacionamentos com jornalistas e acessar a imprensa. Lage (2001, p. 27-28) explica que as fontes podem ser mais ou menos confiáveis, sendo as oficiais aquelas mantidas pelo Estado e, também, por instituições que preservam poderes, como empresas, sindicatos, associações, etc., e que são “(...) as tidas como as mais confiáveis”, aquelas cujos dados apresentados a jornalistas são aceitos como verdadeiros. O autor entende isso como mau hábito porque as fontes oficiais “(...) como comprovam autores de todas as épocas, falseiam a realidade”. O grande problema é que as fontes oficiais podem dar informações inverídicas e distorcidas que são publicadas sem serem conferidas.

Na segunda década dos anos 2000, um fato noticiado amplamente no Brasil foi fundamental para a discussão da confiabilidade das fontes declaratórias e sua relação com a verdade dos fatos. A Operação Lava Jato foi assunto destacado pelo jornalismo brasileiro e também noticiada em Portugal, a partir de 2014, por ter encarcerado grande número de políticos e empresários brasileiros partindo quase que exclusivamente de depoimentos de denunciante e da convicção de um juiz e de seus promotores. Tal método empregado na operação trouxe a necessidade da reflexão sobre publicar declarações como verdadeiras sem conferir os dados com outras fontes.

A rotina das redações de imprensa, neste momento histórico de atualização constante de notícias (minuto a minuto) e que obriga jornalistas a publicar rapidamente as atualizações de cada fato sem promover uma apuração correta, não isenta os profissionais de sua responsabilidade com a verdade dos fatos. Usar critérios e a metodologia jornalística de checagem – como apurar com três fontes antes de publicar – para ter mais chance de buscar a isenção e a pluralidade da notícia é dever de cada profissional. A Operação Lava Jato foi um exemplo de noticiar como verdade o que as fontes oficiais falavam, acreditando no que era dito pelo juiz ou pelos promotores, mas sem apurar com outras fontes.

Cristine Gerk e Marialva Barbosa (2019, p. 90-91) tratam do que chamam de a Era dos Testemunhos para se referir às coberturas deste momento da história brasileira quando os “(...) relatos têm ganhado legitimação por si sós, sem necessidade de canal legitimador ou intermediário para a divulgação”. As autoras questionam o fato de que muitos textos jornalísticos “(...) se resumem à reprodução da mensagem do leitor, com a resposta da autoridade competente, sem polifonia ou análise sobre passado e futuro da situação” (2019, p. 90-91). Elas ponderam sobre a cobertura da Lava Jato:

O discurso, inclusive o jornalístico, altera a realidade, uma vez que a narrativa inventa o mundo, no sentido de recriá-lo. No caso da Operação Lava Jato, é difícil distinguir em que medida o próprio discurso jornalístico afetou o rumo dos acontecimentos que levaram à derrubada da presidente, por exemplo. Este é um dos grandes paradoxos do testemunho: se só é possível narrar recorrendo à imaginação e à memória, até que ponto o teor de verdade do testemunho seria contaminado por essa dose de imaginação e ficção? (Gerk & Barbosa, 2019, p. 90-91).

A Operação Lava Jato teve como uma das consequências, como afirmam as autoras, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Aqui é importante salientar que a base da cobertura jornalística se deu por meio de jornalismo declaratório, a partir de estratégias de comunicação que mantinham jornalistas acompanhando as coletivas de promotores e do juiz do caso, e de fontes cada vez mais profissionalizadas em um círculo vicioso de declarar-publicar que não permitia tempo para a checagem como parte do processo.

A falta de tempo para conferir, analisar, que é parte fundamental do trabalho jornalístico foi simplesmente deixada de lado, colocada em segundo plano por ceder à pressa de publicar o mais rápido possível para evitar perder para veículos concorrentes

e/ou publicar antes de todos. Essa ânsia promoveu publicações capengas, sem cumprir a ética jornalística nem a objetividade de conferir com mais de uma fonte.

Escolher qual fonte que irá consultar, segundo Sousa (2010, p. 49), é direito de jornalistas da mesma forma como é dever escolher entre a imensa quantidade de informações que recebe quais são realmente as fontes de informação mais relevantes. Se as fontes devem ser “(...) enquadradas e tratadas sem adulteração” devem, também, “(...) ser, por princípio, verificadas”. No caso do jornalismo declaratório, as falas são apenas publicadas, mesmo que jornalistas, por vezes, não acreditem no conteúdo do que é dito. Sousa chama de fontes profissionais de informação aquelas que são interessadas em propor sua verdade como a verdade dos fatos e que procuram negociar os significados dos acontecimentos com os jornalistas antes da publicação.

O autor chama de *spin doctors* profissionais de relações públicas que tentam minimizar as consequências negativas de uma notícia ou tentam mudar seu significado pressionando jornalistas. Deve ser considerada uma boa fonte aquela pessoa que tenha qualidades como representatividade (quando representar legitimamente um bom número de pessoas), credibilidade e autoridade: “O facto de uma fonte ser credível não implica, logicamente, que se aceite sem verificação e contrastação aquilo que a fonte diz” (Sousa, 2010, p. 55). Porém, a corrida para publicar antes ou junto com outros veículos torna cada vez mais a publicação sem verificação uma prática jornalística. Isso deixa para o público a responsabilidade de julgar se acredita ou não no teor do conteúdo falado pela fonte. Talvez o problema de descrença de parte do público com relação ao jornalismo generalista e tradicional, na segunda década dos anos 2000, tenha esta como uma das causas.

Representatividade, credibilidade e autoridade são as principais qualidades que uma boa fonte jornalística deve apresentar, segundo Sousa (2010, pp. 71-72), mas o contraditório “(...) é essencial para o balanço da peça”, lembrando que o texto jornalístico é costurado pelo profissional de forma a ser construído por ele de forma autoral: “Uma notícia é uma construção e não é espelho da realidade”.

Respondendo à pergunta: quem são as fontes de informação dos jornalistas? É possível pensar que são encontradas em diversos espaços presenciais ou virtuais, bem como em documentos impressos, vídeos ou áudios que podem estar em nuvens digitais e

que chegam a jornalistas por meio chamadas de áudio, e-mails, mensagens de texto e de redes sociais ou por meio dos assessores de imprensa. A questão relevante nessa discussão é demonstrar que as fontes de informação são mais ou menos facilmente apresentadas a jornalistas a partir de estratégias de comunicação e de poder.

Fontes que possuem profissionais que atuam como assessores têm mais chance de ter êxito ao serem escolhidas por jornalistas, ao contrário de pessoas com menos acesso às redações que têm menos oportunidades. Da mesma forma, indivíduos que têm mais visibilidade nas redes sociais podem ter mais chance de serem ouvidos por jornalistas que aqueles que não têm. Para além dos critérios de noticiabilidade, que definem o que é notícia, a escolha das fontes tem critérios próprios que perpassam a facilidade de falar e de ser encontradas por jornalistas e a disponibilidade de estar prontas a atender aos chamados.

2.1 Classificando as fontes jornalísticas

A classificação das fontes a partir do que pressupõem os pesquisadores de jornalismo, para essa tese, vai buscar categorias propostas por Aldo Antonio Schmitz (2011a, p. 9-20) que fez um levantamento das teorias que classificam e discutem as fontes jornalísticas. Ele reúne os principais teóricos que trabalharam com esse tema ao longo dos anos, como: David White que discute o processo do *gatekeeper* enquanto selecionador de fontes; Herbert Gans que difere fontes de informação e fontes de notícias; McCombs que afirma ser a maioria das informações oferecida pelas fontes apresentada já no estilo de notícias para facilitar a publicação; Harvey Moloth e Marilyn Lester que tratam da pressão que as fontes impõem aos jornalistas para alterar enfoques das notícias. Schmitz concentra sua categorização, também, no trabalho de outros autores como Manuel Chaparro que trata do poder das fontes e Nilson Lage, que em 2001 propôs uma introdução à classificação das fontes enquanto tipos, formas e atributos.

A relação do jornalista com suas fontes, principalmente, sob o aspecto dos relacionamentos é discutida por Schmitz (2011a, p. 12) quando trata da influência que as fontes têm sobre as notícias por instigar os jornalistas a publicá-las. Isto ocorre, sobretudo,

em se tratando de fontes que detém algum tipo de poder “(...) devido aos custos para obter a informação, ao enxugamento das redações, à proliferação de assessorias e agências de comunicação e à capacitação das fontes para o relacionamento com a mídia”. Por outro lado, o autor trata também do poder que o jornalista exerce sobre as fontes, para além do processo de *gatekeeper*, discutindo as atitudes que são movidas por arrogância ou por outros motivos, como inclusive a chantagem:

As arrogâncias e chantagens encontram-se em ambos os lados. A começar pela demonstração de poder da profissão, em que alguns jornalistas utilizam o expediente do “carteiraço”. Fazem isso como forma de obter vantagens pessoais, intimidar ou ameaçar as fontes, que se inquietam pela empáfia onisciente, a força de seus questionamentos, a informação a qualquer preço e o poder de tornar pública a versão imprevisível de um fato ou evento (Schmitz, 2011a, p. 70).

O autor lembra que a pluralidade da maioria das informações jornalísticas é decorrente do acesso a diversos tipos de fontes utilizadas por jornalistas com a intenção de reforçar ou confirmar a verdade relatada nos fatos. Para demonstrar a pluralidade e diversidade das fontes, propõe uma classificação de grupo em seis categorias a partir da representatividade: oficial, empresarial, individual, institucional, testemunhal, especializada e de referência (Schmitz, 2011, pp. 09-12). Ele argumenta que tal classificação foi realizada com base em manuais de veículos de comunicação e a partir de outras classificações anteriores propostas por autores como Lage, Chaparro, Charaudeau e Sponholz, tratando-se de uma atualização dos conceitos, o que motivou a escolha para ser usada nesta pesquisa. As descrições de cada categoria estão descritas a seguir.

A fonte oficial é apresentada como aquela que tem como referência pessoas que possuem funções ou cargos públicos mantidos por órgãos do Estado sejam cargos eletivos ou agregados, sendo as de maior preferência de jornalistas e de maior visibilidade em veículos de comunicação. São aquelas pessoas que detém poderes constituídos legalmente em cargos dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Além de organizações agregadas a estes poderes como as juntas comerciais, os cartórios de ofício, as companhias públicas. As fontes oficiais são as preferidas pelos jornalistas porque emitem informações à população que tratam de interesse público “(...) embora possam falsear a realidade” (Schmitz, 2011, p. 09).

São exemplos de fontes oficiais pessoas que atuam em cargos e funções com as de prefeitas(os), governadoras(es), presidentas(es), ministras(os), juízas(es), deputadas(os), vereadoras(es), promotoras(es), delegadas(os), inspetoras(es), policiais, chefes de forças armadas, entre outras funções e cargos de representatividade de órgãos públicos. Sua relevância se dá justamente porque apresentam informações e declarações oficiais.

Já a fonte empresarial é aquela que representa um grupo que atua no setor privado, podendo ser parte de uma corporação da indústria, do comércio, de serviços, do agronegócio, entre outras. São formadas pelos mesmos grupos visados para serem patrocinadores dos produtos noticiosos, como os programas televisivos. Boa parte de suas ações, se não todas, são de interesse comercial e visam lucro. Por isso, estabelecem relações com jornalistas e empresas jornalísticas com a intenção de manter a sua imagem e reputação. No entanto, “São igualmente acusadas do poder que exercem como anunciantes, confundindo-se suas notícias como propaganda” (Schmitz, 2011, p. 10).

A fonte institucional é aquela classificada como a que representa alguma organização sem fins lucrativos ou algum grupo social organizado. Associações, federações, organizações não-governamentais, institutos, sindicatos, coletivos, movimentos sociais, entre outros agrupamentos de pessoas que buscam manter parcerias com jornalistas e veículos de comunicação, buscando “(...) sensibilizar e mobilizar o seu grupo social ou a sociedade como um todo e o poder público, para defender uma causa social ou política” (Schmitz, 2011, p. 10). Normalmente, uma ou mais pessoas são indicadas para falar com jornalistas representando os interesses do grupo.

A fonte individual, para Schmitz (2011, p. 10), é a que representa a si mesma podendo “(...) ser uma pessoa comum, uma personalidade política, cultural, artística ou um profissional liberal, desde que não fale por uma organização ou grupo social”, mas fale por si mesma. Neste caso, pode-se entender que é aquela que fala como personagem em uma reportagem de televisão. Outra possibilidade para esta classificação é quando a fonte dá seu ponto de vista em matérias que ouvem diversas pessoas sobre um tema, as chamadas enquetes (ou fala-povo), quando, por exemplo, pessoas comuns são ouvidas para dar sua opinião sobre uma feira ou um espetáculo. Nesse tipo de situação, a fala da fonte não importa por quem está falando, mas pelo assunto tratado, e não há nenhuma

identificação relevante. São entrevistas realizadas com transeuntes, pessoas anônimas ou populares que estão presentes em um evento, são pessoas comuns.

Por outro lado, a fonte testemunhal é aquela que viu ou ouviu presencialmente uma ação e que declara por meio de sua fala aquilo que presenciou como participante ou observadora da situação. Ela desempenha o papel de portadora da verdade, desde que relate exatamente o ocorrido (2011, p. 11). Fontes testemunhais são ouvidas em reportagens que precisem de confirmação de denúncias, de crimes, de acidentes, de tragédias, de fatos inusitados e poucos críveis, entre outras situações.

A fonte especializada é aquela que detém o saber específico reconhecido, seja por formação acadêmica ou por experiência de vida. São classificados como especialistas os profissionais de determinados setores e os pesquisadores acadêmicos quando apresentam sua análise de assuntos que tenham relação com seu saber, servindo para explicar ao público leigo questões complexas. Tais pessoas: “Tem a capacidade de analisar as possíveis consequências de determinadas ações ou acontecimentos” (Schmitz, 2011, p. 10).

Já a última categoria apresentada pelo autor, a chamada fonte referência, não está relacionada a uma pessoa que fala, mas a documentos ou dados que servem de consulta para o jornalista, incluindo aqui livros, artigos, teses, além de vídeos e áudios, etc., a que o autor chama de mídia. Como esta fonte não tem fala, não será analisada no caso desta tese, que tem foco nas mulheres falantes. Já as categorias oficial, empresarial, individual, institucional, testemunhal e especializada foram usadas para a criação de variáveis mantendo o mesmo nome apresentado pelo autor e estão presentes no livro de códigos desta tese.

Compreender a classificação das fontes é uma forma de entender como se dá a visibilização das mulheres, ou seja, se são ouvidas como mães, esposas e donas de casa ou como aquelas servem de exemplo de superação para outras mulheres (fonte individual); como prefeitas, governadoras, juízas, deputadas (fonte oficial); como diretoras, gerentes e donas de empresas (empresarial); como representantes de sindicatos, associações, coletivos, institutos (institucional); como vítimas de crimes e afins (testemunhal); como especialistas e donas de notório saber (especializada).

A aplicação das classificações será explicada, discutida e justificada mais à frente, no capítulo sobre a metodologia. As classificações das fontes fazem parte dos estudos de jornalismo e apesar deste trabalho ter maior foco nas teorias de gênero será possível perceber que ambos os campos se entrelaçam e se intercalam na argumentação sobre como categorizar e classificar as fontes para a análise a qual este trabalho se propõe.

No caso das notícias de televisão, imagens e sons compõem o texto e esta máxima é bastante relevante porque mesmo quando uma fonte fala em uma reportagem o texto não é completamente dela, pois foi construído por jornalistas dentro da metodologia de trabalho de uma redação. É necessário compreender que houve um profissional que escolheu (pauteiro), outro que decidiu o que lhe perguntar (repórter) e outro ainda que editou parte de sua resposta para compor a reportagem (editor) junto ao texto de locução. O texto é polifônico (Bakhtin, 2002). Este processo de edição do texto leva em consideração que a metodologia de produção do fazer telejornalístico se faz em equipe: há um profissional que produz a pauta (encontra e marca a entrevista), outro que realiza a reportagem (grava a entrevista e imagens), um terceiro que edita a matéria que será exibida ao ser chamada pelos apresentadores, tudo sob a supervisão do editor-chefe ou diretor que conduz a linha editorial.

Há casos, também, em que o jornalista fala pela fonte as informações que dela recebeu e escolhe somente dois ou três segundos de suas palavras para exibir sua voz com a intenção de que ela sirva para confirmar o ponto de vista do repórter. O que torna as entrevistas em televisão extremamente curtas e que as falas dos jornalistas tomem a maior parte do tempo dos telejornais. As entrevistas, no caso do JN, duram poucos segundos, e são consideradas pela redação suficientes para confirmar o que é dito na reportagem, na maioria das vezes.

A reportagem de televisão tem como base textual, na maioria dos telejornais, os elementos audiovisuais que no Brasil são chamados de *off* + passagem + sonora e em Portugal: *off* + vivo + *soundbites*. Embora a reportagem seja produzida por vários profissionais, o repórter é quem tem mais autoridade na autoria do texto, tanto do *off* (que é a locução da reportagem, coberta por imagens) quanto da passagem ou vivo (quando o repórter aparece no vídeo falando uma parte da notícia) apresentam do ponto de vista do jornalista como ele observa o fato a partir de sua apuração. É o repórter que conta ao

telespectador uma notícia, já que é ele quem vai até o lugar onde a reportagem será apurada e cria seu texto que vai narrar a notícia. O ponto de vista do repórter tem como filtro principal a ética jornalística, o que para Traquina (2005, p. 343) tem relação com a verdade dos fatos e com a forma de retratá-los. Para o autor, a ética jornalística propõe fidelidade para dar acesso ao público a o que seria a verdade dos fatos.

Se *off* e *passagem* são a forma como o repórter de telejornal conta a notícia, seja por meio de seu texto e da sua voz dentro e fora do vídeo, a sonora ou *soundbites* (que é a fala do entrevistado) tende a permitir que o outro (não jornalista) apresente o que acha do assunto, embora a escolha de quem venha a ser este outro seja do jornalista que decide quem será entrevistado. Também é o jornalista quem escolhe o que perguntar e, ainda, é quem escolhe qual parte da resposta será editada, ou seja, quem são as fontes que irão aparecer falando durante a reportagem, sobre o que irão falar e ainda quanto tempo sua fala será exibida.

Nas emissoras de TV, as rotinas produtivas das redações têm etapas distintas que vão da produção à reportagem e à edição, e são realizadas por jornalistas diferentes na maioria das vezes. Nas funções de trabalho dentro de uma redação, o pauteiro ou produtor é quem marca as entrevistas e credencia a entrada do repórter em determinadas coberturas, bem como, escolhe assuntos, locações, enfoques – sob a tutela do editor-chefe e/ou diretor; o repórter é quem vai para a rua e apura a notícia; cinegrafista é quem grava imagens e entrevistas; o editor é quem, a partir do material bruto, edita as imagens e sons gravados pelo repórter.

Em emissoras de pequeno porte essas funções podem ser desempenhadas por um único jornalista, mas no caso do JN e do J8, há equipes para realizar as etapas da produção à exibição, quer dizer, há uma multiplicidade de vozes em cada reportagem. A rotina da redação é um dos aspectos principais que vai definir quem serão as fontes escolhidas para terem voz. Conforme explica Carla Braga Cerqueira (2008, p. 140), a rotina profissional dos jornalistas decide quem são as fontes a serem ouvidas para construir as notícias e aquelas que nunca serão entrevistadas para uma reportagem escolhendo para as matérias “(...) os actores que têm voz e para aqueles que são silenciados pelo discurso jornalístico”.

A presença da fonte especialista nas reportagens de televisão é regra praticada pelas emissoras brasileiras, mas nem sempre a escolha desse profissional é realizada de forma a levar em conta aspectos que primam pela qualidade da informação. Muitas vezes, jornalistas encontram um único especialista que é buscado para tratar de vários assuntos, independentemente se conhece ou não as especificidades de cada tema. Por exemplo, um especialista em educação trata de qualquer tema relacionado ao campo, desde a história da educação até metodologias ativas, embora existam especialistas pesquisadores para cada tema e seu recorte. Anabela Gradim chama estas fontes especializadas em lidar com jornalistas de fontes profissionais:

É o caso dos profissionais de relações públicas, bem assim como de assessores de imprensa – uns e outros muitas vezes recrutados entre ex-jornalistas experientes – os quais tudo farão para, ao constituírem-se como fontes, passarem através dos *media* determinadas mensagens (Gradim, 2000, p.106).

Mas para além dos profissionais da comunicação, por conta da rotina jornalística, os entrevistados mais acessíveis e disponíveis podem ser os que mais estão presentes nos telejornais. O entrevistado que tem condições de dar visibilidade a si mesmo, seja contratando uma equipe que assessore sua imagem, seja por outros privilégios, como ter disponibilidade de tempo e lugar, torna-se um “queridinho dos pauteiros”, personagem que esta pesquisadora chama de “filho da pauta”. Muitos políticos e empresários, além de especialistas que gostam de falar com jornalistas se enquadram nessa classificação.

As filhas e filhos da pauta são as fontes mais queridas de jornalistas porque lhes dão respostas rápidas e afirmativas quando chamados para falar a jornalistas. Pessoas sempre dispostas a dar entrevistas, seja no estúdio da emissora, seja em seu escritório e local de trabalho ou no lugar escolhido pela equipe de reportagem. Estão prontos, bem vestidos, bem penteados, bem arrumados ou maquiados, e se comunicam bem, além de atuarem em frente às câmeras.

Muitos têm boa comunicação porque se submeteram a cursos de *media training* (que ensinam a se relacionar com a imprensa e a falar para as câmeras) ou porque naturalmente sabem se expressar oralmente usando as técnicas de fala necessárias a um telejornal: falar de forma objetiva, com frases curtas, sem se mexer muito, com pensamento coeso. Somado ao fato de atenderem rapidamente ao telefone, ao *WhatsApp* ou ao *e-mail*, tornam-se a primeira opção dos pauteiros.

Filhos da pauta são sempre lembrados quando se precisa de um especialista, por isso acabam sendo reconhecidos do público como representantes de determinados setores, às vezes, como se fossem os únicos a falar com propriedade sobre determinados assuntos. Para além da rotina e das práticas orgânicas das redações, questões culturais e de relacionamento permeiam as escolhas feitas por jornalistas, que são carregadas de subjetividade. No momento histórico atual em que jornalistas têm sido responsabilizados, também, por conquistar audiência para suas publicações, sejam as exibidas pela TV, em *sites* ou nas redes sociais, esta questão tem sido levada em consideração.

Se homens historicamente têm espaço de destaque na sociedade, têm, também, lugar nas agendas de contatos dos jornalistas. No Brasil, com relação à flexão de gênero da Língua Portuguesa, o masculino é usado por quem trabalha pautando notícias. É comum ouvir de pauteiros nas redações: precisamos de um médico para dar entrevista; temos de achar um advogado trabalhista para falar na reportagem; queremos um ambientalista para o estúdio. A flexão de gênero no masculino não se dá por acaso, mas reflete a heteronormatividade (Hollanda, 2021).

A sociologia do jornalismo demonstra que a prática jornalística não é individual nem liberal, mas restringida pelo aparato editorial e pela profissionalização das fontes, conforme o estudo de Laura Navarro, Karen Ross e Eugénie Saitta (2019). As autoras afirmam que há uma padronização de preconceitos e gostos que iniciam com estudantes de jornalismo na França e no Reino Unido. Tal situação se dá por conta do processo de seleção para cursos superiores que premia pessoas de origem social privilegiada em detrimento de pessoas mais vulneráveis, entre as quais as mulheres e minorias raciais. Para elas, os estereótipos retratam o trabalho jornalístico cotidiano, inclusive o relacionamento com as fontes.

Homens são, portanto, automaticamente solicitados sem necessariamente precisar “pegar a bola e correr com ela”, por causa da preferência marcada dos editores-chefes pela “velha rede de rapazes” ou mesmo pela “homo-sociedade” masculina (Navarro, Ross & Saitta, 2019, p. 25).

A masculinização das fontes jornalísticas é reflexo do fato de homens estarem no topo das posições de poder e de saber da sociedade. Situação esta comum à prática jornalística devido ao contexto de as redações por muito tempo terem sido eminentemente masculinas.

i. Quando as mulheres são fontes?

Carla Cerqueira (2008, p. 142) analisou como as mulheres são retratadas nos diários portugueses impressos e percebeu também a masculinização das fontes quando “(...) o discurso jornalístico reproduz atitudes e ideologias que legitimam a dominação, bem patente nos actores sociais que são ouvidos e naqueles que ficam na penumbra”. Segundo ela, nem todas as fontes femininas chegam a ser nominadas ou citadas pelos textos jornalísticos, algumas, ao contrário, são apenas mencionadas e outras ficam invisíveis, sendo que “(...) a distribuição das vozes no discurso jornalístico é desigual e, neste domínio, as mulheres parecem estar no lado dos 'invisíveis' ou 'visíveis' com pouco destaque”. A pesquisadora argumenta ainda que existem assuntos em que as fontes são eminentemente masculinas, mesmo no dia 8 de Março:

Alguns autores mostram ainda que as mulheres continuam a ser associadas à esfera privada, não conseguindo ingressar com a mesma igualdade do que os homens nos campos de intervenção que atingem mais facilmente a agenda mediática, como é o caso da política, do desporto e da economia (Cerqueira, 2008, p. 142).

O número de fontes femininas, bem menos visibilizada que as masculinas, remete ao que Butler (2003) vai chamar de heterossexualidade compulsória. Em Portugal, por conta de certa consciência da desigualdade do tratamento noticioso das fontes e para fomentar a igualdade foram criadas algumas iniciativas como premiações a boas práticas jornalísticas de gênero. O Prémio Paridade Mulheres e Homens na Comunicação Social, além do Plano Nacional para a Igualdade, tem a intenção de sensibilizar os órgãos de comunicação para a temática feminina. Apesar das iniciativas, em sua pesquisa, Cerqueira conclui que, ainda assim, no discurso mediático as mulheres têm sua representação muito reduzida.

... o sexo feminino continua a ter pouca visibilidade (falta de diversidade de papéis e posições). No Dia Internacional da Mulher, as “actoras” femininas surgem maioritariamente em notícias de informação geral ou estatística, trabalho e vida profissional e questões sociais ligadas à violência de género (Cerqueira, 2008, p. 160).

Valquíria John (2014) pesquisou a ausência de mulheres como fontes de notícias na cobertura dos jogos olímpicos de Londres de 2012. A pesquisadora se concentrou em verificar se havia mulheres como protagonistas das reportagens e se eram ouvidas e vistas como capazes de falar e de narrar esportes. A análise foi feita em dois veículos brasileiros:

Folha de S. Paulo e Lance! e, como resultado, percebeu que nos dois noticiários a mulher foi invisibilizada do ponto de vista do protagonismo do discurso.

Em ambos os jornais, a presença de mais de 70% de fontes masculinas evidencia que mesmo sendo um evento esportivo em que a presença das mulheres está consolidada a predominância é de homens falando. A escolha deste tema pela pesquisadora se deu porque “Historicamente, esta área do jornalismo tem deixado a mulher à margem de suas narrativas”. Apesar de nos jogos olímpicos os esportes nacionais terem competidores praticamente em condições de igualdade na representatividade dos sexos, a prática jornalística esportiva da imprensa brasileira ainda está presa a estereótipos de gênero. A autora lembra que tal postura vem sendo contestada pelos movimentos de mulheres em todo o mundo desde a década de 1960 (John, 2014, pp. 507-508).

Maria João Silveirinha (2017) afirma que quanto mais sabemos sobre mulheres e gênero, mais complexo o problema nos parece, ao indicar a urgência de estudarmos cada vez mais o campo. A autora acompanha o trabalho do *Global Media Monitoring Project*, um centro de investigação em mídia e jornalismo que, ao monitorar um dia de notícias em todo o mundo ao longo de 20 anos, tem observado que a representação das mulheres nas notícias apresentou uma ligeira melhora, segundo o último estudo de 2015. Entre as pessoas ouvidas, lidas ou vistas nas notícias, apenas 24% eram do sexo feminino, um aumento de 7% em relação a 1995. “Mas esta ‘melhoria’ na visibilidade das mulheres nas notícias constitui apenas meio ponto percentual por ano, desde 2000, o que significa que serão necessários pelo menos mais de 40 anos para alcançar a paridade de gênero nas notícias” (Silveirinha, 2017, n.p.).

No Brasil, a pesquisadora Márcia Veiga (2012, p. 500) acompanhou por onze semanas as rotinas produtivas de um telejornal no sul do país (RBS TV-Porto Alegre) e buscou observar o jornalismo com um “olhar de gênero”, como estratégia metodológica de sua dissertação de mestrado: “Em especial, tentei perceber as concepções e valores de gênero imiscuídos nos processos produtivos e nas notícias prontas, a fim de conhecer de que modo eram articulados e incidiam nas escolhas e decisões”. Esta decisão metodológica foi tomada porque na visão da autora “(...) são justamente os valores-notícia aqueles que conjugam tanto os valores subjetivos quanto os culturais e profissionais que são acionados e tomados como parâmetro para que um fato adquira status de notícia”.

Ao pesquisar a rotina daquela redação e o comportamento dos jornalistas, a autora concluiu que na hora de decidir por uma pauta, os valores pessoais, profissionais e culturais eram levados em conta como capazes de atrair sentido para o público e de gerar audiência. Tais valores frequentemente estavam intrinsecamente interseccionados com atributos pessoais que faziam parte da forma como aqueles profissionais eram vistos e compreendidos junto a colegas da redação “(...) cada profissional se postava e era percebido com atributos de gênero, classe e geração que davam contornos do lugar de onde falavam e das escutas que geravam (ou não) junto ao grupo” (Veiga, 2012, p. 498).

A investigadora percebeu que os atributos de gênero mais valorizados na hierarquia do programa “(...) correspondiam aos atributos e marcadores mais valorizados na heteronormatividade (...)”. Observou, também, que o masculino era valorizado como norma de comportamento na dinâmica da redação, tanto nas atitudes quanto nos atributos que se encontravam em consonância com os valores convencionalmente associados ao masculino e, deste modo, mais próximos do poder e do prestígio (Veiga, 2012, 491). Conforme a pesquisadora, as reportagens acabavam resultando dos discursos heteronormativos dos jornalistas com relação ao que lhes parecia normal, legítimo e correto.

Assim, entre as pautas, como entre os repórteres, havia uma hierarquia de valores correspondentes, e as concepções de gênero estavam presentes na idealização das matérias, bem como permeavam as escolhas dos jornalistas que iriam realizá-las (Veiga, 2012, 491).

Apoiada em estudos que compreendem a sociologia do jornalismo, depois de observar por quase três meses as relações entre jornalistas daquela redação, a pesquisadora percebeu que os sistemas de desigualdades constituem não apenas as relações entre profissionais e empresa, mas, também, os critérios de noticiabilidade do programa por ela investigado. Um dos exemplos apresentados na pesquisa demonstra como atributos de gênero convencionalmente identificados ao masculino eram valorizados na estrutura hierárquica da empresa quando da definição do perfil do jornalista investigativo: coragem, iniciativa, autonomia, risco e conquista. Em determinadas situações pessoas do gênero masculino, com este perfil, eram indicadas para realizar as reportagens relevantes: “(...) atributos de gênero e não o sexo biológico dos repórteres, pois nem todos os ‘homens’ da redação apresentavam esses atributos”. Da mesma maneira, matérias mais leves, como “(...) dramas sociais mais gerais, as

‘*softnews*’, as brincadeiras e as piadas, eram pensadas para o sexo feminino” (Veiga, 2012, 501).

Márcia Veiga da Silva (2014, p. 104) afirma que jornalismo tem gênero e o gênero do jornalismo é masculino por ser constituído por sujeitos generificados e porque “(...) todos os procedimentos adotados na produção das notícias estão perpassados por concepções de gênero e por relações de gênero e poder”. Compreendendo o fato de que jornalistas são pessoas, que pertencem a um grupo ou uma “tribo” (Traquina, 2005), e que suas decisões atuam diretamente nas escolhas do que é noticiado e por quais fontes, as marcas de gênero, classe, raça e faixa etária:

(...) tem ingerência direta nos modos de produção das notícias e também nas relações hierárquicas de poder e de prestígio entre eles, bem como as próprias notícias são discursos produzidos com base em concepções de gênero e também por esses atributos são valorizadas e hierarquicamente dispostas na programação (Silva, 2014, p. 104).

O fato de as redações replicarem o comportamento social heteronormativo se dá porque são formadas por pessoas que trazem para a profissão suas convicções e ideologias. Apesar de no passado ter sido defendida por alguns como uma atividade que conseguia ser objetiva, as teorias já dão conta há muito tempo de explicar que nunca houve um espelho da verdade. O que Nelson Traquina (2005) propunha era a busca pela verdade dos fatos, pelo relato isento de interesses pessoais ou de grupos, informando com honestidade e equilíbrio. O jornalismo, por meio da notícia que é produzida por jornalistas, atua na construção social da realidade.

É consenso que busca refletir a verdade dos fatos, mas o jornalismo sempre a recorta, a retrata e/ou a reproduz a partir da mediação de jornalistas, sujeitos cheios de subjetividades. O jornalista é compreendido aqui como alguém eminentemente heteronormativo, deixando de fora grupos de falantes que não fazem parte de sua experiência social, incluindo, principalmente as mulheres, e, ainda mais, as mulheres subalternizadas.

ii. A fonte feminina reconhecida pelo nome social

Um dos meios de reconhecer o feminino é pela forma como a pessoa se apresenta, por isso é importante discutir o caso das transgênero e das travestis. No telejornalismo, as fontes são apresentadas pelas imagens e por seu nome e sobrenome, escritos na tela por meio do Gerador de Caractere (GC), além de idade ou profissão/ocupação. O nome é uma das formas de indicar o gênero da fonte aliado à imagem, na qual é possível perceber a performance. Estas informações (nome, GC e dados apresentados pela narração da reportagem) serão a forma de identificação usada por esta pesquisa para coletar o gênero feminino, por isso, a discussão de nome social se torna necessária neste momento.

O nome é uma forma de identificar o cidadão e a cidadã em qualquer lugar do mundo, servindo, também, para caracterizar o gênero da pessoa, embora existam nomes que são masculinos e femininos e nomes que servem a todos os gêneros. Outras características, muito relacionadas à performance da pessoa possibilitam que seu gênero seja reconhecido, bem como o lugar de onde ele ou ela fala.

A relevância do nome como identificador de gênero ganhou notoriedade nos últimos anos quando pessoas começaram a trocar de nome ao se identificar com um gênero diferente daquele apontado quando nasciam e eram registradas oficialmente por meio de documentos. A troca de nome inicialmente se dava de maneira informal, porém o assunto tomou tamanha importância que os países começaram a discutir a adoção de novo nome, a partir da identificação de gênero, de forma oficial, por meio de documentação legal.

Portugal, em 2011, se tornou o sexto país da Europa, depois de Alemanha, Espanha, Itália, Reino Unido e Suíça, a permitir por meio de lei a alteração de mudança de sexo e de nome próprio no registro civil a pessoas que tenham sido clinicamente diagnosticadas. A partir de proposta de 2018, seguindo orientação da Comunidade Europeia, “A presente lei regula o procedimento de mudança de sexo no registo civil e correspondente alteração de nome próprio” (Parlamento Português, 2019).

A exigência, pela lei portuguesa, é a de apresentação de um relatório por uma equipe clínica multidisciplinar que traga um diagnóstico de que a pessoa tem orientação

sexual diferente de seu sexo biológico. E permite a maiores de idade a requerer a troca direto no cartório, incluindo a solicitação de um novo assento de nascimento. É exigido, portanto:

Relatório que comprove o diagnóstico de perturbação de identidade de gênero, também designada como transexualidade, elaborado por equipa clínica multidisciplinar de sexologia clínica em estabelecimento de saúde público ou privado, nacional ou estrangeiro (Parlamento Português, 2019).

Como já discutido, tratar a orientação sexual e a identidade de gênero como questão médica é bastante criticado por teóricas como Berenice Bento e Judith Butler, mas este é o caminho que vem sendo seguido por diversos países para tratar a questão de mudança de nome, da mesma forma como para permitir tratamentos com utilização de medicamentos como hormônios e de processos cirúrgicos.

No Brasil, em 28 de abril de 2016, a presidenta Dilma Rousseff assinou o decreto de lei número 8727, que “Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”. O decreto define que nome social é a “designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida” e que identidade de gênero é a:

(...) dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento (Presidência da República, 2016).

O decreto brasileiro determina que o nome social seja adotado no território nacional por todos os órgãos da administração pública federal, autarquias e fundações que “deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto”. Os cadastros e documentos destes órgãos devem ter um campo para registro de nome social e também do nome civil, sendo o primeiro destacado do segundo, este último utilizado apenas para fins administrativos internos.

Em março de 2018, o Supremo Tribunal Federal Brasileiro³⁴ decidiu que pessoas interessadas em trocar o nome civil pelo nome social, nas certidões de nascimento, têm o direito de o fazer procurando diretamente um cartório de Registro Civil, sem a necessidade de estarem acompanhadas de um advogado ou defensor público quando maiores de 18 anos. Se menores, precisam de ação judicial.

Nesta pesquisa, uma das formas de avaliar as fontes dos telejornais brasileiros e portugueses será por meio do nome como são creditadas nas reportagens e entrevistas, independentemente se nome social ou nome formal. Esta é uma das formas de identificar o gênero, para além do sexo biológico presente na documentação de registro civil. A imagem apresenta a performance feminina e a caracteriza por seu gênero. Como o telejornalismo tem como base principal as imagens, esta é a forma adequada de coletar os dados.

Da mesma forma que é fato certo que mulheres estão menos presentes que homens como fontes de telejornais, é sabido também que mulheres transgênero e travestis praticamente não têm suas vozes visibilizadas por jornalistas, excetuando-se quando são vítimas de violência ou outras formas de crime. Talvez ainda neste início da segunda década dos anos 2000 os telejornais não estejam habituados a apresentar entrevistas de mulheres transgênero e travestis para além das questões relacionadas a performances artísticas e culturais ou notícias policiais, inclusive porque nas redações a presença destas mulheres não é comum atuando como jornalistas. Porém, é possível que com o avançar da organização destas mulheres em grupos de representatividade, cada vez mais suas vozes sejam visibilizadas. Provavelmente passarão a estar mais presentes na agenda da sociedade, o que já acontece nas coberturas de eventos como o Dia Internacional do Orgulho Gay³⁵, também conhecido como Dia Internacional do Orgulho LGBTI (Gays,

³⁴ Notícias STF. (2018, março 1). “STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo”. Acesso em 1 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>

³⁵ A Primeira Parada de Orgulho LGBTI foi realizada em Nova Iorque em 1970, um ano após o protesto contra a truculência policial a frequentadores do bar Stonewall que não aceitaram ser presos por conduta imoral, atribuída às pessoas que tinham relações homoafetivas. O protesto deu origem à marcha que luta por direitos da comunidade LGBTQIA+. O Brasil é considerado o país onde acontece a maior Marcha do mundo, mas a primeira foi realizada em 1995, no Rio de Janeiro. Hoje a Parada Gay é realizada em dias específicos em cada cidade entre os meses de junho a novembro.

Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Pessoas Intersexo), celebrado no dia 28 de junho em várias cidades do Brasil e em diversos países do mundo.

Como já apresentado no capítulo anterior, a quarta onda feminista tem como um dos focos as mulheres trans e travestis dentro dos grupos considerados invisibilizados e as apresenta nas pesquisas acadêmicas, na literatura, em manifestações nas redes sociais e as torna personagens de várias séries audiovisuais disponíveis em serviços de *streaming*, bem como em muitos filmes. É possível esperar que as trans passem a ser cada vez mais fontes de notícias, já que uma das funções da imprensa é propor assuntos a serem pensados e discutidos pelo público, conforme a Hipótese do Agendamento, e estas fontes podem ter mais espaço nas pautas dos programas televisivos.

A Teoria do Agendamento ou *Agenda Setting*, conforme Felipe Pena (2010) teria base no livro *Public Opinion* publicado em 1922 por Walter Lippman e que traz a ideia de que a mídia faz a ligação entre os acontecimentos do mundo e as imagens que permeiam o imaginário do público consumidor de notícias. Davi de Castro (2014) chama de Hipótese do Agendamento e afirma que foi criada por dois professores estadunidenses confirmando a previsão que os meios de comunicação agendariam assuntos considerados interessantes ao público e decidiriam pelos leitores quais temas eles considerariam mais importantes.

A hipótese é de que temas apresentados por jornalistas farão parte das conversas entre os consumidores de notícias daquele determinado veículo e, por isso, a mídia determinaria o que será tratado pela sociedade logo após a publicação de notícias. No Brasil existe uma expressão popular comumente usada (antes da Era da *Fake News*³⁶) que diz que “Se deu no Jornal Nacional, então é verdade”, este ditado corrobora com a Hipótese do Agendamento que defende que as pessoas dão mais importância a assuntos tratados pelos meios de comunicação.

³⁶ Com o avanço dos boatos travestidos de notícias e da desinformação, as chamadas *Fake News* (termo do ano segundo o dicionário Oxford, 2016), provocaram certo descrédito do jornalismo profissional em diversos países do mundo. No Brasil, uma nova expressão foi criada para rebater a credibilidade dada aos veículos tradicionais: “Isso a Globo não mostra”. Que demonstra insatisfação com assuntos que não fazem parte das reportagens exibidas. Tal expressão é bastante usada em publicações de redes sociais.

Apesar das suposições de que no futuro mais mulheres serão fontes de notícias, há a percepção da maior presença delas na sociedade porque aparecem mais nos telejornais, o que será testado nesta pesquisa. A maior presença de figuras femininas nos telejornais prevê mais discussões relacionadas à gênero nas conversas familiares e em grupos de pessoas. Já que o que é exibido nos telejornais, pode permear as discussões, de modo geral, entre as pessoas.

As manifestações de 8 de Março, data em que as mulheres têm organizado marchas e greves em busca de igualdade e visibilidade, têm cada vez mais contado com a presença de mulheres transexuais, intersexuais, bissexuais, além de *drag queens* e outras denominações. Nas últimas edições, a presença delas tem crescido, bem como suas vozes têm sido visibilizadas por discursos nos protestos. Mas será que os telejornais têm incorporado estas vozes nas reportagens? Quem são as fontes de 8 de Março é o tema do próximo tópico.

iii. As fontes no dia 8 de Março

As manifestações realizadas no dia 8 de Março têm colocado as mulheres em visibilidade nos diversos setores da sociedade e principalmente na televisão e no jornalismo, mas será que as vozes delas são ouvidas? Este tópico se destina a tratar da origem das manifestações do dia dedicado às mulheres que resultaram em grandes movimentos em diversos países. Em 1975, a Organização das Nações Unidas, oficializou o dia 8 de Março, como o Dia Internacional das Mulheres, mas há várias informações e mitos com relação à origem desta celebração.

Inicialmente chamado de Dia da Mulher não será assim referenciado neste texto porque a redução para o singular é uma forma de negar a interseccionalidade das mulheres e manter o mito de universalidade, como já discutido. Sobre a origem da data, é comum ler textos em jornais e revistas ou ouvir de emissoras de televisão e rádio que teria sido criada por conta de um incêndio em uma fábrica de tecidos em Nova Iorque. Tal incêndio teria sido causado pelo proprietário, diante da ocupação e da declaração de greve da indústria pelas operárias. Várias mulheres teriam morrido carbonizadas porque as portas

de saída estariam trancadas. Esta versão é propagada em diversos países do mundo como afirma Ana Gonzáles (2010).

Ao pesquisar a existência documentada do incêndio que teria motivado a celebração do Dia Internacional das Mulheres, Gonzáles (2010, p. 29) afirma que se deparou com um relato que chegou a alcançar a categoria de mito e do qual só há registro por meio da aceitação de sua transmissão oral ao longo de sucessivas gerações. A autora explica que na Espanha os jornais replicavam a história de que um incêndio teria ocorrido em 1908, em uma fábrica chamada Cotton: "Esta história era repetida ano após anos nos jornais espanhóis, tanto nos de circulação regional como nacional", mas sua pesquisa demonstrou que os dados apresentados nem sempre eram coincidentes.

Nos Estados Unidos, os relatos tratavam de uma manifestação de operárias que protestavam contra os baixos salários e para reduzir a extenuante jornada de 12 horas diárias e que teriam sido vítimas de um incêndio criminoso:

Basta um olhar sobre o calendário para colocar em xeque as duas teorias. O 8 de março de 1908 era domingo, um dia um tanto estranho para se declarar em greve e se trancar em uma fábrica ou para convocar uma manifestação, que não provocaria prejuízos ao empresário com a perda de um dia de trabalho. (González, 2010, p. 31)

Celuy Hundzinski (2003) explica que o jornal francês *L'Humanité* informava, em 1955, que o Dia Internacional das Mulheres era comemorado em 8 de março por causa de uma manifestação de operárias em Nova Iorque, que teria ocorrido em 1857. Ela também chama a informação de boato e afirma que os jornais teriam sido os responsáveis pela propagação do mito. Em sua pesquisa, a autora descobriu que a data pode ter sido criada na Rússia e não por conta de um incêndio nos Estados Unidos. Para ela, uma das explicações para a escolha da data seria uma proposta da jornalista e política feminista alemã Clara Zetkin durante a Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, em 1910. A data serviria para marcar a luta pelo direito ao voto e à igualdade.

Eva Blay (2001) confirma a informação histórica de que Clara Zetkin teria proposto a data durante o evento, em 1910, e que a tradição de celebrar a data teria se iniciado naquele ano na Europa, mas somente a partir de 1945 teria se estendido pelo mundo. Blay afirma que no Brasil a confusão histórica também foi e ainda é projetada

erroneamente. “No Brasil vê-se repetir a cada ano a associação entre o Dia Internacional da Mulher e o incêndio na fábrica (aqui em vez de Cotton, é chamada de Triangle)”. Segundo a autora:

É muito provável que o sacrifício das trabalhadoras tenha se incorporado ao imaginário coletivo da luta das mulheres. Mas o processo de instituição de um Dia Internacional da Mulher já vinha sendo elaborado pelas socialistas americanas e europeias há algum tempo e foi ratificado com a proposta de Clara Zetkin (Blay, 2001).

A história desta data é tratada em uma reportagem de forma breve, em 2017, pelo J8. A repórter afirma que teria raízes em uma manifestação de mulheres em Nova Iorque, em 1908, quando marcharam pedindo por menos horas de trabalho, melhores salários e direito de votar: “Foram reprimidas e mais de 150 acabaram queimadas”. Ainda segundo a reportagem, um ano mais tarde, em 1909, o Partido Socialista da América instaurava o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. O JN não tratou da história da data nos três anos que fizeram parte da análise desta pesquisa.

Mesmo considerando o fato do incêndio que matou operárias como mito, fica claro que o Dia Internacional de Luta das Mulheres, nasceu por conta da organização de trabalhadoras em momentos de exploração do trabalho feminino. O mito veio ao encontro de uma necessidade real, que era a da mobilização das mulheres no mundo, em busca de reduzir a opressão e a exploração nos postos de trabalho. O contexto histórico demonstra que, pós-revolução industrial, muitas mulheres deixaram o campo e passaram a ser operárias, mas eram tratadas como mão de obra barata, com salários muito menores que os dos homens.

O movimento por melhores condições de trabalho, naquele momento histórico, estava aliado à busca por outros direitos, principalmente o do voto. Além das desigualdades destacadas, às mulheres era negado o direito de estudar, de herdar os bens da família, de participar de associações e sindicatos e de votar. No início do século XX as mulheres intensificaram a luta pelo sufrágio, pois acreditavam que alcançar tal direito seria um instrumento fundamental para a conquista dos demais direitos, segundo Noeli Welter Taborda (2013, p. 91).

Nos Estados Unidos e na Europa os protestos eram intensos e as mulheres se organizavam em ligas, associações e grupos. No caso das operárias, como retaliação, proprietários das fábricas fechavam as portas de saída durante o expediente, cobriam os relógios e controlavam as idas ao banheiro. Segundo Taborda (2013, p. 94), "É neste contexto de participação pela luta por direitos, voz e valorização da mulher que surge o Dia Internacional da Mulher Lutadora, o 8 de Março". Movimento que foi crescendo com o passar do tempo.

Na década de 1960, o 8 de Março foi sendo constantemente escolhido como o dia comemorativo da mulher e se consagrou em anos seguintes. Eva Blay (2001) explica que esta escolha pode não ter ocorrido em consequência do incêndio na Triangle, mas este fato pode ter se somado à sucessão de enormes problemas das trabalhadoras em seus locais de trabalho, na vida sindical e nas perseguições decorrentes de justas reivindicações.

O caráter festivo da data – como acontece no Brasil onde é comum serem distribuídos presentes como rosas e bombons, além de ser usual parabenizar as mulheres pelo seu dia – contrasta com as manifestações pelo fim da violência e da desigualdade salarial no mercado de trabalho e por uma divisão da responsabilidade pelas atividades domésticas. A Marcha Mundial das Mulheres surgiu em 2000 como um movimento de oposição à celebração festiva do 8 de Março trocando as comemorações por um dia de luta e mobilização que reúne mulheres em diversas cidades brasileiras e acaba sendo noticiado pela imprensa. Marchar pelas ruas das cidades é uma forma de buscar visibilidade em diversos espaços da sociedade.

A história da Marcha iniciou a partir de uma manifestação realizada em julho de 1995, em Quebec, cidade do Canadá, quando 850 mulheres caminharam por cerca de 200 quilômetros reivindicando igualdade e contra a pobreza. Simbolicamente, elas pediam “Pão e Rosas”, mas “No final desta ação, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária” (MMM, 2020). As mulheres quebequenses foram recebidas, ao final de sua caminhada, na cidade canadense de Montreal por mais de 15 mil pessoas.

Depois dessa vitória, as canadenses buscaram contatos com organizações de outros países para compartilhar a experiência com a intenção de criar uma campanha global que envolvesse mulheres de diversas partes do mundo. Em 1998, em Quebec, houve um encontro internacional com a participação de 145 mulheres de 65 países e que contou com a presença de brasileiras ligadas à CUT (Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores). No evento foi marcada a primeira Marcha Mundial das Mulheres para ser realizada no ano 2000, a partir da elaboração de uma plataforma com 17 reivindicações que focavam principalmente na eliminação da pobreza e da violência contra as mulheres.

Portugal teve em 2019 sua primeira Greve Feminista Internacional, com protestos pelo país organizados pela Rede Oito de Março, evento que foi noticiado por diversos veículos de comunicação por ter conseguido atrair um número bastante considerável de participantes. Embora iniciando depois das primeiras Marchas na América do Sul e do Norte, e seguindo o exemplo da Espanha onde, em 2018, o protesto praticamente parou o país, milhares de mulheres portuguesas se envolveram, segundo a organização. A Greve em Portugal recebeu apoio de sindicatos e organizações sociais e políticas, como a Câmara Municipal de Lisboa e a Assembleia Municipal de Braga (Delas, 2019).

No chamado do evento de 2020, que ocorreu em um domingo, a Rede 8 de Março informa que participaram da organização diversos coletivos, associações, sindicatos, pessoas independentes e organizações políticas, tendo como tema as palavras: vivas, livres e unidas. A mobilização pela paralisação das mulheres convidava as portuguesas a não participar do trabalho assalariado, nem do doméstico ou da prestação de cuidados e, ainda, a fazer uma greve de consumo de bens e serviços naquele dia.

Em Curitiba, o tema do evento de 2020 foi Mulheres da Favela Exigem Paz³⁷. Moradoras de áreas periféricas e mais pobres da capital paranaense, pela primeira vez, decidiram parte da organização do movimento e escolheram por quais ruas e bairros a Marcha iria passar. Em vez de caminhar pelo Centro da cidade, como era usual, elas se deslocaram por bairros da periferia como forma de buscar a interseccionalidade e de

³⁷ Frente Feminista de Curitiba (Org.) (2020). Mulheres da Favela Exigem Paz. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentefeministacuritiba/posts/800640533764203>

incluir as mulheres mais vulneráveis ao movimento. Outro fato relevante, foi a participação efetiva de mulheres transgênero como participantes falantes do evento, bem como mulheres negras, indígenas e de grupos subalternos que normalmente não são representadas pelas brancas que historicamente conduzem a organização.

As manifestações do 8 de Março servem de pauta para a cobertura jornalística porque movimentam as cidades, param o trânsito, promovem conferências, publicações, eventos culturais, entre outros fatos. Além disso, há atividades que são promovidas pelas próprias emissoras com a intenção de “homenagear” mulheres e que, também, são exibidas nos programas televisivos. De qualquer forma, a data tem sido foco de visibilização das fontes femininas.

A partir da análise das falas das mulheres entrevistadas nos telejornais será possível perceber de que forma essas vozes são apresentadas pelos programas. Um questionamento que surge, depois de tratar por tantas páginas sobre jornalismo televisivo é: porque estudar esta mídia em um momento em que a internet coopta público para si? Esta discussão, relevante neste momento de receio de perda de público de televisão, é parte do próximo tópico: a televisão ainda é relevante como fonte de informação jornalística? A televisão ainda sobreviverá aos próximos anos?

2.2 Por que estudar as fontes dos telejornais?

As fontes são apresentadas de duas formas nos textos jornalísticos: por meio de descrição (pelos nomes, profissão, idade, gênero, formação e outras características) e por suas imagens (fotos ou vídeos). A voz das fontes pode ser apresentada diretamente entre aspas, quando a/o repórter descreve *ipsis literis* o que a pessoa entrevistada falou ou de forma parafraseada, quando diz o que a fonte disse, mas pode ser apresentada em sua própria fala, no caso da TV (ou do vídeo) e do rádio (ou de *podcasts*). Quanto se fala em visibilidade da fonte, é possível pensar que ver sua imagem e ouvir sua fala é uma forma bastante relevante de conhecer a pessoa que fala, por isso a televisão merece ser objeto deste estudo.

A TV foi e é tema de investigações, debates, pesquisas e discussões desde seu surgimento, seja por conta da hegemonia de público e pela autossuficiência conquistada devido à publicidade obtida, seja pelas críticas com relação ao poder de manipulação de público por meio dos conteúdos e da imposição da forma de ver o real, segundo Muniz Sodré (1971, p. 61). Durante o século XX, a TV foi soberana quanto às verbas de publicidade, porém a partir dos anos 2000 a hegemonia começou a ser questionada, sobretudo pela queda de anunciantes e de público. O modelo de negócios teve a necessidade de ser repensado com a ascensão da *internet* e das redes sociais.

Na primeira década dos anos 2000, diversos autores se ocuparam de prever ou discutir a morte da televisão ou de certificar-se de sua sobrevivência. Toby Miller (2009) no artigo *A Televisão Acabou, a Televisão Virou Coisa do Passado, a Televisão Já Era*, reúne uma série de textos do início dos anos 2000 que previam a morte da televisão e o fim de sua era. Ele elenca, então, adjetivos que eram usados para conceituá-la: “Uma lista breve pode incluir diversão, chatice, utilidade pública, lucro, esportes, ação, notícia, homens, os Estados Unidos, filmes, cor, desastre, fumaça venenosa, componentes tóxicos e sensacionalismo barato” (Miller, 2009, p. 10).

Miller considera a TV como um objeto de produção material e de consumo capaz de realizar conteúdo e sentido e que, por mais de meio século, ocupou um espaço extraordinário, historicamente imenso na sociedade. Seja dentro dos lares como objeto físico ou como mantenedor de dramas por meio do entretenimento e da informação, mas que no século XXI teve sua posição abalada por conta da *internet*. Para o autor, a perda da identidade da televisão, a partir das novas mídias, pode ser resumida na série de textos que discutem o momento histórico do mundo pós-televisão:

Historicamente, é verdade que a maioria das novas mídias suplantou as anteriores como órgãos centrais de autoridade e lazer. Pense na literatura versus a retórica, o cinema versus o teatro, o rádio versus a música de orquestra. Mas a televisão é uma mistura de todas elas, um armazém cultural. E que continua crescendo. (Miller, 2009, p. 19)

Porém, o autor apresenta dados que contrapõem a previsão do fim da televisão para confirmar sua afirmação de que a TV continuaria crescendo na primeira década dos anos 2000. No ano de 2006 “(...) mais de 98% dos lares norte-americanos tinham pelo menos um aparelho de TV, enquanto 64% possuíam *tevé* a cabo, um aumento de vinte

pontos em vinte anos”. Já no ano de 2008, afirma que houve crescimento de 1,5% no número de residências dos USA que possuíam aparelho televisor. Os estadunidenses teriam aumentado a quantidade de horas em frente à TV: “A população norte-americana assiste mais televisão do que na década passada – uma hora a mais do que naquela era basicamente pré-internet” (Miller, 2009, pp. 19-20).

Já David Bolter e Richard Grusin (2000, p. 273), ao discutir a substituição midiática, questionam, também, a previsão de que o surgimento e popularização de um meio de comunicação seria a causa do apagamento do anterior. Para eles, o correto seria pensar em adaptações, reconfigurações e remediações. Esta seria a lógica formal pela qual as novas tecnologias de mídia remodelam formas de mídias anteriores. Pierre Lévy também explica que há uma continuidade das formas de circulação de mensagens a partir das transformações tecnológicas e que isso ocorre desde a invenção da escrita, já que a imprensa, o rádio, o cinema e a televisão, as mídias de massa em geral “(...) dão continuidade à linhagem cultural do universal totalizante iniciado pela escrita” (Levy, 1999, p. 115).

Vera França (2009, pp. 27-28) afirma, sem querer prever o futuro, ter certeza da “importância e do papel que ela (a TV) continua ocupando no cotidiano da imensa maioria da população”. Ela declara que a televisão se mantém forte porque se alimenta de outras mídias, uma vez que na primeira década dos anos 2000 “(...) tem sabido conviver bem com a internet, se apropriar de seus recursos e estabelecer com ela uma relação não de concorrência, mas de extensão”.

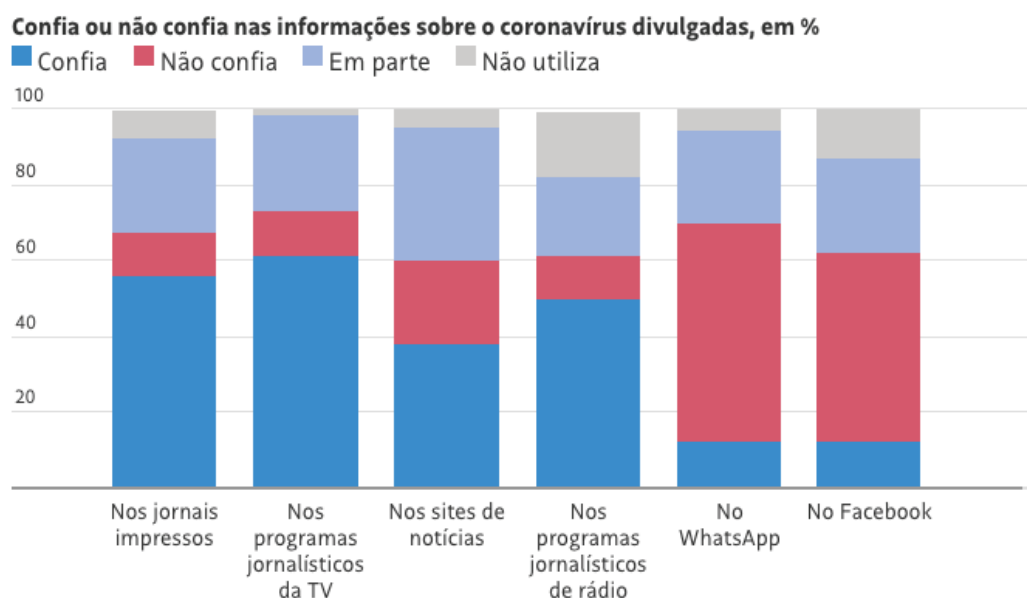
A transformação que uma mídia causa a outra é consenso também entre os autores que analisam a televisão no início desta década. Carlos Massarolo e Dario Mesquita (2014, p. 13) afirmam que a TV provocou mudanças no cinema e que *YouTube* e *Netflix*, entre outras plataformas de *streaming*, redefinem as funções da televisão. Apesar disso, com o avançar dos anos, a audiência parece estar diminuindo paulatinamente como explicam Valdecir Becker, Daniel Gambaro e Guido Souza Filho (2015) que analisam a queda de público da televisão e do telejornalismo, apesar do alcance que a TV aberta ainda tem nos lares brasileiros.

A quantidade de TVs ligadas diminui ano após ano, e as emissoras já perderam 28% da audiência desde o ano 2000. São, em média, dois pontos percentuais a menos na audiência somada dos cinco maiores canais comerciais por ano. Os principais e mais tradicionais programas, como as novelas, os telejornais e os *reality shows*, estão com a audiência em declínio. Em termos absolutos, a TV aberta perdeu, na Região Metropolitana de São Paulo, a audiência de 1,15 milhões de pessoas nos últimos 14 anos (Becker, Gambaro & Filho, 2015, n.p.).

Como esta tese foi construída em meio à pandemia mundial causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19), doença descoberta em dezembro de 2019 após casos registrados em Wuhan (China), mas que se espalhou rapidamente por todo o mundo, é necessário apresentar os impactos causados na mídia brasileira e na portuguesa pelo isolamento voluntário indicado ou imposto à população. O grande número de pessoas infectadas, de óbitos e o isolamento social promoveram as buscas por notícias em diversas plataformas.

Uma pesquisa do Instituto Datafolha (2020), realizada por telefone entre os dias 18 e 20 de março de 2020, com 1558 entrevistados de todas as regiões do Brasil, demonstrou que o isolamento teve reflexo na credibilidade dos veículos de comunicação. O gráfico a seguir demonstra estes números.

Gráfico 1: TVs lideram confiança do público

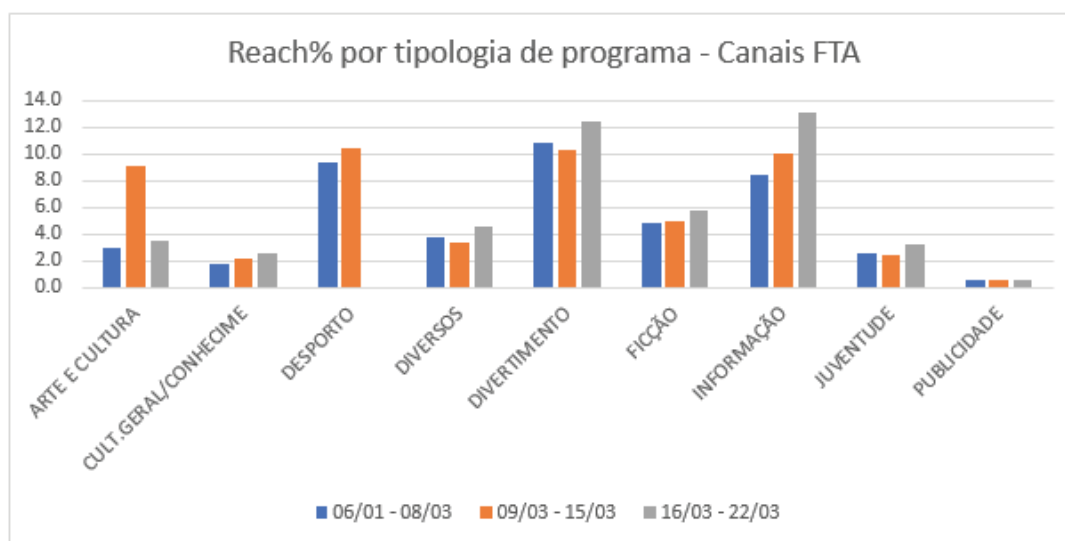


Fonte: Pesquisa Datafolha

No caso do Brasil, as TVs e jornais lideraram os índices de confiança do público, segundo a pesquisa: programas jornalísticos de TV (61%), jornais impressos (56%), programas jornalísticos de rádio (50%) e sites de notícias (38%). Com a disseminação de boatos pelas redes sociais, o levantamento analisou a confiança em informações recebidas por *WhatsApp* e *Facebook*: apenas 12% confiam e, ao contrário, 58% e 50% não confiam nas notícias que circulam por essas plataformas, respectivamente.

Em Portugal, a MediaMonitor (2020) analisa as alterações no consumo que a pandemia provocou e informa que a procura por informações na TV tem aumentado também: representando 64% da procura (86% de confiança), seguida dos sites oficiais do Governo com 46% de procura (57% de confiança) e programas televisivos de debates com 23% de busca (44% de confiança). Embora as redes sociais sejam procuradas por 53% da população, têm apenas 5% de confiança. O gráfico a seguir demonstra o crescimento da busca por conteúdo jornalístico, segundo a pesquisa:

Gráfico 2: Relevância das notícias na TV



Fonte: CAEM / MediaMonitor (YummyAnalytics Desktop – Total Dia – Universo)

A partir dos dados apresentados neste tópico, é possível observar que o lugar ocupado pelo telejornalismo e pelas reportagens jornalísticas na televisão brasileira e portuguesa ainda é bastante relevante do ponto de vista da confiabilidade e do hábito de assistir TV. Embora o cuidado em manter a confiança dos telespectadores seja uma preocupação constante, porque a disputa entre a TV e o digital está cada vez mais acirrada,

as emissoras parecem muito empenhadas em fortalecer o espaço delas no ambiente digital para não perder relevância, sendo o conteúdo jornalístico uma das formas de manter a audiência e a credibilidade, principalmente em crises, como a da Covid-19.

Este capítulo foi dedicado a discutir a relevância do telejornalismo no Brasil e em Portugal, o que justifica a decisão de estudar os programas televisivos J8 e JN que são líderes de audiência no horário nobre das emissoras. Apesar de veículos generalistas e praticantes do jornalismo tradicional, ambos são referência para o jornalismo de seus países e ocupam lugar de importância nas sociedades. As discussões passaram, também, por conceituar como se dá a escolha das fontes por jornalistas, levando em conta que as redações tendem a ser chefiadas por homens que influenciam as decisões editoriais. O próximo capítulo vai apresentar a metodologia da pesquisa, que será discutida e justificada.

CAPÍTULO III - Justificando o Método Comparativo

Partindo do fato de que uma tese são ideias sobre conceitos, são discursos a partir de métodos e estes métodos é que vão tornar a escrita possível dentro de um prazo pré-estabelecido, a metodologia comparativa foi escolhida para ser aqui utilizada. José Marques de Melo (1972, p. 131) apresentava a relevância de estudos de jornalismo comparado focados em jornais impressos diários como uma tendência por conta da significação social que tais comunicações possuíam naquele “(...) estágio de desenvolvimento da sociedade industrial (...)” das décadas de 1960 e 1970. Ao trazer esta argumentação para o atual momento histórico é possível compreender que o telejornalismo tem plena significação social por conta da relevância que ocupa.

O método desenvolvido por Marques de Melo (1972, p. 87) compreendia a “(...) decomposição quantitativa do espaço impresso de uma edição de cada jornal, num dia comum” utilizando-se da mensuração do espaço impresso tendo centímetro por coluna como unidade de medida. No telejornalismo tal decomposição se dá por horas, minutos e segundos exibidos dentro dos programas jornalísticos.

Para ter validade científica, uma das considerações a ser levadas em conta em uma pesquisa é a replicabilidade. Para isso, é importante conhecer métodos já aplicados por pares e que tiveram êxito, como é o caso de Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2016, p. 185-208) que utiliza a metodologia comparativa em suas pesquisas do Observatório de Ficção Televisiva (Obitel) em análises que são de natureza qualitativa e quantitativa de produtos audiovisuais ficcionais em países ibero-americanos. Parte de sua experiência serve de referência para se pensar o uso desta metodologia para estudos de telejornalismo.

Embora a epistemóloga da comunicação realize comparações a partir de produtos de ficção televisiva, muitas das considerações que desenvolve podem servir à metodologia desta tese porque o objetivo principal do Obitel é encontrar semelhanças,

especificidades, adaptações e apropriações entre narrativas. Para a autora, as narrativas televisivas ocupam um papel central no processo de globalização das identidades culturais dos países:

Hoje fala-se, mais do que nunca que 'as culturas viajam', enfatizando a grande mobilidade, as práticas de deslocamento tanto de pessoas como de ideias. E isso remete à dinâmica da importação-exportação intercultural que afeta profundamente a construção e reconstrução das culturas no cenário atual da globalização (Lopes, 2016, p. 188).

Se as telenovelas e as séries de ficção viajam, os telejornais também se deslocam, seja por meio de reportagens trocadas ou compradas entre emissoras, seja por correspondentes internacionais que cobrem notícias vivendo ou estando em outros países. E há ainda a facilidade de se assistir a telejornais de outros países por meio da *internet*. É possível acreditar que as narrativas telejornalísticas têm papel tão central neste processo, quanto as da teleficção. Uma das linhas do protocolo metodológico do Obitel prevê a análise comparativa como possível de sintetizar características da ficção televisiva ibero-americana. Da mesma forma, os programas televisivos de jornalismo podem obter resultados satisfatórios ao inspirar-se no método para sintetizar características da produção.

O protocolo metodológico construído, segundo a autora, prevê a geração de dados quantitativos comparáveis entre os dois países. Este é um os maiores problemas da pesquisa comparativa apontados por Werner Wirth e Steffen Kolb, que consideram a manutenção da equivalência e da comparabilidade como as grandes dificuldades de se aplicar o método. Para que a equivalência seja acessível para as Ciências Sociais precisa ser operacionalizada como equivalência funcional, ou seja, a funcionalidade dos objetos de pesquisa - dentro dos diferentes contextos - deve ser equivalente.

No nível do item, a equivalência ocorre sempre que as mesmas subdimensões ou questões possam ser usadas para explicar as construções teóricas em todos os países ou culturas. Se as construções podem ser integradas em teorias equivalentemente, pode-se assumir a equivalência da construção (Wirth & Kolb, 2009, p. 88)³⁸.

³⁸ Tradução livre de: "On the item level, equivalence occurs whenever the same subdimensions or issues can be used to explain theoretical constructs in every country or culture. If the constructs can be integrated into theories equivalently, one would assume construct equivalence."

Os autores dão como exemplo uma análise comparativa de programas noticiosos de TV cujos fatores de contexto que podem ser aplicados são o desenvolvimento histórico, a competição no mercado televisivo e as características do sistema de mídia (Wirth & Kolb, 2009, p. 90). Isso indica que é relevante buscar e analisar tais contextos na hora de escolher os programas noticiosos a serem comparados na pesquisa para que exista equivalência: "A equivalência deve ser analisada e – se necessário – estabelecida em pelo menos três níveis: o da construção, o do item e o do método" (Wirth & Kolb, 2009, p. 100)³⁹.

Tendo isso como informação, é necessário pensar que qualquer aspecto relevante a respeito da forma de se fazer a cobertura do telejornalismo em Portugal e que seja diferente no Brasil, por exemplo, deve ser tratado sempre de maneira equivalente. Um primeiro elemento, no caso desta tese, é a diferença de duração de cada programa informativo a ser analisado, o telejornal português tem o dobro do tempo do brasileiro: a média de duração do J8 é de 1h20min e do JN é de 40min.

Outra questão que diferencia o JN do J8 é o número de edições semanais, o primeiro tem seis edições, sendo exibido de segunda-feira a sábado, e o segundo tem sete edições sendo exibido de segunda-feira a domingo. Para manter-se a equivalência, esta tese terá como *corpus* as edições de segunda a sábado, dispensando o J8 de domingo, uma vez que o JN não é exibido neste dia da semana.

Para ter resultados comparáveis, e para se evitar vieses culturais, os resultados devem ser estandardizados, ou seja, padronizados a partir de percentuais. Os autores dão como exemplo a comparação de dois jornais impressos em países diferentes onde se está medindo o cumprimento de colunas dedicadas a um determinado assunto:

Se, no entanto, os artigos de jornal do país A forem geralmente mais longos do que no país B, independentemente de seu assunto, o resultado de uma soma ou índice médio de cobertura de assuntos estrangeiros levaria quase

³⁹Tradução livre de: "Equivalence has to be analyzed and – if necessary – established on at least three levels: on the levels of the construct, the item, and the method".

inevitavelmente à conclusão de que a quantidade de cobertura de assuntos estrangeiros no país A é mais alto que no país B⁴⁰ (Wirth & Kolb, 2009, p. 101)

Segundo os autores, a escolha dos países para a realização dos estudos comparativos internacionais normalmente é feita por questões que não levam as teorias em consideração, mas as facilidades para o próprio pesquisador, sua preferência pessoal ou outras questões individuais: "Na maioria dos casos, esses estudos são pré ou ateóricos, porque o interesse da pesquisa não é teórico"⁴¹ (Wirth & Kolb, 2009, p. 97). Se por um lado esta escolha evita determinados problemas, por outro ignora vantagens teóricas ou amostras representativas. Porém, é claro que cada pesquisador trabalha dentro de suas possibilidades, inclusive financeiras, para concluir a pesquisa e esta é uma questão a ser levada em conta.

Um aspecto positivo, na hora de escolher um país para realizar uma pesquisa comparativa, pode ser por mais semelhança dentro do sistema chamado *most similar systems design* que tenta tensionar as diferenças culturais como forma de partir das similaridades culturais para chegar aos resultados que realmente importam para o objeto de pesquisa.

Para minimizar as possíveis causas para as diferenças, deve-se escolher os países que são "os mais semelhantes", para que as poucas diferenças entre esses países provavelmente sejam a razão dos diferentes resultados (Wirth e Kolb, 2009, p. 97)⁴².

Outro aspecto pertinente é com relação ao idioma que pode ser um dificultador quando há necessidade de tradução para outra língua. No caso de Brasil e Portugal, apesar de o mesmo idioma ser falado entre os dois países, há questões específicas de cada um que merecem atenção tanto na coleta, quanto na análise dos dados. Alina Villalva (2016, p. 421) afirma que a informação que deve ser levada em conta é que o léxico do Português de Portugal e o do Brasil possuem um "(...) contingente comum e módulos particulares,

⁴⁰Tradução livre de: "If, however, newspaper articles in country A are generally longer than they are in country B, irrespective of their topic, the result of a sum or mean index of foreign affairs coverage would almost inevitably lead to the conclusion that the amount of foreign affairs coverage in country A is higher than in country B".

⁴¹Tradução livre de: "In most cases, these studies are pre- or atheoretical, because the research interest is not a theoretical one".

⁴²Tradução livre de "To minimize the possible causes for the differences, one should choose countries that are the "most similar," so that the few dissimilarities between these countries are most likely to be the reason for the different outcomes"

que em larga medida se desconhecem um ao outro". Para além das especificidades de cada telejornal e de como as notícias são trabalhadas por jornalistas de cada país, esta é uma questão relevante. O fato de a autora desta tese ter vivido por alguns meses em Porto pode facilitar o entendimento do idioma falado em Portugal.

A Língua Portuguesa é um idioma globalizado, oficial em oito países, e que tem "(...) escassa presença no domínio científico e tecnológico", situação comum a outros idiomas por conta do "(...) monopólio do inglês também no âmbito da ciência e tecnologia" (Bautista, 2017, pp. 221-222). Alberto Gomes Bautista pesquisou a presença do idioma nas publicações científicas e percebeu que no *ranking* da Revista Nature (2015), entre 100 países, Portugal ocupa o 28.º lugar: "(...) segundo a produção científica publicada em revistas de qualidade, aparece apenas um outro país lusófono, o Brasil, que ocupa o 23.º lugar da tabela". O campo para produções e publicações neste idioma merece atenção.

Compreendido o fato de que esta pesquisa comparativa, escrita em Português brasileiro, visa o pluralismo metodológico, técnicas variadas são usadas nas etapas da análise. A abordagem dos dados desta pesquisa comparativa se dará a partir da Análise de Conteúdo (AC) que, conforme Jorge Pedro Sousa (2006, p. 662): “permite destacar questões associadas às relações de género, às representações da violência, às representações de minorias e de pessoas portadoras de deficiência, etc.” O autor afirma que quando uma Análise de Discurso é quantitativa pode ser chamada de Análise de Conteúdo e que o mais útil é “complementar a análise quantitativa com a análise qualitativa” (Sousa, 2006, p. 661).

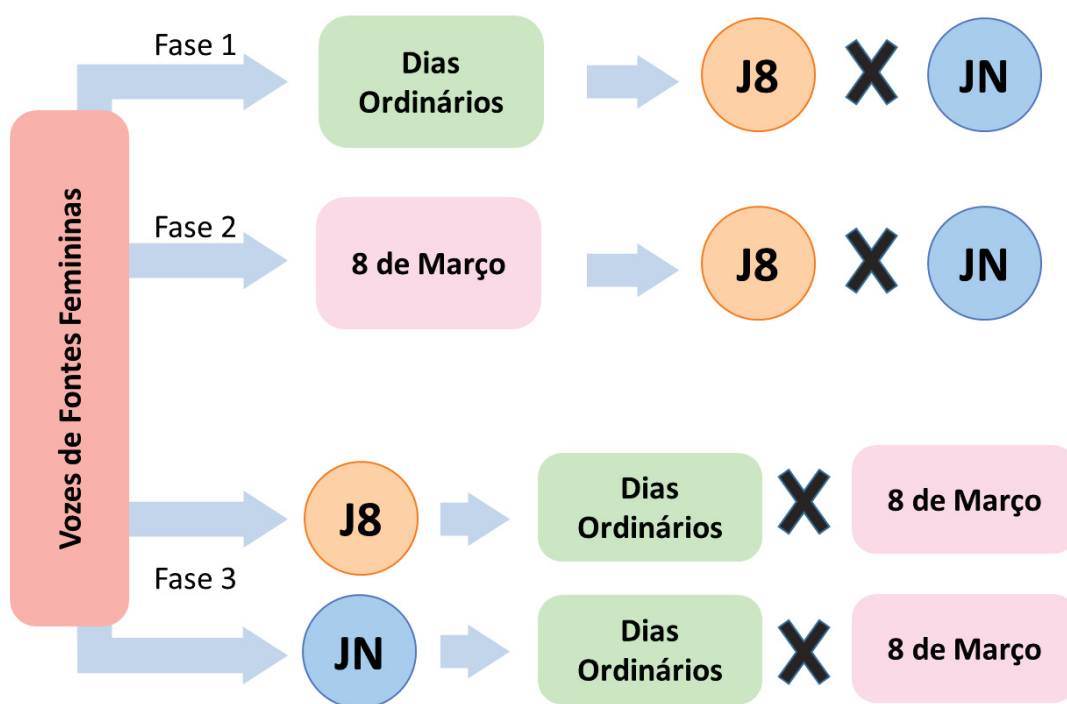
Earl Babbie (2010) considera a AC um método que não pressupõe por parte do pesquisador a possibilidade de intromissão direta no objeto de estudo. Ao apresentar exemplos para ilustrar, Babbie (2010, p.342) afirma que diversos estudos indicam que mulheres são estereotipadas na televisão, o que permite pensar que esta é a abordagem mais correta para esta tese, principalmente por que uma das características da AC é o fato de que se apropria das evoluções tecnológicas para melhor realizar as análises e a disponibilidade dos telejornais em sites das emissoras é um facilitador.

Para Bardin (2016, p. 42-44), quando o(a) pesquisador(a) decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias que forneça uma representação simplificada dos dados brutos e que obedeça à cinco regras, devendo ser: homogêneas, exaustivas, exclusivas, objetivas e adequadas ou pertinentes. A autora compreende que o interesse não está focado na descrição dos conteúdos, mas em que poderão nos ensinar depois de tratados por classificação, por exemplo. Sousa (2006, p. 295) afirma que por meio de uma análise de conteúdo de notícias "(...) podemos tentar intuir os valores que estão na sua gênese e que se encontram nas práticas que lhes deram origem, bem como inferir como se processará a construção de significados para esses textos".

Compreende-se que uma AC, segundo Bardin (2016, p. 125), parte de três etapas: a pré-análise, a exploração material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Portanto, nesta primeira fase, o *corpus* e a seguir as variáveis (Sousa, 2006, p. 621) foram definidos, bem como, as categorias que deram origem ao livro de códigos, fundamental para dar conta do volume de dados. Enquanto abordagem, a AC deve ser eficiente e replicável e os livros de códigos, ao ser testados, permitem a replicabilidade por outros estudos.

Também é importante ressaltar que o método comparativo será usado em três frentes. Na primeira fase será feita a comparação das amostras construídas de dias ordinários entre os dois telejornais; na segunda fase serão comparadas as amostras construída de dias 8 de Março entre os dois telejornais; e na terceira fase serão comparadas as amostras dos dias ordinários e dos dias 8 de Março de cada um dos telejornais, conforme descrito na Figura 1.

Figura 1: Comparação em três fases



Fonte: Elaboração própria.

Tomando os telejornais como unidades de seleção e as reportagens como unidades de análise, a escolha das variáveis torna possível compreender as categorias de vozes femininas: quem são, quanto falam, como falam e sobre o que falam? É necessário ressaltar aqui que esta pesquisa tem como foco o momento do telejornal em que ouvimos as vozes das entrevistadas, das fontes, para entender quando suas falas são visibilizadas por meio de suas vozes.

Não se trata de analisar quando assuntos ligados ao feminino são tratados por outras vozes, que não as delas, nem de compreender quando mulheres falam no telejornal como apresentadoras e repórteres, mas de saber quem são e sobre o que falam as entrevistadas, as fontes escolhidas por jornalistas para dar veracidade ao que é apresentado nas notícias. Então, as falas dos homens, enquanto fontes masculinas, não serão contabilizadas nas coletas porque não interessam ao recorte desta tese, porém algumas falas serão descritas pelo teor de seus conteúdos quando confrontam mulheres e temas femininos, tomando para si o lugar de falar pelas mulheres.

Como o *corpus* da tese são as vozes das fontes femininas nas reportagens de telejornalismo, a análise quantitativa é fundamental, uma vez que dá condições de

descrever o objeto, além de que a estratégia de coleta de dados, com *corpus* extenso, permite que esta descrição seja eficiente. Lopes (2016, p. 202) usa os termos quantitativo-descritivo e qualitativo-interpretativo como possibilidades de protocolos metodológicos.

A abordagem quantitativa serve para contabilizar o número de entrevistadas mulheres: quantas são protagonistas das notícias, quantas são fontes de representatividade, quantas falam de cada lugar social, e ainda, o tempo destinado a vozes femininas das fontes, entre outras questões objetivas, que tenham a ver com apuração de dados que possam ser medidos e sejam baseados em números e estatísticas. Não há análise estatística sem interpretação, de acordo com Martin Bauer e George Gaskell (2002, p. 23):

Pensamos que é incorreto assumir que a pesquisa qualitativa possui o monopólio da interpretação, com o pressuposto paralelo de que a pesquisa quantitativa chega a suas conclusões quase que automaticamente. Nós mesmos nunca realizamos nenhuma pesquisa numérica sem enfrentar problemas de interpretação. Os dados não falam por si mesmos, mesmo que sejam processados cuidadosamente, com modelos estatísticos sofisticados (Bauer & Gaskel, 2002, p. 23).

Esta interpretação é possível por conta da classificação das fontes proposta por Schmitz (2011) com relação ao que ele chama de grupo: oficial, empresarial, institucional, individual, testemunhal, especializada e de referência. A quantificação das fontes é realizada a partir do conceito de frequência conforme proposto por Bardin, e já utilizado por Valquíria John (2014) para analisar fontes femininas na cobertura dos Jogos Olímpicos. "Na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo" (Bardin, 2016, p. 26). Além da quantificação por meio de frequência/ausência e da prevalência (maior proporção) no caso de assuntos tratados pelas fontes.

A recolha de dados se dá por meio das imagens e áudios exibidos nos telejornais e da interpretação objetiva dos mesmos quando coletados e codificados em planilhas de cálculo. Elementos visuais como características físicas, vestimentas, objetos externos à fonte (faixas, *banners*, placas, etc.), informações impressas no vídeo (como créditos de nome, profissão, textos informativos, etc.) e dados fornecidos em áudio, pela locução do repórter, pelo apresentador e pela fala das fontes são os materiais disponíveis para complementar a decisão de como classificar cada categoria e variável.

Para tornar a recolha de dados objetiva, algumas considerações com relação às variáveis precisam estar aqui descritas e justificadas porque levaram em conta as teorias de gênero e os estudos feministas para serem construídas. As explicações e justificativas teóricas e contextuais a seguir têm o objetivo de definir a compreensão das decisões a serem tomadas tanto do momento da coleta quanto da análise dos dados.

3.1 Amostragem por Semanas Construídas

Uma questão fundamental com relação à amostra de uma tese de doutoramento é o fato de que precisa ter uma amostragem robusta, composta de exemplos padrão, eventos típicos que possam ser usados como representativos de um grupo de eventos. No caso desta investigação, a análise tem como *corpus* dois telejornais, um português e outro brasileiro, a partir de sua relevância e audiência: o Jornal Nacional, veículo de notícias televisivas de maior audiência no Brasil e exibido pela emissora privada TV Globo⁴³; e o Jornal das Oito, de maior audiência em Portugal e exibido pela TVI, também emissora privada⁴⁴.

Ao aceitar-se que as comunicações formais reconstróem o modo pelo qual a sociedade é representada por um grupo social: “Um jornal representa até certo ponto o mundo para um grupo de pessoas, caso contrário elas não o comprariam. Nesse contexto, o jornal se torna um indicador desta visão de mundo” (Bauer & Gaskell, 2002, p. 22). Os telejornais se enquadram neste caso. Os dados formais são aqueles institucionalizados por serem uma produção realizada por um veículo de comunicação a partir de sua linha editorial. Os programas televisivos, considerados como dados formais na pesquisa, podem ser interpretados como indicadores da visão de mundo das sociedades portuguesa e brasileira, por isso têm relevância.

⁴³ Kantar Ibope Media. (2018) Top 5: Audiência de TV. Acesso em julho de 2018. Disponível em: <https://www.kantaribope.com/top-5-grj-audiencia-de-tv-3007-a-05082018/>

⁴⁴ ZappingTV. (2019, janeiro 2). Audiências: TVI lidera há 14 anos consecutivos. Acesso em janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.zapping-tv.com/audiencias-tvi-lidera-ha-14-anos-consecutivos/> e <http://www.zapping-tv.com/jornal-das-8-dribla-sic-e-alcanca-lideranca-das-audiencias/> (Anexo II).

A escolha de quais telejornais fazem parte do *corpus* segue o conceito de amostragem construída (Kayser, 1974, p. 153) para representar o todo em pesquisas que analisam veículos jornalísticos diários, uma vez que as porcentagens são suficientes para a compreensão do veículo a ser estudado. Quando “(...) o objeto principal da investigação se constitui no próprio jornal, tender-se-á a estabelecerem-se porcentagens”⁴⁵, sendo um método bastante utilizado em análises de produtos jornalísticos.

Segundo Daniel Riffe, Charles Aust e Stephen Lacy (2014), o método de semanas construídas foi usado por Stembel (1952) ao concluir que duas semanas construídas são suficientes para representar o conteúdo de um ano no caso de um jornal diário com seis dias de circulação, veiculação na qual se enquadram o J8 e o JN. A técnica de Stembel compreende que duas semanas construídas têm resultados melhores que apenas uma, pois “Uma semana construída prevê adequadamente a média da população, duas semanas funcionam melhor ainda”⁴⁶ (Riffe; Lacy & Fico, 2014, p. 86).

A amostra probabilística desta investigação é de três semanas construídas de edições diárias dos telejornais e mais três edições de dias especiais, o que permite uma comparação entre edições de dias ordinários e edições do dia 8 de Março. Ao todo são 42 edições de telejornais, sendo 18 edições de dias comuns de cada um dos telejornais, 36 edições (segunda-feira a sábado) que somam aproximadamente 40 horas de transmissão em vídeo. E mais três edições, de cada um dos telejornais do dia 8 de Março, somando mais seis edições, aproximadamente seis horas. Segundo Kayser, mais que isso não aumentaria a representatividade de dados (Kayser, 1974, p. 153).

A amostra com as três semanas de dias ordinários foi construída de forma não sequencial, sendo escolhida uma edição a cada semana, da seguinte maneira: na primeira semana de um mês, a segunda-feira; na segunda semana do mês seguinte, a terça-feira; na terceira semana do próximo mês, a quarta-feira; na quarta semana do mês seguinte, a quinta-feira; e assim seguindo sucessivamente, conforme a tabela.

⁴⁵ Tradução livre de: “Si, por el contrario, el objeto principal de la investigación lo constituye el diario en sí mismo, se tendrá a establecer porcentajes”

⁴⁶ Tradução livre de: “One constructed week adequately predicted the population mean, and two constructed weeks worked even better”.

Tabela 3: Edições de dias ordinários

Primeira semana construída

terceira	segunda-feira	:	16	Julho	2018
quarta	terça-feira	:	28	Agosto	2018
primeira	quarta-feira	:	5	Setembro	2018
segunda	quinta-feira	:	11	Outubro	2018
terceira	sexta-feira	:	16	Novembro	2018
quarto	sábado	:	22	Dezembro	2018

Segunda semana construída

primeira	segunda-feira	:	7	Janeiro	2019
segunda	terça-feira	:	12	Fevereiro	2019
terceira	quarta-feira	:	20	Março	2019
quarta	quinta-feira	:	25	Abril	2019
primeira	sexta-feira	:	3	Maio	2019
segundo	sábado	:	8	Junho	2019

Terceira semana construída

terceira	segunda-feira	:	15	Julho	2019
quarta	terça-feira	:	27	Agosto	2019
primeira	quarta-feira	:	4	Setembro	2019
segunda	quinta-feira	:	10	Outubro	2019
terceira	sexta-feira	:	15	Novembro	2019
quarto	sábado	:	28	Dezembro	2019

Fonte: Elaboração própria.

As edições do dia 8 de Março são analisadas por tratar-se de um dia em que há reportagens destinadas a ouvir as vozes femininas, e neste caso é possível tecer considerações fundamentais para a aplicação das teorias. Para Kayser (1974, p.150), deve-se evitar incluir em um estudo uma edição excepcional por não ser representativa, a não ser que tenha por objeto o acontecimento que provoca o número excepcional. O Dia Internacional de Luta das Mulheres é uma data em que elas realizam manifestações em busca de visibilidade, por isso tais edições têm valor nesta análise e podem servir de mecanismo de comparação entre anos distintos.

A amostra das datas celebrativas foi construída a partir dos três últimos anos para ter atualidade, por isso 2017, 2018 e 2019. Como em 2020 a data caiu em um domingo,

não pode ser escolhida porque o JN não é exibido aos domingos. A tabela apresenta as datas:

Tabela 4: Edições de 8 de Março

8 de Março

primeira	edição	:	8	Março	2017	quarta-feira
segunda	edição	:	8	Março	2018	quinta-feira
terceira	edição	:	8	Março	2019	sexta-feira

Fonte: Elaboração própria.

A coleta dos dados foi feita nos *sites* dos telejornais que disponibilizam as edições na íntegra por meio de seus *players*, no caso do Jornal Nacional a *Globo Play* e do Jornal das Oito a *TVIPlayer*. Cada edição foi gravada em vídeo de baixa resolução, com a janela do *player* incluída exibindo a data do telejornal (para consulta e análise da pesquisadora) usando um aplicativo que grava a tela do computador, neste caso o *Wonder Share Filmora*, disponível para *Microsoft Windows*.

Categorias e variáveis foram coletadas em tabelas do *Microsoft Excel*. Na sequência foram gerados os gráficos que dão origem aos dados quantitativos que compõem a parte da Análise de Conteúdo que permitirá a aplicação do método comparativo, levando em conta três bases fundamentais: validade, replicabilidade e confiabilidade.

A relevância do livro de códigos bem justificado e claro permite a confiabilidade da coleta já que define regras rígidas para a seleção de dados, conforme Andrew Hayes e Klaus Krippendorff (2007, p. 78) para quem: "Ao confiar nos observadores, os pesquisadores devem se preocupar com a qualidade dos dados, especificamente com a sua confiabilidade"⁴⁷.

Para conferir a confiabilidade da coleta de dados foi aplicado o mecanismo chamado de Alfa de Krippendorff nos testes de metodologia como forma de uniformizar a coleta. Os testes de confiabilidade das coletoras desta análise tiveram resultado médio

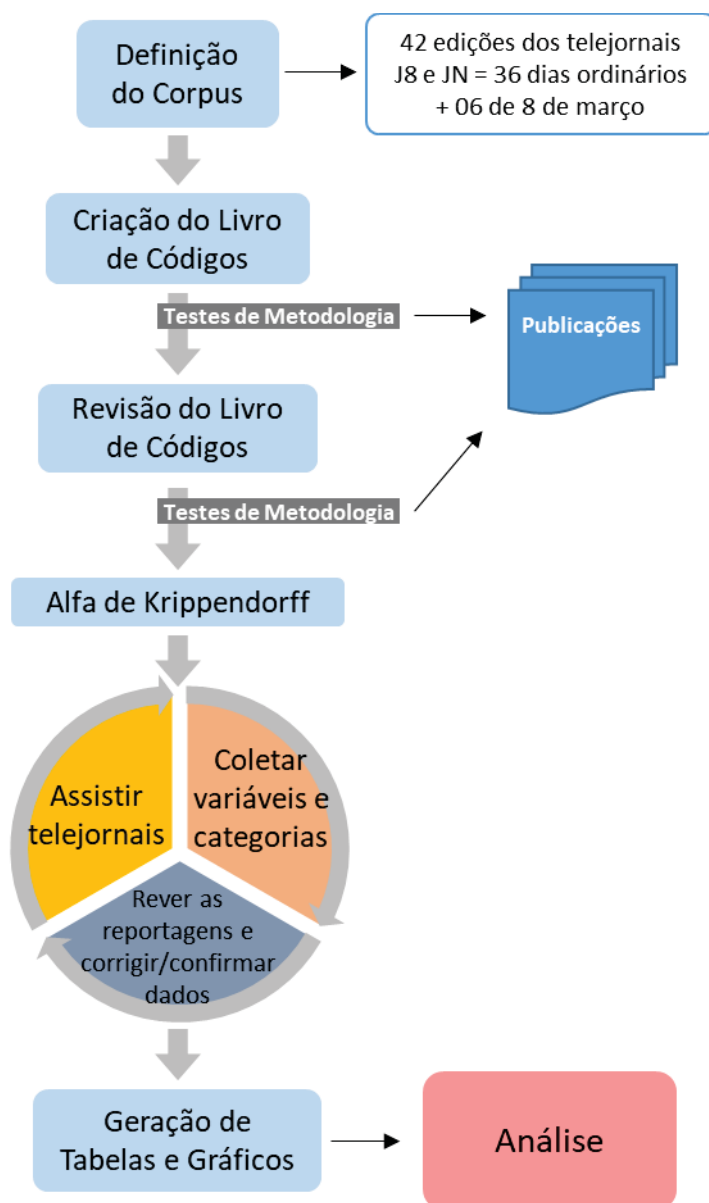
⁴⁷ Tradução livre de: "When relying on human observers, researchers must worry about the quality of the data—specifically, their reliability".

acima de 90%. Rafael Sampaio e Diógenes Lycarião explicam que cada variável vai de 0 a 1, sendo que 0 significa 0% de concordância e 1 significa 100% de concordância: “Qualquer valor acima de 0,9 é, em geral, considerado muito confiável e acima de 0,8 suficientemente confiável”.

No caso da coleta desta tese o resultado do teste foi considerado excelente, pois "A premissa é que, quanto mais esses codificadores concordarem entre si, mais precisas seriam as categorias utilizadas na codificação" (Sampaio & Lycarião, 2018, p. 35). O teste Krippendorff aplicado a esta coleta pode ser conferido no Apêndice 3.

O fluxograma de trabalho, aplicado à coleta desta tese está apresentado na figura a seguir.

Figura 2: Fluxograma da coleta de dados



Fonte: Elaboração própria.

No total, 1661 fontes foram classificadas, sendo 1.096 masculinas e 565 femininas. Nas 36 edições de dias ordinários foram 520 fontes do JN (179 mulheres e 341 homens) e do 884 no J8 (274 mulheres e 610 homens) e na amostra de 8 de Março foram 71 fontes do JN (29 mulheres e 42 homens) e 186 do J8 (83 mulheres e 103 homens).

Os dados de cada edição foram coletados em planilhas *Excel*, assistindo inúmeras vezes a cada telejornal e consultando o livro de códigos⁴⁸. Durante este processo, alguns trechos das falas das fontes foram coletados para a produção da análise qualitativa e posterior discussão com as teorias. Para cada edição foi realizada uma descrição de quem eram as fontes e de quais assuntos tratavam. O Apêndice 4 traz os textos com as descrições que são consultadas sempre que há qualquer dúvida nos dados transcritos nas tabelas. A geração de gráficos facilita visualizar as comparações e permite as análises, mas também exige um trabalho de ida e retorno diversas vezes aos dados para permitir a compreensão dos mesmos.

É importante ressaltar que diversos testes de metodologias foram realizados durante o processo. Os testes foram sujeitos a validação por pares em congressos, seminários e encontros, com artigos publicados em anais dos eventos. A lista de publicações está disponível no Apêndice 5. Além de parte da coleta, os conceitos também foram apresentados e discutidos em eventos, além de publicações em revistas científicas validadas por avaliadores que solicitaram revisões e alterações para adequações.

3.2 Explicando e justificando as escolhas das variáveis para análise

As regras formais e objetivas que definem de que maneira as variáveis foram compreendidas quando criadas e quando os dados quantitativos foram recolhidos, está a seguir descrita, explicada e fundamentada para que haja uniformização na coleta e para estar disponível como fonte de consulta sempre que houver dúvidas. Como as variáveis e categorias são descritas por meio de palavras, é importante ter as justificativas bem definidas porque a aplicação na coleta não se dá pelo sentido de dicionário de cada verbete, mas pelo valor atribuído a cada palavra a partir das decisões justificadas nesta metodologia de tese.

⁴⁸ Como esta tese trabalhou com duas assistentes de pesquisa, exclusivamente para a coleta dos dados, foi necessário aplicar um teste de confiabilidade para ter certeza de que o livro de códigos estava claro e o entendimento das variáveis e categorias estava suficientemente adequado para que a coleta fosse uniforme. Os testes estão disponíveis no Apêndice 4.

É preciso esclarecer que os nomes dados às variáveis e categorias foram sendo trocados durante os testes de metodologia, tanto para incluir novas categorias e subcategorias necessárias quanto para aplicar palavras mais adequadas. A ideia deste texto é servir, também, de base para outras pesquisas sobre vozes em telejornais ou em produtos jornalísticos audiovisuais ou informativos nas áreas de Comunicação, Jornalismo, Marketing, Ciências Sociais e afins que tenham a intenção de coletar dados quantitativos usando livros de códigos.

Inspirado no documento utilizado pelo CPOP, Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública da Universidade Federal do Paraná (Cervi, 2017), o livro de códigos é um documento que precisa estar à mão durante toda a coleta de dados porque frequentemente surgem dúvidas que precisam estar fundamentadas nas descrições. Portanto, o livro de códigos é um documento bastante acessado na primeira fase do trabalho, quando as dúvidas precisam ser sanadas a cada consulta para que a recolha seja uniforme.

A fonte feminina nas reportagens televisivas, ou seja, as falas das mulheres, é a variável dependente da pesquisa, sendo que para encontrá-la e quantificá-la se fez necessário coletar todas as fontes das edições dos telejornais. A variável dependente representa aquilo que a pesquisa quer descrever, analisar e interpretar, já as variáveis independentes são usadas para explicar a dependente, sendo que esta é única e as outras são várias. Então, as variáveis independentes desta pesquisa foram definidas como: Informações do Telejornal, Informações da Notícia e Características da Fonte Feminina, a serem apresentadas e discutidas na sequência. As categorias de cada variável estão listadas do livro de códigos disponível no Apêndice 2.

A **Variável 1: Informações do Telejornal** é a que descreve cada edição dos programas televisivos a partir das seguintes categorias: a qual **semana** a edição pertence (semana 1, 2, 3 ou 8 de Março), a qual **telejornal (JN ou J8)**, qual a **duração** de cada edição (em horas/minutos/segundos, descontados os intervalos comerciais) e qual é a **data** da edição (dia/mês/ano). Estas categorias organizam a recolha de dados para se saber a qual telejornal e de qual data os dados a serem coletados correspondem. O livro de códigos (Apêndice 2) demonstra esta variável.

A **Variável 2: Informações da Notícia** coleta dados relacionados às características da reportagem de acordo com as seguintes categorias: em qual bloco do telejornal foi exibida a reportagem; em qual posição; nome e gênero de quem apresentou e de quem conduziu a reportagem; tempo de fala de jornalistas e da reportagem; assuntos e formato da notícia. Estes dados são relevantes para contabilizar o tempo em que jornalistas falam e como as notícias são apresentadas. Esta variável é a que indica quais são as reportagens do telejornal e são o foco desta tese.

A variável **Duração da Notícia** é coletada a partir do tempo de duração de cada reportagem em minutos e segundos. Já as variáveis **Sexo do(a) Apresentador(a) da Notícia** e **Sexo da(o) Repórter da Notícia** são recolhidas a partir do sexo biológico apresentado por jornalistas, sendo classificadas como masculino e feminino. A separação entre as falas das fontes e as dos jornalistas, e entre as vozes masculinas e femininas de jornalistas, se dá para ter noção de qual é o tempo de fala de cada um. Portanto, esta comparação está presente na análise.

A variável **Assuntos da Notícia (prevalente)** é dividida em 28 categorias listadas, sendo que se a notícia não se incluir em nenhuma delas, uma nova deve ser criada para incluir o tema tratado. A variável **Formato da Notícia** segue as categorizações retiradas a partir de manuais de telejornalismo brasileiros e que estão explicadas no Apêndice 1 (Glossário de termos usados em telejornalismo no Brasil e em Portugal). Já os termos jornalísticos usados para classificar o formato das notícias estão aqui explicados:

- **Escalada:** Abertura e destaques do telejornal.
- **Reportagem:** Notícia editada que traz a locução da(o) repórter coberta com imagens, pode ou não ter a presença dela ou dele no vídeo, e trechos da fala das entrevistadas(os).
- **Entrevista:** Fala da fonte gravada ou ao vivo.
- **Nota Pelada:** Notícia falada pela(o) apresentadora sem imagens.
- **Nota Coberta:** Notícia falada pela(o) apresentadora e coberta com imagens.
- **Comentário:** Texto opinativo da(o) comentarista ou apresentadora.

- **Link ao vivo ou em direto:** Quando a(o) repórter está ao vivo em um ambiente externo à emissora informando um fato.
- **A Seguir:** O texto falado pelas(os) apresentadoras(res) antes do intervalo comercial, pode ser uma chamada para algum destaque que será exibido nos próximos blocos.
- **Encerramento:** Parte final do telejornal, quando apresentadoras(es) se despedem.

A **Variável 3: Características da Fonte Feminina** descreve as mulheres que são entrevistadas por jornalistas a partir das variáveis: Ordem de aparição, Gênero, Faixa Etária, Traços Fenotípicos de Origem, Lugar de Fala, Tipo de Fonte, Profissão, Tempo de Fala e Protagonismo. Cada uma das categorias será explicada e justificada a partir de agora.

A **Ordem de Aparição da Fonte** é definida pelo numeral (1, 2, 3, etc.) e torna possível descobrir em que momento da reportagem as mulheres aparecem falando.

Gênero da Fonte está dividido em: feminino, masculino e outros. Contabilizar o tempo de fala da categoria feminina torna possível saber qual é a porcentagem do telejornal falado por vozes das fontes femininas, cujos dados tornam-se foco principal da análise. Sempre que uma fonte não se declara mulher cisgênero e heterossexual ou que a categoria outros for preenchida, é preciso que no campo observações haja uma explicação detalhando a identidade de gênero ou orientação sexual.

É importante explicar que estas informações precisam ser declaradas pelas fontes a jornalistas e informadas na reportagem, seja pela locução, pelo nome, pela fala da fonte ou por informações impressas na tela. Ao olhar uma imagem durante a coleta de dados é impossível para esta pesquisadora definir se uma fonte é lésbica ou intersexual, por exemplo, é preciso que esta informação seja declarada durante a reportagem.

Faixa Etária da Fonte está dividida entre criança (e adolescente), adulta (jovem e madura) e idosa (terceira idade) e utiliza-se principalmente das informações passadas pela reportagem. Os dados das imagens também podem servir para apontar marcadores

biológicos, mas são secundários porque nem sempre a aparência permite um julgamento correto. Neste caso, a recolha se dá a partir da interpretação da análise visual (imagem da fonte, principalmente cabelo e rosto) e oral (o que é dito sobre a fonte e pela fonte) para recolher os dados.

No caso de mulheres idosas, as informações das reportagens são fundamentais para a coleta porque quando jornalistas indicam se tratar de matérias sobre idosos, a recolha é facilitada. Um exemplo é o de uma empresária que fala sobre como os planos de saúde ficaram mais caros quando chegou aos 60 anos. Como já utilizado por Christiane Monteiro Machado (2020, p. 137), no caso de idosas, não há como ter certeza de que as fontes das reportagens sejam mulheres acima de 60 anos. Porém, a identificação considera aspectos visuais como cabelos grisalhos e marcas de idade para compreender que remetem ao comportamento socialmente identificado como de pessoas idosas. Da mesma forma, no caso de adolescentes e crianças.

As duas próximas variáveis (**Traços Fenotípicos de Origem e Lugar de Fala**) merecem justificativa mais elaborada para compreensão das decisões relacionadas à forma de coleta e às regras para a recolha, porque apresentaram maior complexidade na hora da tomada de decisões da coleta. Por isso, os textos trazem discussões mais longas e fundamentadas que os anteriores.

Traços Fenotípicos de Origem se dá a partir da análise visual (cabelo, tom da pele, olhos, boca e nariz) e do que é informado no áudio e no vídeo – da mesma forma como os elementos que servem para a identificação de gênero e de faixa etária. Esta foi a variável mais difícil de definir a forma de recolha por conta da complexidade da discussão sobre a questão do racismo, por isso necessita de discussão teórica aqui apresentada para justificar o método de coleta.

A criação das categorias negra, indígena, branca, do Oriente Médio, indiana, asiática, latina, cigana e outras se deu a partir das mulheres que compõem as populações portuguesa e brasileira. Compreendendo que o racismo é uma situação real e violenta (Kilomba, 2019, p. 71) e que não propõe controvérsias porque sua existência é perceptível em todas as esferas da sociedade, identificar quais mulheres além das brancas falam nos telejornais é bastante relevante.

A escolha desta variável demanda discussão mais aprofundada a partir da teoria para evitar interpretações equivocadas. O termo raça não foi escolhido para nomear esta variável por que faz “(...) referência a distintas categorias de seres humanos” e que traz consigo “(...) contingência, conflito, poder e decisão”, conforme destaca Silvio Almeida (2019, p. 24). Mas por que o termo raça é tão presente em nossa cultura?

Portugal e Brasil são parte fundamental da história da formação deste conceito. Segundo o sociólogo peruano Anibal Quijano (2000, p. 107), a relação de poder criada entre o conquistador europeu e o conquistado americano está na base desta estrutura. De acordo com Quijano, não existe registro histórico da ideia de raça, em seu sentido moderno, anterior à América. A formação de relações sociais fundadas na ideia de raça produziu identidades sociais novas para índios, negros e mestiços. Da mesma maneira, as palavras espanhol, português e europeu, também passaram a ter um novo sentido com a criação das colônias europeias em territórios americanos.

Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram com a característica emblemática da categoria racial. Esta codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram (...) a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em consequência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos (Quijano, 2000, p. 107).

O racismo, para o autor, surgiu como ferramenta de colonização permitindo expropriar terras e escravizar pessoas negras sequestradas na África e trazidas para as Américas e, também, os povos originários que já viviam no continente. A partir da perspectiva decolonial, o autor afirma que mesmo depois do fim do período colonial, a hierarquização de raças foi mantida no imaginário das populações, bem como, nas relações de poder.

Almeida (2019, p. 32) ressalta que o racismo estrutural “(...) é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento” e que se manifesta “(...) por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”. A partir disso, é possível considerar que as pessoas não-brancas são desprivilegiadas primeiramente pelo tom de pele: uma mulher negra sofre preconceito *a priori* por ser negra, além de sofrer preconceito por outros motivos que podem ser comuns também às brancas. Porém, a

questão do tom de pele é responsável por fazer com que a cidadã (e o cidadão) passe por discriminações muito específicas.

As mulheres dos povos originários, como as indígenas brasileiras, do mesmo jeito são desprivilegiadas e sofrem preconceitos e discriminações por seus traços fenotípicos. Apesar de invisibilizadas, como se quase não existissem mais, ao serem reconhecidas como indígenas as mulheres são discriminadas por sua raça. Por isso, Kercia Priscilla Figueiredo Peixoto (2017, p. 27) alerta para a importância de entender que tal preconceito é, também, racismo apesar de em sua pesquisa perceber que “(...) a informação de que os indígenas sofriam racismo parecia nova, pois eram comumente chamados de preconceito ou discriminação os casos de violência, desprezo e mal tratamento que eles sofriam”.

Da mesma forma que as indígenas, é fundamental que as ciganas, as latinas, as indianas e todas as mulheres que sofrem e sofreram preconceitos por sua aparência física entendam tratar-se de racismo. Levantar quantas mulheres não-brancas são fontes de telejornais ajuda a compreender o tamanho da invisibilidade das diversas etnias e perfis a partir de traços fenotípicos, inclusive para compreender a desigualdade de tratamento dado a cada grupo considerado subalterno.

É importante apresentar aqui o fato de que a Constituição Portuguesa proíbe a recolha de dados étnico-raciais da população, mas desde 2017 há um aceno do Governo para que o Instituto Nacional de Estatística (INE) busque nos próximos Censos fazer algo no sentido de levantar estes dados, inclusive por ser uma recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU). Porém, ainda não há data para que isso ocorra (Publico, 2019). Houve uma movimentação em abril de 2019 sobre o levantamento ser realizado em 2021, mas não foi concretizado por conta de divergências relacionadas à complexidade da questão que, apesar de lidar com “(...) dados sensíveis, existe a possibilidade de recolha e tratamento, desde que estejam garantidas determinadas condições como o anonimato” (Publico, 2019).

O grupo de trabalho que discute como realizar a recolha dos dados étnico-raciais foi criado em 2018 pela Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade e havia trabalhado na inclusão de uma pergunta sobre a qual dos quatro grandes grupos listados pertencia a pessoa respondente: branco/português; branco/de origem europeia;

negro/português; negro/afrodescendente/de origem africana; asiático/português de origem asiática/de origem asiática; cigano/português cigano/roma/de origem cigana. Porém, não houve consenso. Os argumentos a favor tratavam da necessidade de poder “(...) avaliar as desigualdades étnico-raciais no país (...)”, além de mostrar quais são as outras cores, além da branca, presentes na população. Já os opositores ao levantamento consideram que a coleta dos dados “(...) pode promover a legitimação das categorias raciais, e os seus efeitos são ‘maiores’ quando o Estado é o autor” (Publico, 2019).

Como esta pesquisa não tem como metodologia a aplicação de questionários a respondentes, mas realiza a coleta de dados e a análise a partir de imagens e sons exibidos em telejornais, estas variáveis tendem a trazer informações que podem ser úteis para estudos que investiguem as etnias em Portugal, sem ferir a Constituição do país.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permite que as pessoas respondam sobre a própria cor se: branca, preta, parda, indígena ou amarela. Na pesquisa de 2017, se autodeclararam pardos 46,7%, brancos 44,2% e pretos 8,2% (IBGE, 2019), o que demonstra que 54% da população brasileira é negra (a soma de pardos e negros). A autodeclaração é tida no país como uma forma justa para levantar as informações porque, na hora de responder qual é sua cor, a pessoa pode levar em conta seu lugar social e suas experiências de vida, bem como de preconceitos vivenciados.

A autodeclaração é um critério usado no Brasil nas políticas de cotas raciais para universidades, Lei nº 12.990/2014 (Brasil, 2019a), porém apenas a resposta da pessoa não é suficiente para que as instituições aceitem a candidata ou o candidato como alguém não-branca(o). Isso porque pessoas brancas têm se autodeclarado de pele negra para ter acesso às vagas reservadas para pessoas negras. A solução encontrada por algumas universidades para atestar que os candidatos pertencem às minorias, depois de muita discussão sobre negritude/africanidade e preconceitos, foi a de instituir-se uma banca para análise externa.

A banca, geralmente formada por uma pessoa do corpo docente e duas com representação do movimento negro, realiza uma entrevista com quem se candidata à vaga por cotas e utiliza a visualização de três critérios fenotípicos para definir se ela é negra: tom da cor da pele, tipo de cabelo e formato do nariz. No caso da recolha de dados desta tese, esta forma parece ser a que mais faz sentido de ser usada, uma vez que os elementos

disponíveis são as imagens e sons exibidos pelos telejornais. Portanto, a interpretação visual de quem coleta os dados vai levar em conta os traços fenotípicos, performance e créditos das fontes.

A outra variável que merece ser apresentada, discutida e descrita por ser considerada polêmica é **Lugar de Fala** da fonte feminina, usada para levantar de qual posição social as entrevistadas falam. Da mesma forma que a variável anterior, esta também necessitou de muita reflexão para escolher como nominar as categorias e defini-las. Nos primeiros testes de metodologia, a classificação usada não funcionou e teve de ser refeita diversas vezes, assistindo novamente a todas as falas das mulheres nos telejornais, até encontrar categorias e subcategorias que pudessem representar a posição social relacionada aos privilégios e desprivilégios vividos pelas mulheres.

Depois dos testes de metodologias apresentados e discutidos em encontros, seminários e congressos (ver publicações no Apêndice 5) e de questionamentos aos dados, foram definidas as categorias e subcategorias apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 5: Categorias e subcategorias de Lugar de Fala

Celebridade	Fontes que são famosas e atraem atenção, audiência e público por quem são ou pelo que fazem, despertando no público curiosidades. Exemplos: atrizes de novela, apresentadoras de TV, atletas.
Criança	Todas as crianças foram assim classificadas.
Desempregada	Fontes que falam sobre estarem desempregadas.
Drag queen	Artista que performa uma <i>drag queen</i> e fala enquanto mulher.
Eleitora	Fontes que falam sobre eleições. Exemplos: quadro de eleições do JN; estudantes que não poderão votar na Ilha da Madeira.
Esposa	Fontes que são entrevistadas por serem esposas de um personagem da reportagem, por exemplo: esposa que liga para o INSS para ajudar o marido com a aposentadoria; esposa de jogador de futebol famoso que mudou de país para morar com o marido; esposa brasileira de um homem turco procurado pela polícia.
Idosa	Fontes que falam sobre como a idade interfere em sua vida. Por exemplo: idosas que começam a atuar como empreendedoras em busca de clientes também idosos.

Intersexual	Fonte entrevistada por se declarar intersexual e correr o risco de não poder competir em categoria esportiva feminina. Apesar de uma única fonte ser classificada nesta categoria, é importante para visibilizar mulheres LGBTQIA+ que praticamente inexitem nos telejornais. Poderia ser classificada como vítima de desigualdade de gênero, mas houve a intenção de criar uma categoria própria.
Lésbica	Casal de fontes entrevistadas e identificadas como lésbicas. Apesar de apenas duas fontes classificadas, esta categoria é essencial para visibilizar mulheres LGBTQIA+ que praticamente inexitem nos telejornais. Poderiam ser classificadas como vítimas de violência, mas não daria a dimensão da violência de gênero, então houve a intenção de se criar uma categoria própria.
Mãe	Quando a fonte é entrevistada por ser mãe. Exemplos: mãe do jogador Cristiano Ronaldo falando sobre a inocência do filho; mães em busca de vaga em escolas; mães acompanhando filhos ao aeroporto.
Militante	Fontes que participam de greves, passeatas, manifestações, eventos políticos, etc., e falam sobre bandeiras de lutas das mulheres e dos setores os quais representam.
Mulher-exceção	Fontes que são apresentadas como personagens de reportagens para demonstrar que algumas mulheres alcançam posições que são eminentemente masculinas. Exemplos: mulher que atua como uma piloto da Força Aérea; gerente de grande corporação; primeira mulher a atuar na Polícia.
Política	Mulheres que falam sobre temas políticos e atuam ou atuaram em cargos eletivos ou indicados por políticos. Exemplo: ministras, deputadas, senadoras, vereadoras, etc.
Presidiária	Mulher que é entrevistada sobre doença que foi infectada e tratada dentro do presídio.
Profissional	Mulheres entrevistadas para falarem sobre aspectos da profissão na qual atuam, por exemplo: professoras, pesquisadoras, engenheiras, cientistas, vendedoras, maquiadoras, artistas, etc.
Sindicalista	Mulheres que representam sindicato e associações e falam em nome dos mesmos.
Solteira	Mulheres que falam sobre não serem casadas.
Transeunte	Mulheres entrevistadas para falarem de assuntos da reportagem, mas que são escolhidas por estarem presentes nos locais onde a reportagem foi gravada. Exemplos: praias, festas, eventos, festivais.

Vítimas (Divididas em subcategorias)	Vítima de crime	Fontes vítimas de crimes comuns como assaltos, furtos, etc.
	Vítima de desigualdade de gênero	Fontes vítimas de situações que as deixam vulneráveis por serem mulheres, como baixos salários.
	Vítima de doença	Fontes entrevistadas para falar sobre suas doenças, como câncer, catarata, etc.
	Vítima de pobreza	Fontes que demonstram nas falas sofrer pela falta de recursos, comida, casa, saneamento, etc.
	Vítima de tragédia	Fontes que falam sobre sofrer por enchentes, furacões, chuvarada, seca, etc.
	Vítima de violência	Fontes vítimas de agressões físicas não cometidas por companheiros.
	Vítima de violência doméstica	Fontes que falam sobre agressões físicas e psicológicas, feminicídio, assédios, cometidos por companheiros.
	Vítima de violência sexual	Fontes que tratam de assédio sexual e estupro.
Voluntária	Fonte que fala sobre sua atuação em ações de voluntariado.	

Fonte: Elaboração própria.

Para compreender as classificações, algumas explicações são necessárias e precisam ser justificadas. A primeira questão é que Lugar de Fala das mulheres em uma reportagem de televisão não tem a ver com a cor da pele de quem fala. Esta relação é comumente feita por militantes negras quando pedem por mais espaço para falar. Porém, nos telejornais é raro que as mulheres negras falem sobre questões relacionadas à negritude. A ministra da Justiça de Portugal, Francisca Van Dunem, é um exemplo porque não fala de questões relacionadas ao racismo ou preconceito, mas de questões políticas relacionadas a seu cargo e é classificada como mulher política. Esta reflexão é estendida para toda a recolha dos dados: Lugar de Fala trata de qual posição a fonte ocupa na sociedade.

Outra questão importante é que profissão não necessariamente impõe à mulher o seu lugar social. Por exemplo, ao ser entrevistada em uma reportagem sobre o fechamento da fronteira entre Brasil e Venezuela, uma cuidadora de idosos explica a dificuldade dela e de outros que vivem na mesma região de atravessar a fronteira. A profissão de cuidadora não impõe o lugar do qual essa mulher fala na reportagem, porque não se relaciona com a fala dela que é classificada como transeunte. No entanto, a fonte considerada com Lugar de Fala de profissional é aquela que fala como especialista em uma reportagem ou quando

a matéria é sobre sua profissão como, por exemplo, a cientista que trabalha numa pesquisa sobre o Zica Vírus.

Por outro lado, as fontes que exercem ocupações políticas (deputadas, vereadoras, ministras, entre outros cargos) exercem seu lugar social de políticas sempre que falam, como se os cargos aos quais estão ligadas precedessem seus nomes. Neste caso, o Lugar de Fala de uma vereadora ou de uma deputada, na maioria dos casos e com raras exceções, é o de política. Em cargos eletivos, assumir uma vaga seja no Poder Legislativo ou no Poder Executivo é ter um título que vale pela vida toda e impõe um lugar social privilegiado. Mesmo quando o mandato acaba, a pessoa é lembrada e marcada por seu cargo.

A categoria de mulher vítima é subdivida em diversas tragédias que acometem mulheres, desde violência doméstica e sexual até a violência da pobreza, como no caso de uma mulher brasileira, idosa, negra, e que tem como sonho poder construir um banheiro em sua casa (que é mostrada pela reportagem como sendo uma residência de madeira, sem pintura, quase sem móveis, sem conforto algum e sem banheiro algum). Ela será classificada como mulher vítima de pobreza.

As fontes consideradas mulheres vítimas de violência são as que sofrem agressões ou tragédias, e também seus familiares. Por exemplo, a tia e a prima de uma mulher que foi assassinada queimada por seu namorado. Elas foram classificadas como vítimas de violência porque seus Lugares de Fala são de familiares que vivem a tragédia e que compreendem a dor vivida em função disso. Estão marcadas por este lugar social da violência e serão lembradas por isso.

No caso da categoria transeunte, a classificação se dá quando a fala da fonte não importa por quem está falando, mas pelo assunto tratado, e não há nenhuma identificação relevante. São exemplos de enquetes (ou fala-povo): várias mulheres ouvidas em uma reportagem para falarem sobre como estão aproveitando o calor de um dia de semana na praia ou sobre qual é o melhor doce de uma feira gastronômica. Aparecem para falar como pessoas que participam de eventos, independentemente de quem são ou porque estão ali. A relevância está no assunto e não nas pessoas falantes que são escolhidas simplesmente por participarem da situação noticiada.

As próximas variáveis e categorias são relativas à fonte:

- **Tipos de Fontes:** Trata de como a fonte é classificada dentro da reportagem, segundo Schmitz (2011, p. 09-12) para tornar possível perceber a quem representam as fontes femininas quando são entrevistadas: oficial, empresarial, institucional, individual, testemunhal e especializada. Classificações já discutidas e apresentadas no capítulo anterior.
- **Profissão:** Indica qual é a formação ou ocupação da fonte, a partir do texto escrito para creditar a fonte, do que é dito por jornalistas ou pela própria fonte. Nem sempre a profissão é informada, somente quando é, a recolha é feita.
- **Tempo de Fala da Fonte:** Deve ser coletado no formato “horas: minutos: segundos” e quer saber quanto tempo fala cada entrevistada.

As explicações deste capítulo são fundamentais porque é a metodologia aplicada que torna uma pesquisa científica, por isso a necessidade de ser detalhada e justificada. O empenho em apresentar e discutir as variáveis e categorias foi necessário neste texto para permitir a compreensão da forma como se dá a recolha dos dados. Na sequência, o próximo capítulo apresenta a análise por meio de gráficos que facilitam a visualização dos dados quantitativos e que permitem as comparações a partir de análise por meio das teorias.

CAPÍTULO IV - Apresentação dos Dados e Análise

Este capítulo é dedicado a apresentar os dados e as análises das 42 edições de telejornais que formam o *corpus* desta tese, apresentadas individualmente a partir dos dados quantitativos (categorias e variáveis coletadas) e da descrição qualitativa de cada edição (que está no Apêndice 4). Primeiro estão as 36 edições de dias ordinários (18 do JN e 18 do J8) em cada uma das três semanas construídas, seguidas da comparação entre as vozes femininas das fontes de cada televisivo. Depois, as seis edições de 8 de Março (três do JN e três do J8) e as comparações entre os dois telejornais. Em um terceiro momento está apresentada a comparação entre as vozes femininas em dias ordinários e nas edições de 8 de Março. E, por último, a análise relacionada às teorias de gênero.

É relevante explicar que cada edição é apresentada nas tabelas a partir da porcentagem do tempo de exibição das vozes das fontes femininas com relação ao tempo total do telejornal, seguido do tempo em minutos e segundos, e do número de pessoas que tiveram suas vozes visibilizadas pelos telejornais.

Um exemplo de erro criado na contagem é de quando a mesma fonte foi ouvida mais de uma vez na mesma edição em reportagens distintas, caso comum a matérias do J8 que ouvem a mesma fonte em assuntos e notícias diferentes ou que exibem uma reportagem tratando de uma parte do tema no início do telejornal e de outra parte ao final. Apesar de a voz destas fontes ser ouvida mais de uma vez, no momento de contar o número de mulheres é contada apenas uma. Este ajuste teve de ser manual em cada tabela do *Excel* porque o tempo era somado, mas a fonte era contada apenas uma vez. Os erros foram mais facilmente corrigidos por meio da descrição que funcionou como um lugar seguro para voltar a cada edição e conferir os dados.

Nas descrições, quando os assuntos são relacionados a questões ligadas às mulheres ou a gênero, podem ser mais detalhadas de acordo com a relevância. E ainda,

quando há falas que não são das mulheres, mas os temas são ligados a gênero, algumas reportagens podem ser descritas, também, por serem importantes para esta pesquisa. Trechos de falas são usados em citações curtas ou longas de acordo com a relevância das fontes ou dos assuntos tratados, porém na maioria das descrições não há citações do que foi falado pelas fontes, apesar de haver relação entre os assuntos tratados. Da mesma forma, os nomes das fontes nem sempre estão presentes nas descrições, porque o foco é a posição social de onde a fonte fala. Então, quando os números causarem dúvidas à leitora e ao leitor é possível conferir nos apêndices e compreender os dados também pela descrição.

Nos próximos tópicos poderá ser observada uma diferença que justifica a comparação como ferramenta metodológica, uma vez que o fato de mulheres falarem menos que homens quando fontes era uma situação que já se esperava. Embora em ambos os programas jornalistas falem a maior parte do tempo, o J8 dá mais espaço para fontes que o JN e a diferença é menor entre homens e mulheres. O JN dá menos espaço para fontes e a diferença entre homens e mulheres, quando fontes, é bem maior. Porém, apesar de menor volume no JN, há mais diversidade de fontes femininas em termos fenotípicos que o J8.

4.1 J8 e JN: comparando fontes femininas em dias ordinários

Este tópico apresenta os dados das edições de dias ordinários que compõem a mostra de três semanas construídas dos dois telejornais. Para tanto, quadros com resumos apresentam os principais dados para facilitar a visualização de alguns totais gerais. Compreender a diferença entre o tempo de fala e o número de homens e de mulheres entrevistados é relevante para tentar entender o que motiva as edições em que há mais mulheres como fontes.

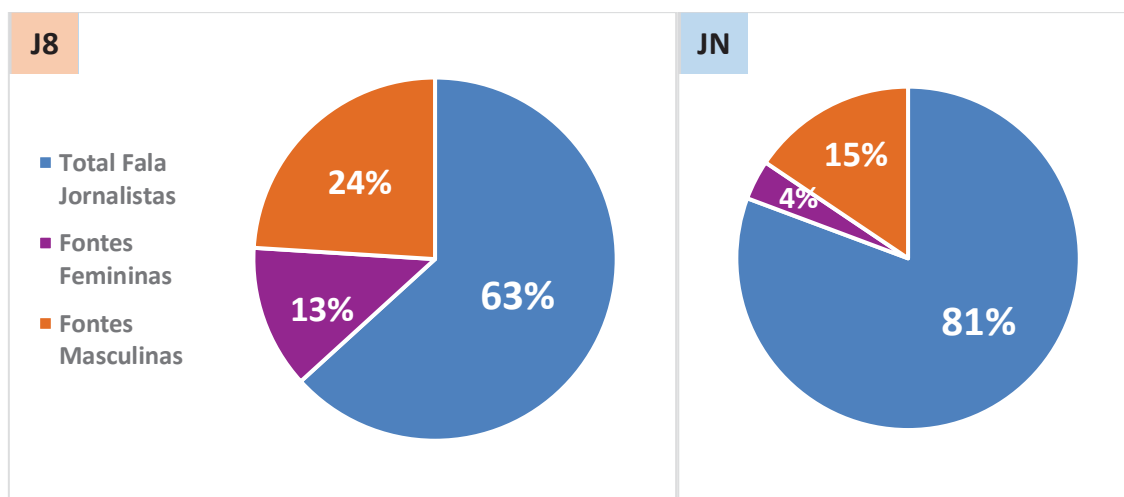
Na amostra construída de dias comuns, entre julho de 2018 e dezembro de 2019, os dados revelam que as falas de jornalistas têm mais tempo dedicado nas edições. São as vozes mais ouvidas por conta da forma de se contar notícias nos telejornais, cuja linguagem é baseada na locução e narração (*off*) cobertas com imagens.

O J8 traz sempre uma única pessoa apresentando o telejornal, mas há um sistema de rodízio. No período analisado, Pedro Pinto foi o apresentador que mais atuou (seis vezes), seguido de José Alberto Carvalho (cinco), Judite Sousa (quatro), José Carlos Araújo (duas) e Ana Sofia Cardoso (uma). Portanto, o programa foi apresentado por duas mulheres (cinco edições) e três homens (treze edições). José Eduardo Moniz apresentou o quadro Deus e o Diabo (uma edição) e Miguel Sousa Tavares esteve na bancada como comentarista (duas vezes). Todas as pessoas que apresentaram o programa jornalístico são brancas.

No mesmo período, seis homens e três mulheres dividiram a apresentação do JN, que traz sempre um casal na bancada. Renata Vasconcellos que apresentou 12 edições esteve ao lado de Willian Bonner em nove, compondo a dupla de apresentadores fixos do programa. Mas também há um sistema de rodízio que contou com Giuliana Morrone (quatro edições) e Ana Luiza Guimarães (duas). Entre os homens, Rodrigo Bocardi (cinco), Heraldo Pereira (uma), Dony de Nuccio (uma), Flavio Fachel (uma) e Alexandre Garcia (uma). A apresentadora do quadro de previsão da tempo, Maria Júlia Coutinho, apareceu no telejornal oito vezes. Do ponto de vista de diversidade de traços fenotípicos, com exceção de Maria Júlia Coutinho e do folguista Heraldo Pereira, todos são brancos.

No Gráfico 3 é possível visualizar a porcentagem de cada falante nos telejornais de forma distribuída entre jornalistas e fontes. No J8, 63% das vozes são de jornalistas e 37% das fontes; e no JN são 81% contra 19%.

Gráfico 3: Fala de jornalistas e fontes - dias ordinários



Fonte: Elaboração própria.

Os dois programas seguem o formato praticado pelas emissoras de televisão no qual a maioria das notícias é contada pela voz de jornalistas que mediam as informações. Mediação aqui é compreendida como o processo autoral de escritura de um texto por meio de palavras e imagens, por meio da apuração jornalística feita a partir de informações retiradas de entrevistas, observação e checagem de dados. O texto jornalístico de televisão traduz o que é dito por pessoas entrevistadas e esta tradução é apresentada por meio da voz da(o) repórter, o que permite algum tipo de interpretação levando em conta questões culturais de quem o escreve.

Existe um entendimento de que em TV a informação é escrita de forma a ser entendida “de primeira”, ou seja, para que o público consiga compreender a notícia enquanto é exibida, “instantaneamente”, como assevera Vera Íris Paternostro (1999, p. 64). A fala das fontes (por meio de suas próprias vozes), para dar conta de cumprir este objetivo, acaba sendo usada para confirmar o que é dito por jornalistas na locução, como forma de tornar o texto mais objetivo e curto. Por isso, é comum que a fala da fonte seja “traduzida” de forma a permitir um entendimento mais fácil e esta tradução se dá pela voz da(o) jornalista.

As tabelas a seguir trazem o total de falas das fontes a partir do tempo, número e gênero dos falantes. Os dados estão divididos semana a semana para melhor visualização dos resultados. É importante salientar que o J8 tem duração maior que o JN como é possível observar na Tabela 6. Por isso, a mostra foi realizada de forma equiparada e porcentagens foram levantadas para que façam parte da análise em busca de proporcionalidade. Como os tempos são diferentes, a análise leva em conta primeiro o tempo de visibilização da fala da fonte no telejornal e depois informa o número de mulheres falantes.

É possível perceber que o tempo de sonoras no JN é menor que o tempo dedicado a cada fonte no J8. Dividindo o tempo das falas em minutos pelo número de entrevistadas, na mostra de dias ordinários, cada fonte falaria por 6 segundos no telejornal brasileiro (tempo real de fala de uma vítima de tragédia do JN). Ao fazer o mesmo cálculo para o J8 daria uma média de 24 segundos por fonte. Na amostra de 8 de Março, ao tentar

calcular uma média de tempo de fala, seria possível estimar que no J8 as sonoras teriam 31 segundos e no JN 18 segundos.

No entanto, estatisticamente essas médias valem a título de proporção porque as falas não seguem um tempo padrão exato. Vale ressaltar que no Brasil os manuais de telejornalismo, como de Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima (2002, p.101), orientam que cada sonora não deve ultrapassar 20 segundos, com exceções para assuntos importantes e declarações polêmicas.

Nas três semanas da amostra construída de dias ordinários, os dados comprovam que homens falam mais nos telejornais, como já se esperava. Porém, contabilizá-los é relevante não só para confirmar estatisticamente que as vozes masculinas são as mais ouvidas como para observar se há variações no período.

Tabela 6: Quadro resumo da primeira semana

Edição		Duração Telejornal	Total Fala Jornalistas	Total Fala Fontes	Fontes		Fontes	
					Masculinas	n°	Femininas	n°
16/jul/18	J8	1:09:30	0:54:33	0:13:46	0:10:59	30	0:02:47	11
	JN	0:41:00	0:34:35	0:05:39	0:04:00	18	0:01:39	12
28/ago/18	J8	1:18:00	0:48:51	0:27:47	0:19:24	46	0:08:23	16
	JN	0:52:05	0:19:50	0:31:06	0:30:06	8	0:01:00	5
05/set/18	J8	1:17:00	0:56:54	0:18:56	0:17:08	26	0:01:48	8
	JN	0:25:40	0:20:43	0:04:00	0:01:52	8	0:02:08	8
11/out/18	J8	1:10:45	0:52:17	0:17:07	0:12:30	35	0:04:37	16
	JN	0:59:47	0:46:48	0:11:53	0:08:26	29	0:03:27	20
16/nov/18	J8	1:08:22	0:39:04	0:28:03	0:14:18	36	0:13:45	19
	JN	0:35:00	0:29:14	0:04:49	0:04:04	16	0:00:45	7
22/dez/18	J8	1:19:17	0:41:59	0:36:33	0:26:33	27	0:10:00	19
	JN	0:41:20	0:33:10	0:07:10	0:06:14	21	0:00:56	7
Totais	J8	7:22:54	4:53:38	2:22:12	1:40:52	200	0:41:20	89
	JN	4:14:52	3:04:20	1:04:37	0:54:42	100	0:09:55	59

Fonte: Elaboração própria.

No JN foram ouvidos 100 homens que falaram por 54min42seg, tempo cinco vezes maior que o das 59 mulheres que falaram por 9min55seg. Uma única exceção ocorreu no JN de 05/09/2018 quando houve empate no número de fontes (8 mulheres e 8 homens) e elas falaram 16 segundos a mais que eles. Neste caso, a explicação se dá pela entrevista de uma candidata à Presidência da República em matéria que acompanha a agenda de candidatos e candidatas.

Na primeira semana, as fontes falaram no JN por 1h04min37seg e no J8 por 2h22min12seg. No J8 foram entrevistados 200 homens que falaram por 1h40min52seg, mais que o dobro das 89 mulheres ouvidas por 41min20seg, uma delas é uma *drag queen* que afirma adorar ser chamada de mulher perfeita. Por performar o feminino durante a reportagem ela foi contada como mulher (se a entrevista fosse com o artista que performa a *drag queen*, teria sido contado como homem).

Na segunda semana construída (Tabela 7) é possível observar que o número de homens entrevistados é mais que o dobro do número de mulheres nos dois programas noticiosos. No J8 falaram 219 homens por 1h53min43seg e 102 mulheres por 50min33seg, ou seja, eles falaram mais que o dobro do tempo. No JN 114 homens falaram por 34min02seg e 55 mulheres por 8min55seg, quatro vezes mais tempo de falas masculinas no período observado.

Tabela 7: Quadro resumo da segunda semana

Edição		Duração Telejornal	Total Fala		Fontes		Fontes	
			Jornalistas	Fontes	Masculinas	n°	Femininas	n°
07/jan/19	J8	1:21:05	0:56:09	0:22:06	0:20:09	29	0:01:57	9
	JN	0:39:06	0:29:55	0:08:14	0:07:01	16	0:01:13	9
12/fev/19	J8	0:44:50	0:32:36	0:11:17	0:07:54	22	0:03:23	9
	JN	0:42:18	0:36:58	0:04:19	0:02:45	9	0:01:34	9
20/mar/19	J8	1:29:43	1:01:27	0:26:23	0:17:12	50	0:09:11	29
	JN	0:30:32	0:23:52	0:05:43	0:04:07	18	0:01:36	8
25/abr/19	J8	1:33:52	0:51:49	0:40:47	0:33:05	46	0:07:42	14
	JN	0:50:00	0:40:41	0:08:12	0:07:42	23	0:00:30	4
03/mai/19	J8	1:32:05	0:56:04	0:34:38	0:11:37	18	0:23:01	16
	JN	0:46:00	0:36:17	0:08:47	0:06:19	26	0:02:28	11

08/jun/19	J8	1:27:00	0:56:48	0:29:05	0:23:46	54	0:05:19	25
	JN	0:46:20	0:37:23	0:07:42	0:06:08	22	0:01:34	14
Totais	J8	8:08:35	5:14:53	2:44:16	1:53:43	219	0:50:33	102
	JN	4:14:16	3:25:06	0:42:57	0:34:02	114	0:08:55	55

Fonte: Elaboração própria.

A única exceção da amostra é o J8 de 03/05/2019 que trouxe 11min37seg de falas de homens e 23min01seg de falas de mulheres. Na data, a ministra da Previdência de Portugal é entrevistada no estúdio por 5min31seg. Além dela, uma comentarista de política fala por 2min48seg e uma sobrevivente de violência cometida pelo namorado é entrevistada ao vivo no quadro Deus e o Diabo e fala por 5min38seg. Nesta segunda semana construída, um casal de lésbicas e uma atleta intersexual foram identificadas nas reportagens, as primeiras por violência de gênero e a segunda pelo risco de não poder competir na categoria feminina.

Na terceira semana construída é possível perceber que o tempo total de fala dos homens no J8 é de 1h54min19seg, enquanto o das mulheres é de 1h23min02seg. Embora o tempo seja superior, não chega a ser o dobro, como nas duas semanas anteriores. O número de fontes femininas é de 83, porém, continua sendo menos da metade das masculinas: 191. No JN foram ouvidas 65 mulheres por 8min54seg e 127 homens por 26min39seg, ou seja, quase o dobro de homens pelo triplo de tempo de exposição de fala.

Tabela 8: Quadro resumo da terceira semana

Edição		Duração Telejornal	Total Fala Jornalistas	Total Fala Fontes	Fontes		Fontes	
					Masculinas	n°	Femininas	n°
15/jul/19	J8	1:19:56	0:34:13	0:43:22	0:23:18	24	0:20:04	5
	JN	0:41:30	0:33:42	0:06:42	0:03:48	21	0:02:54	16
27/ago/19	J8	1:25:45	0:39:51	0:44:32	0:16:24	32	0:28:08	9
	JN	0:47:21	0:37:27	0:08:46	0:08:11	23	0:00:35	3
04/set/19	J8	1:19:18	0:37:17	0:40:50	0:35:51	39	0:04:59	23
	JN	0:36:00	0:31:24	0:03:24	0:02:14	12	0:01:10	19
10/out/19	J8	1:29:28	1:00:20	0:27:19	0:12:01	36	0:15:18	20
	JN	0:41:43	0:34:01	0:07:05	0:05:37	24	0:01:28	7
15/nov/19	J8	1:23:52	0:54:40	0:25:40	0:12:05	30	0:13:35	22

	JN	0:42:02	0:37:22	0:03:27	0:02:25	16	0:01:02	6
28/dez/19	J8	0:50:22	0:32:37	0:15:59	0:15:01	30	0:00:58	4
	JN	0:41:37	0:34:27	0:06:09	0:04:24	31	0:01:45	14
Totais	J8	7:48:41	4:18:58	3:17:42	1:54:40	191	1:23:02	83
	JN	4:10:13	3:28:23	0:35:33	0:26:39	127	0:08:54	65

Fonte: Elaboração própria

Há três edições que são exceções por trazerem mais falas de mulheres, todas do J8. Em 27 de agosto de 2019 elas falam por 28min08seg contra 16min24seg deles. O tempo é maior porque uma deputada é entrevistada no estúdio sobre as eleições legislativas, o que ocorre no último bloco que dura 35 minutos e abre a série de entrevistas com candidatas e candidatos.

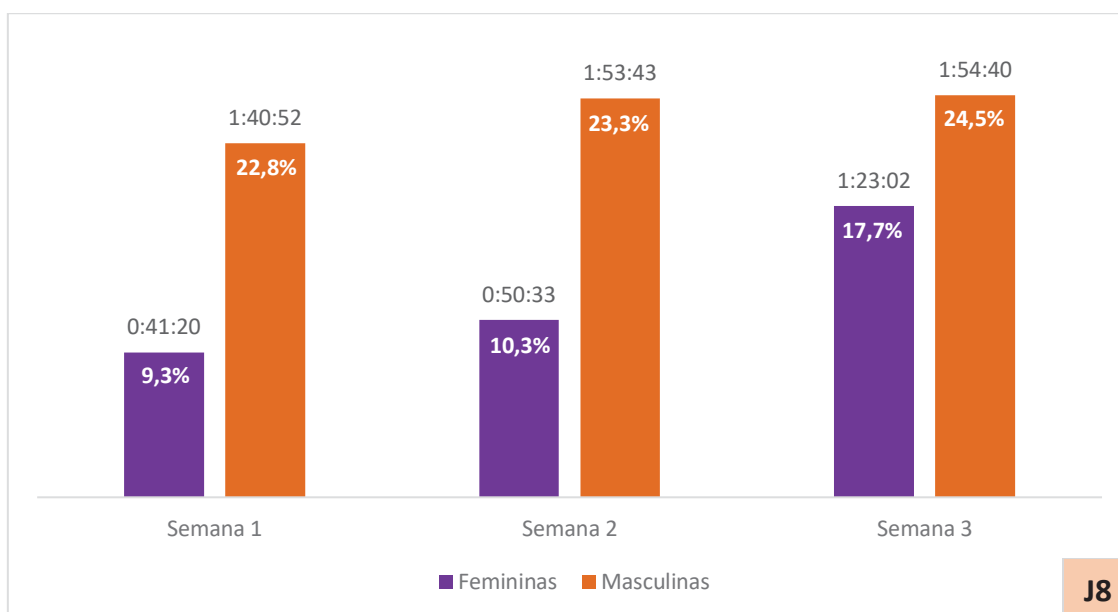
Em 10 de outubro de 2019 as falas de mulheres duram 15min18seg contra 12min01seg de homens. A explicação se dá porque Manuela Ferreira Leite, ex-ministra de finanças, é ouvida na bancada sobre a disputa pela liderança dos Sociais-Democratas, o que aumenta a presença feminina no programa.

Em 15 de novembro de 2019 são 13min35seg de fontes femininas e 12min05seg de masculinas. Nesta edição, duas mulheres negras protagonizam a reportagem que abre o telejornal: uma cabo-verdiana que está presa é acusada de abandonar um bebê recém-nascido e recebe a visita da ministra da Justiça, Francisca Van Dunem. Este assunto é tratado mais de uma vez no telejornal com reprise de uma fala da moça acusada que já havia sido entrevistada em outra reportagem quando vivia nas ruas de Lisboa.

Outro dado que chama a atenção ao olhar os tempos se dá no JN de 04 de setembro 2019, quando há 19 mulheres falando em apenas 1min10seg. As fontes falam palavras em vez de frases, na maioria das vezes, por conta de uma edição que traz a retrospectiva dos 50 anos do telejornal.

Os Gráficos 4 e 5 demonstram os tempos, semana a semana, primeiro no J8 e depois no JN. A partir destes dados é possível perceber que no J8 há mais fontes femininas que no JN, para além de observar um crescimento porcentual na terceira semana que corresponde ao último semestre de 2019.

Gráfico 4: Fala das fontes - J8 - dias ordinários



Fonte: Elaboração própria.

No J8, o aumento de vozes femininas das fontes se deu da seguinte maneira: foram 41min20seg na primeira semana, 50min33seg na segunda e 1h23min02seg na terceira semana construída. Da primeira para a terceira semana, o tempo de visibilização de vozes das mulheres dobrou. As vozes masculinas também tiveram pequeno aumento na sequência das semanas construídas: 1h40min52seg, 1h53min43seg, 1h54min40seg, havendo ainda um crescimento de 2,3% de visibilização, da primeira para a terceira semana.

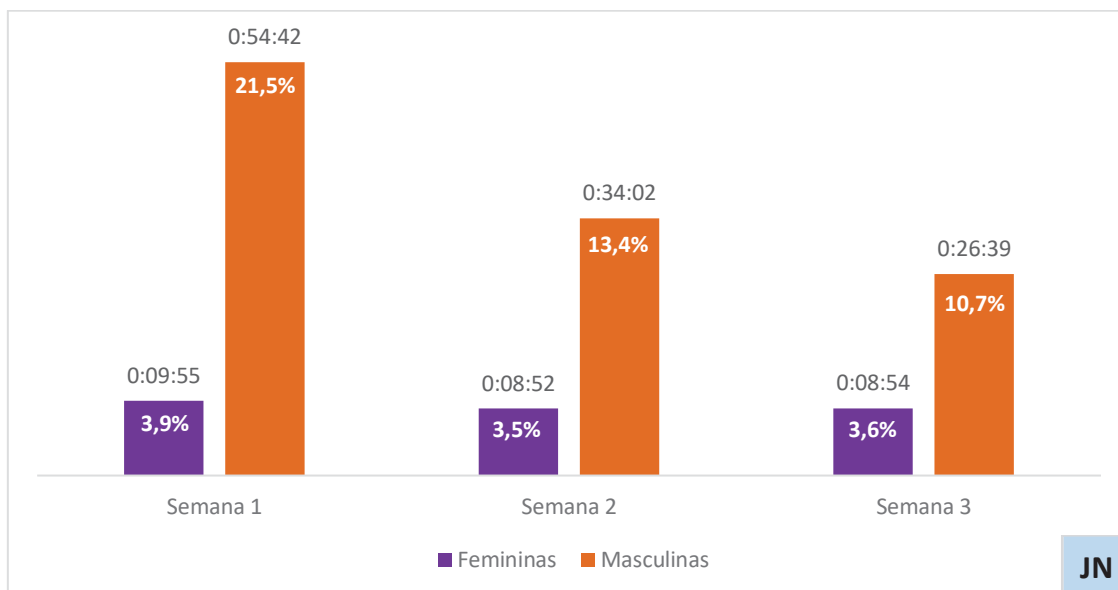
Para explicar estes aumentos percebe-se que houve conjuntamente um aumento do tempo total do telejornal e uma redução na visibilização das vozes de jornalistas. Na primeira semana era de 63,6% do total de fala, com queda para 64,4% na segunda e caindo para 55,3% na terceira, o que representa 11% de queda de visibilidade entre a primeira e a terceira semana.

No JN, o gráfico demonstra que houve queda considerável na percentagem de vozes masculinas e femininas que se mantiveram bastante baixas. As mulheres foram fontes por 9min55seg na primeira semana, 8min55seg na segunda e 08min54seg na terceira, representando uma queda de 10% no tempo de fala. Os homens falaram por 54min42seg, 34min02seg, 26min39seg, respectivamente, o que configura uma queda de

51%. Porém, eles ainda falam três vezes mais que as mulheres nos telejornais da terceira semana.

A compensação da queda dos tempos se deu pelo aumento das falas de jornalistas, que foram de 72% para 83% do tempo total, bem como a queda no tempo dos telejornais.

Gráfico 5: Fala das fontes - JN - dias ordinários



Fonte: Elaboração própria.

Analisando as três semanas de dias ordinários, confirma-se o fato de que mulheres falam menos que homens: elas têm um quarto do tempo que eles têm no JN e praticamente metade do tempo no J8. No JN, a diferença é de 1h55min23seg no tempo total de fontes masculinas para apenas 27min44seg para femininas, no J8 os homens entrevistados foram ouvidos por 5h29min15seg, enquanto as mulheres falam por 2h54min55seg.

Como já visto, as mulheres fontes falaram por apenas 4% do tempo no JN e 13% no J8 do total das falas dos telejornais. Conforme mostra a Tabela 9, os dados agora consideram a soma das três semanas formando uma única amostra, chamada de amostra construída de dias ordinários.

Tabela 9: Dados gerais da mostra construída de dias ordinários

		Duração	Total Fala	Total Fala	Fontes	n°	Fontes	n°
		Telejornal	Jornalistas	Fontes	Masculinas		Femininas	
Totais	J8	23:20:10	14:27:29	8:24:10	5:29:15	610	2:54:55	274
	JN	12:39:21	9:57:49	2:23:07	1:55:23	341	0:27:44	179

Fonte: Elaboração própria.

As análises a partir de agora se darão somente relacionadas às falas femininas, foco principal desta pesquisa. Os dois grupos de amostras das fontes femininas (JN e J8) se tornam as bases referenciais representando 100% das mulheres fontes em cada programa. Ou seja, a partir de agora o tempo das falas das mulheres torna-se a base da análise comparativa, considerado como tempo válido (de zero a 100%) para ser possível observar quem são.

A maioria das fontes femininas que fala no J8 (76,8%) e no JN (82,8%) tem idade adulta, e no telejornal português há maior porcentagem de idosas (18%) que no brasileiro (12,7%), como mostra a Tabela 10. As fontes que são crianças ou adolescentes podem ser consideradas equivalentes já que foram 3,3% no J8 e 2,8% no JN. A maior presença de pessoas idosas no J8 é considerável e talvez reflita a média de idade da população que é um pouco mais alta que a do Brasil. Em Portugal a idade média é de 45 anos e no Brasil é de 32,5⁴⁹.

Tabela 10: Fontes por Faixa Etária - J8 e JN - dias ordinários

Faixa Etária	J8			JN		
	% Fala	Tempo	Contagem	% Fala	Tempo	Contagem
Adulta	76,8%	2:14:17	196	82,8%	0:22:58	146
Idosa	18,0%	0:31:26	58	12,7%	0:03:31	24
Criança	3,3%	0:05:46	17	2,8%	0:00:47	6
Impossível definir	2,0%	0:03:26	3	1,7%	0:00:28	3
Total Geral	100,0%	2:54:55	274	100,0%	0:27:44	179

Fonte: Elaboração própria.

⁴⁹ Os dados de Portugal são da Eurostat (2019) e do Brasil são do IBGE (2018).

As fontes classificadas como impossíveis de definir são aquelas mulheres cujo rosto e voz não são mostrados pelas reportagens. Esta classificação irá se repetir em todas as tabelas e descrições sempre que características das fontes não puderem ser identificadas. Um dos exemplos de fontes impossíveis de identificar está na reportagem investigativa do J8 (08 de março de 2019) sobre mães cujos filhos foram adotados por bispos da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Segundo a matéria, elas teriam sido pressionadas a mudar o testemunho de acusação que haviam dado, porque foram ameaçadas por um homem que se passava por funcionário do Ministério da Justiça. Uma das mães fala sobre o caso sem mostrar seu rosto e com a voz alterada por recursos de edição.

A Tabela 11 apresenta as fontes a partir dos traços fenotípicos e, como já se esperava, a maioria é formada por mulheres brancas. No J8, 94% são brancas e apenas 3,8% são negras. No JN, há um pouco mais de diversidade, porém a grande maioria (74,5%) é formada por brancas. Apesar de 21,4% das fontes serem negras o percentual é muito menor que o da população brasileira, formada por maioria de pessoas de pele preta (54%). Os traços fenotípicos da categoria Outros está explicado nas próximas tabelas.

Tabela 11: Comparação de Traços Fenotípicos - J8 e JN - dias ordinários

Traços Fenotípicos	J8			JN		
	% Fala	Tempo	Contagem	% Fala	Tempo	Contagem
Branca	94,0%	2:44:28	251	74,5%	0:20:39	126
Negra	3,8%	0:06:37	17	21,4%	0:05:56	44
Outros	2,2%	0:03:50	6	4,1%	0:01:09	9
Total Geral	100%	2:54:55	274	100%	0:27:44	179

Fonte: Elaboração própria.

Enquanto mulheres brancas foram entrevistadas como fontes por 2h44min28seg pelo J8, as negras tiveram suas vozes visibilizadas por apenas 6min37seg, a maioria delas de fora do país. Muitas enquetes com mulheres africanas foram exibidas, tanto falando de tragédias como enchentes, quanto louvando a visita do presidente Marcelo Rabelo de Souza à países da África. A mulher-exceção neste caso é a ministra da Justiça portuguesa Francisca Van Dunem. Entre os 2,2% restantes das fontes que não são nem brancas nem

negras, há três mulheres cujos rostos não foram identificados: duas do Oriente Médio e uma asiática, como demonstra a Tabela 12.

Tabela 12: Traços Fenotípicos - J8 - dias ordinários

J8			
Traços Fenotípicos	% Fala	Tempo	Contagem
Branca	94,03%	2:44:28	251
Negra	3,78%	0:06:37	17
Impossível de definir	1,96%	0:03:26	3
do Oriente médio	0,17%	0:00:18	2
Asiática	0,06%	0:00:06	1
Total Geral	100,0%	2:54:55	274

Fonte: Elaboração própria.

No JN, segundo a Tabela 13, enquanto mulheres brancas foram entrevistadas por 20min39seg, as negras falaram por apenas 5min56seg. Além delas, duas mulheres indígenas falaram por 28 segundos, duas asiáticas por 10seg, uma árabe por 2seg e uma latina por 1seg. Estes tempos tão reduzidos podem ser explicados pela forma como o telejornalismo brasileiro trabalha com outros idiomas, sem legendar ou exibir as demais línguas. O mais comum é a reportagem traduzir o que a fonte diz e narrar a fala dela, deixando um trecho muito curto de sua voz para apenas o timbre ser ouvido. A fonte aparece falando uma ou duas palavras e o restante é narrado pela reportagem, diferente do J8, que permite que a fonte fale em outro idioma.

Tabela 13: Traços Fenotípicos - JN - dias ordinários

JN			
Traços Fenotípicos	% Fala	Tempo	Contagem
Branca	74,5%	0:20:39	126
Negra	21,4%	0:05:56	44
Índigena	1,7%	0:00:28	2
Impossível de definir	1,7%	0:00:28	3
Asiática	0,6%	0:00:10	2
Árabe	0,1%	0:00:02	1
Latina	0,1%	0:00:01	1
Total Geral	100%	0:27:44	179

Fonte: Elaboração própria.

As Tabelas 14 e 15 trazem as classificações jornalísticas e demonstram que as duas mais praticadas nos dois países coincidem. O primeiro tipo é a individual, que representa 34,3% no J8 e 66,6% no JN. Estas fontes são aquelas que representam a si mesmas (não a organizações ou grupos sociais) podendo ser pessoas comuns ou personalidades políticas, culturais e artísticas ou profissionais.

Tabela 14: Tipos de Fontes - J8 e JN - dias ordinários

J8				JN			
Tipo	% Fala	Tempo	Contagem	Tipo	% Fala	Tempo	Contagem
Individual	34,3%	0:59:56	158	Individual	66,6%	0:18:29	138
Oficial	27,7%	0:48:31	50	Oficial	11,2%	0:03:06	15
Institucional	22,4%	0:39:06	36	Especializada	10,9%	0:03:02	11
Especializada	10,4%	0:18:15	17	Institucional	9,9%	0:02:45	12
Empresarial	4,8%	0:08:27	11	Empresarial	1,3%	0:00:22	3
Testemunhal	0,4%	0:00:40	2				
Total Geral	100%	2:54:55	274	Total Geral	100%	0:27:44	179

Fonte: Elaboração própria.

No caso do J8, a maioria das fontes individuais são mulheres entrevistadas em eventos, feiras, praias, etc. No JN, estes casos são comuns, mas também há a prática de ter personagens para exemplificar situações, como na reportagem sobre a obrigatoriedade legal de vacinar crianças que entrevista duas mães que cumprem as datas de vacinação. No telejornalismo brasileiro, ter personagens para ilustrar assuntos é uma prática bastante comum, é quase uma obrigação nas reportagens.

O segundo tipo de fonte jornalística mais praticada foi a oficial, sendo 27,7% do J8 e 11,2% do JN. Estas fontes são aquelas que falam em nome de um dos poderes constituídos tendo funções e cargos de representatividade de órgãos públicos e que atuam como ministras, juízas, deputadas, promotoras, entre outras. Elas apresentam informações e declarações oficiais. No telejornal português há muitas entrevistas com deputadas da Assembleia da República e ministras que compõem o governo, enquanto no Brasil a presença é menor.

A terceira fonte jornalística mais entrevistada pelo J8 é a institucional (22,4%), classificada como aquela que representa uma organização sem fins lucrativos ou um

grupo social organizado. O telejornal traz comumente entrevistas com representantes de associações e institutos. Já a terceira fonte mais praticada pelo JN é a especializada (10,9%), sendo aquela que detém o saber específico reconhecido.

Além de ter personagens, o telejornal brasileiro é conhecido por ouvir especialistas nas reportagens, tratando-as como detentoras da voz do saber: aquelas profissionais de setores específicos e pesquisadoras acadêmicas que apresentam análises e explicações científicas ou técnicas ao público leigo. A quarta fonte mais tratada pelo J8 é justamente a especializada (10,4%) e a quarta do JN é a institucional (9,9%).

A quinta fonte mais buscada pelos dois programas é a empresarial, representando um grupo que atua no setor privado, como corporação industrial, comércio, serviços, agronegócio, entre outras. Esta fonte compõe 4,8% do tempo total do J8 e 1,3% do JN. E no J8 ainda apareceu a fonte testemunhal (0,4%) que é aquela que viu ou ouviu uma ação e foi entrevistada para contar o que presenciou como participante ou observadora da situação.

As profissões das fontes femininas, apresentadas na Tabela 15, só puderam ser coletadas quando a informação foi disponibilizada na reportagem. A formação e a ocupação nem sempre é informada na notícia porque pode ser considerada dentro do julgamento de jornalistas. As enquetes são exemplos de fontes cuja profissão geralmente não é informada. Fontes ouvidas para contar sobre enchentes, alagamentos, furacões ou, ainda, em reportagens sobre o verão na praia, um festival de música, etc., normalmente só trazem o nome, como se a profissão da fonte não importasse para a compreensão da notícia.

A profissão mais representada no J8 foi de mulheres que atuam na política com 42,2%, maior predomínio de deputadas e ministras de Estado de Portugal. Enquanto isso, no caso brasileiro, deputadas e senadoras foram representadas em segundo lugar com 8,6%. No JN, 50,1% das fontes não têm profissão identificada e são ouvidas pela importância do assunto a ser tratado e não por serem fontes relevantes para falarem daqueles assuntos. Já no J8, as fontes cujas profissões não puderam ser identificadas chegam a 28,1% do telejornal, quase metade da proporção do JN.

No J8, 145 mulheres tiveram as profissões informadas, enquanto em 129 casos não foi possível identificar as ocupações. As profissões foram agrupadas de maneira a fazerem sentido e podem ser observadas na Tabela 15:

Tabela 15: Profissão das Fontes - J8 - dias ordinários

Profissão	J8		
	% Fala	Tempo	Contagem
Política	42,2%	1:13:44	52
Não Identificada	28,1%	0:49:12	129
Setor Privado	7,6%	0:13:16	9
Empresarial	6,0%	0:10:33	19
Terceiro setor	4,8%	0:08:28	18
Artista	2,9%	0:05:05	15
Autônoma	2,5%	0:04:22	6
Judiciária	1,6%	0:02:48	8
Cientista	1,5%	0:02:33	3
Polícia	1,0%	0:01:48	4
Sindicalista	0,6%	0:01:00	5
Estudante	0,6%	0:01:00	3
Esportista	0,4%	0:00:39	1
Professora	0,1%	0:00:15	1
Aposentada	0,1%	0:00:12	1
Total Geral	100%	2:54:55	274

Fonte: Elaboração própria.

Nem todas as fontes femininas do JN apresentaram profissões. Em apenas 70 a informação foi disponibilizada, mas em 109 não foi possível identificar a ocupação. A Tabela 16 apresenta os dados disponíveis:

Tabela 16: Profissão das Fontes - JN - dias ordinários

Profissão	JN		
	% Fala	Tempo	Contagem
Não Identificada	50,1%	0:13:54	109
Política	8,6%	0:02:23	10
Terceiro setor	7,5%	0:02:04	8
Esportista	5,8%	0:01:37	11
Artista	5,6%	0:01:33	7
Professora	5,4%	0:01:30	5
Empresarial	4,9%	0:01:21	9
Judiciária	4,4%	0:01:14	5
Autônoma	2,0%	0:00:33	3
Cientista	1,7%	0:00:28	2
Polícia	1,6%	0:00:26	2
Aposentada	1,1%	0:00:18	2
Desempregada	0,7%	0:00:12	4
Estudante	0,6%	0:00:10	1
Setor Privado	0,1%	0:00:01	1
Total Geral	100%	0:27:44	179

Fonte: Elaboração própria.

Os assuntos das notícias tratados por fontes femininas foram agrupados, quando possível, e foram classificados de maneira a permitir detalhar os temas abordados por mulheres nos dois telejornais. Por isso, a lista ficou grande e pode ser observada nas Tabelas 17 e 18.

Política é o primeiro tema tratado tanto no J8 (42,29%) quanto no JN (16,05%). Quase metade do tempo do J8 traz política como tema principal. Segurança (7,5%), seguridade social (5,26%), gastronomia (5,17%) e violência contra mulheres (4,7%), também encabeçam a lista de assuntos mais abordados pelas fontes femininas.

Tabela 17: Assuntos das Notícias - J8 - dias ordinários

	J8		
Assunto das Notícias	% Fala	Tempo	Contagem
Política	42,29%	1:13:58	53
Segurança	7,50%	0:13:07	20
Seguridade Social	5,26%	0:09:12	1
Gastronomia	5,17%	0:09:03	19
Violência contra mulheres	4,70%	0:08:13	8
Comportamento	4,45%	0:07:47	10
Maternidade	4,25%	0:07:26	10
Saúde	3,90%	0:06:49	20
Habitação	3,67%	0:06:25	8
Artes	3,06%	0:05:21	20
Tragédia	2,31%	0:04:02	15
Turismo	1,95%	0:03:25	13
Meio ambiente	1,63%	0:02:51	12
Educação	1,42%	0:02:29	7
Clima	1,31%	0:02:17	11
Esportes	1,28%	0:02:14	6
Tecnologia	1,27%	0:02:13	3
Desigualdade de gênero	0,98%	0:01:43	4
Manifestações	0,61%	0:01:04	6
Sustentabilidade	0,51%	0:00:53	6
Economia	0,45%	0:00:47	4
Moda	0,35%	0:00:37	4
Violência Doméstica	0,35%	0:00:37	1
Greve	0,22%	0:00:23	1
Religião	0,18%	0:00:19	1
Violência Sexual	0,17%	0:00:18	1
Guerra	0,17%	0:00:18	2
Desemprego	0,16%	0:00:17	3
Gênero	0,15%	0:00:16	1
Cultura	0,14%	0:00:15	1
História	0,13%	0:00:14	2
Transporte Coletivo	0,02%	0:00:02	1
Total Geral	100%	2:54:55	274

Fonte: Elaboração própria.

No noticioso brasileiro, ao juntar os temas de política (16,05%), saúde (12,86%), economia (10,52%) e violência contra mulheres (8,89%) os assuntos chegam quase à metade do tempo do programa, o que demonstra maior variedade de temas. Chama a

atenção o fato de a violência contra as mulheres ser o quarto assunto mais tratado pelo JN e o quinto do J8. Os outros assuntos estão listados na Tabela 18.

Tabela 18: Assuntos das Notícias - JN - dias ordinários

Assunto das Notícias	JN		
	% Fala	Tempo	Contagem
Política	16,05%	0:04:27	18
Saúde	12,86%	0:03:34	22
Economia	10,52%	0:02:55	22
Violência contra mulheres	8,89%	0:02:28	13
Esportes	6,73%	0:01:52	12
Artes	6,49%	0:01:48	9
Tragédia	4,75%	0:01:19	8
Desigualdade Social	3,91%	0:01:05	18
Segurança	3,61%	0:01:00	9
Meio ambiente	3,55%	0:00:59	4
Cultura	3,49%	0:00:58	6
Educação	3,19%	0:00:53	6
Desemprego	2,82%	0:00:47	2
Tecnologia	1,86%	0:00:31	5
Gênero	1,80%	0:00:30	2
Violência Sexual	1,68%	0:00:28	3
Religião	1,26%	0:00:21	3
Comportamento	1,20%	0:00:20	2
Voluntariado	1,08%	0:00:18	2
Trânsito	1,08%	0:00:18	4
Previdência	0,72%	0:00:12	1
Presídios	0,66%	0:00:11	1
História	0,60%	0:00:10	1
Clima	0,48%	0:00:08	2
Seguridade Social	0,30%	0:00:05	1
Turismo	0,24%	0:00:04	1
Desigualdade de gênero	0,12%	0:00:02	1
Imigração	0,06%	0:00:01	1
Total Geral	100%	0:27:44	179

Fonte: Elaboração própria.

As Tabelas 19 e 20 apresentam os dados relacionados à variável Lugar de Fala que classifica as fontes a partir do lugar social de onde falam sendo categorizadas pelo que representam e por ser partícipes de situações relacionadas aos fatos noticiosos. No J8, o Lugar de Fala mais praticado pelas fontes é o de mulher política ocupando 37,4%

do tempo das falas femininas, seguida das mulheres profissionais que ocupa 30,6%. O terceiro é o de vítima (14,1%) que teve divisão em subcategorias: vítima de pobreza (5,3%), vítima de tragédia (4,1%), vítima de violência doméstica (3,8%), vítima de crime (0,9%), vítima de doença (0,1%).

Os três primeiros papéis sociais ocupam 82% das falas das fontes femininas no J8, sendo que políticas e profissionais são Lugares de Fala de 68%. Apesar de outras menos representativas, a lista completa das categorias que aparecem está disponível. As palavras escolhidas representam exatamente o papel desempenhado pela fonte, por exemplo: celebridade, solteira, mãe, lésbica, *drag queen*, eleitora e presidiária.

Tabela 19: Lugar de Fala - J8 - dias ordinários

	J8		
Lugar de Fala	% Fala	Tempo	Contagem
Política	37,4%	1:05:25	52
Profissional	30,6%	0:53:34	72
Vítimas:	14,1%	0:24:45	32
de pobreza	5,3%	0:09:12	9
de tragédia	4,1%	0:07:11	13
de violência doméstica	3,8%	0:06:38	4
de crime	0,9%	0:01:32	5
de doença	0,1%	0:00:12	1
Transeunte	6,4%	0:11:11	68
Criança	3,1%	0:05:26	16
Impossível determinar	1,8%	0:03:06	2
Celebridade	1,1%	0:01:56	5
Solteira	1,1%	0:01:54	1
Mãe	1,0%	0:01:48	4
Esposa	0,9%	0:01:33	1
Militante	0,7%	0:01:18	8
Voluntária	0,5%	0:00:51	2
Lésbica	0,5%	0:00:50	2
Sindicalista	0,3%	0:00:33	2
Desempregada	0,2%	0:00:17	3
<i>Drag queen</i>	0,2%	0:00:16	1
Eleitora	0,1%	0:00:12	2
Presidiária	0,0%	0:00:00	1
Total Geral	100%	2:54:55	274

Fonte: Elaboração própria.

No JN, os Lugares de Fala das fontes mais praticados foram das mulheres que falam por serem profissionais (35,4%), seguidas das vítimas (19,4%). Neste caso, as subcategorias aparecem na seguinte ordem: vítima de crime (4%), de tragédia (3,6%), de pobreza (3,5%), de violência doméstica (3,1%), de doença (3%), de violência sexual (2%), de desigualdade de gênero (0,1%). As duas primeiras categorias reúnem 54,8% das falas das fontes femininas.

A terceira maior presença são das mulheres que não ocupam nenhum Lugar de Fala para além de serem pessoas comuns, assim chamadas de transeuntes (13,6%), são aquelas que comentam sobre feiras ou ventos, tragédias, entre outros assuntos. As mulheres políticas representam 10,2% das fontes femininas do JN. As outras categorias e porcentagens podem ser observadas na próxima tabela, sendo que a última classificação é de uma mulher intersexual que fala por 6 segundos.

Tabela 20: Lugar de Fala - JN - dias ordinários

Lugar de Fala	JN		
	% Fala	Tempo	Contagem
Profissional	35,4%	0:09:49	46
Vítimas:	19,4%	0:05:22	49
de crime	4,0%	0:01:07	6
de tragédia	3,6%	0:01:00	12
de pobreza	3,5%	0:00:58	16
de violência doméstica	3,1%	0:00:52	5
de doença	3,0%	0:00:50	5
de violência sexual	2,0%	0:00:33	4
da desigualdade de gênero	0,1%	0:00:02	1
Transeunte	13,6%	0:03:46	37
Política	10,2%	0:02:49	12
Eleitora	6,9%	0:01:54	8
Criança	2,8%	0:00:47	6
Idosa	2,8%	0:00:47	3
Desempregada	2,2%	0:00:37	5
Mãe	2,1%	0:00:35	5
Voluntária	1,5%	0:00:25	3
Celebridade	1,4%	0:00:24	1
Esposa	1,4%	0:00:23	3
Intersexual	0,4%	0:00:06	1
Total Geral	100%	0:27:44	179

Fonte: Elaboração própria.

Como prevê esta pesquisa, a metodologia comparativa está aplicada em três momentos: o primeiro, tema do item que encerra aqui, apresentando e analisando dados relacionados à mostra construída de dias ordinários e comparando J8 e JN; o segundo, tema do próximo item, comparando dados dos dois telejornais da mostra construída de 8 de Março. E no terceiro momento, em sequência, cruzando dados das duas amostras por telejornal (dias ordinários e 8 de Março). A amostra celebrativa é relevante para observar como se dá a presença de mulheres em telejornais do Dia Internacional de Luta das Mulheres, cujas pautas têm trazido assuntos relacionados à data.

4.2 J8 e JN: comparando fontes femininas em 8 de Março

Neste tópico, os dados das fontes femininas obtidos nas edições do dia 8 de Março de 2017, 2018 e 2019 (no JN e no J8) são apresentados levando em conta o tempo somado das três edições. O J8 teve três apresentadores no período analisado: em 2017 era José Alberto Carvalho, em 2018 e em 2019 foi Judite Sousa, sendo que no último ano José Eduardo Moniz apresentou o quadro Deus e o Diabo. No JN, Renata Vasconcellos e Willian Bonner apresentaram as edições dos três anos, sendo que Maria Júlia Coutinho apresentou o quadro Previsão do Tempo em 2017 e 2019 e Eliana Marques em 2018. A Tabela 21 traz os tempos totais, usados para realizar a estatística média:

Tabela 21: Mostra 8 de Março

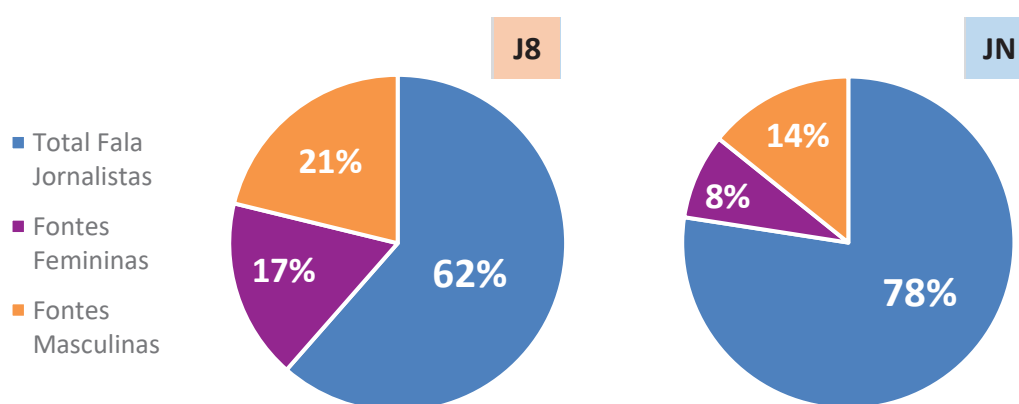
Edição		Duração Telejornal	Total Fala Jornalistas	Total Fala Fontes	Fontes Masculinas		Fontes Femininas	
						n°		n°
08/mar/17	J8	1:16:35	0:41:07	0:34:52	0:26:06	38	0:08:46	25
	JN	0:20:34	0:18:06	0:01:59	0:01:55	7	0:00:04	2
08/mar/18	J8	1:26:28	0:59:14	0:27:00	0:16:55	39	0:10:05	27
	JN	0:48:48	0:35:50	0:11:49	0:08:43	17	0:03:06	9
08/mar/19	J8	1:24:42	0:50:12	0:33:32	0:09:27	26	0:24:05	31
	JN	0:42:04	0:28:47	0:12:22	0:06:22	18	0:06:00	18
Totais	J8	4:07:45	2:30:33	1:35:24	0:52:28	103	0:42:56	83
	JN	1:51:26	1:22:43	0:26:10	0:17:00	42	0:09:10	29

Fonte: Elaboração própria.

Jornalistas falam a maior parte do tempo dos dois noticiários nos dias 8 de Março, da mesma forma como observado na mostra de dias comuns. No J8 a fala representa 62% (2h30min33seg) e no JN são 78% (1h22min43seg).

As edições não visibilizam as vozes femininas prioritariamente, apesar de lembrarem da data as mulheres ainda falam menos que os homens. As fontes femininas falaram 17% no J8 (42min56seg) e 8% no JN (9min10seg), já as masculinas foram 21% (52min28seg) e 14% (17min) respectivamente, conforme representação no Gráfico 6:

Gráfico 6: Fala de jornalistas e fontes – J8 e JN - 8 de Março

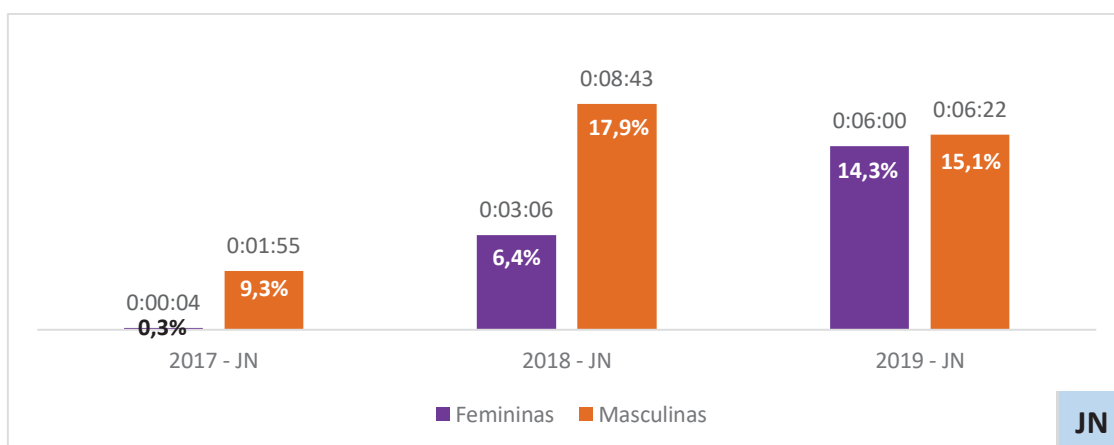
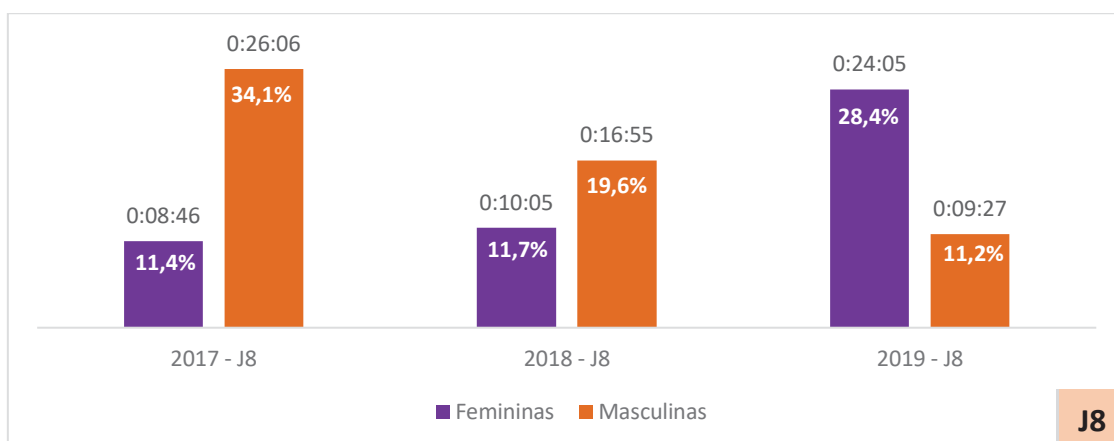


Fonte: Elaboração própria.

Somando os tempos dos telejornais nos três anos, no Gráfico 7, percebe-se que houve aumento no tempo dedicado à fala de fontes femininas em ambos. No J8 o crescimento foi bastante relevante: de 8min46seg em 2017, para 10min05seg em 2018 e finalmente 24min05seg em 2019. Neste último, as mulheres falam mais que o dobro dos homens (duas vezes e meia a mais), caso único entre as seis edições analisadas dos telejornais.

No caso do JN, os 4seg em 2017 são quase incontáveis. Em 2018 foram 3min06seg e em 2019 foram 6 minutos. Além de dobrar, é quase o mesmo tempo falado por fontes masculinas. Pode-se perceber que há crescimento das vozes femininas de fontes nesta data no decorrer dos anos.

Gráfico 7: Fala das fontes - JN e J8 - 8 de Março



Fonte: Elaboração própria.

Até aqui o tempo total do telejornal foi considerado, contendo falas de jornalistas e de fontes. A partir de agora, somente os tempos das falas das mulheres serão a base da análise comparativa, o total de fala delas em um e no outro telejornal passa a ser considerado como tempo válido (de zero a 100%.) e tratado como tempo total. Ao todo, nos três anos, foram ouvidas 83 mulheres pelo J8 e 29 mulheres pelo JN.

A próxima tabela apresenta as características das fontes a partir da faixa etária. No J8 e no JN, a maioria é adulta. É considerável o número de idosas, pois observa-se que no J8 falaram por 11,6% do tempo, e no JN por 20,2%. E a participação de crianças como fontes foi de duas do J8 e nenhuma no JN.

Tabela 22: Faixa etária - 8 de Março

Faixa Etária	J8			JN		
	% Fala	Tempo	Contagem	% Fala	Tempo	Contagem
Adulta	77,1%	0:33:05	65	79,8%	0:07:19	27
Idosa	11,6%	0:04:58	14	20,2%	0:01:51	2
Impossível definir	10,7%	0:04:36	2	0,0%		
Criança	0,7%	0:00:17	2	0,0%		
Total Geral	100,0%	0:42:56	83	100,0%	0:09:10	29

Fonte: Elaboração própria.

Como já era previsto com relação aos traços fenotípicos, a maioria das fontes é formada por brancas (J8: 86,9% e JN: 73,1%), somente outras duas categorias foram encontradas: negras e latinas, conforme Tabela 23. As negras são mais visibilizadas no JN que teve sete fontes entrevistadas (26,5%), enquanto no J8 apenas duas falaram (1,6%), sendo uma delas uma africana que vive em Benguela. Uma latina foi entrevistada em cada país, e duas mulheres não puderam ser classificadas porque apareceram na reportagem sem serem identificadas.

Tabela 23: Traços fenotípicos - 8 de Março

Traços Fenotípicos	J8			JN		
	% Fala	Tempo	Contagem	% Fala	Tempo	Contagem
Branca	86,9%	0:37:18	78	73,1%	0:06:42	21
Impossível definir	10,7%	0:04:36	2	0,0%		
Negra	1,6%	0:00:41	2	26,5%	0:02:26	7
Latina	0,8%	0:00:21	1	0,4%	0:00:02	1
Total Geral	100,0%	0:42:56	83	100,0%	0:09:10	29

Fonte: Elaboração própria.

Com relação à classificação por tipo de fonte, demonstrada na Tabela 24, tanto no J8 (67,7%) quanto no JN (51,8%) predominam as fontes individuais, seguidas das institucionais no J8 (13,6%) e das oficiais no JN (23,1%). Chama a atenção o fato de que mulheres especialistas ocupam o terceiro lugar entre as fontes brasileiras (11,8%) e o quarto entre as portuguesas (5,8%). No Brasil é bastante comum a presença de fontes especialistas para interpretar e analisar os temas das pautas.

Tabela 24: Tipos de fontes - 8 de Março

J8				JN			
Tipo	% Fala	Tempo	Contagem	Tipo	% Fala	Tempo	Contagem
Individual	67,7%	0:29:03	59	Individual	51,8%	0:04:45	14
Institucional	13,6%	0:05:50	6	Oficial	23,1%	0:02:07	4
Oficial	10,2%	0:04:23	11	Especializada	11,8%	0:01:05	4
Especializada	5,8%	0:02:29	3	Institucional	10,9%	0:01:00	5
Testemunhal	1,7%	0:00:43	3	Testemunhal	2,4%	0:00:13	2
Empresarial	1,1%	0:00:28	1	Total Geral	100,0%	0:09:10	29
Total Geral	100,0%	0:42:56	83				

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 25 apresenta os resultados da coleta das profissões das fontes femininas, com dados retirados somente quando foi possível constatar a ocupação profissional, a partir de informações das reportagens. As falas sem profissão identificada ocuparam 57,1% do tempo do J8. As mulheres que atuam na política são as que mais têm sua profissão identificada nas edições (11%).

Tabela 25: Profissões - J8 - 8 de Março

J8			
Profissão	% Fala	Tempo	Contagem
Não Identificada	57,1%	0:24:31	41
Política	11,0%	0:04:44	13
Artista	8,0%	0:03:26	5
Empresarial	5,5%	0:02:21	5
Polícia	5,1%	0:02:12	5
Militar	4,7%	0:02:00	3
Professora	3,6%	0:01:33	3
Autônoma	1,5%	0:00:39	3
Estudante	1,2%	0:00:32	1
Sindicalista	0,9%	0:00:22	2
Judiciária	0,9%	0:00:22	1
Terceiro setor	0,5%	0:00:14	1
Total Geral	100,0%	0:42:56	83

Fonte: Elaboração própria.

Da mesma forma, a coleta realizada no JN permitiu perceber que, entre as profissões identificadas, o maior tempo de fala visibilizado é de mulheres que atuam na política (18,9%), conforme a tabela a seguir:

Tabela 26: Profissões - JN - 8 de Março

Profissão	JN		
	% Fala	Tempo	Contagem
Não Identificada	39,3%	0:03:36	13
Política	18,9%	0:01:44	3
Judiciária	16,2%	0:01:29	3
Terceiro setor	10,9%	0:01:00	5
Empresarial	9,6%	0:00:53	3
Cientista	4,7%	0:00:26	1
Setor Privado	0,4%	0:00:02	1
Total Geral	100,0%	0:09:10	29

Fonte: Elaboração própria.

Comparando os dois telejornais (Tabelas 25 e 26), é possível analisar que as mulheres que atuam na política são as que mais têm suas vozes ouvidas pelo público. Elas, que são fontes oficiais, estão entre as três primeiras a ter mais visibilidade em ambos os televisivos. As outras representações profissionais que aparecem nos dois programas são das fontes judiciária, terceiro setor e empresarial.

A variável Assuntos da Notícia (Tabelas 27 e 28) revela quais foram os temas que tiveram vozes de mulheres visibilizadas. No J8, a maioria das fontes falou sobre as manifestações de 8 de Março (51,2%), e o segundo maior tempo foi dedicado a reportagens sobre violência contra as mulheres (11,1%), seguido de desigualdade de gênero (10,3%). Os outros temas podem, também, ser observados na Tabela 27:

Tabela 27: Assuntos das notícias - J8 - 8 de Março

J8			
Assuntos das Notícias	% Fala	Tempo	Contagem
8 de Março	51,2%	0:21:59	32
Violência contra mulheres	11,1%	0:04:46	3
Desigualdade de gênero	10,3%	0:04:26	9
Tragédia	4,9%	0:02:07	7
Meio ambiente	4,8%	0:02:03	2
Artes	3,6%	0:01:33	6
Política	3,3%	0:01:24	4
Segurança	3,3%	0:01:24	5
Clima	2,8%	0:01:13	8
Cultura	1,5%	0:00:39	3
Educação	1,4%	0:00:36	2
Tecnologia	1,2%	0:00:32	1
Economia	0,5%	0:00:14	1
Total Geral	100,0%	0:42:56	83

Fonte: Elaboração própria.

No caso do JN, como é possível observar na Tabela 28, o primeiro assunto cuja soma de tempo tomou maior parte dos telejornais foi a violência contra as mulheres (27,6%), seguido de política (23,6%), desigualdade de gênero (16,5%), e desigualdade social (13,3%). O dia 8 de Março foi pouco visibilizado, tratado por apenas 7 segundos (1,3%).

Tabela 28: Assuntos das notícias - JN - 8 de Março

JN			
Assuntos das Notícias	% Fala	Tempo	Contagem
Violência contra mulheres	27,6%	0:02:32	12
Política	23,6%	0:02:10	5
Desigualdade gênero	16,5%	0:01:31	3
Desigualdade social	13,3%	0:01:13	2
Segurança	10,7%	0:00:59	1
Saúde	4,7%	0:00:26	1
8 de Março	1,3%	0:00:07	3
Economia	1,1%	0:00:06	1
Tragédia	1,1%	0:00:06	1
Total Geral	100,0%	0:09:10	29

Fonte: Elaboração própria.

Comparando as duas tabelas anteriores, os três assuntos mais tratados no J8 são: manifestações do 8 de Março, violência contra as mulheres e desigualdade de gênero que ocuparam 72,6% de todo o tempo da amostra construída e indicam que mais de dois terços das edições tratam de assuntos relacionados às mulheres. Já no JN, menos da metade (45,5%) do tempo é dedicado a assuntos relacionados às mulheres.

O tema violência contra as mulheres foi mais tratado pelo JN e ocupou 27,6% do tempo. Apesar de bastante considerável e indicar que é um problema importante para as brasileiras, os 11,1% dedicados ao tema pelo J8 também revelam a relevância do tema para as portuguesas. O tema desigualdade de gênero obteve 16,5% no Brasil e 10,3% em Portugal, e, portanto, também indica ter importância. Durante os três anos, o assunto 8 de Março teve a soma de apenas sete segundos no JN, ocupando 1,3% do tempo, o que demonstra que o telejornal não se interessa por noticiar a data.

A Tabela 29 trata da variável Lugar de Fala no J8 e demonstra que o telejornal visibilizou principalmente as militantes que participaram da Marcha das Mulheres (19,7%), seguidas de 14 vítimas (18,8%) e onze mulheres-exceção (12,8%):

Tabela 29: Lugar de Fala - J8 - 8 de Março

	J8		
Lugar de Fala	% Fala	Tempo	Contagem
Militante	19,7%	0:08:27	12
Vítimas:	18,8%	0:08:03	14
de violência doméstica	10,0%	0:04:17	1
de tragédia	3,2%	0:01:23	5
de crime	2,4%	0:01:02	4
de desigualdade de gênero	2,3%	0:01:00	2
de doença	0,8%	0:00:21	2
Mãe	14,3%	0:06:08	2
Profissional	14,2%	0:06:06	14
Mulher-exceção	12,8%	0:05:31	11
Política	10,6%	0:04:32	12
Transeunte	4,6%	0:01:58	14
Celebridade	3,9%	0:01:40	2
Voluntária	1,2%	0:00:31	2
Total Geral	100,0%	0:42:56	83

Fonte: Elaboração própria.

No JN, as mulheres que mais falaram foram do lugar de políticas (29,6%), seguidas de vítimas (27,6%) e de profissionais (15,5%). Apenas uma mulher-exceção falou por 23seg (4,2%), como é possível observar na Tabela 30:

Tabela 30: Lugar de Fala - JN - 8 de Março

Lugar de Fala	JN		
	% Fala	Tempo	Contagem
Política	29,6%	0:02:43	4
Vítimas:	27,6%	0:02:32	8
de violência doméstica	12,2%	0:01:07	3
de pobreza	9,5%	0:00:52	1
de assédio sexual	4,9%	0:00:27	3
de tragédia	1,1%	0:00:06	1
Profissional	15,5%	0:01:25	6
Eleitora	10,5%	0:00:58	2
Militante	6,7%	0:00:37	4
Mulher-exceção	4,2%	0:00:23	1
Voluntária	3,8%	0:00:21	1
Transeunte	2,0%	0:00:11	3
Total Geral	100,0%	0:09:10	29

Fonte: Elaboração própria.

Comparando os Lugares de Fala mais visibilizados, observa-se que as militantes (no J8) e as políticas (no JN) são as fontes femininas com maior tempo de sonoras e que nos dois telejornalísticos as vítimas ocupam a segunda posição em visibilidade. No J8 foram vítimas de violência doméstica, de tragédia, crime (assalto), desigualdade de gênero e doença, enquanto no JN: violência doméstica, pobreza, assédio sexual e tragédia.

Em ambos, as vítimas de violência doméstica encabeçam a lista: foram três (12,2%) no JN e uma (10%) no J8. O assunto é recorrente nas falas de jornalistas e fontes dos telejornais, bem como em dados apresentados que demonstram que não há redução nas denúncias e que há muitos casos não denunciados. A violência contra as mulheres é tema que liga as edições dos dois países.

Para além da violência doméstica, as vítimas de tragédia fazem parte das mulheres que falam nos dois telejornais, normalmente, contando sobre calamidades, catástrofes e fatalidades que vivenciaram e da necessidade de ajuda e apoio. No Brasil, o assédio sexual

é tema bastante recorrente com denúncias em locais públicos e privados. A pobreza é outro tema que faz parte da pauta porque atinge mulheres brasileiras. Já as vítimas portuguesas falam também de doenças que as acometem e de problemas advindos da desigualdade de gênero.

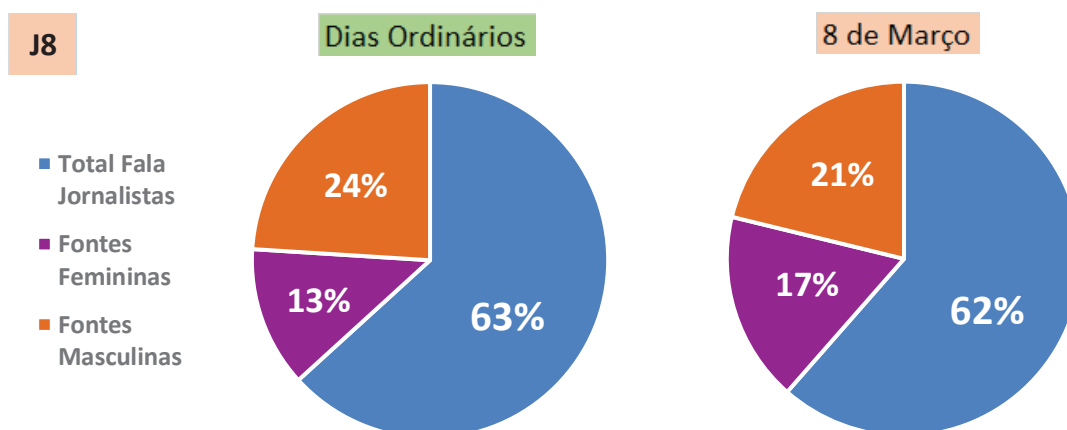
Apareceram apenas em um dos telejornais as fontes eleitoras (JN), mães e celebridades (J8). Nos dois telejornais, há fontes semelhantes: as políticas (mais ouvidas no Brasil), as militantes, as profissionais, as voluntárias, as transeuntes e as mulheres-exceção. Estas últimas, estão muito presentes em Portugal e serão bastante discutidas no próximo tópico, o qual apresenta as comparações das vozes femininas das fontes dentro de cada programa.

4.3 Dias ordinários e 8 de Março: comparando fontes no J8 e no JN

As duas amostras construídas (dias ordinários e de 8 de Março) agora serão comparadas dentro de cada telejornal (JN e J8). Como todos os dados já foram apresentados nas tabelas anteriores, neste tópico a decisão foi por trabalhar somente com as porcentagens de tempo de fala, nosso principal elemento de comparação. Se houver dúvidas ou curiosidades sobre o tempo de fala ou o número de falantes é possível voltar às tabelas dos tópicos anteriores e verificar os dados.

Os gráficos 8 e 9 trazem as informações relacionadas à proporção de fala de jornalistas, de fontes masculinas e de femininas. No J8, jornalistas falam praticamente a mesma proporção de tempo nas duas amostras, o que difere é o aumento das fontes femininas em 8 de Março, de 13% para 17%, e a queda das masculinas de 24% para 21%.

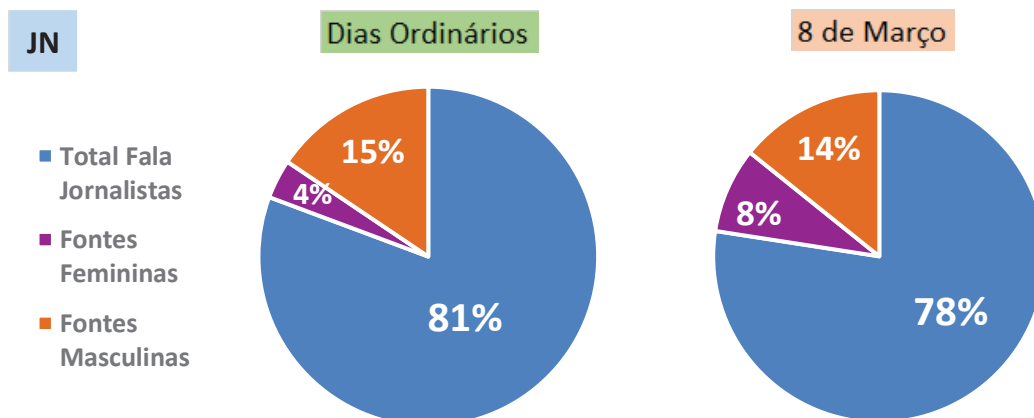
Gráfico 8: Fala de jornalistas e fontes - J8 - dias ordinários x 8 de Março



Fonte: Elaboração própria.

No JN, as falas de jornalistas caem um pouco no 8 de Março, as masculinas se mantêm e as femininas têm aumento considerável, dobrando de proporção: de 4% para 8%.

Gráfico 9: Fala de jornalistas e fontes - JN - dias ordinários x 8 de Março



Fonte: Elaboração própria.

As tabelas a seguir trazem as comparações a partir de traços fenotípicos somente das fontes femininas, como em todas as outras tabelas e gráficos posteriores. No J8, a maioria das mulheres que falam são brancas, sendo que em 8 de Março há ainda menos não-brancas (2,4%) que em dias ordinários (4,1%). As fontes impossíveis de definir estão fora deste cálculo.

Tabela 31: Traços Fenotípicos - J8 - dias ordinários x 8 de Março

J8 - Dias Ordinários		J8 - 8 de Março	
Traços Fenotípicos	% Fala	Traços Fenotípicos	% Fala
Branca	94,0%	Branca	86,9%
Negra	3,8%	Impossível definir	10,7%
Impossível de definir	2,0%	Negra	1,6%
do Oriente médio	0,2%	Latina	0,8%
Asiática	0,1%	Total Geral	100,0%
Total Geral	100,0%		

Fonte: Elaboração própria.

No JN a proporção de brancas, que são também maioria, é praticamente igual nas duas amostras. No entanto, em 8 de Março há um percentual um pouco maior de mulheres negras (de 21,4% para 26,5%), por outro lado há menos diversidade que nos dias ordinários.

Tabela 32: Traços Fenotípicos - JN - dias ordinários x 8 de Março

JN - Dias Ordinários		JN - 8 de Março	
Traços Fenotípicos	% Fala	Traços Fenotípicos	% Fala
Branca	74,5%	Branca	73,1%
Negra	21,4%	Negra	26,5%
Indígena	1,7%	Latina	0,4%
Impossível de definir	1,7%	Total Geral	100%
Asiática	0,6%		
Árabe	0,1%		
Latina	0,1%		
Total Geral	100%		

Fonte: Elaboração própria.

As próximas apresentam a faixa etária das fontes, confirmando que as adultas são as mais visibilizadas nas duas datas. No J8, idosas falam mais em dias ordinários (18%) que na data celebrativa (11,6%), e há crianças falando nas duas amostras.

Tabela 33: Faixa Etária - J8 - dias ordinários x 8 de Março

J8 - Dias Ordinários		J8 - 8 de Março	
Traços Fenotípicos	% Fala	Faixa Etária	% Fala
Adulta	76,8%	Adulta	77,1%
Idosa	18,0%	Idosa	11,6%
Criança	3,3%	Impossível definir	10,7%
Impossível definir	2,0%	Criança	0,7%
Total Geral	100,0%	Total Geral	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

No JN, há mais idosas entrevistadas na amostra de 8 de Março (20,2%) que nos dias ordinários (12,7%) e crianças só aparecem na amostra de dias ordinários.

Tabela 34: Faixa Etária - JN - dias ordinários x 8 de Março

JN - Dias Ordinários		JN - 8 de Março	
Traços Fenotípicos	% Fala	Faixa Etária	% Fala
Adulta	82,8%	Adulta	79,8%
Idosa	12,7%	Idosa	20,2%
Criança	2,8%		
Impossível definir	1,7%		
Total Geral	100,0%	Total Geral	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

As próximas duas tabelas trazem a classificação por tipo de fonte jornalística. No J8, as mais visibilizadas são as individuais nas duas amostras, porém em 8 de Março correspondem a dois terços das falas, o dobro da outra amostra. A resposta pode ser porque o telejornal conta histórias de mulheres nesta data, valorizando-as como personagens. As categorias oficial e institucional estão ambas nas próximas posições, mas em ordens trocadas e com maior presença em dias ordinários.

Tabela 35: Tipo de fontes - J8 - dias ordinários x 8 de Março

J8 - Dias Ordinários		J8 - 8 de Março	
Tipo	% Fala	Tipo	% Fala
Individual	34,3%	Individual	67,7%
Oficial	27,7%	Institucional	13,6%
Institucional	22,4%	Oficial	10,2%
Especializada	10,4%	Especializada	5,8%
Empresarial	4,8%	Testemunhal	1,7%
Testemunhal	0,4%	Empresarial	1,1%
Total Geral	100,0%	Total Geral	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

No JN, pouco muda na classificação das fontes nas duas amostras. As fontes individuais também estão na primeira posição, porém mais presentes em dias ordinários, ao passo que há mais frequência de fontes oficiais na mostra de dias celebrativos. Outra diferença é a presença de fontes empresariais em dias comuns e de testemunhais em 8 de Março.

Tabela 36: Tipo de fontes - JN - dias ordinários x 8 de Março

JN - Dias Ordinários		JN - 8 de Março	
Tipo	% Fala	Tipo	% Fala
Individual	66,6%	Individual	51,8%
Oficial	11,2%	Oficial	23,1%
Especializada	10,9%	Especializada	11,8%
Institucional	9,9%	Institucional	10,9%
Empresarial	1,3%	Testemunhal	2,4%
Total Geral	100%	Total Geral	100%

Fonte: Elaboração própria.

Entre as profissões que mais têm vozes ouvidas nos telejornais, as políticas estão na liderança e ocupam quase a metade (42,2%) do J8 em dias ordinários. Apesar disso, a porcentagem de fontes cuja profissão não é identificada pelas reportagens ocupa mais da metade (57,1%) das fontes que aparecem em 8 de Março no J8. Estas duas categorias ocupam mais de dois terços das duas amostras, de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 37: Profissões - J8 - dias ordinários x 8 de Março

J8 - Dias Ordinários		J8 - 8 de Março	
Profissão	% Fala	Profissão	% Fala
Política	42,2%	Não Identificada	57,1%
Não Identificada	28,1%	Política	11,0%
Setor Privado	7,6%	Artista	8,0%
Empresarial	6,0%	Empresarial	5,5%
Terceiro setor	4,8%	Polícia	5,1%
Artista	2,9%	Militar	4,7%
Autônoma	2,5%	Professora	3,6%
Judiciária	1,6%	Autônoma	1,5%
Cientista	1,5%	Estudante	1,2%
Polícia	1,0%	Sindicalista	0,9%
Sindicalista	0,6%	Judiciária	0,9%
Estudante	0,6%	Terceiro setor	0,5%
Esportista	0,4%	Total Geral	100%
Professora	0,1%		
Aposentada	0,1%		
Total Geral	100%		

Fonte: Elaboração própria.

Também no JN, metade (50,1%) das fontes não tem a profissão informada nos dias ordinários, e as políticas ocupam o topo da lista entre as possíveis de serem identificadas nas duas amostras do jornal brasileiro. Em 8 de Março, a presença delas é mais que o dobro de nos dias ordinários, conforme a próxima tabela:

Tabela 38: Profissões - JN - dias ordinários x 8 de Março

JN - Dias Ordinários		JN - 8 de Março	
Profissão	% Fala	Profissão	% Fala
Não Identificada	50,1%	Política	18,9%
Política	8,6%	Judiciária	16,2%
Terceiro setor	7,5%	Terceiro setor	10,9%
Esportista	5,8%	Empresarial	9,6%
Artista	5,6%	Cientista	4,7%
Professora	5,4%	Setor Privado	0,4%
Empresarial	4,9%	Total Geral	100%
Judiciária	4,4%		
Autônoma	2,0%		
Cientista	1,7%		
Polícia	1,6%		
Aposentada	1,1%		
Desempregada	0,7%		
Estudante	0,6%		
Setor Privado	0,1%		
Total Geral	100%		

Fonte: Elaboração própria.

As tabelas seguintes apresentam todos os assuntos tratados pelas fontes femininas. No J8, política é o primeiro assunto dos dias ordinários (42,29%), enquanto nos dias 8 de Março ocupa mais da metade do telejornal da amostra celebrativa (51,2%) e política quase não aparece (3,3%). Os três primeiros assuntos da amostra celebrativa tratam de questões relacionadas às mulheres e ocupam mais de dois terços dos assuntos do jornal.

Tabela 39: Assuntos das notícias - J8 - dias ordinários x 8 de Março

J8 - Dias Ordinários		J8 - 8 de Março	
Assunto das Notícias	% Fala	Assunto das Notícias	% Fala
Política	42,29%	8 de Março	51,2%
Segurança	7,50%	Violência contra mulheres	11,1%
Seguridade Social	5,26%	Desigualdade de gênero	10,3%
Gastronomia	5,17%	Tragédia	4,9%
Violência contra mulheres	4,70%	Meio ambiente	4,8%
Comportamento	4,45%	Artes	3,6%
Maternidade	4,25%	Política	3,3%
Saúde	3,90%	Segurança	3,3%
Habitação	3,67%	Clima	2,8%
Artes	3,06%	Cultura	1,5%
Tragédia	2,31%	Educação	1,4%
Turismo	1,95%	Tecnologia	1,2%
Meio ambiente	1,63%	Economia	0,5%
Educação	1,42%	Total Geral	100%
Clima	1,31%		
Esportes	1,28%		
Tecnologia	1,27%		
Desigualdade de gênero	0,98%		
Manifestações	0,61%		
Sustentabilidade	0,51%		
Economia	0,45%		
Moda	0,35%		
Violência Doméstica	0,35%		
Greve	0,22%		
Religião	0,18%		
Violência Sexual	0,17%		
Guerra	0,17%		
Desemprego	0,16%		
Gênero	0,15%		
Cultura	0,14%		
História	0,13%		
Transporte Coletivo	0,02%		
Total Geral	100%		

Fonte: Elaboração própria.

No JN, política (16,05%) é o primeiro assunto dos dias ordinários e o segundo (23,6%) na amostra de 8 de Março, apesar de ter uma presença maior de fontes femininas na data celebrativa. Já violência contra as mulheres (27,6%) fica na primeira posição na

amostra celebrativa e está presente nos dias ordinários como o quarto assunto mais tratado (8,89%). Apesar de pouco enfoque no tema 8 de Março (1,3%), o JN apresenta assuntos relacionados às mulheres nesta data uma vez que desigualdade de gênero é o terceiro assunto mais tratado (16,5%).

Tabela 40: Assuntos das notícias - JN - dias ordinários x 8 de Março

JN - Dias Ordinários		JN - 8 de Março	
Assunto das Notícias	% Fala	Assunto das Notícias	% Fala
Política	16,05%	Violência contra mulheres	27,6%
Saúde	12,86%	Política	23,6%
Economia	10,52%	Desigualdade de Gênero	16,5%
Violência contra mulheres	8,89%	Desigualdade social	13,3%
Esportes	6,73%	Segurança	10,7%
Artes	6,49%	Saúde	4,7%
Desigualdade Social	3,91%	8 de Março	1,3%
Segurança	3,61%	Economia	1,1%
Meio ambiente	3,55%	Tragédia	1,1%
Cultura	3,49%	Total Geral	100%
Educação	3,19%		
Desemprego	2,82%		
Tecnologia	1,86%		
Gênero	1,80%		
Violência Sexual	1,68%		
Religião	1,26%		
Comportamento	1,20%		
Voluntariado	1,08%		
Trânsito	1,08%		
Previdência	0,72%		
Presídios	0,66%		
História	0,60%		
Clima	0,48%		
Seguridade Social	0,30%		
Turismo	0,24%		
Desigualdade de gênero	0,12%		
Imigração	0,06%		
Total Geral	100%		

Fonte: Elaboração própria.

Os dados das duas próximas tabelas são relativos a Lugar de Fala. Nos dias comuns, pouco mais de um terço das fontes são políticas (37,4%) no J8, enquanto no 8

de Março as militantes (19,7%) são visibilizadas em um quarto dos programas. As profissionais estão muito presentes em dias ordinários ocupando, também, um terço das falas. Já as vítimas ocupam quase um quarto das falas de 8 de Março e quase um sexto dos dias ordinários.

A frequência dos três primeiros Lugares de Fala no J8 é mais concentrada em dias ordinários: políticas, profissionais e vítimas ocupam 82% do telejornal. Enquanto em dias 8 de Março é mais diluída: militantes, vítimas, mães ocupam metade do tempo. A categoria de mulher-exceção está presente na amostra de 8 de Março, apenas.

Tabela 41: Lugar de fala - J8 - dias ordinários x 8 de Março

J8 - Dias Ordinários		J8 - 8 de Março	
Lugar de Fala	% Fala	Lugar de Fala	% Fala
Política	37,4%	Militante	19,7%
Profissional	30,6%	Vítimas:	18,8%
Vítimas:	14,1%	de violência doméstica	10,0%
de pobreza	5,3%	de tragédia	3,2%
de tragédia	4,1%	de violência	2,4%
de violência doméstica	3,8%	de desigualdade de gênero	2,3%
de crime	0,9%	de doença	0,8%
de doença	0,1%	Mãe	14,3%
Transeunte	6,4%	Profissional	14,2%
Criança	3,1%	Mulher-exceção	12,8%
Impossível determinar	1,8%	Política	10,6%
Celebridade	1,1%	Transeunte	4,6%
Solteira	1,1%	Celebridade	3,9%
Mãe	1,0%	Voluntária	1,2%
Esposa	0,9%	Total Geral	100%
Militante	0,7%		
Voluntária	0,5%		
Mulher Lésbica	0,5%		
Sindicalista	0,3%		
Desempregada	0,2%		
Dragqueen	0,2%		
Eleitora	0,1%		
Presidiária	0,0%		
Total Geral	100%		

Fonte: Elaboração própria.

No JN as fontes profissionais são as que mais aparecem em dias ordinários, já nas datas celebrativas são as políticas. A presença das vítimas é um pouco maior em 8 de Março (quase um terço), mas é frequente em dias ordinários (quase um quarto). Há uma mulher-exceção somente na amostra de 8 de Março. Transeuntes ocupam a terceira posição em dias ordinários e profissionais na data celebrativa. O que demonstra que nas três primeiras posições, das duas amostras, há a presença frequente de profissionais e de vítimas.

Tabela 42: Lugar de Fala - JN - dias ordinários x 8 de Março

JN - Dias Ordinários		JN - 8 de Março	
Lugar de Fala	% Fala	Lugar de Fala	% Fala
Profissional	35,4%	Política	29,6%
Vítimas:	19,4%	Vítimas:	27,6%
de crime	4,0%	de violência doméstica	12,2%
de tragédia	3,6%	de pobreza	9,5%
de pobreza	3,5%	de assédio sexual	4,9%
de violência doméstica	3,1%	de tragédia	1,1%
de doença	3,0%	Profissional	15,5%
de violência sexual	2,0%	Eleitora	10,5%
da desigualdade de gênero	0,1%	Militante	6,7%
Transeunte	13,6%	Mulher-exceção	4,2%
Política	10,2%	Voluntária	3,8%
Eleitora	6,9%	Transeunte	2,0%
Criança	2,8%	Total Geral	100%
Idosa	2,8%		
Desempregada	2,2%		
Mãe	2,1%		
Voluntária	1,5%		
Celebridade	1,4%		
Esposa	1,4%		
Intersexual	0,4%		
Total Geral	100%		

Fonte: Elaboração própria.

Com estas tabelas encerram-se aqui as apresentações de dados quantitativos desta pesquisa. O próximo tópico traz a análise qualitativa, com destaque para números e descrições de falas, a partir das teorias que foram base para esta tese.

4.4 Conversando com as teorias e destacando Lugares de Fala

Este tópico tem a intenção de propor discussões e análises utilizando os dados já apresentados relacionados a conceitos abordados principalmente pelos estudos feministas, de gênero, do Jornalismo e da Comunicação. Os próximos intertítulos refletem estranhamentos e confirmações apresentados pelos dados que estão desenvolvidos em forma de análise. A variável Lugar de Fala tem destaque neste momento porque apresenta os lugares sociais das fontes femininas e de que forma se destacam ou são invisibilizadas pelos programas televisivos, mas outras variáveis também estão presentes nos tópicos a seguir apresentados.

Embora esta pesquisa seja conduzida por uma mulher branca brasileira que quer compreender de qual lugar social falam as fontes femininas dos telejornais, a conversa com as autoras e autores de outros lugares sociais foi a forma encontrada para pedir uma espécie de licença para falar sobre as personagens consideradas aqui subalternas (Spivak, 2010) sem de forma alguma querer falar por elas.

Como este estudo apresenta as várias mulheres, entrevistadas nos telejornais, a pesquisadora tem noção de seu lugar de privilégio, compreendendo e respeitando as críticas formuladas pelas autoras negras.

Quando acadêmicas/os brancas/os afirmam ter um discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo o fato de que elas e eles também escrevem de um lugar específico que, naturalmente, não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante (Kilomba, 2019, p. 58).

Ao compreender e aceitar que o lugar de pesquisadora branca é privilegiado voltamos também a Bell Hooks (2020, p. 300) que questiona o racismo entre as mulheres brancas, de classe alta e média que nunca se interessaram em discutir raça e classe porque “(...) enquanto alegavam libertar as mulheres do determinismo biológico, negavam a elas a existência fora daquela determinada por nossa sexualidade”. Para a autora, grande parte das publicações feministas ainda é “(...) tanto racista, quanto sexista em seu conteúdo”, embora proporcionem “(...) informação significativa sobre as experiências das mulheres”. Visibilizar as mulheres não-brancas, portanto, é um dos focos desta análise.

A classificação da variável Lugar de Fala, em um primeiro momento e inclusive nos testes de metodologia, havia sido feita a partir de traços fenotípicos ao buscar mulheres que falavam de sua branquitude ou negritude. Porém, com o amadurecimento da questão, a análise precisou ser redirecionada para uma nova forma de classificação. O fato de uma mulher negra ser entrevistada não significa que ela fale do lugar social de mulheres pretas. O exemplo recorrente é o da ministra da Justiça de Portugal, Francisca Van Dunem, mulher negra nascida em Luanda (Angola), que trata de assuntos que não dizem respeito a seu lugar de mulher negra, mas fala do lugar de uma cidadã que atua na política, sendo uma fonte oficial.

As militantes são outro exemplo que merece ser trazido para as considerações. As mulheres entrevistadas nas Marchas do 8 de Março e que falaram sobre este tema, foram categorizadas como mulheres militantes. Por exemplo, entrevistadas brancas que falaram representando enfermeiras portuguesas que participaram da Greve Internacional das Mulheres foram consideradas militantes da causa feminina, porque naquele dia participaram da marcha.

O lugar social é aqui entendido como o espaço de experiências compartilhadas do grupo de pessoas que vive os mesmos preconceitos, dificuldades, carências e necessidades ou os mesmos privilégios. Por exemplo, na reportagem em que um casal brasileiro comovido com a história de uma senhora idosa que vive na miséria a ponto de não ter banheiro em casa (nem dentro, nem fora) e resolve ajudá-la a construir este cômodo para dar-lhe mais dignidade. A mulher que ajuda fala como voluntária, por contribuir voluntariamente com uma pessoa necessitada, já a idosa que é ajudada tem como Lugar de Fala o de vítima da pobreza.

Do mesmo jeito, mulheres que ensinam automaquiagem a pacientes de câncer são classificadas como voluntárias e as pacientes são vítimas de doença porque naquela reportagem é deste lugar que cada uma delas fala. As voluntárias falam de ensinar formas de melhorar a autoestima, já as pacientes dizem que estarem maquiadas lhes faz bem. É importante trazer para esta discussão, o fato de que algumas fontes caberiam em diversos Lugares de Fala, mas apenas uma classificação foi escolhida, de acordo com a reportagem.

Como exemplo, a jogadora de futebol brasileira Marta, reconhecida seis vezes como a melhor do mundo, teve em sua história o marcador de pobreza, e ainda tem o de vítima de machismo e, talvez, de lesbofobia. Ela aparece duas vezes no JN, mas fala em apenas uma reportagem, quando foi nomeada embaixadora da ONU Mulheres, sendo a primeira brasileira a ser escolhida para esse posto. Na outra vez foi apenas citada por não participar de um jogo contra a Jamaica.

Na hora de decidir como classificar Marta, a partir de Lugar de Fala e de gênero, somente as informações da reportagem são levadas em conta, apenas o que é dito pela fonte e por jornalistas. Então, ela não foi categorizada como mulher lésbica, porque isso não aparece na matéria. É importante jogar luz a esta questão porque informações externas aos telejornais não foram levadas em conta na coleta de dados, nem poderiam ser. Como a reportagem era sobre assumir o posto na ONU e não sobre a história de conquistas da atleta, ela também não foi classificada como mulher-exceção. O foco da reportagem não foi personificar Marta como mulher fora da curva, embora em sua história ela possa ser considerada uma mulher-exceção, mas o foco da matéria é demonstrar mais uma conquista da atleta.

i. Mulheres falam menos que homens quando fontes

Ao fazer o primeiro teste de metodologia, tanto números de homens quanto de mulheres haviam sido coletados pensando na comparação, porque os telejornais foram assistidos dando a mesma atenção para as falas masculinas e femininas. Porém, quando a análise foi seguindo e o conceito Lugar de Fala foi sendo amadurecido, esta pesquisadora percebeu que ao dar o mesmo espaço na análise para falas de homens e de mulheres não cumpria o objetivo da pesquisa que é tratar de vozes das fontes femininas. Perceber isso, foi fundamental para focar no objeto.

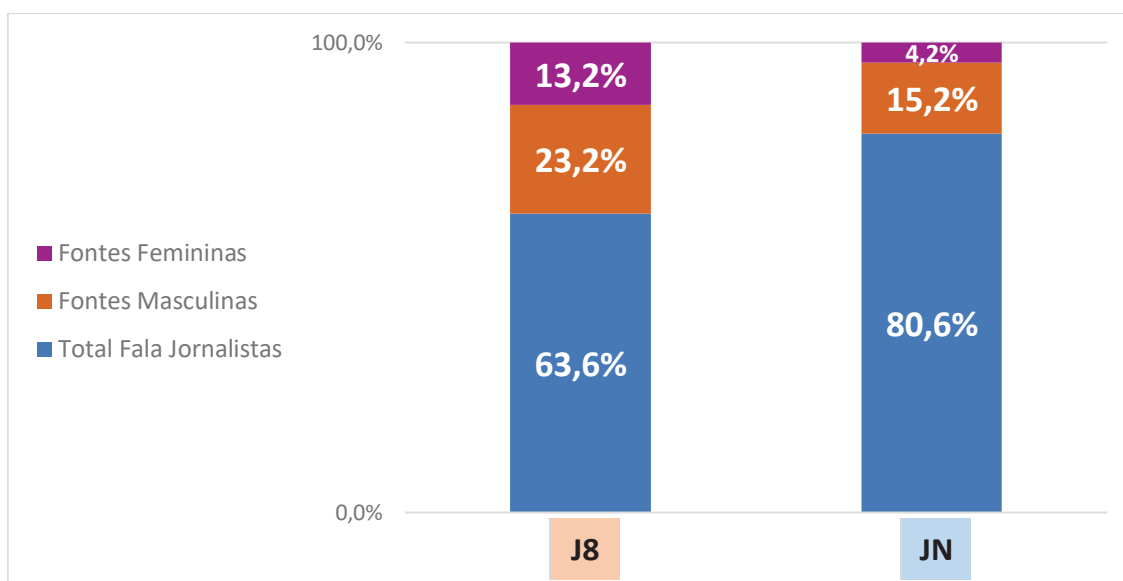
Embora a comparação entre vozes masculinas e femininas seja pertinente, o fato de que homens falam por mais tempo nos telejornais ou em qualquer outro espaço social já está dado, não se trata exatamente de um dado surpreendente. Porém, esta pesquisa confirma que existe um padrão nos dois telejornais: mulheres falam por menos tempo e

estão em menor número que homens quando são fontes jornalísticas. Esta comparação entre dois países distintos, um pertencente à União Europeia e outro à América Latina, demonstra o mesmo padrão.

A igualdade entre homens e mulheres é um dos valores fundamentais da União Europeia em busca de tornar a Europa um dos lugares mais seguros e justos do mundo para mulheres. Entre os compromissos dos países membros estão: promover a independência econômica, eliminar as disparidades salariais, promover o equilíbrio na tomada de decisões, acabar com a violência baseada em gênero e promover a igualdade dos gêneros fora da União Europeia. A América Latina é uma das regiões que são foco deste último compromisso e o Brasil é um dos países que precisam de ajuda por ser o terceiro pior país da América Latina em direitos políticos para as mulheres. Segundo o Atenea, relatório elaborado pela ONU Mulheres e pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) sobre direitos políticos das mulheres, entre onze países o Brasil fica em nono lugar (ONU Mulheres Brasil, 2020).

Embora pertencentes a realidades distintas, o padrão de pouca presença de falas de mulheres nos telejornais dos dois países os aproxima do ponto de vista da necessidade de incluir mais vozes femininas na dinâmica da produção de notícias por jornalistas. Outro ponto confirmado por esta pesquisa é que jornalistas falam muito mais que fontes nos dois programas. Porém, há uma diferença entre o programa de Portugal e o do Brasil, uma vez que o J8 dá mais espaço para fontes e a desproporção entre fontes femininas e masculinas é menor. Por outro lado, o JN dá menos espaço para fontes e a diferença de falas entre fontes masculinas e femininas é maior.

Gráfico 10: Fala de jornalistas e fontes



Fonte: Elaboração própria.

A porcentagem total de falas das fontes (masculinas e femininas) chega a quase 40% do tempo total do J8 (37% em dias ordinários e 38% em dias 8 de Março), enquanto no JN fica próximo a 20% (19% em dias ordinários e em dias 22% 8 de Março). No telejornal português as fontes falam praticamente o dobro do tempo de fala das fontes brasileiras. Contar o número de homens e mulheres falantes foi fundamental para chegar a estes dados. A desproporção de fala de fontes femininas em relação a masculinas é grande, também, ao considerar todas as fontes que fazem parte das duas amostras.

O J8 ouviu 357 fontes femininas, das quais 274 mulheres nos dias ordinários e 83 em 8 de Março. Já o JN entrevistou 208 fontes femininas: 179 mulheres nos dias ordinários e 29 em 8 de Março. No caso das fontes masculinas, no J8 foram ouvidas 713 fontes masculinas: 610 nos dias ordinários e 103 nos dias 8 de Março. E no JN foram entrevistadas 383 fontes masculinas: 341 nos dias ordinários e 42 em 8 de Março.

O número de fontes femininas, bem menor que masculinas, reflete no jornalismo a heterossexualidade compulsória praticada na sociedade. O masculino hegemônico como topo da hierarquia de poder e que rege as normas da sociedade, coloca na base da pirâmide social todos juntos: mulheres, gays, lésbicas, pessoas negras e pobres (Silva, 2014, p. 86). É possível compreender que este comportamento está presente na hierarquização das

fontes. Por isso, nesta análise foi relevante destacar as vozes separadamente de mulheres brancas de não-brancas.

O cruzamento de três variáveis desta pesquisa foi fundamental para compreender a hierarquia presente no grupo minoritário: Faixa Etária, Traços Fenotípicos e Lugar de Fala, a partir das quais é possível sugerir elementos e propor reflexão a jornalistas.

ii. Brancas são maioria no J8, mas no JN há maior diversidade de fenótipos

Apesar de mulheres falarem menos que os homens nos dois telejornais, há diferenças relevantes entre os programas analisados que merecem ser destacadas neste estudo comparativo. O JN traz mais diversidade de mulheres em termos de traços fenotípicos, chegando a quase 30% de fontes femininas não-brancas em 8 de Março e 23,9% em dias ordinários. O J8 exibe a maioria de mulheres brancas como fontes, apresentando 94% em dias ordinários e 86,9% em 8 de Março, sendo de fora de Portugal as poucas não-brancas ouvidas.

A diversidade de traços fenotípicos no telejornal brasileiro e a não variedade no programa português poderá ser melhor visualizada do último tópico deste capítulo, que traz imagens das fontes dos dois telejornais para representar as variáveis. Ao observar as imagens das personas dos telejornais será possível perceber uma maioria branca em ambos, mas com diferenças importantes nos dois jornalísticos.

Na amostra de dias ordinários do JN quase um quarto das mulheres fontes são não-brancas: são 44 negras (21,4%) e 126 mulheres brancas (76,1%). Entre as nove (2,5%) que não são negras nem brancas, o telejornal visibilizou a voz de uma indígena (1,7%), uma asiática (0,6%), uma árabe (0,1%) e uma latina (0,1%). No JN de 8 de Março, a diversidade foi ainda maior chegando a quase um terço (29,5%): sete fontes femininas que falaram eram negras (26,5%), uma era latina (4%), e 21 eram brancas (70,5%).

Elas trataram de 15 assuntos diferentes, predominando reportagens sobre desigualdade social, política e violência contra mulheres. Em dias 8 de Março foram

reportagens sobre política, violência contra mulheres, desigualdade de gênero, Dia Internacional das Mulheres, tragédia e desigualdade social. Nesta análise, apenas duas indígenas brasileiras falaram por 28 segundos (1,7% da amostra de dias ordinários) a respeito de serem vítimas de crimes (queimadas e invasões de terras na Amazônia) em uma única edição do JN.

Apesar de maior diversidade fenotípica das fontes femininas do JN, ainda há a necessidade de avanços porque a maioria da população brasileira é formada por pessoas não-brancas. Hoje os diversos feminismos dividem as teorias e pesquisas a partir de mulheres que têm diferentes experiências, por conta da chamada interseccionalidade. Porém, nos telejornais a maioria das fontes ainda é branca, apesar da necessidade de espaço para outros traços fenotípicos.

Além dos números, algumas frases e expressões anotadas durante a coleta merecem ser trazidas para este momento de análise quando se trata da presença negra nos telejornais, embora seja um parêntese para tratar de uma apresentadora negra. Quando o apresentador do JN (em 2017), Willian Bonner, parabenizou pelo dia das mulheres a colega de bancada (Renata Vasconcellos) e também a apresentadora do quadro Previsão do Tempo, Maria Júlia Coutinho, esta última respondeu que ainda há muito a ser conquistado pelas mulheres.

Majú Coutinho foi a primeira mulher negra a apresentar a Previsão do Tempo no JN (iniciando em outubro de 2013 somente aos fins de semana e tornando-se fixa em abril de 2015). Depois disso, tornou-se a primeira mulher negra a sentar-se na bancada e atuar como âncora, em 16 de fevereiro de 2019, ainda que na posição de folguista, dividia com um grupo de jornalistas que apresentam somente aos sábados (Memória Globo, 2020). Quando ela diz que ainda há muito a se conquistar, ressalta que o dia 8 de Março é de luta por melhorias para as mulheres. Sua fala, quando ouvida, permite reflexão ao colega de bancada e a todas as pessoas que a assistem.

Só quando as mulheres negras têm a oportunidade de falar (e serem ouvidas) é possível compreender como vivem. Sojourner Truth quando subiu ao palco da Segunda Convenção do Movimento pelos Direitos das Mulheres, ouvia antes dela um homem branco falar contra a ideia de igualdade, argumentando que as mulheres eram muito fracas

para realizar trabalhos manuais e fisicamente inferiores a homens. A ex-escrava, em seu famoso discurso faz uma pergunta crucial para refletir sobre diversidade:

Que o homem lá fala que as mulheres precisam de ajuda para subir na carruagem, para passar sobre valas e para ter os melhores lugares (...) e eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! (...) eu lavei e plantei e juntei os grãos no celeiro e nenhum homem conseguia passar na minha frente – e eu não sou uma mulher? Eu conseguia trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando conseguia trabalho), e aguentar o chicote também – e eu não sou uma mulher? Pari cinco crianças e vi a maioria delas ser vendida para a escravidão, e quando chorei meu luto de mãe ninguém além de Jesus meu ouviu – e eu não sou uma mulher? (Hooks, 2020, p. 252-253)

A ideologia da feminilidade que foi criada a partir das experiências de mulheres brancas que eram ouvidas “(...) enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos” (Davis, 2016, p. 23). É possível perceber que há mulheres presentes nos telejornais, ainda hoje, defendendo este comportamento como normativo.

Em relação ao J8, a falta de diversidade fenotípica das fontes femininas pode ser exemplificada na edição do dia 8 de março de 2019, no quadro Deus e o Diabo, quando uma militante da Marcha Feminista foi entrevistada no estúdio e duas mulheres foram convidadas a participar para debater as bandeiras de luta do feminismo. Naquele episódio, as três mulheres brancas estavam discutindo como as outras deveriam e poderiam se comportar. O falar delas era de mulheres brancas, apesar da boa vontade da militante que chamou a atenção sobre mulheres racializadas e foi acusada de ser panfletária pelo apresentador:

É possível a cumplicidade entre mulheres brancas e negras para juntas combaterem a hegemonia estética ariana presente nos veículos de comunicação de massa que oprimem e rebaixam a autoestima de mulheres não brancas e as inferioriza no mercado afetivo? (Carneiro, 2000, p. 106)

Da mesma forma como o feminismo fez por muito tempo, o telejornal português ainda hoje trata a mulher como se fosse uma figura única, que vive igualmente as mesmas necessidades, anseios, privações e dificuldades, como uma mulher universal e, portanto, branca. Como este é um problema atual, apesar de antigo, precisa ser percebido e merece ser discutido por jornalistas – seres privilegiados – que vão decidir quais assuntos são pautados nos televisivos e quem irá falar como fonte. Por serem formadores de opinião, precisam fazer uma revisão sobre deixar de fora as minorias.

Grada Kilomba, pesquisadora negra que nasceu e viveu em Portugal, ao escrever *Memórias da Plantação* (2019) permeia os capítulos com experiências pessoais de racismo e preconceito que marcaram sua formação. Conta ter sido a única negra no Departamento de Psicologia Clínica e Psicanálise e a única negra a atender no hospital onde era confundida com a senhora da limpeza. Era recusada por pacientes que não queriam ser atendidos por ela, entre outras experiências que só meninas e mulheres negras vivem e viveram em Portugal.

Apresentar as minorias é uma necessidade para confirmar de quanto é a deficiência em ouvi-las. Ter ciência destes números, para jornalistas, pode ser relevante na hora de refletir sobre as práticas normatizadas na busca de personagens e fontes, que não levam em conta a diversidade. Pois, “No racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial” (Kilomba, 2019, p. 34).

Olhando com mais detalhamento para as mulheres negras entrevistadas pelo J8, percebe-se que das 17 fontes que falaram nos dias ordinários há duas brasileiras, cinco africanas, três moçambicanas, duas indianas e uma estadunidense. Apenas quatro fontes negras portuguesas apareceram nos telejornais de dias ordinários e apenas uma em 8 de Março (a segunda mulher negra era de Benguela).

As duas únicas mulheres negras ouvidas pelo J8 na amostra de 8 de Março foram uma mulher de Benguela, que se alegra com a visita do presidente ao país dela, e a ministra da Justiça portuguesa explicando sobre um sistema de informática implantado nos presídios. Na amostra de dias ordinários são 17 presenças de mulheres negras que falam principalmente sobre tragédia e política, e, também, sobre maternidade, saúde, religião e esportes. Porém, 13 são mulheres de fora de Portugal. Uma delas é uma militante negra brasileira falando em uma manifestação do Movimento #EleNão ocorrido no Brasil.

Outro dado curioso é que das 19 mulheres negras ouvidas nas duas amostras, oito falam em outro idioma. Olhando para as brancas e mulheres de outros traços fenotípicos, observa-se que 43 não falam a língua portuguesa. As ouvimos falando em inglês, francês, espanhol, idiomas e dialetos africanos, alemão, turco, holandês, etc., e nestes casos com

legendas. De todas as 357 mulheres ouvidas nas duas amostras pelo J8, 51 não falam português, o que corresponde a 14,28% das vozes.

Em dias ordinários, apenas 4,1% são não-brancas (3,8% negras, 0,2% oriente médio e 0,1% asiática), ou seja, as brancas ocuparam 94% das falas (1,9% são fontes não identificadas). Em dias 8 de Março a diversidade de traços fenotípicos é menor: somente 2,4% são não-brancas (1,6% negras e 0,8% latinas) e um total de 86,9% são brancas. Nesta amostra a porcentagem de mulheres que não foram apresentadas por imagem (que tiveram seu rosto desfocado ou escurecido por recursos de edição) foi grande 10,7%.

As ciganas que vivem em Portugal, e que estavam indicadas como classificações fenotípicas possíveis de serem visibilizadas no J8, não apareceram como fontes das edições, podendo ser incluídas em um grupo de mulheres esquecidas por jornalistas. Ainda hoje as brancas com acesso à educação – com “um teto todo seu” ou uma mesada deixada de herança por uma tia rica, como apresenta Virginia Woolf (2012) – são as mulheres visibilizadas pela presença nos telejornais portugueses.

iii. Portuguesas pedem remuneração pelo trabalho doméstico

Entre as mulheres portuguesas algumas discussões estão mais adiantadas que entre as brasileiras, como a questão da divisão do trabalho doméstico, que é bastante presente nas falas delas. O combate à norma de que cabe às mulheres o trabalho de casa e o cuidado das filhas e filhos parece ecoar atualmente pelas vozes femininas ao não aceitar o que é imposto pela história.

Benton e Craig (2001, p. 146) lembram que a ciência aceitava como verdade que Deus e natureza exigiam às mulheres ser limitadas à esfera doméstica: “(...) trabalho doméstico, gestação e criação de filhos”. Kehl (2008, p. 48) detalha quais eram atributos femininos exigidos das mulheres no passado: “(...) o recato, a docilidade, uma receptividade passiva em relação aos desejos e necessidades dos homens e, a seguir, dos filhos”.

Maria Manuela Tavares (2008, p. 113) explica que foi criado um padrão, segundo o qual as mulheres eram avaliadas pela capacidade que tinham de cuidar de casa, mas isso valia para mulheres abastadas porque para as empobrecidas o trabalho doméstico “(...) representava a sua dupla tarefa, pois tinham de trabalhar também fora de casa”.

Angela Davis (2016, p. 286), a partir de dados da década de 1970, calculou uma média de três a quatro mil horas do ano gastas em tarefas domésticas, entre as quais: cozinhar, lavar louças e roupas, arrumar camas, varrer, fazer compras. Porém, a atenção a filhas e filhos seria “(...) impossível de ser quantificada”. Entendidas como obrigações maternas naturais, não são reconhecidas como esforço nem dentro das famílias.

A nova consciência associada ao movimento de mulheres contemporâneo encorajou um número crescente de mulheres a reivindicar que seus companheiros ofereçam algum auxílio nesse trabalho penoso. Muitos homens já começaram a colaborar com suas parceiras em casa, alguns deles até devotando o mesmo tempo que elas aos afazeres domésticos. Mas quantos desses homens se libertaram da concepção de que as tarefas domésticas são “trabalho de mulher”? Quantos deles não caracterizariam suas atividades de limpeza da casa como uma “ajuda” às suas companheiras? (Davis, 2016, p. 286)

Pela presença de reportagens no telejornal de Portugal, e pelas diversas falas que tratam disso, a defesa da divisão das atividades domésticas é constante entre as fontes femininas, bem como a cobrança de que tal trabalho seja remunerado. Em 8 de Março de 2017, no J8, uma especialista em estudos de gênero explica que o trabalho doméstico é responsabilidade dada às mulheres portuguesas, além do cuidar dos filhos, o que faz com que trabalhem o triplo que os homens da casa nessas tarefas.

Em 8 de março de 2018, os depoimentos de mulheres que passaram pela TVI naquele dia encerram o telejornal afirmando o desejo de que homens passem a fazer tarefas domésticas. A busca pela remuneração do trabalho doméstico foi ouvida em diversas falas das fontes portuguesas.

Em 2019, uma reportagem sobre a presença do António Costa nas manifestações da Greve Internacional de Mulheres causou estranhamento ao repórter que disse ser um ambiente pouco comum para um primeiro-ministro estar. Porém, não vê desconforto na presença da esposa Fernanda. A frase da esposa do político justifica o fato de homens ocupados não dividirem tarefas domésticas, porque, segundo ela, cada pessoa tem um

papel profissional: “O meu marido tem funções que não lhe permitem dividir tarefas, se eu tivesse as funções dele, também não dividiria”.

Ainda nesta edição, no quadro Deus e o Diabo, o tema foi discutido com a representante da organização da Marcha Feminista. Ela afirmou que este tipo de trabalho não pode ser um dever único das mulheres. Pela análise, é possível perceber que quando têm oportunidade de falar de desigualdades, a não divisão do trabalho doméstico é sempre presente nas falas das fontes.

No Brasil, parece que o tema não interessa para quem é responsável pelas pautas e pelo fechamento dos telejornais, a ponto de ser pautado para reportagens. Apenas na edição do JN de 8 de março de 2019 uma repórter fala em sua locução que as brasileiras ganham salários, em média, 30% menores que os homens, “E o trabalho doméstico, também, é responsabilidade delas”.

No JN, a busca por divisão ou remuneração pelo trabalho de casa não faz parte das falas das fontes femininas brasileiras, nos jornais de dias ordinários ou nos dias 8 de Março. Nem tampouco, o fato de mulheres pretas serem responsáveis pelos setores de limpeza das casas e empresas. Sueli Carneiro afirma que é possível concluir que a cor, relacionada às mulheres negras, é um fator que as obriga a assumir as piores atividades do mercado de trabalho brasileiro, com as remunerações mais baixas, em funções subalternas e de forma sistemática:

Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais anúncios de empregos começam com a seguinte frase: “Exige-se boa aparência”. E o subtexto dessa expressão é: “Negras, não se apresentem!” (Carneiro, 2019, p. 105).

As negras brasileiras começam a trabalhar muito cedo, muitas como empregadas domésticas e babás e algumas assim continuam até o fim da vida. A presença de cômodos chamados de dependência de empregada no Brasil é caracterizada por diversas militantes negras como a reconfiguração da senzala, como uma senzala moderna.

A forte presença das mulheres negras na prestação de serviços ratifica que, tal como no passado pós-abolicionista, essa continua sendo, para as mulheres negras, a principal modalidade de atividade econômica a que têm acesso (Carneiro, 2019, p. 31).

Mas estas questões não apareceram nas falas das mulheres fontes do JN, talvez porque o telejornal não tenha por hábito noticiar as lutas feministas. No JN, quatro militantes (duas brancas e duas negras) foram ouvidas na amostra de 8 de Março, mas não enquanto participavam da Marcha Feminista, nem sobre isso. Três são de coletivos que falam em reportagens de denúncia da violência contra as mulheres, e a quarta é a camaronesa Aliça Dumara premiada pela ONU por proteger mulheres vítimas de estupros. Ela fala de Paris e a ouvimos em francês, por três segundos. Nenhuma militante foi ouvida nos dias ordinários.

É possível creditar a jornalistas a falta de abordagem da questão. Talvez se buscassem ouvir as demandas das mulheres nas manifestações e marchas militantes o assunto fosse explorado. No JN também não há depoimentos com mulheres dando espaço para que digam o que é preciso melhorar para o futuro, como há no J8.

iv. A Marcha Feminista visível no J8 e quase invisível no JN

Reduzir o feminicídio, o abuso e o assédio sexual estão entre as bandeiras de luta das militantes brasileiras nas Marchas Feministas. Porém, as vozes das mulheres que lutam por isso não estão presentes no JN. Em 2019, o programa noticiou as manifestações feministas pelo mundo, somente com imagens, em uma nota coberta curta que iniciava com cenas do Rio de Janeiro, seguindo para Madri, Estados Unidos, Turquia, Rússia e Argentina. O mesmo ocorreu em 2017, quando uma nota coberta mostrava apenas imagens da Turquia, Nova Iorque e Brasil. Em 2018 o evento sequer foi citado no país.

O programa brasileiro não trouxe entrevista com nenhuma mulher militante para falar sobre a Marcha de 8 de Março ou sobre o significado da data, nem sobre as reivindicações, tampouco sobre a Greve Internacional das Mulheres. Nem militantes, nem especialistas, nenhuma mulher foi ouvida, apesar de o país ter diversos grupos organizados e realizar manifestações em inúmeras cidades. Assuntos relacionados às pautas de luta são temas de notícias, mas sem identificar que há mulheres que se organizam para lutar por isso.

Não entrevistar fontes sobre o evento é uma decisão editorial. Será que para Nelson Traquina e Mauro Wolf as manifestações que ocorrem no Brasil não atendem aos critérios de valor-notícia? Será que os acontecimentos não “são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” (Wolf, 2003, p. 195) pelo editor-chefe do JN? Bonner quando parabeniza Majú e Renata pelo seu dia ouve como resposta que há muito ainda a se conquistar. Dar espaço para que as brasileiras falem o que seria este muito a se conquistar seria necessário.

O tema 8 de Março, ou Dia Internacional de Luta das Mulheres, ou Greve Internacional das Mulheres é muito mais presente em Portugal porque discute a data, as manifestações e reivindicações durante as edições. Apesar da primeira participação das portuguesas na Greve Internacional de Mulheres ter ocorrido somente em 2019, nos anos anteriores houve depoimentos e espaço para que mulheres pudessem falar sobre o que precisa ser melhorado na sociedade. Porém, chama a atenção de que as militantes presentes no J8 sejam todas brancas, das quais 11 são adultas e uma é criança, a Greta Thunberg ambientalista que milita pelo clima.

O J8 de 2017 traz uma reportagem que conta a história do dia 8 de Março, dizendo que as origens seriam de uma manifestação em Nova Iorque, em 1908, quando mulheres morreram queimadas em uma fábrica. O fato de esta informação aparecer na reportagem reforça as críticas das pesquisadoras do tema que afirmam existir um mito que formou a história sobre a data e que é reproduzida pela imprensa, conforme tratado anteriormente nesta tese. Apesar de pesquisadoras como Ana González (2010, p.31) e Celuy Hundinski (2003, online, n.p.) questionarem os fundamentos para a suposta origem, é um mito que continua a ser propagado pelos jornais.

O dia internacional da mulher tem raízes em 1908 quando 15 mil mulheres desfilaram pelas ruas de Nova Iorque. Reclamavam menos horas de trabalho, melhores salários, direito de votar e foram reprimidas e mais de 150 acabaram queimadas. Um ano mais tarde, o Partido Socialista da América instaurava o Dia Internacional da mulher (J8, 2017 março 8).

Nesta edição ainda, a data é lembrada em reportagem que fecha o telejornal informando sobre uma exposição no Museu Nacional de História Natural inaugurada neste dia da mulher. A exposição Frida Miranda une duas grandes artistas que foram contemporâneas e que desafiaram as regras de seu tempo, Frida Kahlo e Carmen Miranda.

A curadora diz que há pessoas que são maiores que a vida e é o caso das duas “musas inspiradoras” e afirmar pensar que: “No Brasil eu acho que não há grande músico que não tenha reinterpretado as canções de Carmen de Miranda”.

No dia 8 de março de 2018, o J8 abre com a informação de que se trata do Dia da Mulher e exibe uma peça sobre desigualdade de gênero no poder político e uma proposta do governo, já discutida no ano anterior, de aumentar as quotas para mulheres de 33% para 40%; a fonte é a ministra da Previdência. Em seguida há uma reportagem sobre a visita do presidente Marcelo Rabelo de Sousa a uma fábrica de costura. Ele fala que é preciso criar condições para igualdade e que a transformação precisa ser cultural.

Há, também, uma nota exibindo a fala de uma menina sobre a oportunidade de encontrar o casal real britânico, Príncipe Harry e Meghan Markle, que visitou mulheres e meninas estudantes de Ciências, Tecnologia e Engenharia em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres. Segundo a repórter, Meghan teria deixado a mensagem para que as meninas não desistam de seus sonhos.

Outra peça mostra que a Liga Portuguesa Contra o Cancro promove um curso de automaquiagem para doentes de câncer: uma maquiadora portuguesa fala de como elas estarem maquiadas pode ajudar a melhorar a autoestima. A diretora da Liga, duas pacientes e uma voluntária são entrevistadas para falar que melhorar a imagem ajuda a ficar bem. Uma paciente, de cabeça raspada e maquiada diz:

São tratamentos muito difíceis e trazem muitas consequências a nível de imagem, digamos assim. E depois, claro, com uma maquiagenzinha tornamos muito mais bonita, não quer dizer que não sejamos bonitas mesmo sem elas (J8, 2018 março 8).

A fala é relevante porque a maquiagem é um dos símbolos de feminilidade idealizada (Hooks, 2020) dentro da mística feminina (Friedan, 1971). Porém, a fonte lembra de falar que apesar de a maquiagem deixar as pacientes mais bonitas, mesmo sem estar maquiadas elas já são belas. O que propõem certa crítica ao comportamento padrão exigido das mulheres. Maquiagem e feminilidade eram assuntos que se esperava encontrar entre as pautas do 8 de Março.

No entanto, a pauta deve ser considerada relevante porque no caso de pacientes de câncer que perdem cabelo e sobrancelha por conta dos tratamentos de quimioterapia, a maquiagem pode fazê-las sentirem-se melhor, mais próximas da imagem que têm delas próprias quando não estão em tratamento, e ajudar na recuperação. Então, é possível encontrar valor-notícia na reportagem.

Para finalizar a cobertura da data, há quatro depoimentos de mulheres que foram à TVI no Dia das Mulheres. A apresentadora diz que: “Reivindica-se justiça e discute-se a diferença entre gêneros” e a mensagem das mulheres é a “(...) de desconstruir estereótipos”. Elas questionam a existência de brinquedos de meninos e meninas, ressaltam a necessidade de contratar mulheres com salários iguais e que homens passem a fazer tarefas domésticas. A diretora da TVI termina dizendo que: “Em pouco tempo eu espero não precisar de um Dia da Mulher”. A apresentadora, então, conclui: “Já muito se fez, mas muito há por fazer”.

O telejornal encerra com a apresentadora falando que: "Neste Dia Internacional da Mulher fechamos o Jornal das 8 com um número musical", entrevistando a atriz de novela Sofia Ribeiro e pedindo uma mensagem de esperança para as portuguesas: “Gostava que este Dia da Mulher, se calhar não existisse, porque seria, a meu ver, um sinal de que não precisávamos mais lutar por igualdade”.

A Marcha Feminista de Portugal também é amplamente noticiada pelo J8 de 2019. O programa inicia lembrando que é Dia da Mulher e trazendo imagens da manifestação em Portugal, com mulheres segurando cartazes pedindo o fim dos assassinatos e alertando sobre o medo que elas têm de denunciar agressões. A primeira fonte é uma deputada que relata que nos dois meses e 8 dias do referido ano 12 mulheres foram mortas, o que mobilizou o país. A segunda entrevistada é outra deputada que diz que as mulheres nunca conquistaram nada sem luta, do direito ao voto a poder se divorciar, e que lutam todos os dias para sair à rua sem medo.

A Primeira Greve Internacional das Mulheres de Portugal, em 2019, é noticiada ao vivo de Lisboa para, em seguida, trazer em reportagem a participação do primeiro-ministro António Costa no evento, o que o repórter considerou um ambiente pouco comum a um homem neste cargo. Em nota sobre medidas discutidas pelo Parlamento para

diminuir a violência doméstica, a apresentadora lembra que há mais de cem anos foi criado o Dia Internacional das Mulheres e ainda há profissões que são encaradas como tipicamente masculinas. Ao mostrar como decorreu o evento pela Europa, o J8 traz entrevistas de quatro mulheres sobre a não equidade de direitos: duas em Madri, uma em Paris e uma em Berlim. Cinco enfermeiras portuguesas que se juntaram ao protesto, também, são entrevistadas.

O quadro Deus e o Diabo, apresentado por José Eduardo Moniz, trata da Greve Internacional das Mulheres por meio de entrevista no estúdio com uma jovem representante da Rede 8 de Março. Ela explica quantas mulheres participaram e como foram as manifestações. O apresentador frontalmente contrapõe as falas da militante perguntando sobre cada uma das reivindicações do movimento. Ele diz achar que os salários entre homens e mulheres já são iguais em Portugal. O apresentador corta a resposta da fonte, não lhe dando tempo de argumentar sobre a desigualdade salarial, e chama outra mulher a participar da entrevista via *Skype*.

A convidada diz que discorda de algumas questões propostas pelas militantes da Greve Feminista como a divisão do trabalho doméstico, afirmando que se a mulher não trabalhar mais em casa, a sociedade sentirá as consequências disso. Ela também discorda de que exista uma objetificação do corpo da mulher. A militante, no estúdio, explica que a publicidade usa o corpo das mulheres como objeto de desejo e instiga os homens a quererem ser donos dos corpos femininos, o que gera violência física.

Moniz corta a fala da militante dizendo: “Já entendemos seu ponto”; e chama outra entrevistada por *Skype*. A nova convidada inicia sua fala pedindo desculpas por discordar da representante da Greve Feminista e fala que “No passado os homens entregavam-nos a educação futuro”, mas que hoje vivemos em lutas constantes e, por isso, “Perdemos a capacidade de ensinar os homens a ser amados”.

A representante da Rede 8 de Março explica que o trabalho doméstico não pode ser mais obrigação das mulheres, deve haver remuneração para isso. Moniz encerra a entrevista afirmando que a fala da militante é panfletária. Ela responde: “É uma linguagem de visibilizar. No feminismo o que nós chegamos é que é necessário visibilizar as mulheres que fazem com que a sociedade funcione.”

Apesar de o quadro Deus e o Diabo visibilizar a organizadora da Greve Feminista e as duas telespectadoras, o apresentador do quadro (um homem branco experiente) faz mesmo o papel de advogado do diabo e contrapõe as respostas da jovem. Ele a trata com superioridade ao dizer, por exemplo, que acha que os salários entre homens e mulheres já são iguais em Portugal e, principalmente, ao chamá-la de panfletária, cortando suas falas diversas vezes.

Rebeca Solnit (2017) empregaria o termo *mansplaining* para a situação narrada entre o apresentador experiente e a jovem militante. O termo é usado para situações em que os homens assumem ter mais conhecimento que as mulheres sobre qualquer tema, e decidem explicar qualquer assunto a elas, sem levar em conta o fato de a mulher ter ou não domínio ou conhecimento sobre aquela situação. O apresentador português assumiu a voz do saber naquele momento, por isso, parecia subestimar o que era dito pela militante a chamando de panfletária.

Outro termo que cabe neste exemplo é o *maninterrupting*, uma prática sexista de interrupção desnecessária feita por homens quando uma mulher está falando. O neologismo foi apresentado pela jornalista estadunidense Jessica Bennett (2015) em um artigo para a *Times* intitulado Como Não Ser Interrompida por Homens em Reuniões. A jornalista apresenta dados de uma pesquisa de Sheryl Sandberg e Adam Grant que traz diversas situações em que mulheres falam menos e são interrompidas por homens, como, por exemplo, em reuniões no Senado dos Estados Unidos e entre executivos daquele país.

Quando o apresentador discorda da reivindicação sobre igualdade de salários para homens e mulheres e diz acreditar que isso já acontece em Portugal, ele a interrompe e explica pra ela o ponto de vista dele como o certo. Ao assumir para si como verdade que já existe equidade salarial no seu país é possível pensar no que Craig Owens (2002) afirma sobre a certeza de que homens estão sempre corretos. Para ele, os sistemas representacionais do Ocidente admitem uma única visão, a visão do enunciador masculino constitutivo. E ainda propõe que o sujeito da representação é absolutamente centrado, unitário e masculino. A postura do apresentador com seu ar professoral e agressivo faz surgir uma pergunta: o que o chateou tanto? Virginia Woolf poderia dizer que a raiva seria um dos motivos:

E serve para explicar como eles ficam incomodados com as críticas delas; como é impossível para elas dizerem que tal livro é ruim, tal quadro é medíocre, ou o que quer que seja, sem infligir muito mais tormento e despertar muito mais raiva do que um homem teria causado ao fazer a mesma crítica (Woolf, 2014, p. 30).

O lugar das militantes pode ser um lugar de conforto e de apoio para as mulheres em geral, mas principalmente para aquelas que participam de manifestações e que podem se sentir fortes quando estão em grupo. O conceito de Lugar de Fala da forma como é compreendido pela militância feminista pode ser lugar de ascensão de intelectuais - fora do grupo branco majoritário que é autorizado a falar pela Academia. É possível perceber que na disputa pelo espaço de cota de fala é criada uma nova partilha do discurso que desequilibra o lugar central do homem branco (e das mulheres brancas) como o sujeito do falar e do saber. Por isso, pode ser um lugar de afetividades por conta dos discursos identitários, dos afetos dos grupos se formam.

Mas mesmo ouvindo diversos grupos de mulheres, entre os quais políticas, empresárias, celebridades e também participantes das manifestações e trabalhadoras, o J8 visibilizou apenas mulheres brancas. Nas três edições do 8 de Março foram entrevistadas somente uma latina e duas mulheres negras (a ministra da Justiça e uma mulher em Benguela falando sobre a alegria de ver o presidente português em 2019).

Spivak alerta que o descolonialismo fracassou, a descolonização política e econômica não foi suficiente para permitir uma decolonização epistemológica, social e cultural. Permitir saber quem está falando e sendo ouvido, permitir ao subalterno falar e não querer ser mais subalterno, é necessário. E os telejornais ainda estão iniciando o processo de visibilização de diversas vozes, embora algumas ainda fiquem bastante invisibilizadas, como é o caso das LGBTQIA+, das indígenas e das ciganas, por exemplo.

v. Desigualdades de gênero: tema negado por líderes brasileiros

Desigualdade entre homens e mulheres é um tema pouco visibilizado em dias ordinários nos telejornais, cuja presença do assunto é quase irrelevante (0,98% no J8 e

0,12% no JN). Ao contrário, em dias 8 de Março foi o terceiro tema mais abordado (10,3% no J8 e 16,5% no JN).

Nos dias ordinários que tratam deste assunto, há apenas uma fonte feminina no JN, a jovem que fugiu da Arábia Saudita para poder estudar (por ser mulher, era proibida em seu país de origem). No quarto do hotel dentro do aeroporto na Tailândia, de onde seria deportada, a garota de 18 anos fez um protesto pedindo socorro pelas redes sociais, até ser resgatada pela ONU. Rahaf Mohammed al-Qunun tem sua fala traduzida pela locução do repórter, mas a ouvimos dizer: “*No one can help me right now*”, em um trecho de dois segundos. O repórter explica que ela pede ajuda pelas redes sociais para ser resgatada porque ali no quarto de hotel ninguém pode ajudá-la naquele momento.

No dia 05 de setembro de 2018, há também uma fala da jogadora Marta quando foi indicada para ser embaixadora da ONU Mulheres. Ela diz que fica emocionada por ter batalhado tanto e conquistado alguns prêmios na vida e que tenta usar a própria história para empoderar outras pessoas. E no dia 10 de outubro de 2019 ainda há uma nota sobre o fato de as mulheres iranianas terem permissão para assistir a jogos de futebol, depois de 40 anos de proibição. Apesar de haver poucos ingressos disponíveis e em um setor do estádio bem longe dos homens.

No J8 de 12 de fevereiro de 2019 três especialistas que pesquisam desigualdade de gênero apresentam um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos que traça o perfil das mulheres em Portugal. A pesquisa mostra que em cinco ou seis gerações as desigualdades entre homens e mulheres seriam reduzidas no país. Mas na atualidade, os salários das mulheres são mais baixos, além de poucas terem cargos de chefia, embora tanto a população feminina quanto o número de trabalhadoras sejam maiores que a masculina. As especialistas ainda afirmam que elas se dedicam três vezes mais que os companheiros nos trabalhos domésticos e cuidado com os filhos.

Em 27 de agosto de 2019 uma matéria explica quem é Elisa Ferreira, a primeira portuguesa indicada a ocupar o Comissariado da União Europeia, mas não há nenhuma fala dela. Quem fala é o primeiro-ministro António Costa que perguntado por que a escolheu e não o homem que estava indicado, responde: “Porque eu escolhi”. Segundo a

repórter, a presidenta da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, teria pedido paridade de gênero nos cargos e isso motivou a escolha.

Desigualdade de gênero foi assunto de reportagens no J8 nos dias 8 de Março dos três anos analisados. Em 2017, o assunto é tema de uma reportagem que abre com o apresentador falando sobre expectativa de vida: “O Dia Internacional da Mulher é uma oportunidade para olharmos para aquilo que em Portugal separa homens de mulheres”. Ele continua: “A esperança de vida média de mulheres é mais elevada. Vivem até os 83 anos enquanto os homens vivem, em média, até aos 77 anos”. Os próximos dados na voz do apresentador são sobre desigualdade de salários:

Quanto ao rendimento, muito pior. O salário médio dos homens U\$ 1.207 e das mulheres U\$ 966. Num ranking de 144 países, Portugal ocupa o 31º lugar no que toca à igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres (J8, 2017, março 8).

Na reportagem, a jornalista trata de outros dados, como da diferença de altura entre portugueses que são 3 cm maiores que as portuguesas. Diz ainda que os residentes de Portugal eram cinco milhões quatrocentas e cinquenta mil mulheres, e quatro milhões e novecentos mil homens. No ensino, as mulheres mais jovens estudam mais que os homens, têm mais sucesso nos estudos e desistem menos. Mas quando se fala de trabalho, os homens estão em vantagem de número e de posição no mercado.

São, também, mais homens a ocupar altos cargos nas empresas. Das 46 empresas portuguesas cotadas em bolsa, apenas uma é presidida por uma mulher. E destas empresas três não têm qualquer elemento feminino no conselho de administração. E para trabalho igual, salário diferente, os homens ganham em média mais 20% do que as mulheres (J8, 2017, março 8).

A repórter ainda afirma que no trabalho eles ficam uma hora a mais que elas, mas em casa a responsabilidade é das mulheres. Uma especialista conta que as tarefas domésticas, cuidados com educação e com o cuidar dos filhos, triplica o trabalho das mulheres. A repórter diz, também, que o Parlamento vai discutir a lei das cotas: “O governo vai definir o mínimo de um terço de mulheres no setor público e empresas cotadas em bolsa. O Bloco de Esquerda quer paridade absoluta: 50 a 50, homens e mulheres”.

A especialista explica que quanto mais houver mulheres em cargos de liderança nas empresas e também em setores do Estado como parlamentares, ministras, primeira ministra e presidenta da República “(...) muito mais a sociedade se vai consciencializando que elas ocupem exatamente na mesma proporção, os mesmos cargos”. A repórter encerra a matéria afirmando que para noticiar uma sociedade igual em oportunidades e direitos para homens e mulheres, a matéria teria de ser feita dali a 160 anos.

Em 2018, o programa trata de desigualdade em cargos políticos discutindo a lei das cotas para inserção de mais mulheres. A próxima matéria traz duas mulheres que perderam o emprego durante a licença maternidade: uma diretora comercial e outra trabalhadora do ramo imobiliário, ambas demitidas por cartas. A reportagem demonstra que esta prática de algumas empresas é uma forma de manter a desigualdade.

Outra matéria é sobre mulheres que precisam se impor para assumir cargos que são comumente ocupados por homens. E, há, ainda, uma entrevista com a cantora Gal Costa sobre um show dela com Gilberto Gil e Nando Reis. Gal fala que os dois homens com quem ela vai se apresentar são “de alma feminina” e “delicados”.

No J8 de 2019, abusos praticados por empregadores fizeram parte das falas de um líder sindical que denuncia a loja de departamentos El Corte Inglés de Porto. As trabalhadoras que estão amamentando são obrigadas a irem ao médico para que suas mamas sejam pressionadas “(...) para ver se ainda tem leite para amamentar os seus filhos”. Há, também, uma matéria que mostra o primeiro-ministro António Costa recebendo mulheres, na residência oficial, para um almoço que discutiu a paridade de gêneros, mas nenhuma das 18 mulheres recebidas por ele foi entrevistada.

Já no JN de 8 de março de 2017, a desigualdade de gênero entrou na pauta com uma reportagem discutindo a exigência do uso de salto alto durante o expediente de trabalho. Ouvimos as vozes de uma trabalhadora e de uma política por apenas dois segundos cada uma, questionando a obrigação e a considerando ilegal. Como são estrangeiras falando em inglês, suas vozes são traduzidas e narradas pelo repórter. Essa forma de edição do texto jornalístico é bastante comum no telejornalismo brasileiro que prefere permitir ao jornalista traduzir e narrar o que é dito pela fonte que não fala português, a oferecer ao público a obrigação de ler legendas. Neste caso, também os

editores do JN preferem traduzir e interpretar as falas e entregá-las prontas para o público brasileiro.

Em 2019, o JN tratou de desigualdade de gênero a partir do discurso da ministra da Mulher, Damare Alves. Ela compara igualdade de gênero à violência contra mulheres ao afirmar que meninos não devem achar que são iguais a meninas porque eles podem acreditar que “(...) já que a menina é igual, ela aguenta apanhar. Nós vamos dizer para eles que elas são iguais em oportunidades e direitos, mas diferentes fisicamente e precisam ser amadas”.

A fala da ministra denota que o problema da violência contra as mulheres não é dos homens. Então, eles não precisariam ser ensinados a não agredir, estuprar ou assediar. Ela ainda afirma que o seu governo quer ensinar meninos a dar flores para as meninas e a reverenciá-las: “Nós vamos elevar a mulher para o patamar de um ser especial, pleno, um ser extraordinário, é isso que a gente quer fazer lá na escola”.

E o tema aparece mais fortemente em piada contada pelo presidente da República, sobre a equiparação de cargos nos ministérios do governo brasileiro. Em uma celebração ao Dia das Mulheres no Palácio do Planalto, sede do governo, ele fala: “Pela primeira vez na vida, o número de ministros e ministras está equilibrado no nosso governo. Temos 22 ministérios, 20 homens e 2 mulheres.” Aqui há um espaço para as risadas de apoiadores que estão presentes no evento: “Somente um pequeno detalhe: cada uma das mulheres que estão aqui equivalem por 10 homens”.

Em sua fala, este governante estimula a manutenção da desigualdade no mercado de trabalho, denunciada desde o início do feminismo. Independentemente do fato que criou o 8 de Março, as histórias do incêndio e das trabalhadoras russas têm como ponto em comum a exploração das trabalhadoras e suas manifestações para serem reconhecidas e terem salários e jornadas de trabalho iguais aos dos homens. A diferença entre os discursos dos homens brancos, presidente dos dois países, é destacada nesta data em que o presidente português diz esperar uma mudança cultural que uma mulher ocupe seu cargo no futuro, e a do brasileiro que faz graça pelo fato de ter 20 ministros e duas ministras afirmando ser este um governo equilibrado.

As fontes oficiais como afirma Lage (2001, pp. 27-28) são as que mais têm visibilidade na imprensa porque o que falam é de interesse geral e porque criam eventos para chamar jornalistas e “(...) como comprovam autores de todas as épocas, falseiam a realidade”. É relevante apresentar aqui estes discursos que parecem ser de valorização das mulheres, mas que mantêm a divisão desigual de gêneros. Manter a ideia de diferença biológica entre homens e mulheres parece ter sido uma decisão ideológica nas falas de líderes brasileiros, inclusive da ministra da Mulher, ao apresentar uma campanha para treinar maquiadoras para identificar casos de agressão:

Enquanto os nossos meninos acharem, ministro, que menino é igual a menina, como se pregou no passado, algumas ideologias, já que a menina é igual, ela aguenta apanhar. Nós vamos dizer para eles que elas são iguais em oportunidades e direitos, mas diferentes fisicamente e precisam ser amadas (JN, 2019 março 8).

No discurso, ela indica a existência de um tipo de ideologia de gênero. Este termo é negado por organizações que defendem LGBTQIA+ e que acusam setores ultraconservadores e fundamentalistas de tê-lo inventado. Tal neologismo induziria pessoas a pensar que a tal ideologia de gênero pregaria a “(...) destruição da família ‘tradicional’, a legalização da pedofilia, ao fim da ‘ordem natural’ e das relações entre os gêneros, negando a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBTI+” (Reis, 2018, p. 29).

Além de afirmar que mulheres e homens seriam iguais em oportunidades e direitos, como se não houvesse desigualdade, na sequência Damares Alves fala sobre como meninos e meninas devem ser educados nas escolas, apresentando uma posição de governo:

Nós vamos ensinar os meninos nas escolas a levar flores para as meninas, por que não? A levar flores para a mulher, por que não? A se reverenciar para uma mulher, por que não? Nós não vamos estar desta forma colocando a mulher em situação de fragilidade, não, mas nós vamos elevar a mulher para o patamar de um ser especial, pleno, um ser extraordinário, é isso que a gente quer fazer lá na escola (JN, 2019 março 8).

Vários trechos desta fala merecem ser discutidos. A primeira parte que trata de presentear as mulheres com flores, em 8 de Março, tem sido pauta de combate das militantes que denunciam uma prática comum no Brasil: a de dar uma flor para uma funcionária na portaria da empresa, mas permitir que ela seja assediada pelos colegas

durante o trabalho. Flores podem significar a manutenção simbólica do papel decorativo das mulheres no mundo.

Esta é uma polêmica retratada pelos veículos de comunicação, inclusive colocada de forma sensível e por meio da voz de uma fonte nesta mesma edição. Na reportagem, uma mulher espancada há quatro dias pelo namorado aparece em depoimento gravado pelo celular do quarto do hospital. Com o rosto bastante machucado, conta sobre as agressões que sofreu e diz: “Só deixo uma dica: não acreditem, mulheres, em quem te traga flores todos os dias”.

A segunda parte da fala da ministra que merece atenção é quando diz que o governo vai ensinar os meninos “A se reverenciar para uma mulher, por que não?”. Ao ouvir isso é impossível não pensar em Sojourner Truth quando pergunta se ela não é uma mulher já que nenhum homem nunca a ajudou a subir em uma carruagem.

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? (Hooks, 2020, p. 20)

Ao falar sobre querer que as mulheres sejam tratadas como especiais, a ministra usa a figura da mulher universal para referir-se a todas as brasileiras, como se todas vivessem as mesmas experiências, estivessem na mesma classe social, tivessem a mesma cor de pele e os mesmos privilégios: “(...) elevar a mulher para o patamar de um ser especial, pleno, um ser extraordinário”. Na reportagem, a ministra foi rebatida por entidades que trabalham na defesa das mulheres e questionam a falta de dados e pesquisas para uma fala cheia de suposições infundadas.

Este ser especial, pleno e extraordinário pode ser comparado ao que propunham textos europeus do século XIX ao demonstrar que as mulheres precisavam ser educadas para sua função natural na sociedade. Segundo os quais, educação atribuiria “(...) às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social - a família e o espaço doméstico-, a partir do qual se traça um único destino para todas: a maternidade” (Kehl, 2008, p. 48).

Cabe aqui citar, também, a entrevista de estúdio do então candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro, ao JN de 28 de agosto de 2018. Ao perguntar sobre desigualdade de gênero, informando que mulheres ganham 25% menos que os homens, segundo o IBGE, Renata Vasconcellos diz:

O senhor afirmou que, se fosse empregador, não empregaria mulheres com os mesmos salários dos homens. Ou seja, o senhor se solidariza pessoalmente com os empregadores que compartilham dessa desigualdade salarial. Como explicar isso às mulheres? (JN, 2018 agosto 28)

O candidato afirma que o Ministério Público é quem deve tratar deste tema e que “É só as mulheres denunciarem”. Como há tentativas de perguntas de Willian Bonner e de Renata (falando juntos) para que continue a responder, ele completa:

Eu estou vendo aqui uma senhora e um senhor, eu não sei ao certo, mas com toda certeza há uma diferença salarial aqui, parece que é muito maior para ele do que para a senhora. São cargos semelhantes, são iguais (JN, 2018 agosto 28).

Willian Bonner é ancora (apresentador e editor-chefe), cargo de maior poder no programa, Renata é editora-executiva e apresentadora. Ambos falam juntos, o candidato também balbucia algo. Porém, Renata toma a palavra para si dizendo:

Candidato, desculpe até... eu vou interromper vocês dois. Sim, eu poderia até como cidadã, e como qualquer cidadão brasileiro, fazer questionamentos sobre os seus proventos, porque o senhor é um funcionário público, deputado há 27 anos, e eu, como contribuinte, ajudo a pagar o seu salário. O meu salário não diz respeito a ninguém. E eu posso garantir ao senhor, como mulher, que eu jamais aceitaria receber um salário menor de um homem que exercesse as mesmas funções e atribuições que eu. Mas agora eu vou devolver a palavra ao senhor, para o senhor continuar o seu raciocínio (JN, 2018 agosto 28).

Entre outras intervenções, o candidato afirma que a CLT (Confederação das Leis Trabalhistas) já trata de igualdade:

A CLT já garante salários iguais para as mesmas funções, para homem e mulher. Não tem que discutir” e completa: “E se a lei não está sendo cumprida... Quando uma lei não é cumprida, a quem compete resolver? É a Justiça, é o Ministério Público do Trabalho (JN, 2018 agosto 28).

Em sua fala, o candidato não reconhece a diferenciação salarial entre homens e mulheres praticada no Brasil e acusa a apresentadora de aceitar ganhar menos que o homem que está ao lado dela na bancada. O candidato coloca a informação de que Renata e Bonner teriam as mesmas funções dentro do JN e, ainda, diz que este tipo de problema

(desigualdade salarial) não é uma responsabilidade do presidente da República. A apresentadora é instigada a se defender da acusação de que aceitaria um salário menor que o de um homem que desempenhasse a mesma função que ela. Porém, Renata não era a candidata, e acabou sendo vítima de machismo do então candidato.

Sem intimidar-se e mostrando uma postura de jornalista que faz perguntas relevantes, Renata é quem vai questionar a posição do candidato com relação à homofobia. Ela diz que a cada 19 horas um gay, lésbica ou trans é assassinado ou se suicida por causa de homofobia no Brasil. E continua:

O senhor já disse que não é homofóbico. Mas o senhor também já declarou que vizinho gay desvaloriza imóvel. O senhor já disse que prefere que um filho morra a ser gay. O senhor já, inclusive, relacionou pedofilia com homossexualismo (JN, 2018 agosto 28).

Bonner interrompe pra informar que o termo homossexualismo (que não é mais utilizado), foi falado pelo candidato em entrevistas anteriores. E Renata encerra com a pergunta: “Candidato, essas declarações não são homofóbicas?”. O candidato responde que suas declarações haviam sido dadas no passado, quando um grupo de pessoas chamou a atenção dele na Câmara Federal em Brasília em novembro de 2010.

Estavam discutindo ali, comemorando o lançamento de um material para combater a homofobia, que passou a ser conhecido como “kit gay”. Entre esse material, Bonner, estava esse livro lá, Bonner. Então, o pai que tenha filho na sala agora, retira o filho da sala, para ele não ver isso aqui. Se bem que na biblioteca das escolas públicas tem (JN, 2018 agosto 28).

O candidato tenta mostrar um livro, mas é impedido pelos apresentadores ao explicar que pelas regras acertadas com os assessores de todas pessoas candidatas não era permitido mostrar nenhum material durante a entrevista⁵⁰. Ele desiste de mostrar o livro, mas defende, ainda, que as escolas não devem trabalhar com questões relacionadas a gênero, sendo contra material escolar que trate deste tema em sala de aula e afirma que “Tem muito gay que é pai e mãe e concorda comigo”.

⁵⁰ O livro que o candidato afirma ser de educação sexual e seria usado nas escolas, na verdade não fazia parte de leitura para crianças, conforme apurou a imprensa na época. G1 Globo. (2018, setembro 4). É #FAKE que o livro citado por Bolsonaro no JN é o que aparece com carimbo de escola de Maceió. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/09/04/e-fake-que-livro-citado-por-bolsonaro-no-jn-e-o-que-aparece-com-carimbo-de-escola-de-maceio.ghtml>

Impedir o ensino de gênero e orientação sexual nas escolas é uma forma de manter a heteronormatividade compulsória. Porém, a fala é limitada a questões que tentam ligar crianças a desejo sexual, como se fosse possível ensinar uma criança sobre como ela poderia escolher por quem terá desejo quando ficar adulta. Esta maneira de apresentar críticas ao ensino sexual nas escolas parte de uma ideologia perversa que amedronta pessoas menos esclarecidas e as induz a acreditar que crianças serão cooptadas por professoras e professores a serem indivíduos homossexuais.

A ideologia que este entrevistado defende indica que se pessoas LGBTQIA+ forem invisibilizadas, as crianças enxergariam a existência apenas de homens e mulheres formando casais e compreenderiam a humanidade ainda dentro do determinismo biológico. Como critica Butler:

Tal como tentarei mostrar, ainda que uma pessoa aceitasse como não sendo problemático indicar quais são as características “femininas” e quais são as “masculinas”, isso não acarretaria que o “feminino” é atraído pelo o “masculino”, e o “masculino” pelo o feminino. Isso só se daria se compreendêssemos o desejo a partir de uma matriz exclusivamente heterossexual (Butler, 2009, p. 100).

Como este candidato foi eleito, o novo governo foi tema de notícias em Portugal, logo após a posse. Em 07 de janeiro de 2019, o J8 exibiu um trecho de fala ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves. O apresentador afirma que há “uma batalha ideológica” do novo governo do Brasil e apresenta a fala de Damares, animadíssima entre apoiadores, dizendo: “É uma nova era no Brasil. Meninos vestem azul e meninas vestem rosa”, frase que ficou famosa por normatizar a heterossexualidade compulsória.

Impedir as escolas de discutir gênero é uma das principais formas de manter os preconceitos e, por consequência, agressões e assassinatos. Afirmar que escola não é lugar para educação sexual e que isso deve ser competência das famílias é não evitar as centenas de casos de abuso sexual a meninas e meninos. Pode-se dizer que até é uma forma de proteger os agressores pedófilos porque ficam protegidos dentro de suas relações de poder.

No Brasil, a cada hora, quatro meninas de até treze anos são estupradas. Em 2019, 17 mil vítimas de violência sexual foram contabilizadas; em 2018, haviam sido 32 mil

crianças abusadas, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019). Entre os abusadores, 84,1% são familiares (ou pessoas próximas) das sobreviventes. Professoras e professores estão entre adultos que conseguem perceber a violência e auxiliar as crianças.

Com o isolamento voluntário causado pelo coronavírus em 2020 e 2021, há projeções de que os números de violência doméstica e abusos de crianças tenham crescido muito em todo o mundo. Por outro lado, há a expectativa de que as denúncias tenham caído porque ao não ir para a escola fica mais difícil de que alguém fora do núcleo familiar perceba a relação de abuso à criança e denuncie. O lugar de vítima das fontes será discutido no próximo tópico.

vi. Vítimas: lugar de desconforto

As vítimas ocupam a terceira posição em tempo de fala no J8: 32 mulheres fontes que falam por 24min45seg (14,1%). E a segunda posição no JN: 49 mulheres que falam por 5min22seg (19,1% do tempo). Estes dados são de telejornais de dias ordinários. Entre as vítimas mais presentes nestes dias, no J8 são visibilizadas as de pobreza, tragédia, violência doméstica, crime e doença. E no JN, as de crime, tragédia, pobreza, violência doméstica, doença, violência sexual e desigualdade de gênero. Estas duas últimas aparecem só no JN, enquanto os outros tipos de violência estão presentes em ambos.

Nos dias 8 de Março, as vítimas apareceram em segundo lugar nos dois telejornais, 14 são ouvidas no J8 (8min03seg – 18,8%) e oito no JN (2min32seg – 27,6%). Entre as portuguesas, falaram as vítimas de violência doméstica, tragédia, violência, desigualdade de gênero e doença. E entre as brasileiras, as primeiras também foram as que sofrem violência doméstica, seguidas de pobreza, assédio sexual e tragédia.

Se for feito o cruzamento de dados por traços fenotípicos, a maioria das vítimas ouvidas em dias ordinários pelo J8 são brancas (79,39%), seguidas, nesta ordem, por negras (18,45%), impossíveis de definir (1,35%), asiáticas (0,4%) e do oriente médio

(0,4%). Já nos dias 8 de Março, mais da metade é impossível de definir (57,1%) e o restante são brancas (42,9%).

Nos dias ordinários, metade das vítimas no JN são brancas (49,38%) e um terço são negras (32,61%), aparecendo também indígenas (8,7%), impossíveis de definir (8,7%) e árabes (0,62%). Nos dias 8 de Março, 61,8% são brancas e 38,2% são negras.

Ainda no JN, na amostra de dias comuns, brancas e negras são vítimas, mas as brancas sofrem mais violência doméstica que as negras. Entre as vítimas de violência sexual, há uma negra e três mulheres que não mostram o rosto. As negras e as indígenas são as vítimas de crimes (ambientais e posse de terras, por exemplo). No 8 de Março, as brancas que falam são vítimas de violência doméstica e assédio sexual e as negras de pobreza e de tragédia.

No J8, na amostra de dias comuns, todas as mulheres negras classificadas como vítimas não são de Portugal. Há seis africanas, uma do Sri Lanka, uma brasileira e uma indiana. Já as vítimas de violência doméstica são todas brancas (com exceção de uma vítima que não mostrou o rosto). São brancas, também, todas as vítimas que falaram nos dias 8 de Março (há duas vítimas que não mostraram o rosto) e todas vivem em Portugal.

Estes dados mostram que todas as mulheres denunciando ser vítimas de violência em Portugal são brancas, nenhuma não-branca é residente no país ou portuguesa. Isso pode indicar que negras, ciganas e mulheres de outras etnias, racializadas (Vergé, 2020) ou subalternas (Spivak, 2010), não têm acesso aos mecanismos de denúncia. Será que as vítimas brancas são as que mais denunciam por terem mais acesso que as não-brancas?

O tema foi tratado em 2017 pelo presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa quando visitou a Associação de Apoio à Vítima (APAV) e falou sobre os números de vítimas de agressão: “Os relatos de violência doméstica continuam a fazer títulos nos jornais. E é por isso que não nos podemos calar, não nos podemos calar!”. Este pedido/orientação do presidente contém a informação de que ele sabe – e a sociedade portuguesa também – da existência de um lugar de calamento entre as vítimas. É sabido que não denunciam. Simone de Beauvoir alertava que o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos: “O fato é que os homens encontram

em sua companhia mais cumplicidade do que em geral o opressor encontra no oprimido; e disso tiram autoridade para declarar com má-fé que ela quis o destino que lhe impuseram” (Beauvoir, 1967, p. 490).

Em 2019, 8.394 mulheres foram atendidas pela APAV (2020), segundo o relatório de estatísticas da Associação. Foram 23 atendimentos por dia, 161 por semana. O perfil geral da vítima (81%) é de mulheres de 42 anos agredidas por seus cônjuges (8,5%), companheiros (4,11%), ex-companheiros (3,4%), filhos (3,5%), pai ou mãe (3,8%). Os locais mais comuns de ocorrer os crimes foram a residência comum (51,2%), a residência da vítima (16%) e lugares públicos (12,1%). E menos da metade dos casos atendidos pela APAV foram denunciados: “Ainda de acordo com os dados recolhidos em **cerca de 42% das situações** foi formalizada **queixa/denúncia** junto de pelo menos uma entidade policial” (grifo do original).

O lugar de vítima não é confortável, seja por ter de falar sobre a agressão doméstica sofrida, seja pela fome que envergonha, pela pobreza, por algum traço de uma doença que aparece na imagem, seja pela tragédia que levou embora objetos da história e da memória. No caso das vítimas de violência doméstica, ainda há o medo de denunciar e ser ainda mais agredida. Muitas vezes, o lugar de vítima é um lugar de opressão, de sofrimento, de tristeza, de servidão e obediência, por isso, é difícil de se estar. Para algumas mulheres ser vítima traz consigo a vergonha de que outras pessoas saibam o que elas vivem. E cria nelas marcas, a partir do julgamento por parte de familiares que passam a “desprezá-las” (Beauvoir, 1967, p. 36). Mas há casos em que a família é também marcada por este lugar, mesmo sem ter diretamente sofrido a agressão física.

O lugar de vítima é estendido a familiares quando a violência causa transformações e impõe marcas. Como é o caso da mãe e da irmã da vereadora brasileira assassinada, Marielle Franco, que afirmam ter dificuldades para acessar informações sobre a investigação do crime: “Minha filha foi abatida. Então, isso é que é uma indignação e uma dor muito grande, mas é a espera de uma reposta, é isso que a gente quer”, diz a mãe ao JN de 11 de outubro de 2018, sete meses depois da execução da política brasileira. A marca da filha assassinada permanecerá na família vitimada para sempre.

A presença de vítimas entre as fontes que não mostram o rosto e têm a voz adulterada para que não sejam reconhecidas é considerável. No JN, nos dias comuns, três mulheres vítimas de violência sexual estão irreconhecíveis e no J8 há uma vítima de violência doméstica nesta condição. Outras duas mulheres que não mostram o rosto denunciam um médico por desviar materiais de um hospital público para o particular. Na amostra dos dias 8 de Março, no J8, há uma vítima de violência doméstica e uma vítima de violência (vítima da IURD) que não mostram o rosto.

vii. Mulher-exceção: mulheres valorizadas em posições inalcançáveis

Entre as classificações de Lugar de Fala, as mulheres-exceção estão presentes apenas nos telejornais dos dias 8 de Março, principalmente no J8. Esta categoria não apareceu nos dias ordinários porque as reportagens parecem querer fazer homenagens a mulheres “absolutamente normais”, mas que se tornam ilustres, escolhidas justamente para celebrar o dia das mulheres. São mulheres que conquistaram carreiras principalmente nas forças armadas e/ou militares e, também, em cargos de direção em empresas importantes.

O JN apresentou apenas uma mulher (no 8 de Março de 2019) que coube nesta classificação: a diretora de uma grande empresa, mulher negra brasileira que alcançou um alto cargo e que diz: “Espero que na próxima pesquisa do IBGE a gente tenha dados de mais mulheres como eu que estejam em posição de chefia”, a fala é de seis segundos. Já o J8 exibiu onze personagens classificadas nesta variável e identificadas apenas nas edições do 8 de Março.

No 8 de Março de 2017 foram três: a diretora de uma multinacional, a Comandante do Corpo de Bombeiros e a presidenta da Câmara de Vereadores. O apresentador chama a matéria falando que a desigualdade ainda é regra porque a igualdade de gênero faz seu percurso de forma lenta: “As mulheres que ocupam lugares de chefia, que tradicionalmente eram exclusivos de homens, são os melhores testemunhos desta mudança. Ainda que lenta”.

A reportagem mostra primeiro uma mulher casada, de 39 anos, mãe de duas filhas e que chefia a fábrica da Nestlé de Avanca. As falas da personagem, escolhidas pela edição para estar presentes na matéria, foram: “Mais importante que ser chefe, quer seja aqui, quer seja em casa é a equipa conosco. Que nos permita alcançar os resultados. E meu marido tem um papel fundamental”. Ela fala também que nunca se sentiu diferente: “O mundo irá continuar a ser um mundo mais de homens, mas as pessoas têm que ser avaliadas pelos resultados que entregam e pela forma de estar”.

A segunda personagem é apresentada como Comandante dos Bombeiros que teve de se impor ao comandar mais homens que mulheres: “Não é fácil. É uma profissão e um mundo totalmente masculino. Portanto, o que nós temos é que ultrapassar de alguma forma o fato de sermos mulheres neste mundo.” Um homem que é comandado pela personagem é entrevistado e diz: “Eu vi que ela é muito mais homem do que nós”. A repórter explica que a Comandante trouxe mais sensibilidade à corporação e a personagem afirma que quando tem a seu lado um bombeiro, normalmente as pessoas se dirigem a ele e não a ela.

A terceira personagem é uma mulher de 55 anos, presidenta da Câmara Municipal de Portalegre, uma das maiores autarquias do Alentejo. A fala escolhida para ela na reportagem é breve: “Tenho mais vereadores. E de fato no Executivo Camarário somos sete e só tem uma vereadora”. Um colega vereador é entrevistado para responder se faz diferença ter uma mulher na presidência, ele responde que ela tem mais sensibilidades: “E é com estas sensibilidades que nós temos de trabalhar no dia a dia”. Mais uma sonora da vereadora é exibida dizendo qual é o princípio fundamental do seu trabalho: “O que interessa é a competência e é de fato o relacionamento que se tem entre as pessoas e o respeito mútuo. Isso é essencial”.

As três mulheres-exceção tornaram-se supermulheres porque além de competentes têm outros atributos. A primeira sabe chefiar a casa e colocar o marido para trabalhar, mas como nenhum colega de trabalho dela foi ouvido, não é possível saber como é vista na empresa. Já as outras duas têm suas competências referendadas por dois homens.

A sensibilidade inerente às mulheres é destacada. A escolha de frases que tratam de sensibilidade demonstra que entre os atributos de uma mulher está o de ser sensível e que apenas elas seriam sensíveis, diferentes dos homens. Sensibilidade faria parte de um dos modelos de feminilidade ideal (Federici, 2017) ou dos atributos de feminilidade (Kehl, 2008) impostos às mulheres e dos quais as mulheres-exceção não poderiam fugir.

Em 8 de março de 2018, foram três personagens: uma piloto da Força Aérea, uma diretora geral de uma importante indústria farmacêutica e uma bombeira voluntária. A piloto da Força Aérea conta que sonhou ter esta profissão desde criança e que não tem dificuldades: "É fácil conciliar com a vida familiar que eu sempre almejei.", e ainda afirma que "(...) é mais fácil trabalhar com homens do que com mulheres". A bombeira voluntária fala sobre os preconceitos que sofre: "Nós acabamos sempre a ficar com as tarefas mais leves. Não acreditam tanto que nós sejamos capazes de fazer aquilo que eles também fazem".

A diretora da indústria tem uma fala que marca sua transformação em supermulher quando afirma que dá conta também do serviço doméstico: "Sou uma mulher normalíssima, vou pra casa, ainda tenho que acabar o jantar, vou ao ginásio". Esta apresentação de mulheres que de forma normal (natural) são profissionais respeitadas, bem remuneradas, felizes e ainda dão conta da casa e dos filhos confirma a heteronormatividade compulsória, ou seja, quando homens ditam o que as mulheres devem fazer, como se comportar, e elas obedecem naturalizando a situação.

No dia 8 de março de 2019, foram cinco mulheres-exceção: a presidenta da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras que relata já ter sido chamada de histórica: "(...) se falo um bocadinho mais alto sou histórica, não sou levada a sério". A segunda é Aspirante da Força Aérea Portuguesa, estudante de 22 anos que, segundo a repórter, já se habituou a ouvir que ser piloto é coisa de homem. Ela conta que responde: "Se vim para aqui é porque queria e porque tem bastante a ver comigo". A repórter reforça que não é por querer ser piloto que deixou de gostar de maquiagem e se arrumar. A personagem confirma:

Eu sou assim, sou bastante feminina. Sou mesmo mulher com todas as letras. No entanto tenho este lado paixão pela aviação que partilho com os camaradas do sexo masculino (...) Há de fato um certo estereótipo, ou seja, se a menina

quiser uma Barbie, dá-se uma Barbie, mas se quiser um *Action Man*, dá-se um *Action Man*, portanto, acho que não deve haver divisão. Devemos dar aquilo que elas sentem interesse em receber (J8, 2019 março 8).

E a terceira, também da Força Aérea, é engenheira eletrotécnica de formação e uma das seis mulheres dentro das 84 pessoas a ter esta função. A alferes diz que sempre quis ter uma profissão que impusesse desafios. Quando estava a escolher o curso universitário, pesquisou quais eram os diferenciais da carreira militar e encontrou algo desafiador: “(...) tem outras componentes que nas universidades não temos, como é o caso do treino físico e da formação militar.”

A repórter fecha esta matéria dizendo que a alferes teve a oportunidade de escolher uma profissão para seguir, mas outras mulheres não têm a mesma sorte. Ela encerra falando que: “A luta pela igualdade de gênero parece fazer sentido quando se sabe que a cada 10 cidadãos europeus quatro acreditam que o papel mais importante da mulher é cuidar da casa e da família.”

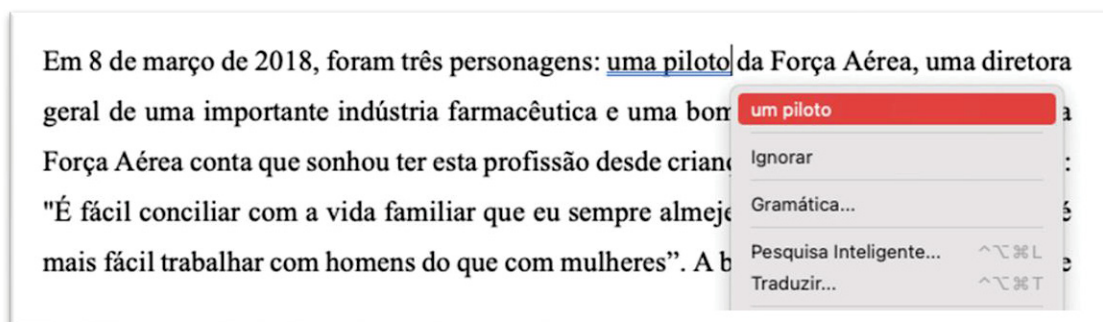
A próxima peça é uma homenagem para valorizar mulheres que entraram e trabalharam na polícia. A reportagem abre com um grupo cantando o Hino à Mulher Polícia e apresenta mais dois exemplos de mulheres-exceção. A subcomissária de relações públicas da Polícia de Segurança Pública diz que hoje “(...) não há qualquer diferença entre mulher polícia ou ser homem polícia.” Segundo ela, hoje é diferente de quando a primeira mulher foi contratada, apenas para serviços administrativos, em 1930.

A próxima entrevistada é uma agente, contratada em 1972, quando mulheres já atuavam nas funções operacionais. Ela conta que havia muitas dificuldades e lembrou quando deu voz de prisão a um homem, por ter furado fila de um estacionamento sob protestos de quem estava na fila. O homem teria dito ao juiz que não a obedeceu porque “(...) As mulheres não mandam como os homens”.

É interessante perceber que as mulheres ocupando cargos eminentemente masculinos são exceção até para o corretor do aplicativo *Word* usado para escrever esta tese. O corretor não aceita que exista uma piloto, por compreender que há apenas a possibilidade de escrita de: “um piloto”, como mostra a Figura 3. O *print* do texto está

grifado justamente para chamar a atenção para o fato de que o corretor teima em marcar o artigo indefinido feminino “uma” como errado para o substantivo piloto no texto citado.

Figura 3: Corretor indica para o masculino



Fonte: Elaboração própria.

Em Portugal, é bastante comum nesta data que as reportagens visibilizem mulheres que demonstram conseguir chegar onde quiserem, desde que se esforcem e sigam seus sonhos; no Brasil há menos destas ocorrências, mas ainda há. No telejornal brasileiro quem chegou a um posto difícil de ser alcançado foi uma mulher negra, enquanto em Portugal, todas as personagens eram brancas. Estas personagens demonstram viver além do que a sociedade espera delas.

Veiga (2014, p. 66) explica que estas fontes personagens estão cada vez mais frequentes por parecerem “reais” e porque seus “(...) dramas pessoais são utilizados como forma de ilustrar os acontecimentos noticiosos de modo a conferir existência real aos fatos”. Mas no caso das mulheres-exceção, comemorar e tornar suas vitórias visíveis, não visibiliza as mulheres “reais”, pois a maioria das mulheres comuns, ao contrário, cria a sensação de irreabilidade, de um mundo distante e praticamente inalcançável.

Em uma das matérias, a repórter diz que “(...) a cada 10 cidadãos europeus quatro acreditam que o papel mais importante da mulher é cuidar da casa e da família”, parecido como eram vistas no século XIX cujo único destino seria a maternidade (Kehl, 2008). Hoje estas mulheres-exceção, além da maternidade, conseguem outras importantes conquistas, por isso, seriam supermulheres. Quando aparecem no telejornal tendem a servir de exemplo, de inspiração, para todas as outras.

No entanto a decisão jornalística de apresentá-las nesta data produz um desserviço porque propõe uma impressão de meritocracia, como se todas as mulheres ao se esforçarem pudessem conquistar postos relevantes na sociedade. Representa uma falsa realidade o fato de as reportagens não levarem em conta os privilégios (Almeida, 2019) que permitiram as personagens estudarem, terem um teto sobre suas cabeças e alimentação suficiente (Woolf, 2014), e talvez poderem contratar outras mulheres para fazerem o trabalho doméstico de suas casas e cuidarem de seus filhos. Valorizar mulheres-exceção desvaloriza mulheres que não conquistaram este posto. Beauvoir (1967, p. 37) explica que quando presas ao papel de donas de casa a expansão da mulher à existência é negada pela sociedade e pela família: “A filha não quer assemelhar-se a ela e rende culto às mulheres que escaparam à servidão feminina: atrizes, escritoras, professoras”.

Gloria Comesaña Santalices (2001) conta que Hannah Arendt criticava a classificação feminina de “mulher álbi” ou “*femme álbi*”, que seria aquela exceção que aceita ser recebida no mundo masculino por suas qualidades excepcionais, pois a difeririam das outras e permitiriam que fossem vistas pelos homens como um dos seus: “Essa arrogante ou *femme álbi*, cúmplice do poder masculino, serve a este para demonstrar, por seu caráter excepcional, que o resto das mulheres deve permanecer onde está e assumir sua condição secundária e submissa” (Santalices, 2001, p. 17)⁵¹. Segundo a autora, este conceito seria usado para mulheres que encontram seus caminhos em áreas profissionais ou políticas tradicionalmente reservadas para homens e que atribuem à cooperação deles o seu sucesso. Ao estarem nestas posições de poder, elas passariam a defender a tese de que as mulheres que se mantêm em suas zonas de conforto ou que não têm vontade, não alcançam os mesmos níveis de sucesso que elas. E não levariam em conta o fato de que os homens colocam obstáculos em seus caminhos.

A falta de noção das desigualdades está presente nas falas de mulheres e de homens quando defendem que aquelas que são dedicadas triunfam e as que são acomodadas ou preguiçosas, não alcançam sucesso, sem levar em conta impedimentos sexistas. A incompreensão dos privilégios (Hooks, 2020) pode ser observada, também,

⁵¹ Tradução livre de: “Esta advenediza o *femme álbi*, cómplice del poder masculino, le sirve a éste para demostrar, por su excepcionalidad, que el resto de las mujeres deben permanecer allí donde están y asumir su estatus secundario y sometido”.

no quadro Deus e o Diabo de 2019 quando entrevistadas dizem: “No passado os homens entregavam-nos a educação futuro”, mas hoje “Perdemos a capacidade de ensinar os homens a ser amados” e, ainda, “(...) se a mulher não trabalhar mais em casa, a sociedade sentirá as consequências disso”. O discurso da norma de comportamento a ser seguida pelas mulheres na sociedade ainda é muito presente nas falas das fontes portuguesas.

O discurso que não leva em conta os privilégios está presente na fala do então presidente brasileiro Michel Temer, ao discursar no dia 8 de março de 2017: "O quanto a mulher faz pela casa, pelo lar, pelos filhos... se a sociedade vai bem é porque os filhos tiveram uma adequada educação em casa, isso quem faz é a mulher". Quer dizer que as mulheres que precisam trabalhar fora, que não estão em casa para educar os filhos e cuidar da casa, não cumpririam o que se espera delas?

As mulheres-exceção impõem objetivos alcançáveis para algumas privilegiadas como se fossem possíveis para todas. A presença delas no dia 8 de março tende a enfraquecer a luta das minorias que não teriam condições de conquistar postos por não terem a educação adequada, a cor de pele certa ou o gênero e identidade sexual ideais para determinados cargos e posições sociais. É um desserviço querer homenagear as mulheres ao valorizar as exceções no dia em que a luta é pela maioria.

viii. LGBTQIA+: praticamente invisíveis nos telejornais

Na análise da amostra dos dias 8 de Março não há vozes LGBTQIA+ nos telejornais e entre as edições de dias ordinários há a presença de apenas três mulheres minorias em identidade de gênero e orientação sexual. O J8 exibiu uma reportagem que mostra um casal de lésbicas vítima de agressão em um ônibus em Londres. Nas falas em inglês, as duas mulheres contam que os agressores queriam obrigá-las a se beijar dentro do coletivo. O ataque homofóbico foi foco de protestos em todo o mundo. Em outra chamada de reportagem, dentro do mesmo telejornal, uma *drag queen* teve sua voz visibilizada, ao falar que adora ser chamada de mulher e foi compreendida como voz presente deste grupo.

A terceira pessoa apresentada pelo JN, é a sul-africana Caster Semenya, medalhista olímpica e mundial dos 800 metros rasos, que pode ser impedida de competir caso não baixe sua taxa de testosterona por meio de medicamentos. A repórter diz que: “Semenya é intersexual. Tem características sexuais e reprodutivas que não se encaixam na definição típica de feminino ou masculino”, apesar de ter sempre competido em categorias femininas. A reportagem informa, ainda, que o corpo da atleta produz níveis de testosterona acima da média para as mulheres, o que é considerado pelo presidente da Federação Internacional de Atletismo (IAAF) uma vantagem injusta. Sebastian Coe tem sua fala traduzida pela repórter dizendo que o atletismo sempre foi dividido entre homens e mulheres e ele quer manter isso.

Da entrevista de Semenya ouvimos apenas: “*I don't think...*”, depois a voz tem o volume baixado para que a repórter interprete a fala da atleta: “Se algum obstáculo aparece no meu caminho, eu passo por cima”. A ONG *Humans Rights Watch* afirma, na matéria, que excluir mulheres por conta de níveis hormonais naturais é uma discriminação a todas as mulheres. Outro entrevistado é Michael Johnson, também medalhista, que afirma que a decisão da IAAF é justa.

Apresentar uma mulher intersexual é um fato importante para o jornalismo, uma vez que o termo não é conhecido do grande público, nem é usado com frequência. Butler (2009, p. 96) chama de turvas as correlações entre identidade de gênero e orientação sexual ao tratar dos diagnósticos médicos: “O ‘diagnóstico’ pode ter efeitos diversos, mas um deles pode ser se tornar - em particular nas mãos dos que são transfóbicos – um instrumento de patologização.” Na reportagem citada, há dois homens afirmando que a atleta deve ser impedida de competir na categoria feminina, embora ela tenha competido com mulheres durante toda a sua carreira. A pergunta que fica (e que não foi respondida pela reportagem) é se a atleta seria aceita para competir com homens?

A *Humans Right Watch* (2020) divulgou um relatório exigindo o fim dos testes de gênero que são obrigatórios para definir quais mulheres podem competir nas categorias femininas de alguns esportes. Até 1968, as escolhidas para fazer tais testes tinham seus órgãos genitais examinados por comitês de médicos que inspecionavam seus corpos. Mais tarde, começaram a ser realizados exames de sangue e saliva. As atletas intersexo são

obrigadas a realizar cirurgias ou ingerir remédios para se adequarem e passarem nos testes.

Para Butler (2009, p.100), “(...) seria um grande erro pressupor que a identidade de gênero causa a orientação sexual ou que a sexualidade tem necessariamente como referência uma prévia identidade de gênero”. A autora defende que para um diagnóstico de disforia de gênero é necessário que a pessoa assuma perfis ao longo do tempo, que demonstre querer viver sendo de outro gênero. Ela considera uma forma de discriminação impor a identidade de gênero a uma pessoa a partir dos resultados de seus exames clínicos. O relatório da *Humans Right Watch* confirma que as mulheres intersexuais vivem discriminação com os testes de gênero que colocam em risco a saúde física e mental das atletas, principalmente as do hemisfério Sul.

Se o índice de testosterona produzido naturalmente é considerado um indicador de que a pessoa não é mulher para competir nas categorias femininas, outras diferenças hormonais são aceitas e até estimuladas. É o caso de “(...) mulheres que tomem estrogênio ou homens que tomem Viagra” (Butler, 2009, p.107), estas práticas não são consideradas distúrbios:

Isso se deve, suponho, porque estão agindo no âmbito da norma, na medida em que buscam melhorar o “natural”, procedendo a reajustamentos dentro das normas aceitáveis e, algumas vezes, até mesmo confirmando e fortalecendo as normas tradicionais de gênero (Butler, 2009, p.108).

A voz de uma mulher intersexual ser apresentada no telejornal é fundamental para que o tema seja colocado em discussão. É importante para que no espaço familiar e nos grupos sociais, ocupado pelo jornalismo, de acordo com a Hipótese do Agendamento, as conversas permeiem temas relacionados a gênero e preconceitos.

O espaço no jornalismo é pouco utilizado para tratar de questões LGBTQIA+, o que significa que jornalistas precisam ter noção de que devem visibilizar vozes de pessoas vulneráveis, para além das mulheres brancas hétero e cisgênero. É necessário que exercitem a cultura da diversidade em suas agendas, permitindo visibilidade para além dos assuntos em que mulheres vulneráveis normalmente falam. Mais especificamente enquanto vítimas de algum tipo de violência, como na reportagem que mostra um grupo

de homens ingleses, dentro de um ônibus, forçando um casal de lésbicas a se beijar. Ao negar-se, as duas sofreram agressão física.

Tamanini (2020, n.p.) afirma que as exclusões e invisibilizações servem à estruturação de violências e de normatividades para gênero e para sexualidade e que “(...) ao pretenderem-se abarcadoras de toda a multiplicidade da experiência humana, marcam um profundo desrespeito fundamentado na abjeção à diversidade das vidas e de suas coexistências.” Ao apresentar a reportagem sobre o preconceito e a violência contra as lésbicas, as agressões por parte de homens e o protesto das duas mulheres, o J8 pauta as discussões sobre o tema que podem ser transformadoras da sociedade.

Se as mulheres brancas, heterossexuais e cisgênero e as negras, da mesma forma, são comumente ouvidas pelas violências que sofrem, por outro lado, as lésbicas, intersexuais e transexuais são consideradas abjetas pelo preconceito social e precisam estar cada vez mais presentes nas reportagens e não apenas nas que tratam de violências. Este objetivo só pode surgir a partir de luta da militância e de fomento ao interesse pelo tema na Academia, estendendo as discussões em publicações científicas, em eventos e na sala de aula, permitindo a reflexão a partir de estudantes que se tornarão jornalistas.

Taminini afirma que a posição dela, como em qualquer teoria, não é neutra. O que diferencia as linhas é a posição tomada a favor ou contra o comprometimento marcado pela construção do determinismo biológico, psíquico e moral que invisibiliza sujeitos e minorias e que se nega a ver dinâmicas gentrificadas que escodem discriminações de raça, orientação sexual e identidade de gênero ou origem nacional e etnia.

O que distingue as teorias umas das outras é seu comprometimento com a dignidade das pessoas, superando preconceitos, fobias e estigmatizações de raça, sexo, cor, idioma, religião, classe ou sua conformidade com *bulling*, homofobia, lesbofobia, transfobias, violência doméstica, pedofilia e tantas outras violências autorizadas por moralidades heterocentradas e por vieses morais, ou de modelos de ciência e religião metafísicos (Tamanini, 2020, n.p.).

Ao trazer este pensamento para a prática jornalística, a reflexão que surge é a necessidade de permitir visibilizar sujeitas diversas dentro de um espaço de mundo. Se o jornalismo pode transformar as sociedades por meio da informação, a voz militante pode ser a sujeita do feminismo a propor reflexões e transformações, mas sua voz precisa ser ouvida entre as tantas vozes publicadas pelos telejornais.

Se na construção das notícias, jornalistas são elementos humanos que primeiro dão significado aos fatos sociais a fim de gerar sentido a partir da forma como enxergam o mundo (Silva, 2014), é preciso que reflitam sobre as diversidades, sobre as vulnerabilidades, sobre as minorias. Para além das mulheres militantes, as cientistas, as especialistas, as políticas, as pesquisadoras, as profissionais merecem constar nas agendas de jornalistas na mesma proporção que homens que desempenham estas posições sociais. Pelo tom de esperança futura, este último parágrafo já encaminha o texto para as considerações finais; as conclusões deste estudo são o foco do próximo tópico.

ix. Personificando as fontes

Para cumprir o objetivo de caracterizar os perfis das fontes femininas visibilizadas pelos telejornais a partir de faixa etária, traços fenotípicos, representatividade, profissão e lugar social, a tipificação por figuras com características comuns foi sendo construída no decorrer da análise desta tese. Ao cruzar os dados das variáveis e categorias e ao ouvir as fontes femininas, uma persona foi sendo desenhada. Persona é uma representação fictícia de uma figura ideal, projetada a partir de dados de comportamento e de outras características de pessoas que uma empresa pretende conquistar como público-alvo.

O termo foi emprestado do *marketing* e será usado ao contrário. No mercado, a pesquisa é feita em busca de clientes, portanto, previamente, nesta tese a busca será entre as fontes que já existem e que foram entrevistadas pelos telejornais para saber quem são as personas já construídas como fontes escolhidas por jornalistas. Desta forma outro objetivo, desta tese, pode ser analisado: contribuir para o entendimento de como as vozes femininas compõem as escolhas dos jornalistas na busca de fontes para suas reportagens.

O conceito de persona já foi usado no jornalismo por Alfredo Vizeu e Adriana Santana, em 2009, como sinônimo de personagem ao analisar o novo perfil profissional que estava sendo criado por conta de mudanças ocorridas no campo. Ele discutia, na primeira década do século XXI, a redução da presença de repórteres nas ruas, *in loco*, conferindo as notícias em detrimento da permanência deles apurando dados de dentro das redações.

Essa redução da presença dos repórteres na rua caminha em descompasso com o estereótipo comumente associado aos “homens de notícia” e a efetiva atuação desses profissionais, que vêm adotando uma persona que pode vir a explicar, em partes, esses passos em dissonância (Vizeu & Santana, 2009, p. 6).

Chama a atenção o fato de o autor compreender que a persona do jornalista é o “homem da notícia”, o que confirma parte da argumentação de que o jornalismo tem gênero e o gênero é masculino (Silva, 2014). É sabido que a fonte de telejornalismo também é uma persona masculina na maioria das reportagens, afirmação comprovada nesta tese pelo número e porcentual de tempo de vozes masculinas encontradas nas edições dos programas noticiosos. **A fonte jornalística também tem gênero e o gênero é masculino.** Ao buscar quem seriam as personas femininas já se sabe de pronto que são menos visibilizadas e suas vozes têm menor frequência de aparição que as masculinas.

Outro uso do conceito de persona no jornalismo se deu em 2020. Ao analisar debates televisivos entre candidatos e candidatas às eleições de 2018, no Brasil, Sonia Montañó e Amaury Silva (2020) classificaram as(os) participantes dos programas como personas televisivas, a partir de construções teleaudiovisuais. Seriam elas: apresentadores, candidatas e candidatos, assessoras(es), jornalistas e pessoas comuns.

Ao trazer esta construção teleaudiovisual para as fontes, é possível afirmar que personas são pessoas que têm determinadas características e que por isso são convidadas a aparecer em um programa de TV. No capítulo II tais fontes foram chamadas de filhas e filhos da pauta e aqui serão compreendidas como personas dominantes, ou seja, aquelas mulheres entrevistadas para compor as reportagens por terem características que atraem jornalistas e são pessoas que estão presentes nas agendas das redações.

A classificação de personas secundárias foi dada àquelas mulheres que pela relevância dos fatos estão presentes nas notícias, embora não sejam exatamente procuradas previamente por jornalistas, e não estão em suas agendas. São fontes porque os fatos noticiosos as impõem como sujeitas ou testemunhas fundamentais para a compreensão dos relatos, pois são as que têm informações para passar a jornalistas.

Personas são desenhadas aproveitando-se de arquétipos e de dados encontrados sobre pessoas que se relacionam com determinados ambientes. Aurora Harley (2015) apresenta quatro pontos a serem levados em conta dentro das identificações fundamentais

para a construção das personas: identificar características similares; agrupar características em *clusters*; identificar os distintos papéis dentro das similaridades; adicionar nome, idade, gênero e foto.

Ao trazer estas considerações do *marketing* para a construção das personas a partir dos dados desta tese, a intenção foi de visualizar mulheres que apresentam características comuns entre as fontes que têm mais visibilidade por estarem mais presentes nas edições. Como uma quantidade robusta de dados foi analisada, características comuns são possíveis de serem sumarizadas.

Neste caso específico, informações das duas amostras (dias ordinários e dias 8 de Março) foram colocados em um mesmo banco de dados para formar as personas do J8 e do JN apresentadas a seguir. A junção de características comuns reúne todas as fontes em grupos, sendo as dominantes as que têm maior presença e as secundárias as com menor frequência.

No J8 a persona dominante das edições, por estar presente com maior frequência nas reportagens, tem as características de mulher universal. É branca, adulta, política de profissão ou indicação, e é ouvida para falar do lugar de fala de política, portanto trata de assuntos relacionados ao poder. É possível identificar principalmente deputadas e ministras que estiveram presentes em diversas edições e até mais de uma vez na mesma edição.

Entre as personas secundárias há grande diversidade de perfis, o que demonstra que para além das políticas as outras fontes têm presença bastante diluída nas edições. As porcentagens de presença confirmam o fato de a mulher universal (28,67%) ser a que mais aparece nos telejornais de Portugal e que as outras têm presença inferior. Os próximos agrupamentos de fontes têm menos de 8% de presença e as vítimas aparecem na segunda posição como as personas secundárias mais visibilizadas. Chama atenção a presença da primeira persona não-branca estar quase ao final da lista sendo a mulher negra, adulta e que fala por ser vítima (1,93%). Este dado é mais uma confirmação de que a mulher subalterna é praticamente invisível no J8.





Na tabela a seguir, estão listadas as 20 personas que compõem pelo menos 1% das falas do J8, totalizando 84,94%. O restante não está representado porque forma agrupamentos quase insignificantes, menores que 1% de tempo de fala. As imagens foram retiradas de edições que fazem parte do *corpus*, preferencialmente no momento em que as fontes tiveram seus nomes creditados. Quando não há o nome da fonte é porque a reportagem não incluiu este dado em forma de crédito escrito na tela.

Tabela 43: Personas - J8

Nome da Persona	Representatividade	Características	Exemplo de uma fonte do telejornal
Política	28,67%	Branca, adulta, política de profissão, ouvida para tratar de assuntos relacionados ao poder.	
Vítima	7,57%	Adulta, branca, fala do lugar de quem sofreu alguma agressão física e emocional, tragédia, crime ou doença, profissão não identificada.	
Política Idosa	5,93%	Branca, idosa, atua na política.	
Profissional do setor privado	5,63%	Branca, adulta, ouvida para falar de seu trabalho.	

Nome da Persona	Representatividade	Características	Exemplo de uma fonte do telejornal
Militante	3,79%	Branca, adulta, ouvida para falar sobre sua participação em manifestações e/ou na Greve Feminista.	
Transeunte	3,45%	Branca, adulta, é entrevistada como falapovo, sem ter profissão identificada.	
Mãe	3,28%	Branca, adulta, profissão não identificada, fala sobre filhos e filhas.	
Empresária	2,75%	Branca, adulta, fala sobre seus empreendimentos.	
Empresária idosa	2,69%	Branca, idosa, fala sobre seus empreendimentos.	
Vítima idosa	2,62%	Branca, idosa, profissão não identificada, conta sobre ter sido vítima de agressão física e emocional, doença ou tragédia.	

Nome da Persona	Representatividade	Características	Exemplo de uma fonte do telejornal
Criança	2,34%	Branca, criança ou adolescente, fala em reportagens que tratam de educação, felicidade e eventos direcionados para o público infantojuvenil.	
Profissional Terceiro Setor	2,33%	Branca, adulta, atua em ONGs.	
Artista	2,29%	Branca, adulta, trabalha com artes em geral.	
Vítima não identificada	2,26%	Mulher que não mostra o rosto, nem tem sua voz identificada, fala do lugar de quem sofreu alguma agressão física e emocional ou crime, profissão não identificada	
Autônoma	2,24%	Adulta, branca, fala em reportagens de diversos temas.	
Vítima negra	1,93%	Negra , adulta, fala do lugar de quem sofreu alguma agressão física e emocional, tragédia, doença ou crime.	

Nome da Persona	Representatividade	Características	Exemplo de uma fonte do telejornal
Transeunte Idosa	1,54%	Branca, idosa, é entrevistada como fala-povo.	
Testemunhas	1,42%	Mulheres que não mostram o rosto, nem tem sua voz identificada, ouvidas como testemunhas de acusação de um homem.	
Cientista	1,17%	Branca, adulta, pesquisadora entrevistada para falar sobre encaminhamentos ou resultados de seus projetos e estudos.	
Polícia	1,03%	Branca, adulta, atua na polícia.	
TOTAL	84,93%	20 Personas	

Fonte: Elaboração própria.





No JN as personas dominantes são as vítimas brancas (10,75%). Mulheres fragilizadas são as que mais falam ao telejornal brasileiro denotando a sensação de que esta é a situação da maioria das mulheres do país. A segunda persona mais visibilizada é a política (9,49%), figura que para esta análise representa o conceito de mulher universal: branca, com algum poder, conhecimento e privilégios.

As outras personas encontradas no telejornal brasileiro são bastante diversas. A terceira posição que é a das transeuntes que representa a grande diversidade de características. As personas formadas por mulheres negras estão mais presentes na lista







do JN que do J8. As vítimas negras adultas e as vítimas negras idosas têm maior presença no telejornal confirmando a fragilidade da situação da maioria das mulheres subalternas brasileiras.

Para o JN foi usado o mesmo critério de pelo menos 1% de tempo de fala das fontes femininas para listar as personas representadas na Tabela 44, totalizando 88,35%. A presença das 30 personas no JN, diferente das 20 do J8, evidencia a maior diversidade de fontes femininas no telejornal brasileiro que no português.

Tabela 44: Personas - JN



Nome da Persona	Representatividade	Características	Exemplo de uma fonte do telejornal
Vítima	10,75%	Adulta, branca, fala do lugar de quem sofreu alguma agressão física e emocional, tragédia, crime ou doença, profissão não identificada.	
Política	9,49%	Branca, adulta, política de profissão, ouvida para tratar de assuntos relacionados ao poder.	
Transeunte	8,40%	Branca, adulta, é entrevistada como falapovo, sem ter profissão identificada.	
Judiciária	4,7%	Branca, adulta, profissional que atua como juíza, promotora, desembargadora, procuradora ou advogada em assuntos relacionados a leis e processos judiciais.	

Nome da Persona	Representatividade	Características	Exemplo de uma fonte do telejornal
Profissional Terceiro Setor	4,61%	Branca, adulta, atua em ONGs.	
Eleitora	3,97%	Branca, adulta, entrevistada no quadro: Brasil Que eu Quero para o Futuro, nas eleições de 2018, falando sobre expectativas para o país.	
Vítima Negra	3,88%	Negra, adulta, fala do lugar de quem sofreu alguma agressão física e emocional, tragédia, doença ou crime.	
Vítima Negra Idosa	3,48%	Negra, idosa, fala do lugar de quem sofreu alguma agressão física e emocional, tragédia, doença ou crime.	
Artista idosa	2,98%	Branca, idosa, atriz.	
Professora	2,85%	Branca, adulta, professora.	

Nome da Persona	Representatividade	Características	Exemplo de uma fonte do telejornal
Empresária	2,66%	Branca, adulta, fala sobre seus empreendimentos.	
Judiciária idosa	2,66%	Branca idosa, ministra do Supremo Tribunal Federal, opinando em reportagens de política	
Eleitora Negra	2,62%	Negra, adulta, entrevistada no quadro: Brasil Que eu Quero para o Futuro, nas eleições de 2018, falando de expectativas para o país.	
Cientista	2,44%	Adulta, branca, pesquisadora.	
Política Negra	2,35%	Negra, adulta, política de profissão, ouvida para tratar de assuntos relacionados ao poder.	
Esportista	1,99%	Branca, adulta, atleta, entrevistada em reportagens sobre o esporte que pratica	

Nome da Persona	Representatividade	Características	Exemplo de uma fonte do telejornal
Transeunte negra	1,63%	Negra, adulta, entrevistada como falapovo.	
Mãe	1,58%	Branca, adulta, entrevistada para falar em reportagens que abordam a importância de vacinas e educação para crianças.	
Empresária idosa	1,54%	Branca, idosa, entrevistada para falar sobre seus empreendimentos.	
Artista	1,45%	Branca, adulta, artista.	
Criança	1,40%	Branca, criança ou adolescente, entrevistada para falar de assuntos diversos ligados à infância e adolescência	
Desempregada	1,31%	Negra, adulta, à procura de emprego.	

Nome da Persona	Representatividade	Características	Exemplo de uma fonte do telejornal
Autônoma	1,31%	Branca, adulta, profissional autônoma.	 A woman with dark hair, wearing a black top, is shown in a library or bookstore setting. A lower-third graphic identifies her as JULIANA INHASZ, economista.
Transeunte idosa	1,31%	Branca, idosa, fala-povo.	 An older woman with short blonde hair, wearing a green tank top, is smiling in a gym setting.
Vítima indígena	1,26%	Indígena, adulta, vítima de crimes ambientais e roubo de terras.	 A woman with dark skin and braided hair, wearing a pink and white striped shirt, is being interviewed by a man in a blue shirt. A lower-third graphic identifies her as NGRENHKOROTI XIKRIN, indígena.
Vítima Não identificada	1,26%	Sem mostrar o rosto ou a voz, vítima de agressão ou crime.	 A dark silhouette of a person is shown against a bright orange and red background. Subtitles at the bottom read: "Você não pode me ver como um homem. Eu sou seu médico."
Professora Negra	1,22%	Negra, adulta, professora.	 A woman with dark hair, wearing a black jacket, is being interviewed by a woman with blonde hair. A lower-third graphic identifies her as JULIANA SOUZA, professora.
Militante	1,13%	Branca, adulta, membra de coletivos que defendem mulheres.	 A woman with dark hair, wearing a colorful patterned scarf, is shown outdoors in a public square or park setting.

Nome da Persona	Representatividade	Características	Exemplo de uma fonte do telejornal
Celebridade	1,08%	Negra, adulta, celebridade, esportista que recebe prêmio.	
Mulher-exceção	1,04%	Negra, adulta, funcionária de uma empresa que assume cargo de direção normalmente ocupado por homens.	
TOTAL	88,35%	30 Personas	

Fonte: Elaboração própria.

Ao comparar as duas listas, percebe-se que o J8 trabalha com personas mais representativas e frequentes, enquanto o JN traz fontes mais diversificadas dividindo as características das personagens. Nos dois programas noticiosos as personas predominantes são mulheres brancas: no primeiro as políticas e no segundo as vítimas. As segundas personas mais presentes são as vítimas no J8 e as políticas no JN, o que demonstra que as mulheres que falam aos telejornais tendem a ocupar estes dois lugares de fala.

Aqui encerra-se a parte de análise de dados desta pesquisa e parte-se agora para as considerações finais. Este capítulo apresentou os dados usados para as comparações em três fases e propôs a análise de números e de conteúdos de falas das fontes, além de conversas com teorias do jornalismo, de gênero e feminismos. Foi o capítulo mais robusto por conta tanto da diversidade de dados, quanto das categorizações e classificações necessárias às análises.

CONCLUSÃO

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa comparativa, ao utilizar-se da técnica de coleta de dados quantitativa teve como base um livro de códigos que evoluiu ao ser exaustivamente testado. Os dados foram analisados e cruzados e ganharam contornos de pesquisa qualitativa por meio da análise de conteúdo nas descrições de frases relevantes que conversaram com as teorias do jornalismo, de gênero e feministas. Descrever trechos de entrevistas de fontes femininas e de algumas masculinas (que falaram por mulheres ou sobre mulheres, principalmente estando em posição de poder) foi uma forma de valorizar o que foi falado e ouvido nos telejornais, para além dos números. Durante o processo, a procura foi por analisar as concepções de gênero e os feminismos como temas derivados das vozes das fontes. A intenção foi de perceber quando são faladas e ouvidas por jornalistas, ao serem exibidas para o público do telejornal.

Toda a análise foi realizada a partir de um olhar de gênero (Silva, 2014) que deve permanecer nas pesquisas e também na vida desta professora e jornalista, uma vez que, quando teorias são compreendidas não há como evitar a transformação da forma como se vê a sociedade. Se o processo de doutoramento é difícil pelo receio de não se produzir conhecimento relevante para o mundo acadêmico, a gratidão pelo privilégio de ter a oportunidade de estudar e refletir é ainda mais considerável.

Como apresentado na introdução, ter a intenção de seguir uma proposta metodológica rígida buscando cumprir os objetivos foi fundamental para nortear a pesquisa e guiar a busca de dados. Este documento, formatado pela Universidade Fernando Pessoa, teve suas primeiras linhas escritas em julho de 2018 e as últimas neste primeiro semestre de 2021. O conhecimento adquirido a partir das discussões em eventos científicos, que questionavam métodos, técnicas, estratégias e teorias, foi fundamental

para embasar os argumentos que justificaram a tese. Fica aqui o desejo de poder dividir um pouco deste aprendizado com futuras alunas e alunos.

Ao encerrar esta pesquisa, é preciso contextualizar o momento histórico do qual é contemporânea. Durante os três últimos anos, uma das críticas que mais foram feitas no Brasil com relação às pesquisas acadêmicas das ciências sociais é que estas não saíam das universidades, portanto, não trariam benefícios para a humanidade. Este argumento tem sido usado, inclusive, para valorizar as ciências exatas e as da saúde como as que devem receber recursos públicos. O absurdo da argumentação é claro e explícito, porém, é possível aceitar o desafio de tentar estar mais visivelmente presentes na sociedade. O movimento acadêmico feminista tem tentado assumir esta atitude seja participando de marchas e eventos de mulheres, organizando grupos de estudos ou ofertando cursos sobre teorias feministas para a comunidade externa às universidades. Isso faz parte da atual quarta onda feminista.

O Brasil passa por um momento de obscurantismo, com campanhas de desinformação e inverdades que incitam pessoas a desacreditarem na ciência. Um dos exemplos recentes são as campanhas antivacina, encabeçadas por líderes políticos e com apoio de médicos, para incentivar a população a não se vacinar contra a COVID-19. No meio desta situação, também é possível ver que as feministas são visadas e atacadas, principalmente em aulas, palestras e conferências virtuais invadidas por *hackers* para atrapalhar os eventos. Em alguns casos, o invasor toca músicas e exibe imagens de homens se masturbando ou de pornografia. O feminismo sempre incomodou o que estava posto e as cientistas femininas continuam incomodando. Neste momento, os ataques são, também, virtuais.

Pesquisadoras e pesquisadores têm encontrado novas leitoras e novos leitores ao promover debates por meio dos veículos de comunicação e pelas redes sociais, que embora novas e presentes em um momento histórico minúsculo da humanidade, são ferramentas potentes para informar, provocar reflexão e transformar comportamentos. Prova disso são as denúncias de abusos e assédios que primeiro ganham as redes sociais, depois são publicadas nos veículos de comunicação, para então serem investigadas pela polícia e julgadas. Por último, resultam em pesquisas acadêmicas, como é o caso dos movimentos #VaiTerShortinhoSim, #MeToo e #EleNão já citados.

As manifestações que usam ferramentas digitais atuais buscam o fim da violência contra mulheres e crianças, usando as redes sociais para expor criminosos. Como os crimes de abuso e assédio normalmente não são denunciados, os agressores não são julgados, por isso acabam não tendo medo de serem punidos e continuam agindo. Talvez a exposição pública, referendada pelo telejornalismo, venha mudar este comportamento no futuro. Esta seria uma transformação advinda das redes sociais.

Um dos caminhos aqui sugeridos para visibilizar as vozes femininas na Academia é indicar a inclusão de teorias de gênero nas grades dos cursos de graduação e de pós-graduação, bem como de incluir as investigadoras mulheres nas referências bibliográficas indicadas a estudantes, destacando as pesquisadoras do Sul global. Como já foi mencionado, estudar gênero e feminismos neste momento histórico é desafiador.

O encontro da Epistemologia Feminista, chamada também de *Feminist Stand Point*, foi um dos achados desta pesquisa por justificar que o rigor da metodologia científica seja aplicado às análises a partir do olhar de gênero. A forma como as autoras compreendem o mundo, que não é neutro, é aceita nesta epistemologia. Testar o olhar de gênero é, também, desafiador para novas pesquisadoras.

O conceito de Lugar de Fala, que parece ter sido outro achado para as questões de análise, chegou a ser motivo de arrependimento e dúvidas durante o processo de pesquisa por conta de discussões surgidas no Brasil relacionadas à disputa pelo direito de falar. Diversas autoras e autores de pele branca foram questionados por militantes pelo fato de escreverem sobre o tema, acusados de não terem Lugar de Fala no assunto.

Perfis em redes sociais passaram a julgar e a cancelar (quando há uma campanha organizada para hostilizar alguém por meio de postagens e compartilhamentos) quem escrevesse algo diferente do que era “aceito”. A pesquisadora, antropóloga e historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2020) foi uma das vítimas do ódio nas redes. Ela publicou uma resenha sobre um videoclipe da cantora Beyoncé em que tecia críticas às escolhas da artista e foi cobrada por isso. O argumento era de que Schwarcz não era negra e não devia emitir opinião sobre o trabalho de uma artista preta por não ter Lugar de Fala para tal. O cancelamento da pesquisadora instigou alguns intelectuais a defendê-la e outros a apontar seus erros.

O termo Lugar de Fala, no título desta tese, pareceu pesado em diversos momentos do processo de construção desta pesquisa por situações como esta. Porém a certeza de que uma mulher branca pode estudar mulheres negras foi confirmada ao compreender que o conceito de Lugar de Fala tem a ver com a posição social de quem fala e não com a permissão de um grupo de pessoas que teria única e exclusivamente o direito de falar sobre determinado assunto. Lugar de fala não é e não pode ser lugar de calamento.

Lugar de Escuta é aqui defendido como o ato de visibilizar as vozes das mulheres, mas também as ouvir. Elas precisam ser escutadas e compreendidas. O Lugar de Escuta por muitas vezes é um lugar de desconforto. Pode ser desconfortável ouvir e ter de calar-se ou escutar e não emitir opinião. Refletir posteriormente sobre o que se ouviu e o que se quis dizer e não se pôde falar, tende a ser doloroso para quem tem o hábito de poder emitir opinião sempre. Lugar de Fala como Lugar de Escuta promove discussões entre intelectuais e é importante que o tema continue sendo discutido, permitindo às diversas vozes serem ouvidas.

Esta pesquisadora ouviu por duas vezes que o tema desta tese era polêmico ao apresentar partes da pesquisa em Portugal. É importante afirmar que as análises deste estudo são uma interpretação, situada no contexto histórico atual e recortado, que não se pretende ser entendida como verdade absoluta, mas que busca travar um debate com a universalidade branca e masculina de parte das ciências. Talvez o tema seja mesmo polêmico por apresentar uma visão diferente da que está na norma padrão.

Outra crítica ao trabalho teórico foi recebida em uma apresentação no Brasil e diz respeito à forma como este texto foi escrito, indicando o que foi interpretado como um excesso de informação relacionada aos nomes das fontes. Considerando que o feminismo ocupa lugares nas ciências que militam dentro de um espaço de mundo e que quer transformá-lo, tornando-o menos desigual, é bandeira de luta desta pesquisadora que os nomes das mulheres cientistas apareçam em textos que as citam para que sejam reconhecidas como autoras mulheres.

Evitar usar apenas o sobrenome da pessoa que é autora de uma pesquisa é uma transformação necessária, já que o uso apenas do sobrenome induz para o gênero masculino, que está mais presente na Academia e porque isso é comum à Língua

Portuguesa. Outra mudança urgente, na hora de escrever, é evitar usar o termo autores quando houver mulheres entre quem assina um texto, porque quem lê não saberá se são apenas homens ou se há mulheres e homens entre quem produziu. É preciso chamar de autora e autor e de autoras e autores, mesmo que pareça ser desnecessário e repetitivo.

Se inovação é defender um mundo que não existia antes, é preciso inovar na forma de valorizar a presença feminina em todos os setores. A Língua Portuguesa pode inovar. Valorizar a linguagem neutra, não-sexista, não-racista, nem homofóbica, não é questão de gosto, mas necessidade de transformação. A política é imposta pelo idioma, a cultura é mantida pelo idioma, a história é contada pelo idioma. Então, é hora de pensar na linguagem que visibilize as mulheres.

Entre os setores da sociedade, a universidade é o lugar para inovação. Aceitar este pressuposto pode estimular mudanças por meio do discurso. É preciso que o acesso das mulheres à academia seja demonstrado nas pesquisas que elas publicam, com nome e sobrenome e uso de pronomes femininos que são formas de reconhecê-las. E esta mudança precisa ser exigida nas normas de publicação dos trabalhos acadêmicos. É competência da universidade propor esta evolução.

No Brasil, há um movimento para valorizar autoras brasileiras, latino-americanas e do chamado Sul global, em detrimento das autoras europeias e estadunidenses que estão presentes mais frequentemente em muitos trabalhos acadêmicos. Nesta tese, há uma intenção de visibilizar também autoras portuguesas, como forma de valorizar textos escritos no idioma dos dois países. Estes aprendizados que fizeram parte do levantamento do percurso histórico são formas de luta das mulheres subalternas para que suas vozes sejam ouvidas. Isto explica as escolhas das autoras que estão presentes neste trabalho e daquelas (e daqueles) que ficaram de fora.

O telejornalismo faz parte da vida desta pesquisadora há mais de duas décadas e as reflexões desta tese são uma forma contribuir com a história atual do jornalismo de televisão. As análises das reportagens foram baseadas nas teorias do jornalismo, tendo este como construtor social da realidade, defendendo que enquanto o acontecimento é responsável pela notícia, a notícia também é responsável por criar um acontecimento

(Traquina, 2005). O papel do jornalismo na produção e na reprodução dos saberes foi demonstrado nas reportagens analisadas.

Para além de espaço de notícias, o telejornalismo é também um lugar do fazer educativo. É preciso mostrar a jornalistas a noção de que podem e devem visibilizar vozes de pessoas vulneráveis para além das mulheres brancas ou das vítimas de violência. Estas últimas até são visíveis, mas de um lugar de desconforto. Para isso, é fundamental que jornalistas revisem suas agendas de fontes para incluir pessoas diversas, dividindo o espaço dado aos homens brancos e às mulheres brancas. Este deve ser um movimento crescente em busca de uma sociedade igualitária que tire as mulheres do lugar de invisibilidade, vulnerabilidade e de inferioridade.

Nos telejornais estudados, por diversas vezes homens falaram por mulheres e impuseram seus pontos de vista. Isso não é igualdade, nem partilha de discurso. Exibir a fala irônica de um presidente da República afirmando que em seu grupo de ministros há igualdade pela primeira vez na história do Brasil, porque há 20 homens e 2 mulheres, é permitir que homens que se espelham nele não tenham o menor pudor de não contratar mulheres ou demití-las inspirando-se no líder. Dizer que cada uma vale por dez homens, é estimular que elas trabalhem mais que eles. Apesar de denunciar ser uma das obrigações do telejornalismo, em momentos conturbados este deve ser responsável por filtrar opiniões que tendam a estimular o aumento da desigualdade de gênero. Aqui está posto mais um desafio.

Nas edições do telejornal brasileiro já havia amostras de vozes que por meio de discursos tentaram fazer crer que o lugar das mulheres é diferente do espaço dos homens: “se a sociedade vai bem é porque os filhos tiveram uma adequada educação em casa, isso quem faz é a mulher” (presidente em 2017); “meninas usam rosa, meninos usam azul” e “nós vamos elevar a mulher para o patamar de um ser especial, pleno, um ser extraordinário” (ministra da Mulher em 2019); “mulheres que valem por 10 homens” (presidente em 2019). Apresentar estas frases em um trabalho acadêmico não deixa de ser uma forma de historicizar estes momentos.

Visualizar estas questões com frontalidade é importante e necessário para chamar a atenção de quem produz notícias. Esta pesquisa leva em conta que todas as vozes das

fontes, aqui apresentadas, foram editadas por jornalistas que escolheram entre suas falas qual trecho faria mais sentido ser exibido. Esta é uma prática do modo de se fazer telejornalismo que leva em conta a decisão de quem está editando a reportagem.

A pessoa que edita decide e define que parte das diversas vozes das fontes será exibida ao público e sua decisão depende de sua formação, ideologia e linha editorial da emissora, mas também de suas crenças pessoais. Se o gênero do jornalismo é masculino (Silva, 2014) tudo o que for aceito de acordo com a crença dos jornalistas homens terá espaço de exibição. Por outro lado, o que ele considerar estranho pode ser cortado. O que não corresponder ao que homens entendem como norma padrão do comportamento feminino, pode ficar de fora ou ser apresentando como diferente, abjeto e errado. A minúscula presença de mulheres LGBTQIA+ pode ser causada por isso, por pré-conceitos que precisam ser combatidos pelo telejornalismo.

Entre as questões relevantes, encontradas pela análise, há dois pontos que merecem destaque nas comparações. Primeiro, jornalistas falam mais que fontes e há um padrão nos dois programas televisivos que exibem menos falas de fontes femininas. Porém, o J8 dá mais espaço para falas de pessoas entrevistadas e a diferença entre o tempo de fala de mulheres e homens é menor que a diferença de tempo no JN. Neste último, homens falam em proporção maior que no J8. O segundo ponto é que apesar de falarem menos que homens, no JN há maior diversidade de traços fenotípicos entre as fontes femininas.

Outra questão importante a destacar é que o JN se nega a ouvir as participantes das manifestações feministas do dia 8 de Março. Nos três anos analisados o telejornal não exibiu nenhuma reportagem sobre a Marcha 8 de Março brasileira, nem tampouco alguma entrevista com as organizadoras ou participantes do evento. Nenhuma mulher militante ou especialista falou sobre o significado da data ou sobre as reivindicações. A única fonte ouvida foi uma ativista russa falando sobre a violência contra mulheres naquele país por 3 segundos.

Apesar de diversas cidades brasileiras organizarem manifestações com passeatas nesta data e de o país ter diversos grupos organizados para realizar manifestações, o JN mostrou apenas imagens de manifestações feministas em outros países e em notas muito

curtas. Noticiar a Marcha Feminista em outros países e não realizar reportagens no Brasil, é uma decisão de invisibilizar os eventos e de apagar a existência de feministas no país. Essa decisão é da equipe de jornalistas.

Por outro lado, nas três edições do J8 houve reportagens que citaram a data, explicaram o que significa o Dia da Mulher e deram visibilidade a eventos políticos realizados para celebrar o dia, sempre cobrando redução de desigualdades. Em 2019, boa parte do telejornal tratou da cobertura da Greve Feminista em Portugal ouvindo diversas militantes. Muitas mulheres falaram sobre o que precisa mudar e melhorar. Há a intenção do programa jornalístico de jogar luz às discussões e às bandeiras de luta das mulheres, demonstrando a existência de feministas no país.

Muitas das falas sobre desigualdades entre homens e mulheres estão nas vozes de jornalistas do J8, apresentadoras e apresentadores, além de repórteres, que afirmam compreender que há desigualdade. A forma de editar as reportagens é decisão destes jornalistas. Há a intenção de discutir o assunto e de cobrar a redução das diferenças. Pelo menos no telejornal, Portugal quer visibilizar a Greve Feminista e quer tentar contribuir para a redução das desigualdades por meio de reflexão proposta pelas notícias. Isso é louvável e inspirador.

Se em dias comuns, na maior parte do tempo as portuguesas aparecem falando sobre política a partir de seus cargos eletivos ou indicados, por outro lado, no Dia Internacional de Luta das Mulheres elas tendem a ser apresentadas como seres especiais por alcançarem posições inalcançáveis para a maioria. Especiais porque são femininas e dedicadas e, por isso, chegam aonde sempre sonharam estar. Esta supermulher portuguesa destoa da maioria das mulheres que têm uma vida absolutamente normal, sem nenhuma característica de exceção. A presença destas personagens mantém a crítica de que é só se dedicar para que as mulheres alcancem posições masculinas, tratando quem não alcança este sucesso como alguém acomodada.

Ao voltar à hipótese na qual esta tese se fundamenta é possível afirmar que foi parcialmente confirmada. Mesmo nas datas celebrativas, como o 8 de Março, as mulheres são fontes subalternas restringindo-se, na maioria das vezes, a assuntos relacionados à violência. No J8, as reportagens exibidas na data celebrativa buscam dar visibilidade às

supermulheres, ao mostrarem personagens que quebram barreiras e que conseguem ocupar posições e cargos masculinos no mercado de trabalho, mas que não deixam de ser femininas ou de cuidar da casa, das filhas e filhos e do marido.

Então, a afirmação de que as mulheres seriam apresentadas a partir dos conceitos de feminilidade também foi confirmada, porque as mulheres são consideradas sensíveis e mostradas como femininas. Em relação à amostragem de dias comuns, a presença de mulheres-exceção não se consolidou, podendo confirmar a presença delas somente nos dias da amostra celebrativa. Porém, a presença das vítimas de violência, e de mulheres fragilizadas em geral, é parte importante das duas amostras.

Ao criar as personas para construir o que seriam as mulheres frequentemente entrevistadas como fontes por jornalistas, ficou clara a presença da mulher universal no J8 e da mulher vítima no JN. O telejornal brasileiro mostrou-se mais diverso que o português, principalmente com relação à presença de mulheres negras, e neste caso também as vítimas são mais visibilizadas. Mulheres brancas políticas e mulheres vítimas estão entre as personas que mais têm suas vozes ouvidas nos dois telejornais. O que demonstra que as privilegiadas conquistam lugar de poder e por isso são fontes, já as fragilizadas, por outro lado, são ouvidas por serem sujeitas de eventos noticiosos que as transformam em vítimas.

Outro ponto relevante é que o termo racializadas não faz parte das falas de fontes do JN, nem das reportagens. Talvez porque o conceito abarca mulheres não-brancas, emigrantes do Sul global, que trabalham como empregadas domésticas, faxineiras, cozinheiras e cuidadoras, servindo a pessoas brancas (Vergé, 2020). As mulheres brasileiras que são mantidas invisíveis e mal pagas têm marcadores sociais de negritude e de pobreza e são vítimas do sequestro de suas ancestrais, trazidas da África como escravas para o país. Problema que Sueli Carneiro (2019, p. 106) deixa para que as próximas gerações solucionem: “(...) equalizar as condições de vida de brancas e não-brancas constitui mais uma pendência que as mulheres das novas gerações herdaram de nós.”

A frase anterior foi falada por Carneiro em março de 2000. Mais de 20 anos se passaram desta fala apresentada no Seminário Tempo Feminino, realizado pelo Conselho

Nacional dos Direitos da Mulher e pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, no Parlamento Latino Americano do Memorial da América Latina. A intenção da pesquisadora foi deixar um registro para apresentar os desafios que as novas gerações de mulheres terão de enfrentar na esperança de que reduzam as desigualdades. Em 2021 o desafio continua.

Acreditando que o telejornal retrata a sociedade, mas também é retratado por ela, parece que há muita evolução a ser conquistada para que os estereótipos deixem de ser aplicados às mulheres nos telejornais. Há diversos lugares sociais que já são ocupados e outros que ainda o serão por elas. No entanto, é importante salientar que a presença das mulheres ainda é muito baixa nos telejornais. Ao calcular a porcentagem do tempo total das edições de dias ordinários, as fontes femininas falam apenas 13% do total de falas no J8 e 4% no JN, o que é praticamente irrelevante. Nas edições de 8 de Março este percentual dobra no JN, porém mesmo assim chega a apenas 8% do tempo total, o que ainda é muito baixo. No J8 chega a 17%.

O crescimento das vozes femininas, ano a ano, nas edições do Dia das Mulheres no JN passou de 0% em 2017 para 14% em 2019. Já no J8 o aumento foi bastante considerável de 11% em 2017 para 28% em 2019, e neste último ano as mulheres falaram quase três vezes mais que os homens. Única vez em que isso aconteceu. O aumento da presença de vozes femininas merece destaque por indicar um movimento crescente. Embora o espaço de tempo da análise seja curto, como o crescimento foi a cada ano pode indicar um aumento real. Porém, só pode ser provado se novas edições continuarem a ser analisadas, no caso desta pesquisa ter continuidade.

Ao concluir estas considerações finais, é preciso ter cuidado ao pensar se a leitora e o leitor podem ter considerado parte do que aqui foi apresentado como textos panfletários, pesando o fato de a leitura de alguns trechos desta tese poder causar estranheza e incômodo. Porém, sob a perspectiva histórica e cultural as mudanças sempre causaram isso a uma parte da sociedade e é possível afirmar que continuarão causando. Fazer pensar em incluir a luta pela igualdade de direitos das mulheres em todos os setores, inclusive na Academia, é intenção desta pesquisa já que ser uma autora feminista é lutar pela igualdade de gênero.

E a palavra luta tem o sentido de vencer batalhas, então, se de alguma forma estes dados e análises puderem propor reflexão e, quem sabe, instigar alguma mudança de comportamento – mesmo que na forma de falar ou de ouvir mulheres – é possível considerar que a Academia, por meio desta pesquisa, também está sendo inserida na vida social. E se puder provocar reflexão entre jornalistas, então, seria também bastante relevante.

Para encerrar, é preciso lembrar que o isolamento imposto pelo coronavírus ao mundo provocou mudanças no jornalismo e na Academia do ponto de vista do resultado de trabalhos. Pesquisas preliminares demonstraram que as mulheres, e principalmente as mulheres negras, foram as mais afetadas negativamente com relação à submissão de artigos a revistas e eventos científicos. O fato de terem filhos e filhas dificultou ainda mais o trabalho das pesquisadoras e menos dos pesquisadores. Isso referenda o papel da mulher como responsável pelo lar e pelos cuidados com as crianças. É possível esperar um impacto significativo no número de textos publicados por mulheres no ano de 2020 e 2021, pelo menos.

No jornalismo, a pandemia trouxe transformações diversas. Entre as medidas de segurança impostas para prevenir a contaminação de jornalistas durante o trabalho, que foi considerado profissão indispensável, estão o uso de máscaras e de microfones individuais. A relação com as fontes foi alterada por conta da proibição de contato físico e do uso do mesmo microfone para repórter e a pessoa entrevistada. O distanciamento entre fonte e repórter também teve de ser maior que o habitual, respeitando no mínimo um metro e meio de distância.

Entre as transformações tecnológicas, ferramentas de vídeo *online* começaram a ser usadas de forma frequente para gravar entrevistas. As fontes passaram a ser entrevistadas de suas casas ou dos locais onde estavam por meio de programas antes usados para conferências virtuais, como *Skype* e *Zoom*, entre outros. Não se sabe ainda se estas alterações causadas pela COVID-19 reduziram ainda mais a presença das vozes femininas no telejornalismo. Porém, imagina-se que diminuiu a presença de fontes vítimas de pobreza, já que para serem entrevistadas é preciso ter acesso a um mínimo de tecnologia que permita a conversa com jornalistas e bom acesso à *internet*.

Investigar o impacto do isolamento na presença de fontes femininas nos telejornais poderia ser um tema interessante para uma próxima pesquisa, já que o olhar de gênero da pesquisadora se mantém atento a todas as transformações que podem alterar a visibilidade das mulheres.

REFERÊNCIAS

- Adelman, M. (2016). *A voz e a escuta: Encontros e desencontros entre a Teoria Feminista e a Sociologia Contemporânea* (2ª ed.). São Paulo: Blücher.
- Adelman, M. (2003). “Das Margens ao centro? Refletindo sobre a Teoria Feminista e a Sociologia Acadêmica”. *Revista de Estudos Feministas*, 11 (1), pp. 284-288.
- Alcoff, L. (1991-1992). *The Problem of Speaking for Others*. Minnesota: University of Minnesota Press.
- Almeida, S. (2019). *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- Amaral, M. F. (2005). Lugares de Fala: um Conceito para Abordar o Segmento Popular da Grande Imprensa. *Contracampo*, 12, pp. 103-114.
- Amaral, M. F. (2004). Lugares de Fala do Leitor no Diário Gaúcho. (Tese de doutoramento). Universidade do Rio Grande do Sul (UFGRS), Porto Alegre, Brasil.
- Anuário Nacional de Segurança Pública (2019). *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. (Ano 13). Brasil, ISSN 1983-7364.
- APAV (2020). Estatísticas APAV: Relatório Anual 2019. Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Consultado em 19 jan. 2021. Disponível em: <https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV-Relatorio_Anual_2019.pdf>.
- Araújo, D. L. de (2003). A língua falada na TV. Texto falado ou escrito? *Linguagem & Ensino*, 6 (1), pp. 57-76. Consultado em 31 jan. 2020. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Revista/edicoes/v6n1/E_Denise.pdf>.
- Babbie, E. (2010). *The practice of social research*. (12ª ed.) Wadsworth, Londres: Belmont/Ca. Consultado em 30 dez. 2019. Disponível em: <<http://ccftp.scu.edu.cn/Download/e6e50387-38f2-4309-af84-f4ceefa5baa.pdf>>.
- Bakhtin, M. (2002). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Barbeiro, H. & LIMA, P. R. (2002). *Manual de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Campus.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bauer, M. W. & Gaskell G. (2002). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Bautista, A. G. (2017). A língua portuguesa e a ciência: Problemas e desafios. In: Ferreira, A. M. (Orgs.). *Pelos Mares da língua portuguesa 3*. Aveiro: UA Editora. Consultado em 30 jan. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000300010>.

Beauvoir, S. (1980). *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Beauvoir, S. (1967). *O Segundo Sexo II*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Becker, V., Gambaro, D. & Souza Filho, G. L (2015). O Impacto das Mídias Digitais na Televisão Brasileira: Queda da audiência e Aumento do Faturamento. *Palavra Chave*, 18(2), pp.341-373. Consultado em 10 mar. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5294/pacla.2015.18.2>>.

Bennett, J (2015). How not to be “manterrupted” in meetings. *Times*. Consultado em 21 jan. 2021. Disponível em: <<https://time.com/3666135/sheryl-sandberg-talking-while-female-manterruptions/>>.

Bento, B. (2015). É o queer tem pra hoje? Conversando sobre as potencialidades e apropriações da Teoria Queer ao sul do Equador. *Áskesis*, 4(1), pp.143-155.

Benton, T. & Craib, I. (2001). Feminism, knowledge and society. In: T. Benton & I. Craib, *Philosophy of social science. The philosophical foundations of social thought*. Londres: Palgrave.

Beraldo, B. (2014). O que é feminilidade? Papéis sociais e o feminismo contemporâneo. *Comunicon 2014*. Consultado em 28 jun. 2019. Disponível em: <http://www3.espm.br/download/Anais_Comunicon_2014/gts/gt_cinco/GT05_BERALDO.pdf>.

Bernardet, J. (2003). *Cineastas e imagens do povo*. São Paulo: Brasiliense.

Bogado, M. (2018). Rua. In: H. B. de Hollanda, *Explosão feminista*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bolter, J. D. & Grusin, R (2000). *Remediation: Understanding New Media*. Cambridge: The MIT Press.

Bordo, S. (2000). A feminista como o “outro”. *Revista de Estudos Feministas*, 8 (1) Consultado em 28 mai. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9853/9086>>.

Braga, J. L. (2000): “Lugar de Fala” como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. In: A. E Maldonado et al. *Mídia e processos socioculturais*. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, pp. 159-184.

Brasil (2019). Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Consultado em: 01 set. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm>.

Brasil (2019a). Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Consultado em: 09 out. 2019. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm>.

Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Butler, J. (2009). Desdiagnosticando o gênero. *Physis Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, pp. 95-126.

Caregnato, R. C. & A. Mutti, R. (2006) Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de Conteúdo. *Texto Contexto Enferm*. Florianópolis. Consultado em: 28 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>>.

Carneiro. S. (2019). *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros.

Castro. D. (2014). Agenda-setting: Hipótese ou teoria? *Intexto*, 31. Porto Alegre: UFRGS. Consultado em: 28 dez. 2018]. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/viewFile/46390/32217>>.

Cerqueira, C. B. (2008). A imprensa e a perspectiva de gênero. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher. *Observatorio (OBS*) Journal*, 2 (2), p.p. 139-164. Consultado em: 28 jan. 2020. Disponível em: <<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/101/153>>.

Cervi, E. U. (2017). *Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política* (Vol. 1). Curitiba: CPOP-UFPR.

Collins, P. H (2000). *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge.

Comunique-se (2019). Mulheres ainda são minoria no jornalismo brasileiro. Consultado em: 02 abr. 2020. Disponível em: <<https://portal.comunique-se.com.br/mulheres-jornalistas-minoria/>>.

Crespo, M. (2017). Jornalistas e condições laborais: Retrato de uma profissão em transformação. *OBERCUM*. Consultado em: 18 mar. 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/31988100/Jornalistas_e_Condi%C3%A7%C3%B5es_Laborais_Retrato_de_uma_Profiss%C3%A3o_em_Transforma%C3%A7%C3%A3o>.

Davis, A. (2016) *Mulheres, raça e classe*. (Tradução Heci Regina Candiani). São Paulo: Boitempo.

Delas. (2019). 8 de Março: Como se prepara a primeira greve feminista em Portugal?. Consultado em: 18 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.delas.pt/8-de-marco-a-primeira-greve-feminista-portugal-prepara/atualidade/562621/>>.

Foucault. M. (1988). História da sexualidade I: A vontade de saber. (Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque). Rio de Janeiro: Graal.

França, V. (2009). A televisão porosa: traços e tendências. In: J. F. FILHO (org.), *A TV em transição: Tendências de programação no Brasil e no mundo*. Porto Alegre: Sulina. p.27-52.

Gerk, C. & Barbosa, M. (2019). Testemunhas de si mesmo: Mudanças no jornalismo na era dos testemunhos. *Paulus: Revista de Comunicação da FAPCOM*, 3 (6), jul-dez. São Paulo. Consultado em: 20 abr. 2020. Disponível em: <<http://fapcom.edu.br/revista-paulus/index.php/revista-paulus/article/view/118/109>>.

Elsevier (2017). *Gender in the global research landscape*. Consultado em: 20 jan. 2018. Disponível em: <https://www.elsevier.com/_data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf>.

González, A. I. A (2010). *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, Sempreviva Organização Feminista-SOF.

Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais*. Anposc, p. 223-244.

Gradim, A. (2000). *Manual de Jornalismo*. (Série estudos em comunicação). Covilhã: UBI. Consultado em: 10 fev. 2020. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110826-gradim_anabela_manual_jornalismo.pdf>.

Harley, A. (2015). *Personas Make Users Memorable for Product Team Members*. Consultado em: 26 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.nngroup.com/articles/persona/>>.

Hayes, A. F. & Krippendorff, K. (2007). Answering the call for a standard reliability measure for coding data. *Communication Methods And Measures*, 1 (1), p.p.77–89.

Hooks, B. (2020). *E eu não sou uma mulher? Mulheres Negras e Feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Hollanda, H. B. (2020). *Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Humans Right Watch (2020). “They’re chasing us away from sport”: Human rights violations in sex testing of elite women athletes. Consultado em: 26 jan. 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/media_2020/12/lgbt_athletes1120_web.pdf>.

Hundzinski, C. R. (2003). A Mulher e o seu dia. *Revista Espaço Acadêmico*, 2 (22). Consultado em: 16 fev. 2020. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/35797>>.

IBGE.(s/d). *Estatísticas sociais: População*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.. Consultado em: 15 out. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>>.

Instituto Datafolha (2020). TVs e jornais lideram índice de confiança em informações sobre Coronavírus. < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml> >.

John, V. M. (2014). Jornalismo esportivo e equidade de gênero: a ausência das mulheres como fonte de notícias na cobertura dos jogos olímpicos de Londres 2012. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 11 (2), Consultado em: 10 set. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2014v11n2p498>>.

Memória Globo. (2019). *JN: 50 anos de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Globo Livros.

Kayser, J. (1974). *El Diálogo Francés*. Barcelona: ATE.

Kehl, M. R. (2008). *Deslocamentos do feminino*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Imago.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.

Lage, N. (2001). *A Reportagem. Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa Jornalística*. São Paulo: Record.

Lopes, M. I. V. (Org.). (2016). *Um percurso epistemológico para a pesquisa empírica de comunicação*. In: M. I. V. Lopes, Epistemologia da Comunicação no Brasil: trajetórias autorreflexivas. São Paulo: Eca-Usp.

Marques Melo, J. M de (1972). *Estudos de jornalismo comparado*. São Paulo: Livraria Pioneira.

Martinez, M., Lago, C. & Lago, M. C de S. (2016). Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. *Famecos*, 23 (2). Porto Alegre. Consultado em: 13 out. 2020. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22464>>.

Massarolo, J. C. & Mesquita D. (2014). Reflexões teóricas e metodológicas sobre as narrativas transmídia. *Anais do Compós*. Belém do Pará, Brasil. Consultado em: 13 fev. 2019. Disponível em: <[http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT12_ESTUDOS_DE_TELEVISAORreflexoesteoricametodologicassobreasnarrativastransmidia\(joaomassaroloedariomesquita2014\)_2241.pdf](http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT12_ESTUDOS_DE_TELEVISAORreflexoesteoricametodologicassobreasnarrativastransmidia(joaomassaroloedariomesquita2014)_2241.pdf)>.

Massuchin, M. G., Tavares, C. Q & Silva, G. A. (2020). O que a produção científica tem a nos dizer? Avanços, lacunas e novas perspectiva sobre Jornalismo e Gênero. *Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo*, 7, pp.1-19. Ponta Grossa.

Mcshare (2019). *TVI mantém a liderança no dia e prime-time em 2019*. Consultado em: 13 ago. 2019. Disponível em: <<http://mcshare.iol.pt/tvi-mantem-a-lideranca-no-dia-e-prime-time-em-2019/>>.

MediaMonitor (2020). *Covid-19 nos media*. Consultado em: 13 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.marktest.com/wap/a/n/id~260f.aspx>>.

Melo, I. A. de. (2018). Lugar de Fala, o novo apartheid enunciativo? *Estadão*. Consultado em: 17 jan. 2019. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/blogs/estado-da-arte/lugar-de-fala-o-novo-apartheid-enunciativo/>>.

Memória Globo (2020). *Jornal Nacional: Apresentadores*. Consultado em: 08 ago. 2020. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/apresentadores/>>.

Mídias Dados Brasil (2018). *Mídias Dados Brasil 2018*. Consultado em: 13 jul. 2020. Disponível em: <<http://midiadados.org.br/2018/Midia%20Dados%202018%20%28Interativo%29.pdf>>.

Mídias Dados Brasil (2019). *Mídia Dados Brasil 2019*. Consultado em: 13 jul. 2020. Disponível em: <<http://159.89.80.182/midia-dados-sp/public/Midia%20Dados%202019.pdf>>.

Miller, T. (2009). A televisão acabou, a televisão virou coisa do passado, a televisão já era. In: J. F. FREIRE, *A TV em transição - Tendências de programação no Brasil e no mundo*. Porto Alegre: Sulina. pp. 9-26.

Millett, K. (1970). *Política Sexual*. Lisboa: Dom Quixote.

MMM. (2000). Mulheres em marcha. *Marcha Mundial das Mulheres*. Consultado em: 18 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>>.

Montaño, S. & Silva, A. (2020). Molduras teleaudiovisuais do debate eleitoral: a ressignificação das personas. *Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Consultado em: 26 jan. 2021. Disponível em: <intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-1865-1.pdf>.

Monteiro Machado, C. (2020). *Estereótipos e novos retratos do envelhecimento na publicidade: marcas brasileiras e o desafio de criar identificação com o público da terceira idade*. (Tese de doutoramento). Universidade Fernando Pessoa (UFP), Porto. Consultado em: 05 jan. 2021. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/9080/1/TD_36174.pdf>.

Navarro, L., Ross, K. & Saitta, E. (2019). Les mondes sociaux du journalisme, Sur le journalisme, About journalism. *Sobre jornalismo*, 8 (2). Consultado em: 16 dez. 2020. Disponível em: <<http://www.surlejournalisme.com/rev>>.

Nodari, S. (2019) Facebook as a video production and exhibition platform used by journalism students: a case study of Rede Teia (Brazil). *Annals of Wjec-Paris: World Journalism Education Council Congress*, Paris.

ONU Mulheres Brasil (2020). *Estudo conduzido pelo PNUD e pela ONU Mulheres sobre direitos políticos das mulheres coloca o Brasil em 9º lugar entre 11 países da América Latina*. Consultado em: 16 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/estudo-conduzido-pelo-pnud-e-pela-onu-mulheres-sobre-direitos-politicos-das-mulheres-coloca-o-brasil-em-9o-lugar-entre-11-paises-da-america-latina/>>.

Orlandi, E. (2012). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.

Owens, C. (2002). *The discourse of Others*. In: Foster, H. *The Anti-Aesthetic: Essays on Postmodern Culture*. New York: New Press.

Parent in Science (2020). *Produtividade Acadêmica Durante a Pandemia: Efeitos de gênero, raça e parentalidade*. Consultado em: 01 set. 2020. Disponível em: <https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true>.

Parlamento Português (2019). Lei nº 7/2011 de 16 de março. Disponível em: <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679595842774f6a63334e7a637664326c75644756346447397a58324677636d393259575276637938794d4445784c3078664e3138794d4445784c6e426b5a673d3d&fich=L_7_2011.pdf&Inline=true>.

Paternostro, V. I. (1999). *O Texto na TV. Manual de Telejornalismo*. Rio de Janeiro: Campus.

Peixoto, K. P. F. (2017). Racismo contra indígenas: reconhecer é combater. *Revista Antropológicas*, 28 (2), pp. 27-56, Recife. Consultado em: 18 dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/25363/28917>>.

Pena, F. (2010). *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto.

Publico. (2019). *INE chumba pergunta sobre origem étnico-racial no censos*. Consultado em: 15 out. 2019. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/06/17/sociedade/noticia/censos-1876683>>.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: E. Lander (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. (Colección Sur Sur). Buenos Aires, CLACSO.

Recuero, R. (2009). *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Editora Meridional. Consultado em: 15 out. 2019. Disponível em: <<http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/wp-content/uploads/redessociaisnainternetrecuero.pdf>>.

Reis, J. S. & Natansohn, G. (2021). Do ciberfeminismo...aos hackfeminismos. In: G. Natansohn. (Orgs.). *Ciberfeminismo 3.0*. Covilhã: LabCom.IFP/UBI.

Reis, T. (2018). *Manual de Comunicação LGBTI+*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino.

Revista de Estudos Feministas (2020). *Normas para autoras*. Consultado em: 15 fev. 2020. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/about/submissions#authorGuidelines>>.

Riffe, D., Lacy. S. & Fico. F. (2014). *Analysing media messages: Using quantitative content analyses in research*. New York: Routledge Taylor e Francis Group.

Ribeiro, D. (2017). *O que é Lugar de Fala*. Belo Horizonte: Letramento, Justificando.

Rocha, P. M. & Sousa. J. P. (2011). *O Mercado de Trabalho Feminino em Jornalismo: Análise Comparativa entre Portugal e Brasil*. Piracicaba: Impulso.

Rocha, P. M. & Woitowicz, K. J. (2017). O processo de feminização do jornalismo: da invisibilidade às mudanças no mercado profissional. *13 Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero*. Florianópolis. Consultado em: 16 dez. 2020. Disponível em:
<http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499277935_ARQUIV_O_ArtigoFazendoGenero2017.pdf>.

Rudin, R. & Ibbotson, T. (2008). *Introdução ao Jornalismo. Técnicas Essenciais e Conhecimentos Básicos*. São Paulo: Roca.

Salgado, L. S. & Gatti, M. A. (2018) Considerações sobre o Sintagma “Lugar de Fala”: um Operador de Vozes Empoderadas? *Discurso & Sociedad*, 12 (3), pp. 565-580. Consultado em: 13 dez. 2018. Disponível em:
<[http://www.dissoc.org/ediciones/v12n03/DS12\(3\)Salgado&Gatti.pdf14/02/2018](http://www.dissoc.org/ediciones/v12n03/DS12(3)Salgado&Gatti.pdf14/02/2018)>.

Sampaio, R. e Lycarião, D. (2018). Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. *Revista de Sociologia e Política*, 26 (66), pp. 31-47.

Santalices. G. M. C (2001). Lectura feminista de algunos textos de Hannah Arendt. *Anales del Seminario de Historia de la Filosofía*, Universidad del Zulia. Maracaibo, Venezuela. pp.125-142. Consultado em: 23 jan. 2021. Disponível em:
<http://pmayobre.webs.uvigo.es/pdf/gloria_comesana_santalices.pdf>.

Schmitz, A. A. (2011). Classificação das fontes de notícias. *BOCC, Biblioteca Online das Ciências da Comunicação*. Consultado em: 03 fev. 2019. Disponível em:
<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>>

Schmitz, A. A. (2011a). *Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook.

Schwarz, L. M. (2020). Filme de Beyoncé erra ao glamorizar negritude com estampa de oncinha. *Folha de S. Paulo*. Consultado em: 10 ago. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/08/filme-de-beyonce-erra-ao-glamorizar-negritude-com-estampa-de-oncinha.shtml>>.

Silva, M. V. da (2014). *Masculino, o gênero do jornalismo: modo de produção das notícias*. Florianópolis: Insular.

Silva, S. M. V. da. (2013) A Contribuição dos Estudos de Gênero para a Compreensão da Geografia do Trabalho: uma pauta para discussão. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, 4 (2), ago-dez, pp.106-117, Ponta Grossa.

Silveirinha, M. J. (2017). Mulheres e media: quanto mais sabemos, mais complexo o problema nos parece. *Media & Jornalismo*, 17 (30), Lisboa. Consultado em: 18 dez. 2020. Disponível em:

<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622017000100001>.

Sodré, M. (1971). *A comunicação do grotesco*. Rio de Janeiro: Vozes.

Sodré, M. & Ferrari, M. H (1986). *Técnica de reportagem - Notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus.

Solnit, R. (2017). *Os homens explicam tudo para mim*. Editora: Cultrix.

Sousa, J. P. de. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. (2ª ed.), Porto. Consultado em: 17 jul. 2018. Disponível em:

<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>>.

Sousa, J. P. de. (2010). *Elementos de jornalismo impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Spivak, G. (2010). *Pode o subalterno falar?* (3ª reimpressão). Belo Horizonte: UFMG.

Taborda, N. W. (2013). Mulheres camponesas e o dia 08 de março na luta de classes. *Revista Grifos*, 2 (2). Consultado em: 17 jul. 2018. Disponível em:

<<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/viewFile/2468/1474>>.

Tamanini, M. (2020). Sociologia de gênero e da sexualidade: contextos, conceitos e desafios. In: R. C. Fazzi & J. A. Lima, *Campos das Ciências Sociais: Figuras do Mosaico das Pesquisas no Brasil e em Portugal*. Minas Gerais: PUC/Minas, Vozes.

Tavares, M. M. P. F. (2008) *Feminismos em Portugal (1947-2007)*. (Tese de doutoramento). Universidade Aberta, Portugal. Consultado em: 17 jan. 2020. Disponível em:<<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1346/1/Tese%20de%20doutoramento%20Manuela%20TavaresVF.pdf>>.

Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo. Volume I. Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular.

Traquina, N (2008). *Teorias do Jornalismo. Volume II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. (2. ed.) Florianópolis: Insular.

Tiburi, M. (2018). *Feminismo para Todas, Todes e Todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Tuchman, G. (1983). *La Producción de la noticia. Estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: MassMedia.

Veiga, M. (2012). Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 9(2), p.p. 409-505. Consultado em: 18 jan. 2020. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2012v9n2p490/23361>>.

Villalva, A. (2016). A inter(in)compreensão de palavras diferentes e de palavras iguais nas variedades do Português de Portugal e do Brasil. In. A. M. Ferreira. (orgs.). *Pelos Mares da língua portuguesa 3*. Aveiro: UA Editora. Consultado em: 30 jan. 2020.

Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/322651901_A_interincompreensao_de_palavras_diferentes_e_de_palavras_iguais_nas_variedades_do_Portugues_de_Portugal_e_do_Brasil>.

Vizeu, A. Santana, Adriana. (2009). Jornalismo. Do lugar de referência ao rigor do método. *Compós. XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG*.

Consultado em: 17 jul. 2018. Disponível em: <

https://www.academia.edu/9090689/Do_lugar_de_refer%C3%Aancia_ao_rigor_do_m%C3%A9todo1>.

Wolf, M. (2003). *Teorias da comunicação*. (8ª.ed.) Lisboa: Presença.

Woolf, V. (2014). *Um Teto Todo Seu*. São Paulo: Tordesilhas.

Woolf, V. (2012). *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre: L&PM Pocket Plus.

APÊNDICES

Apêndice 1: Glossário de termos usados em telejornalismo no Brasil e em Portugal⁵²

A Seguir (ou Passagem de Bloco): Texto falado pela apresentadora para informar o que ainda será exibido na edição do telejornal.

Cabeça: Texto falado pela apresentadora, para introduzir a reportagem que será exibida imediatamente em seguida, dentro do telejornal.

Chamada: Texto falado pela apresentadora para informar um destaque de outro programa ou de outra edição do telejornal que ainda será exibida. Quando for um texto para chamar dentro do próprio telejornal (da mesma edição) chama-se **A Seguir** ou **Passagem de Bloco**.

Coletiva: Conferência de Imprensa. Uma entrevista realizada em um mesmo momento para jornalistas de diversos veículos de comunicação.

Enquete (fala-povo ou povo-fala): Entrevistas curtíssimas com pessoas aleatórias sobre assuntos gerais; são entrevistas geralmente gravadas na rua, na praia, em praças, para saber a opinião sobre determinados assuntos. Pouco importa quem fala, o foco está no assunto falado.

GC: Textos exibido na tela junto das imagens do vídeo. Usado para informar, por meio de texto, os créditos das fontes ou informações relacionadas à reportagem. Pode vir acompanhado de um gráfico, arte ou tabela. Indica a identidade visual do programa. Vem do termo técnico: **Gerador de Caracteres** que é o nome do equipamento.

Link ao vivo: Apresentação de notícias ao vivo e fora do estúdio, por repórteres; em Portugal é chamado de **vivo**. Trata-se de uma tecnologia que permite exibir imagens e sons de lugares externos à emissora.

⁵² Termos usados em Portugal têm a contribuição dos jornalistas Hélder Silva e Sandra Sá, da RTP Porto, que gentilmente contribuíram com essa pesquisa.

Nota Coberta: Notícia lida por apresentadores que recebe imagens para ilustrar o que é dito.

Nota: Notícia lida por apresentadores sem entrevista e sem imagens. Pode ser chamada de **Nota Pelada** ou **Nota Seca**.

Off: Locução da repórter ou da apresentadora que será coberta com imagens na reportagem. Em Portugal é chamado de **Texto**.

Passagem: Quando a repórter aparece no vídeo dando informações dentro de uma reportagem editada. Em Portugal é chamada de **Stand-up** ou **Duplex**.

Peça: Termo usado em Portugal para se referir à reportagem editada. No Brasil é chamada, também, de **Matéria Editada** ou de **VT**, abreviação de *Video Tape*.

Quadro: Programa fixo, com características próprias, dentro do telejornal.

Retranca: Nome dado à reportagem quando é salva no servidor ou nos arquivos da redação, uma espécie de título que só interessa a jornalistas e não é de conhecimento do público; em Portugal é chamada de **Mós**.

Sonora: trecho da entrevista; em Portugal é chamada de **Soundbites**.

Stand-up: No Brasil, este termo é usado quando a repórter dá uma notícia gravada, estando o tempo todo no vídeo e em pé. Em Portugal, a passagem é que é chamada de **Stand-up**.

VT (Reportagem ou Matéria Editada): abreviação de *Video Tape*; em Portugal o VT editado é chamado de **Peça**.

Apêndice 2: Livro de Códigos

LIVRO DE CÓDIGOS PARA ANÁLISE DE TELEJORNAIS

1. INFORMAÇÕES DO TELEJORNAL

1.1. Semana

- Primeira Semana Construída
- Segunda Semana Construída
- Terceira Semana Construída
- Oito de Março

1.2. Telejornal

- JN
- J8

1.3. Duração do Telejornal

- Tempo da edição do telejornal (horas: minutos: segundos)

1.4. Edição

- Data da edição (dia/mês/ano)

2. INFORMAÇÕES DA NOTÍCIA

1.1. Bloco do telejornal (1, 2, 3, 4;)

1.2. Ordem de aparição da notícia

- Escalada
- Número da ordem da reportagem exibida no telejornal: digitar o numeral

1.3. Formato da Notícia

- Escalada
- Reportagem

- Entrevista
- Nota Pelada
- Nota Coberta
- Comentário
- *Link Ao Vivo*
- A Seguir
- Reportagem Opinativa
- Comentário
- Encerramento

1.4. Duração da notícia

- Tempo da reportagem (minutos: segundos)

1.5. Sexo do Apresentador da Notícia

- Masculino
- Feminino

1.6. Sexo do Repórter da Notícia

- Masculino
- Feminino

1.7. Assuntos da Notícia (prevalecente)

- Artes
- Desigualdade de gênero
- Desigualdade social
- Dia 8 de Março
- Economia
- Educação
- Esportes

- Gastronomia
- Gênero
- Imigração
- Manifestações
- Maternidade
- Meio Ambiente
- Militar (Forças Armadas: exército, marinha, aeronáutica e bombeiras)
- Moda
- Outros (nominar)
- Polícia
- Política
- Saúde
- Segurança
- Securidade Social
- Turismo
- Violência contra mulheres

2. CARACTERÍSTICAS DA FONTE FEMININA:

2.1. Ordem de aparição da fonte

- 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, etc.

2.2. Gênero da Fonte

- Feminino
- Masculino
- Feminino Trans
- Masculino Trans
- Não-binário

2.3. Faixa Etária da Fonte (cabelo e rosto)

- Criança (e adolescente)
- Adulta (jovem e madura)
- Idosa (terceira idade)

2.4. Traços fenotípicos de origem (cabelo, tom da pele, olhos, boca e nariz)

- Negra
- Indígena
- Branca
- Latina
- Asiática
- Impossível de definir (fonte não identificada)
- Outras (listar)

2.5. Lugar de Fala da fonte feminina

- Celebridade (artistas, influenciadoras, atletas medalhistas, etc.)
- Criança
- *Drag queen*
- Eleitora
- Esposa
- Idosa (que fala contra o preconceito contra mulheres idosas)
- Lésbica
- Mãe
- Militante (participantes de protestos, greves, passeatas, coletivos, associações, etc.)
- Mulher-exceção
- Política
- Presidiária

- Profissional
- Solteira
- Vítima de Violência de Gênero (preconceito por ser mulher)
- Vítima de Doença (câncer e outras doenças terminais ou incuráveis)
- Vítima de Pobreza (fome, saneamento, sem-teto, etc.)
- Vítima de Tragédia (maremotos, terremotos, desabamentos, enchentes, etc.)
- Vítima de Crimes (assaltos, roubos, sequestros, assassinatos, golpes, etc.)
- Vítima de Violência Doméstica (feminicídio e agressão cometida por companheiros)
- Vítima de Violência Sexual (estupro, abuso e assédio sexual)
- Voluntária

2.6. Tipo de fonte

- Oficial
- Empresarial
- Institucional
- Individual
- Testemunhal
- Especializada

2.7. Profissão

- Aposentada/pensionista
- Artista (atriz, cantora, pintora, etc.)
- Cientista (especialistas, pesquisadoras, paleontólogas, etc.)
- Desempregada
- Empresarial (grandes ou pequenos comerciantes, empresárias, industriais, etc.)
- Esportista
- Estudante

- Setor privado (trabalhadores assalariados em geral)
- Judiciária (advogados, juízes, promotores, defensoras, etc.)
- Polícia (exército, marinha, aeronáutica, polícias, bombeiros)
- Política
- Professora
- Autônoma (psicólogas, dentistas, médicas, costureiras, maquiadoras, etc.)
- Religiosa
- Sindicalista ou associação
- Terceiro Setor (ONG/Instituto/Fundação)
- *Outras (listar cada uma)
- **Não identificada (sempre que não há menção à profissão da fonte, usar esta categoria, casos de fontes não identificadas, por exemplo).

2.8. Tempo de Fala da Fonte

- Horas: minutos: segundos

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice 3: Alfa de Krippendorff: teste de confiabilidade das coletoras

RESULTADOS DO TESTE DE CONFIABILIDADE

1) BLOCO DO JORNAL

	Valor	Erro padrão assintótico ^a	T aprox. ^b	Sig. Aprox.
Medida de concordância <u>Kappa</u>	1,000	,000	13,056	,000
N de Casos Válidos	51			

2) ORDEM DA NOTÍCIA

	Valor	Erro padrão assintótico ^a	T aprox. ^b	Sig. Aprox.
Medida de concordância <u>Kappa</u>	1,000	,000	37,146	,000
N de Casos Válidos	51			

3) SEXO DO APRESENTADOR

	Valor	Erro padrão assintótico ^a	T aprox. ^b	Sig. Aprox.
Medida de concordância <u>Kappa</u>	1,000	,000	9,654	,000
N de Casos Válidos	51			

4) SEXO DO REPÓRTER

	Valor	Erro padrão assintótico ^a	T aprox. ^b	Sig. Aprox.
Medida de concordância <u>Kappa</u>	1,000	,000	5,282	,000
N de Casos Válidos	22			

5) FORMATO DA NOTÍCIA

	Valor	Erro padrão assintótico ^a	T aprox. ^b	Sig. Aprox.
Medida de concordância N de Casos Válidos	<u>Kappa</u> 49	,946 0,038	13,029	,000

6) ASSUNTO DA NOTÍCIA

	Valor	Erro padrão assintótico ^a	T aprox. ^b	Sig. Aprox.
Medida de concordância N de Casos Válidos	<u>Kappa</u> 44	,920 0,044	15,649	,000

7) ORDEM DA FONTE

	Valor	Erro padrão assintótico ^a	T aprox. ^b	Sig. Aprox.
Medida de concordância N de Casos Válidos	<u>Kappa</u> 59	1,000 0,000	16,055	,000

8) GÊNERO DA FONTE

	Valor	Erro padrão assintótico ^a	T aprox. ^b	Sig. Aprox.
Medida de concordância N de Casos Válidos	<u>Kappa</u> 59	1,000 0,000	7,681	,000

9) FAIXA ETÁRIA DA FONTE

	Valor	Erro padrão assintótico ^a	T aprox. ^b	Sig. Aprox.
Medida de concordância N de Casos Válidos	<u>Kappa</u> 59	,812 0,105	6,249	,000

10) TRAÇOS DA FONTE

	Valor	Erro padrão assintótico ^a	T aprox. ^b	Sig. Aprox.
Medida de concordância N de Casos Válidos	<u>Kappa</u> 59	,914 0,085	7,044	,000

11) REPRESENTAÇÃO DA FONTE

	Valor	Erro padrão assintótico ^a	T aprox. ^b	Sig. Aprox.
Medida de concordância N de Casos Válidos	<u>Kappa</u> 59	,933 0,038	14,805	,000

12) TIPO DE FONTE

	Valor	Erro padrão assintótico ^a	T aprox. ^b	Sig. Aprox.
Medida de concordância N de Casos Válidos	<u>Kappa</u> 59	,838 0,061	10,213	,000

13) PROTAGONISMO DA NOTÍCIA

	Valor	Erro padrão assintótico ^a	T aprox. ^b	Sig. Aprox.
Medida de concordância N de Casos Válidos	<u>Kappa</u> 57	1,000 0,000	7,550	,000

14) LUGAR DE FALA DA FONTE

	Valor	Erro padrão assintótico ^a	T aprox. ^b	Sig. Aprox.
Medida de concordância <u>Kappa</u>	,824	,169	3,550	,000
N de Casos Válidos	18			

15) CIDADE OU REGIÃO

	Valor	Erro padrão assintótico ^a	T aprox. ^b	Sig. Aprox.
Medida de concordância <u>Kappa</u>	,860	,054	12,585	,000
N de Casos Válidos	59			

Fonte: Assistentes da pesquisa.

Apêndice 4: Descrição dos Telejornais das três semanas construídas

Telejornais da Primeira Semana Construída

J8 16 de julho de 2018 – segunda-feira

Duração: 1h09min30seg

Tempo de fala dos jornalistas: 54min49seg

Tempo de fala das fontes: 16min46seg

Tempo de fala das fontes femininas: 2min47seg

Mulheres ouvidas: 11 (onze)

Apresentação: José Carlos Araújo

Onze mulheres foram entrevistadas, oito dessas falaram em português e três em outros idiomas (duas em francês e uma em inglês), tendo suas falas legendadas. Essa é uma situação comum ao telejornal português. Dez são mulheres brancas e apenas uma é negra (ministra da Justiça). Seis mulheres são ouvidas como fala-povo (duas que falam em francês) e comentam como é estar na praia e sobre o meio ambiente.

Uma das fontes é uma mulher presidiária de cabelos curtos, camiseta e calça jeans, sem maquiagem, nem acessórios e que fala do tratamento de seis meses para curar-se da hepatite C, além da ministra da Justiça de Portugal que explica sobre acabar com o constrangimento das reclusas quando vão a consultas externas e tentar reduzir, também, HIV nas prisões. Outra fonte política é a alta representante da União Europeia para política externa, que fala em inglês, sobre as acusações feitas pelo presidente dos Estados Unidos de que teria inimigos na Europa.

Há uma chamada para uma reportagem a ser exibida no dia seguinte em que a entrevistada performa como *Drag Queen* e fala que adora ouvir quando as pessoas dizem que ela é uma mulher perfeita. Como o gênero dela nesta performance é feminino foi contada como fala de fonte feminina trans. Nessa edição, um homem *gay* que sofreu violência em frente a um *shopping center* de Coimbra é entrevistado.

JN 16 de julho de 2018 – segunda-feira

Duração: 41min00seg

Tempo de fala dos jornalistas: 34min35seg

Tempo de fala das fontes: 5min39seg

Tempo de fala das fontes femininas: 1min39seg

Mulheres ouvidas: 12 (doze)

Apresentação: Willian Bonner, Giuliana Morrone (Maria Júlia Coutinho na Previsão do Tempo)

Doze mulheres foram ouvidas como fontes nessa edição. Todas adultas, sendo duas mulheres negras e dez brancas. Uma promotora da Justiça da Infância e Juventude fala sobre a obrigação legal dos pais de vacinar crianças e uma mãe que cumpre as datas de vacinação é entrevistada. Quatro enquetes com mulheres desempregadas em uma fila muito longa para disputar vagas de emprego e uma especialista em recursos humanos são fontes de uma matéria sobre os postos de trabalho.

Há ainda, duas vítimas de um golpe no programa Minha Casa Minha Vida Entidades, que financia moradia popular para pessoas carentes, no qual elas perderam dinheiro. A esposa de um aposentado fala em uma reportagem sobre a dificuldade de ser atendida pelo celular, no sistema digital do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Duas eleitoras falam sobre o que esperam de melhorias para o país com a próximas eleições no quadro Brasil que Eu Quero.

J8 28 de agosto de 2018 – terça-feira

Duração: 1h18min00seg

Tempo de fala dos jornalistas: 48min51seg

Tempo de fala das fontes: 27min47seg

Tempo de fala das fontes femininas: 8min23seg

Mulheres ouvidas: 16 (dezesesseis)

Apresentação: Pedro Pinto

Essa edição ouviu 16 mulheres, todas brancas, sendo que nove foram fala-povo de mulheres falando sobre férias. Três são políticas, duas deputadas ouvidas em

reportagens sobre a reconstrução de casas destruídas pelos incêndios e redução de impostos para imigrantes. Angela Merkel, primeira ministra alemã, fala sobre tumultos depois da morte de um imigrante e critica protestos da extrema direita contra estrangeiros.

Uma chefe de cozinha é fonte de uma reportagem sobre gastronomia da Ilha de Santa Maria. Uma artista conta sobre como será seu *show* em um festival de música.

JN 28 de agosto de 2018 – terça-feira

Duração: 52min05seg

Tempo de fala dos jornalistas: 19min50seg

Tempo de fala das fontes: 31min06seg

Tempo de fala das fontes femininas: 1min

Mulheres ouvidas: 5 (cinco)

Apresentação: Renata Vasconcellos e Willian Bonner

Essa edição tem formato especial porque traz uma entrevista de estúdio com o candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro, que dura 30min30seg logo no início do telejornal (entre 27/08 e 30/08, três candidatos e uma candidata foram entrevistados). A entrevista merece ser discutida aqui porque duas perguntas, feitas pela apresentadora Renata Vasconcellos, tratam de assuntos que interessam a essa pesquisa: desigualdade de gênero e homofobia.

A apresentadora trata de desigualdade de gênero, informando que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres ganham 25% menos que os homens, e lembra de uma afirmação do candidato: “O senhor afirmou que, se fosse empregador, não empregaria mulheres com os mesmos salários dos homens. Ou seja, o senhor se solidariza pessoalmente com os empregadores que compartilham dessa desigualdade salarial. Como explicar isso às mulheres?”. Entre algumas falas em que o candidato afirma que o Ministério Público é quem deve tratar disso e intervenções dos apresentadores, ele responde: “Eu estou vendo aqui uma senhora e um senhor, eu não sei ao certo, mas com toda certeza há uma diferença salarial aqui, parece que é muito maior

para ele do que para a senhora. São cargos semelhantes, são iguais...”, afirmando que Willian Bonner tem um salário superior ao da apresentadora. Renata responde:

Candidato, desculpe até, eu vou interromper vocês dois. Sim, eu poderia até como cidadã, e como qualquer cidadão brasileiro, fazer questionamentos sobre os seus proventos, porque o senhor é um funcionário público, deputado há 27 anos, e eu, como contribuinte, ajudo a pagar o seu salário. O meu salário não diz respeito a ninguém. E eu posso garantir ao senhor, como mulher, que eu jamais aceitaria receber um salário menor de um homem que exercesse as mesmas funções e atribuições que eu. Mas agora eu vou devolver a palavra ao senhor, para o senhor continuar o seu raciocínio.

Entre outras intervenções, o candidato afirma que: “Já está na CLT. A CLT já garante salários iguais para as mesmas funções, para homem e mulher. Não tem que discutir” e completa: “E se a lei não está sendo cumprida... Quando uma lei não é cumprida, a quem compete resolver? É a Justiça, é o Ministério Público do Trabalho”. Mais adiante, na entrevista, novamente é Renata quem vai questionar sobre a posição do candidato com relação à homofobia:

O senhor já disse que não é homofóbico. Mas o senhor também já declarou que vizinho gay desvaloriza imóvel. O senhor já disse que prefere que um filho morra a ser gay. O senhor já, inclusive, relacionou pedofilia com homossexualismo. Candidato, essas declarações não são homofóbicas?

Há uma explicação dos apresentadores de que o termo homossexualismo foi usado pelo candidato, mas que o correto é homossexualidade. O candidato responde que um grupo de pessoas chamaram a atenção dele na Câmara Federal em Brasília, em novembro de 2010:

Eles tinham acabado o 9º Seminário LGBT Infantil. Repito, 9º Seminário LGBT Infantil. Estavam discutindo ali, comemorando o lançamento de um material para combater a homofobia, que passou a ser conhecido como “kit gay”. Entre esse material, Bonner, estava esse livro lá, Bonner. Então, o pai que tenha filho na sala agora, retira o filho da sala, para ele não ver isso aqui. Se bem que na biblioteca das escolas públicas tem.

O candidato tenta mostrar um livro, mas é impedido pelos apresentadores que explicam que pelas regras acertadas com os assessores dos candidatos não era permitido mostrar nenhum material durante a entrevista⁵³. Entre intervenções, ele responde:

Inclusive, eu peço para você que está em casa: entre na internet, pegue lá ‘Plano Nacional de Promoção e Cidadania LGBT.’ São 180 itens, entre eles a desconstrução da heteronormatividade, ou seja, estão ensinando em algumas escolas, que homem e mulher está errado, pode ser, sim, homem com homem, mulher e mulher. O que é difícil, Bonner, para criancinha a partir de 6 anos de idade.

Ao fim da entrevista a edição traz notícias do dia e a agenda da candidata à residência Marina Silva, que é uma das cinco fontes femininas a serem entrevistadas e a única negra. Uma mulher latina, venezuelana, é ouvida em uma reportagem sobre imigração e as outras três, brancas, aparecem no quadro Brasil que Eu Quero, falando de expectativas que têm para o futuro do país. Todas as fontes são adultas.

J8 5 de setembro de 2018 - quarta-feira

Duração: 1h17min

Tempo de fala dos jornalistas: 56min54seg

Tempo de fala das fontes: 18min56seg

Tempo de fala das fontes femininas: 1min48seg

Mulheres ouvidas: 8 (oito)

Apresentação: Judite Sousa

Sete mulheres ouvidas eram brancas e uma tinha traços orientais, uma idosa japonesa vítima de uma tragédia ambiental que teve a fala legendada. Mais três mulheres falam em outro idioma. Uma agente da polícia secreta dos Estados Unidos, sobre a recuperação dos sapatos da personagem Dorothy, de O Feiticeiro de Oz, que haviam sido roubados em 2005. Depois, a primeira ministra britânica sobre um ex-agente russo

⁵³ O livro que o candidato afirma ser de educação sexual e seria usado nas escolas, na verdade não fazia parte de leitura para crianças, conforme apurou a imprensa na época: G1 Globo. (2018, setembro 4). É #FAKE que o livro citado por Bolsonaro no JN é o que aparece com carimbo de escola de Maceió. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/09/04/e-fake-que-livro-citado-por-bolsonaro-no-jn-e-o-que-aparece-com-carimbo-de-escola-de-maceio.ghtml>

envenenado, que fala em inglês com legenda e uma editora de revista de moda sobre a mulher mais bem vestida do ano e que tem sua fala apresentada pela repórter

Entre as que falam em português, há duas sindicalistas da Função Pública que falam sobre negociações do orçamento 2019, exigindo aumento salarial. Duas enquetes tratam dos doces chamados *farturas*, comuns às feiras e festas de santos. Nesta edição, das oito mulheres que falaram como fontes, metade não falava português.

JN 5 de setembro de 2018 - quarta-feira

Duração: 25min40seg

Tempo de fala dos jornalistas: 20min43seg

Tempo de fala das fontes: 4min

Tempo de fala das fontes femininas: 2min08seg

Mulheres ouvidas: 8 (oito)

Apresentação: Renata Vasconcellos e Willian Bonner

Marina Silva foi a primeira mulher ouvida nessa edição, dentro das reportagens que acompanham as agendas de quem disputa a presidência. Além dela, outras três mulheres falaram ao quadro Brasil que Eu Quero. Marta, jogadora de futebol, foi ouvida por ter sido nomeada como embaixadora da ONU Mulheres para reduzir a desigualdade de gênero, a primeira brasileira a ser escolhida para esse cargo:

Eu fico até emocionada quando eu falo sobre isso porque tipo vem através da minha história. De uma história de vida que eu tive de batalhar muito, então, usar a tua história pra empoderar outras pessoas, pra mostrar que a gente consegue quando a gente tem vontade e perseverança, é algo que não tem preço, então eu tô super feliz.

Marta, Marina e uma eleitora foram as três mulheres negras apresentadas nesse telejornal, que ouviu duas idosas e seis adultas. Boa parte do tempo dessa edição foi destinado a explicar dados de pesquisas políticas pelos apresentadores Bonner e Renata. Na última matéria, três mulheres artistas deram entrevista sobre a morte de uma atriz brasileira e o telejornal encerrou sem trilha sonora, situação que tem sido comum quando a última reportagem trata de luto.

J8 11 de outubro de 2018 - quinta-feira

Duração: 1h10min45seg

Tempo de fala dos jornalistas: 52min17seg

Tempo de fala das fontes: 17min07seg

Tempo de fala das fontes femininas: 4min37seg

Mulheres ouvidas: 16 (dezesesseis)

Apresentação: José Alberto Carvalho

Uma idosa e 15 adultas são as fontes dessa edição, de quinta-feira, sendo duas negras (uma portuguesa e uma brasileira) e 14 brancas. Do total de fontes, há duas brasileiras (falando em manifestações do Movimento #EleNão, contra o candidato à presidência Jair Bolsonaro), e três fontes falando em inglês com suas entrevistas legendadas: a presidente do Banco Central Europeu sobre a guerra fiscal entre Estados Unidos e China, a primeira dama dos Estados Unidos que diz sofrer *bullying* nas suas redes sociais e uma vendedora de sapatos em uma feira em Milão, matéria que traz também a secretária de Estado da Indústria e uma proprietária de loja. Uma cantora e três atrizes são fontes de reportagens sobre espetáculos.

Parlamentares do Partido Social Democrata (PSD) queixam-se de silenciamento em grupos de trabalhos e uma deputada é entrevistada: “Entendi que era no grupo parlamentar, ao líder parlamentar e aos meus colegas, que eu devia pela primeira vez formular opinião e anunciei, de resto, que iria escrever um artigo para formular essa minha opinião”. Duas deputadas são ouvidas, também, sobre mudanças nos regulamentos de arrendamentos de imóveis. Uma sindicalista é entrevistada sobre a greve dos enfermeiros por melhores salários. Uma reportagem sobre vacinação traz a diretora-geral de Saúde sobre mudanças no programa com inclusão de novas vacinas.

Nessa edição chamam a atenção três reportagens sobre temas femininos que poderiam ter entrevistas de mulheres. A primeira é sobre falta de segurança clínica em ginecologia e obstetrícia, no Hospital de Braga, que é dos maiores do Norte de Portugal. Apenas o bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães é ouvido como fonte,

que embora afirme que recebeu diversas denúncias, não há nenhuma entrevista com fontes femininas.

A segunda é uma reportagem sobre a acusação de estupro a Cristiano Ronaldo, na qual a estadunidense Kathryn Mayorga é citada na locução da reportagem e sua imagem é apresentada por meio de fotos e vídeos, mas não há entrevistas. A mãe do jogador, Dolores Aveiro, é somente citada também, por meio de sua conta do *Instagram*. E, a terceira, uma nota com imagens informa que Joana Marques Vidal, primeira mulher a ser nomeada procuradora-geral da República, deixa o cargo depois de seis anos e é substituída por outra mulher, Lucília Gago.

JN 11 de outubro de 2018 - quinta-feira

Duração: 59min47seg

Tempo de fala dos jornalistas: 46min48seg

Tempo de fala das fontes: 11min53seg

Tempo de fala das fontes femininas: 3min27seg

Mulheres ouvidas: 20 (vinte)

Apresentação: Willian Bonner e Renata Vasconcellos

Vinte mulheres são ouvidas como fontes, sendo cinco idosas e 15 adultas. A candidata à presidência da República derrotada, Marina Silva, explica que não apoia nenhum dos dois candidatos que foram para o segundo turno das eleições presidenciais brasileiras e fala: “Não recomendamos o voto ao Bolsonaro e em relação a outras alternativas que cada um vote de acordo com a sua consciência. E seremos oposição a qualquer um dos projetos”.

A mãe e a irmã da vereadora assassinada, no Rio de Janeiro, Marielle Franco, afirmam ter dificuldades em receber informações sobre a investigação do crime, sete meses depois da execução da política brasileira: “Minha filha foi abatida. Então, isso é que é uma indignação e uma dor muito grande..., mas é a espera de uma reposta, é isso que a gente quer”, diz a mãe.

Uma cientista explica sobre uma pesquisa com animais aquáticos de um rio para descobrir a contaminação pelos rejeitos de minério de ferro que vazaram da barragem de Mariana (MG), cidade brasileira, que foi vitimada por um dos maiores crimes ambientais da história. Outra pesquisadora que investiga empreendimentos tocados por idosas é entrevistada, bem como três idosas empreendedoras e uma delas diz: “É desafiador e o desafio rejuvenesce a gente. E isso é fantástico. Faz a gente ficar mais moça”.

O jornal ouve, também, três vítimas de câncer de mama que conseguiram amamentar ou engravidar após o tratamento e são personagens de uma matéria, além de três enquetes com amigas e parentes de uma escritora brasileira falecida. Uma professora fala sobre visitar uma feira de jogos eletrônicos e, em inglês, duas estadunidenses vítimas de um furacão na Flórida. Três fontes foram ouvidas sobre uma crise em Nova Iorque que causou o fechamento de lojas.

J8 16 de novembro de 2018 - sexta-feira

Duração: 1h08min22seg

Tempo de fala dos jornalistas: 39min04seg

Tempo de fala das fontes: 28min03seg

Tempo de fala das fontes femininas: 13min45seg

Mulheres ouvidas: 19 (dezenove)

Apresentação: José Carlos Araújo

Dezenove mulheres brancas são fontes das matérias jornalísticas e destas, seis não falam português. Três das fontes são advogadas que falam em francês, sobre o julgamento de uma mulher portuguesa acusada de ter mantido a filha bebê durante dois anos dentro do porta-malas de um carro a escondendo de todos. Segundo ela, a motivação teria sido a rejeição à criança. Outras fontes estadunidenses falam em inglês, uma sobre incêndios na Califórnia e duas atrizes sobre o lançamento de um filme.

Em seguida, a advogada de uma instituição de encapuzados que resgata animais, acusados de atos violentos, terrorismo, assalto a mão armada e sequestro, fala que ajuda o grupo de forma voluntária, mas mantém o sigilo profissional. Uma deputada comenta a acusação de que um partido político teria ligação com este grupo investigado. E, no estúdio, uma jornalista analisa as acusações contra o partido e os dados da reportagem.

Uma vítima das queimadas do verão fala sobre ter perdido tudo o que tinha, em chamada de reportagem para o dia seguinte. Uma deputada questiona um representante do Governo sobre o orçamento do ano seguinte. Uma reportagem sobre agressões de filhos a pessoas idosas entrevista uma psicóloga que fala dos tipos de violência praticadas, e informa que a maioria são idosas agredidas por seus filhos homens que residem com elas e não os denunciam por vergonha.

Nessa edição, chama a atenção uma reportagem sobre guarda compartilhada de filhos, chamada de residência alternada, em Portugal. Embora no país exista uma regulamentação de que os filhos tenham a guarda dividida entre pai e mãe, na maioria dos casos, é a mãe quem fica com a responsabilidade, compreendida como uma decisão machista, duas especialistas são ouvidas para explicar isso.

Três enquetes com empresárias que concorrem no concurso de doçaria conventual em Alcobaça explicam seus doces. Uma especialista fala sobre o mau tempo em Portugal, com chuvas e ventos fortes em alguns distritos. E, por fim, a primeira-dama de Portugal fala em uma chamada para uma entrevista que será exibida no dia seguinte em um programa da TVI no qual irá recordar sua vida.

JN 16 de novembro de 2018 - sexta-feira

Duração: 35min00seg

Tempo de fala dos jornalistas: 29min14seg

Tempo de fala das fontes: 4min49seg

Tempo de fala das fontes femininas: 45seg

Mulheres ouvidas: 7 (sete)

Apresentação: Alexandre Garcia e Giuliana Morrone

Seis fontes tratam de prejuízos aos quais foram expostas: uma enquete conta que um trem parou de seguir, por risco de desabamento de um viaduto, e a impediu de ir ao trabalho. Três foram vítimas de tragédias ambientais: duas vítimas da chuarada em Belo Horizonte (MG) e uma estadunidense que fala em inglês sobre ter perdido sua casa em um incêndio.

Uma empresária trata dos aumentos nos valores dos planos de saúde para pessoas idosas e uma especialista é entrevistada para tratar dos direitos dos consumidores de planos de saúde. Uma mulher fala de sua preocupação com atendimento médico, depois da saída dos médicos cubanos do sistema público de saúde do país: “Vai ficar difícil, né? Muita gente tá preocupada com isso. Meu Deus, como que vai ficar isso agora?”

J8 22 de dezembro de 2018 – sábado

Duração: 1h19min17seg

Tempo de fala dos jornalistas: 41min59seg

Tempo de fala das fontes: 36min33seg

Tempo de fala das fontes femininas: 10min

Mulheres ouvidas: 19 (dezenove)

Apresentação: Judite Sousa (José Eduardo Moniz no quadro Deus e o Diabo)

Dezenove mulheres brancas são fontes nesta edição. O destaque é para a notícia da morte da ativista pelos direitos das mulheres, Catalina Pestana, defensora das vítimas de abuso sexual contra crianças da Casa Pia, instituição onde os abusos aconteceram: “Na Casa Pia tudo e todos estamos sob investigação”. As falas delas são de arquivo.

Outra idosa que fala nessa edição é uma senhora de Paris, que em francês trata das manifestações dos coletes amarelos mobilizados pela manutenção de direitos trabalhistas. Uma deputada fala sobre casas destruídas pelos incêndios e que ainda não foram reconstruídas pelo Governo, passando já o segundo Natal só com a promessa. Uma reportagem sobre lugares de diversão natalícia tem duas trabalhadoras animadoras dos parques e uma turista como fontes.

O quadro Deus e o Diabo, dentro do telejornal, tem duração de 19min50seg, e ouve crianças remotamente pedindo que façam perguntas a quem gerencia o país: cinco meninas participam do programa. Por ser ao vivo, as falas das crianças foram, na maioria, confusas, ficando difícil para o público compreender. Crianças são fontes, também, em uma peça sobre amizade que ouve quatro meninas, além de uma idosa, uma adulta e uma adolescente.

Quatro artistas da TVI que participam de um espetáculo de Natal são entrevistados em uma chamada e a radialista é a última a falar: “Isto não vai ser um concerto, vai ser uma grade festa e Feliz Natal a todos aqueles que estão a nos ver agora”.

JN 22 de dezembro de 2018 – sábado

Duração: 41min20seg

Tempo de fala dos jornalistas: 33min10seg

Tempo de fala das fontes: 7min10seg

Tempo de fala das fontes femininas: 56seg

Mulheres ouvidas: 7 (sete)

Apresentação: Rodrigo Bocardí e Ana Luiza Guimarães (Eliane Marques na Previsão do Tempo)

Sete mulheres foram fontes nesta edição, sendo seis adultas e uma criança. Três são enquetes sobre compras para o Natal. Duas atletas brasileiras, a bicampeã olímpica de vôlei Fabi, e a maratonista e campeã do mundo em competições no mar Ana Marcela Cunha, disputam uma prova de mar aberto juntas e falam do desafio.

A delegada, que investiga os crimes de abuso sexual cometidos pelo médium João de Deus a mulheres que buscavam cura em tratamentos que ele prometia, fala sobre dinheiro encontrado em um esconderijo dentro de um armário de roupas na casa dele e sobre os depoimentos das sobreviventes: “No decorrer da apuração dos fatos, podemos nos deparar com estupro de vulnerável e aí não há que se falar nem em prescrição, nem e decadência. Então, por isso, que todas as denúncias são importantes”. Ele é acusado, também de chefiar uma quadrilha e uma testemunha conta que o viu escondendo uma arma em casa.

Telejornais da Segunda Semana Construída

J8 07 de janeiro de 2019 – segunda-feira

Duração: 1h21min05seg

Tempo de fala dos jornalistas: 56min09seg

Tempo de fala das fontes: 22min06seg

Tempo de fala das fontes femininas: 01min57seg

Mulheres ouvidas: 9 (nove)

Apresentação: Pedro Pinto e Miguel Sousa Tavares (comentarista na bancada)

Cinco portuguesas são fontes: a vice-presidente de uma ONG que avalia a realização de obras em um aeroporto; a ministra da Cultura Graça Fonseca, que fala sobre a preservação de uma fundação que guarda a memória de um ex-presidente; três mulheres em enquetes sobre clima e má qualidade do transporte público.

Três mulheres falam em inglês e têm suas falas legendadas. A primeira é a porta-voz da Casa Branca sobre o muro que Donald Trump quer construir para separar Estados Unidos e México. A segunda é a atriz Nicole Kidman que aparece apresentando um prêmio de cinema e dizendo: “*The Golden Globes goes to Bohemian Rhapsody*” e a terceira, na mesma reportagem, Glenn Close que ao receber o Globo de Ouro de melhor atriz pelo filme *The Wife*, faz um discurso apoiado na igualdade de gênero, cuja legenda é:

Mulheres, nós somos cuidadoras. É isso é o que esperado de nós. Temos os nossos filhos, temos os nossos maridos, se formos afortunadas o suficiente, ou os nossos companheiros, o que for. Mas precisamos de encontrar a nossa realização pessoal. Temos de seguir os nossos sonhos. Temos de dizer: ‘Eu consigo fazer isto. Deve-me ser permitido fazer isto.

Questões de gênero, fazem parte da fala da brasileira que é fonte desta edição, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damara Alves, cuja frase faz parte de uma reportagem sobre o que o apresentador chama de “uma batalha ideológica” do novo governo do Brasil aparece entre apoiadores: “É uma nova era no Brasil. Meninos vestem azul e meninas vestem rosa”.

JN 07 de janeiro de 2019 – segunda-feira

Duração: 39min06seg

Tempo de fala dos jornalistas: 29min55seg

Tempo de fala das fontes: 8min14seg

Tempo de fala das fontes femininas: 01min13seg

Mulheres ouvidas: 9 (nove)

Apresentação: Willian Bonner e Renata Vasconcellos (Maria Júlia Coutinho na Previsão do Tempo)

Quatro das nove fontes falam do lugar de vítimas, das quais três de violência contra mulheres: a filha de uma mulher assassinada pelo companheiro e duas jovens agredidas, uma pelo namorado e outra pelo ex-namorado contam e mostram detalhes de como foram agredidas. Uma voluntária de uma organização de acolhimento é entrevistada, além da coordenadora de Defesa dos Direitos da Mulher (do Rio de Janeiro) que explica que há pouco investimento em instituições de apoio:

Para além da dependência econômica, a mulher tem uma dependência emocional muito grande do seu agressor e isso contribui para que ela permaneça neste ciclo. O atendimento que é prestado nos Centros de Referência é fundamental para que a mulher resgate a sua autonomia e tenha forças para deixar esse relacionamento abusivo que ela vive.

Em seguida, uma garota de 18 anos, vítima de desigualdade de gênero, que fugiu da Arábia Saudita para poder estudar. No aeroporto na Tailândia, de onde seria deportada para a Arábia Saudita, ela fez um protesto do quarto do hotel pedindo socorro pelas redes sociais, até ser resgatada pela ONU. A fala de Rahaf Mohammed al-Qunun é traduzida pela locução do repórter, não a ouvimos, a não ser em um trecho de dois segundos: “*No one can help me right now*”, quando o repórter explica que ela pede ajuda pelas redes sociais para ser resgatada porque ali no quarto de hotel ninguém pode ajudá-la naquele momento. O JN usa esse tipo de edição: em que são jornalistas a traduzir o que é dito em outros idiomas, falando pelas fontes.

Há, ainda, enquetes sobre prevenção de Alzheimer por meio de exercício físico com uma idosa e com duas mulheres: uma que comprou um celular de forma ilegal e se arrependeu, outra que prefere adquirir o telefone de forma regular.

J8 12 de fevereiro de 2019 - terça-feira

Duração: 44min50seg

Tempo de fala dos jornalistas: 32min36seg

Tempo de fala das fontes: 11min17seg

Tempo de fala das fontes femininas: 03min23seg

Mulheres ouvidas: 9 (nove)

Apresentação: Ana Sofia Cardoso

Nove mulheres foram entrevistadas, todas adultas e brancas. Uma deputada aparece como fonte em duas reportagens diferentes: sobre denúncias de corrupção no Banco de Portugal e sobre a greve de enfermeiros. Além dela, a bastonária dos enfermeiros fala sobre a greve da categoria por melhores salários que foi financiada por meio de *crowdfunding*.

O julgamento de 17 agentes da polícia, acusados de tortura com motivação racial a jovens, traz uma advogada como defensora dos policiais. O assalto a um banco e a uma farmácia traz falas de uma cliente do banco que esteve presente e a policial que investiga o caso.

Três especialistas em desigualdade de gênero que apresentam um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos que traça o perfil das mulheres em Portugal são entrevistadas. Segundo o estudo, se houver intenção em cinco ou seis gerações as desigualdades entre homens e mulheres serão reduzidas no país. A pesquisa demonstra que os salários das mulheres são menores e que elas estão em poucos cargos de chefia, embora a população feminina seja maior e também o número de trabalhadoras. Elas contam que se dedicam três vezes mais que os companheiros nos trabalhos domésticos e nos cuidados com os filhos.

Uma personagem é escolhida para demonstrar como seria o perfil da mulher portuguesa em um VT que apresenta uma trabalhadora de 34 anos, com uma filha e casada, no qual cita todas as atividades que realiza dentro e fora do lar. Na reportagem, aparecem imagens do companheiro cozinhando, o que é exceção segundo o estudo, porque apenas 25% dos companheiros dividem o trabalho doméstico.

A reportagem explica que 71% das mulheres portuguesas são ativas no mercado de trabalho, 41% trabalham 40 horas semanais (26% mais que eles), 67% recebem salários menores que 900 euros, 57% tem companheiros, “uma esmagadora maioria” sente-se feliz em ter filhos, porém 18% não os teriam se pudessem prever o futuro.

JN 12 de fevereiro de 2019 - terça-feira

Duração: 42min18seg

Tempo de fala dos jornalistas: 36min58seg

Tempo de fala das fontes femininas: 04min19seg

Tempo de fala das fontes: 01min34seg

Mulheres ouvidas: 9 (nove)

Apresentação: Rodrigo Bocardi e Renata Vasconcellos (Maria Júlia Coutinho na Previsão do Tempo)

A primeira matéria a ter mulheres como fontes trata da recuperação do Museu Nacional do Rio de Janeiro que sofreu um grave incêndio, com a pesquisadora da equipe trazendo o levantamento das perdas. A segunda reportagem traz três mulheres como fontes sobre violência doméstica e que mostra a Ronda Maria da Penha. Trata-se de um grupamento policial, da cidade de Salvador (Bahia), que atendeu quatro mil sobreviventes (com medidas protetivas) entre 2015 e 2019. A Ronda prendeu 161 agressores que continuam ameaçando as vítimas. A policial, subcomandante da Ronda, é uma mulher negra e as duas vítimas ouvidas também.

Quatro mulheres são fontes de uma reportagem sobre casos de dengue: duas pacientes, a secretaria municipal de saúde e uma visitante. E a matéria que apresenta o enterro do jornalista Ricardo Boechat, vítima fatal de um acidente de avião, traz entrevista com a viúva.

J8 20 de março de 2019 - quarta-feira

Duração: 1h29min43seg

Tempo de fala dos jornalistas: 01h01min27seg

Tempo de fala das fontes: 26min23seg

Tempo de fala das fontes femininas: 09min11seg

Mulheres ouvidas: 29

Apresentação: José Alberto Carvalho

As três primeiras entrevistadas são mulheres negras de Moçambique, país atingido por um ciclone (Idai) que desabrigou milhares de famílias. A primeira mulher pede socorro em sua fala, pela falta de comida e de um teto. A segunda pede ajuda, também, para os desabrigados que não têm roupa, água, e precisam ser acudidos da tragédia. A terceira fala da falta de energia elétrica, de água, de *internet*, sem previsão de melhora. A segunda reportagem mostra a ONG *Dress a Girl Around the World* que ajuda a cidade de Beira, em Moçambique, levando roupas para as vítimas. Uma mulher branca brasileira conta que leva sete malas de roupas para doar às pessoas necessitadas e uma portuguesa explica como pessoas interessadas podem ajudar.

O ciclone atingiu também o Zimbábue e o Maláui, e a próxima reportagem traz duas mulheres negras, falando em um idioma africano e legendadas em português. A primeira está desabrigada e conta que perdeu tudo o que tinha e que há muitas pessoas desaparecidas; a outra é funcionária do Ministério da Saúde e fala da falta de recursos para atender e socorrer todas as vítimas.

Depois, nas notícias internacionais, a primeira-ministra britânica fala em inglês sobre o *Brexit* e uma idosa da Bósnia, cujo filho foi um dos assassinados pelos sérvios na guerra da ex-Iugoslávia, fala no idioma bósnio sobre o resultado do julgamento no Tribunal Internacional de Haia, que no caso dela nunca encontrou o corpo do filho. Outra reportagem é sobre o fato de Bruxelas processar e multar a *Google* por infringir regras de publicidade, uma mulher branca dinamarquesa, representante da Comissão Europeia da Concorrência, é a fonte e fala em inglês.

A demissão de 140 funcionários de uma empresa têxtil é tema de um VT que ouve três mulheres portuguesas entristecidas porque acabaram de perder o emprego. Na

sequência, a procuradora-geral da República, recém-empossada no cargo, defende a existência da Polícia Judiciária Militar, ao contrário de sua antecessora que discorda durante sua fala. Em seguida, duas mulheres vítimas de violência por parte de membros de uma claque (torcida organizada) e funcionários de um restaurante, contam que tentaram conter as agressões, pensando que por serem mulheres não sofreriam violência, mas sofreram.

Já a próxima reportagem trata do caso de um julgamento de violência doméstica no qual quem move o processo como vítima é o marido. A entrevistada, Ana Castro Sousa, da Associação de Apoio à Vítima, fala do inusitado do caso e da questão cultural: “Porque ainda existe a ideia de que se é um homem não pode ser vítima de violência porque se obriga a defender-se”.

Na sequência, a ministra da Saúde, Marta Temido, é entrevistada sobre o descongelamento da carreira dos enfermeiros da Ilha da Madeira. Outra matéria, sobre uma manifestação dos funcionários das Autarquias de todo o país, entrevista uma sindicalista e duas trabalhadoras que participam do protesto. A próxima, trata do jogador Casillas que mora em Porto com a esposa Sara Carbonero e que fala em espanhol sobre um projeto social. E a subsequente sobre as acusações de abuso sexual contra Michael Jackson, ouve uma mulher que trabalhou como babá para o cantor e fala em inglês.

Em seguida, é apresentado um estudo sobre felicidade, que traz a entrevista de uma psicóloga, ouve uma advogada como personagem sobre como trocou de comportamento para buscar de ser mais feliz, e, ainda, de uma mulher idosa cujo nome é Felicidade. As falas seguintes são sobre educação ambiental: a fundadora de uma ONG e uma mulher sobre o início da primavera.

JN 20 de março de 2019 - quarta-feira

Duração: 30min32seg

Tempo de fala dos jornalistas: 23min52seg

Tempo de fala das fontes: 5min43seg

Tempo de fala das fontes femininas: 01min36seg

Mulheres ouvidas: 8 (oito)

Apresentação: Willian Bonner e Renata Vasconcellos (Maria Júlia Coutinho na Previsão do Tempo)

Esta edição traz como tema da primeira reportagem o desemprego e a desigualdade social. A primeira mulher entrevistada é uma publicitária que fala sobre a dificuldade de arranjar trabalho quando a pessoa não tem qualificações específicas, nem experiência; em seguida, uma especialista explica como o desemprego está relacionado à desigualdade social no Brasil. A próxima reportagem trata de como o trabalho voluntário pode ajudar a arrumar o primeiro emprego e ouve uma voluntária e a representante de uma ONG.

A primeira-ministra britânica fala sobre o *Brexit* por apenas 3 segundos e sua voz é traduzida pela locução do repórter que fala por ela. Na parte final do jornal há uma reportagem sobre uma feira de tecnologia do setor de alimentação que ouve uma gerente de empresa, uma diretora e uma estudante.

J8 25 de abril de 2019 - quinta-feira

Duração: 1h33min52seg

Tempo de fala dos jornalistas: 51min49seg

Tempo de fala das fontes: 40min47seg

Tempo de fala das fontes femininas: 07min42seg

Mulheres ouvidas: 14 (catorze)

Apresentação: Judite Sousa

Esta edição abre com uma chamada para a reportagem sobre as casas que queimaram nos incêndios de outubro de 2018 e que foram demolidas Uma mulher que

teve a casa do avô atingida e volta ao lugar para olhar o que sobrou da demolição, diz que o parente não teve a oportunidade de recuperar nada dentro do imóvel.

As próximas reportagens tratam das celebrações dos 45 anos do 25 de abril. Duas deputadas falam sobre a democracia em uma sessão solene, seguidas de três idosas lembrando a Revolução dos Cravos e uma menina explicando que aquele foi o dia em que a ditadura morreu em Portugal. Na sequência, uma vendedora de flores é uma das fontes de uma reportagem que pergunta às pessoas o que sabem sobre a Revolução dos Cravos e reconta a história.

A próxima mulher a falar é uma deputada em uma reportagem sobre parcerias público-privadas no setor de saúde. Em seguida, as fontes tratam do ciclone em Moçambique: primeiro a diretora de uma escola (em francês) sobre a tragédia e depois a diretora do Instituto de Gestão de Calamidades sobre as medidas para realocar pessoas ainda na zona de risco. Depois, sobre um massacre no Sri Lanka, a filha de um homem assassinado pelo terrorismo fala (em inglês) sobre como foi o momento do ataque dentro de uma igreja. Nesta edição, há uma nota sobre abuso sexual de meninas menores de idade por um homem de 20 anos que as assediava por meio do *Facebook* e depois as estuprava.

A reportagem especial sobre as casas a serem reconstruídas após queimadas nos incêndios de outubro de 2018 é apresentada por Ana Leal, dentro de um quadro de reportagens investigativas. A primeira entrevistada é a mulher que aparece no início do telejornal: a neta de um homem que não pôde recuperar nada dentro de seu imóvel e denuncia a forma como a demolição foi realizada. A segunda entrevistada da reportagem é uma mulher que teve uma nova casa construída, financiada pelo Estado sem que sua casa antiga tivesse sido demolida, situação que está sob investigação.

No quadro há uma reportagem sobre meninos pobres do Brasil e da Guiné-Bissau, vítimas de tráfico humano. São menores de idade trazidos para treinar em times portugueses, mas que foram enganados por um falso empresário. A primeira fala dessa reportagem é de uma mulher, dona de restaurante, que diz ajudar os meninos porque não têm o que comer. Os garotos recebem ajuda do clube Freamunde e de voluntários para as necessidades básicas. Um menino brasileiro conta que os 200 euros prometidos como

salário seriam enviados para a mãe no Brasil e ela aparece em uma chamada por vídeo mandando um beijo ao filho.

A última reportagem desta edição, de quase sete minutos, conta a história do 25 de Abril a partir do que ocorreu na Ilha da Madeira, para onde foram enviados os ditadores derrubados do poder e onde surgiu um grupo anti-esquerda chamado Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira (Flama), todos os oito entrevistados são homens brancos.

JN 25 de abril de 2019 - quinta-feira

Duração: 50min

Tempo de fala dos jornalistas: 40min41seg

Tempo de fala das fontes: 08min12seg

Tempo de fala das fontes femininas: 30seg

Mulheres ouvidas: 4 (quatro)

Apresentação: Rodrigo Bocardi e Renata Vasconcellos (Eliana Marques na Previsão do Tempo)

Apenas quatro mulheres são fontes desta edição e todas parentes de vítimas da tragédia de Brumadinho (MG), ocorrida três meses antes por conta do rompimento de uma barragem da Vale e que causou a morte 270 pessoas e o desaparecimento de onze. Esta é a única notícia que traz fontes femininas neste dia. O restante do telejornal teve apenas homens como fontes.

J8 03 de maio de 2019 - sexta-feira

Duração: 1h32min05seg

Tempo de fala dos jornalistas: 56min04seg

Tempo de fala das fontes: 34min38seg

Tempo de fala das fontes femininas: 23min01seg

Mulheres ouvidas: 16 (dezesesseis)

Apresentação: José Alberto Carvalho

A primeira matéria é sobre um projeto de lei que prevê contagem integral de tempo de serviço de professores, aprovada pelos partidos políticos na Assembleia da República, e que criou uma crise no governo: duas deputadas e oito políticos falam na reportagem. A ministra da Presidência é entrevistada sobre o assunto no estúdio e fala por 5min31seg (a entrevista toda tem 7min03seg); depois dela, na bancada, há a fala da comentarista política Constança Cunha e Sá, tratando da crise por 2min48seg.

No quadro de Ana Leal, que traz reportagens investigativas, há a denúncia de um médico acusado de retirar material cirúrgico de um hospital público para ser usado em cirurgias em um hospital privado. Trabalhadores do hospital público são entrevistados para confirmar a denúncia, de forma anônima, ouvimos apenas as vozes: duas mulheres, e também a advogada, são ouvidas para afirmar que o crime é de peculato. A repórter Cláudia Rosenbusch, que fez a matéria, comenta no estúdio que as pessoas denunciadas, são colegas do médico e têm muito receio de sofrer punição profissional por falarem: “Quem denuncia tem mais receio por sua vida do que quem é denunciado”.

Ainda no mesmo quadro, outra reportagem de denúncia apresenta famílias que correm o risco de serem despejadas das casas onde moram, deixadas em testamento por um banqueiro de Cascais há mais de 60 anos e sob a gestão da Santa Casa. Das onze pessoas entrevistadas para esta matéria, oito são mulheres moradoras do bairro contando como foi a doação e como é a convivência.

No quadro Deus e o Diabo, o apresentado por José Eduardo Moniz, noticia que metade dos jovens de Portugal, segundo dados do Observatório de Violência no Namoro, sofrem violência da pessoa com quem se relacionam. Uma moça é entrevistada, ao vivo e de fora do estúdio, sobre a violência que sofreu quando tentou terminar o primeiro namoro quando tinha 16 anos. Ela conta que foi esfaqueada e abandonada no prédio do ex-namorado.

JN 03 de maio de 2019 - sexta-feira

Duração: 46min00seg

Tempo de fala dos jornalistas: 36min17seg

Tempo de fala das fontes: 08min47seg

Tempo de fala das fontes femininas: 02min28seg

Mulheres ouvidas: 11 (onze)

Apresentação: Renata Vasconcellos e Dony De Nuccio (Maria Júlia Coutinho na Previsão do Tempo)

As duas primeiras fontes são a advogada e a esposa de um comerciante turco, naturalizado brasileiro, acusado de terrorismo e com pedido de extradição. A próxima é uma economista, ouvida como especialista para analisar cortes planejados pelo Governo a subsídios de empréstimos (isenções tributárias) de diversos setores da economia. Na sequência, uma reportagem sobre política discute o fato de o Governo pedir crédito suplementar para pagar benefícios da Previdência Social e do programa Bolsa Família e traz a deputada líder do Governo como entrevistada.

Outra reportagem traz informações sobre a relevância da vacina contra a gripe, primeiro ouvindo uma mulher que toma a vacina e depois a vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações. E, na última matéria do telejornal, quatro mulheres homenageiam em suas falas o dramaturgo Antunes Filho, velado nesta data.

Uma reportagem chama a atenção nesta edição: a sul-africana Caster Semenya, medalhista olímpica e mundial dos 800 metros rasos, pode ser impedida de competir caso não baixe sua taxa de testosterona por meio de medicamentos. A repórter Marina Izidoro diz em seu *off*: “Semenya é intersexual. Tem características sexuais e reprodutivas que não se encaixam na definição típica de feminino ou masculino” e completa:

Sempre competiu em provas femininas, mas o corpo dela produz níveis de testosterona bem acima da média das mulheres. Para a Federação Internacional de Atletismo (IAAF) isso gera uma injusta vantagem.

O presidente da IAAF, Sebastian Coe, tem sua fala traduzida pela repórter dizendo que o atletismo sempre foi dividido entre homens e mulheres e ele quer manter isso. E da entrevista de Semenya ouvimos apenas: “*I don’t think...*”, depois a voz tem o volume baixado para que seja dublada pela repórter traduzindo a fala da atleta: “Se algum

obstáculo aparece no meu caminho, eu passo por cima”. A ONG *Humans Rights Watch* afirma que excluir mulheres por conta de níveis hormonais naturais é uma discriminação a todas as mulheres. Outro entrevistado é Michael Johnson, também medalhista, que afirma que a decisão da IAAF é justa.

J8 08 de junho de 2019 – sábado

Duração: 1h27min

Tempo de fala dos jornalistas: 56min48seg

Tempo de fala das fontes: 29min05seg

Tempo de fala das fontes femininas: 05min19seg

Mulheres ouvidas: 25 (vinte e cinco)

Apresentação: Judite Sousa

A primeira mulher ouvida nesta edição é uma policial que atende casos de violência doméstica na Esquadra Criminal de Lisboa, pois nos primeiros cinco meses de 2019, 15 mulheres foram assassinadas. A segunda mulher, sem ser identificada por imagem e voz, é uma sobrevivente à tentativa de assassinato que diz: “Apresentem queixas. Deu chapada, deu estalo, queixa. Não podemos deixar estas pessoas ficarem impunes!”.

A próxima reportagem a ouvir mulheres traz uma estadunidense, que fala em inglês, explicando que é contra a decisão de Donald Trump de proibir cruzeiros dos Estados Unidos e aportar em Cuba. A próxima é uma cubana que fala em espanhol sobre as dificuldades de comprar alimentos na ilha, por conta do embargo dos Estados Unidos. A próxima, ainda sobre turismo, trata do Algarve como destino e ouve três mulheres portuguesas explicando porque escolheram o local.

Ainda sobre o Algarve, duas turistas portuguesas são entrevistadas sobre uma exposição de esculturas na Cidade de Areia e outra mulher é ouvida em inglês. Além delas, a responsável pela *Sand City* explica sobre a composição das réplicas de esculturas de todo o mundo.

Esta data celebra o Dia Nacional da Gastronomia e uma reportagem sobre uma festa em Viseu ouve uma mulher que visita um evento e uma cozinheira. Em outra sobre a Festa das Cerejas, entrevista três expositoras e uma garota vencedora do *Master Chef* que fala de uma receita com a fruta. Uma peça sobre a Festa de Santo Antônio entrevista três expositoras. Uma reportagem sobre o Porto Santo Verde, uma ilha sustentável em energias renováveis, ouve a diretora regional de economia como fonte sobre o empreendimento.

O espancamento de um casal de lésbicas dentro de um ônibus em Londres traz as falas das duas vítimas que contam que os agressores queriam obrigá-las a se beijarem dentro do coletivo. As duas falas, em inglês, são sobre o ataque homofóbico que sofreram e que foi foco de protestos em todo o mundo.

A última reportagem trata de um festival de música e ouve uma cantora e uma visitante brasileira.

JN 08 de junho de 2019 – sábado

Duração: 46min20seg

Tempo de fala dos jornalistas: 37min23seg

Tempo de fala das fontes: 07min42seg

Tempo de fala das fontes femininas: 01min34seg

Mulheres ouvidas: 14 (catorze)

Apresentação: Ana Luíza Guimarães e Heraldo Pereira (Jacqueline Brazil na Previsão do Tempo)

O JN abre com uma reportagem sobre o fato de a jogadora Marta não participar de uma partida de futebol contra a Jamaica. A capitã do time adversário, Konya Plummer fala em inglês: “*She is a legend of there...*” e tem sua voz dublada pela repórter: “Ela é uma lenda, quando eu era criança, sempre ouvia falar sobre a Marta”. A zagueira e capitã Mônica é entrevistada também sobre a partida. Em seguida, uma chamada do Esporte Espetacular, programa esportivo, traz duas frases curtíssimas das jogadoras Cristiane e Formiga.

Uma reportagem sobre a construção de um presídio a partir de doações da comunidade, tem a juíza da comarca como entrevistada. Outra matéria sobre a importância da vacina obrigatória traz a fala de uma menina e duas mães como exemplos de quem toma a vacina adequadamente. A próxima notícia é sobre uma doença desconhecida, um surto que atinge uma pequena cidade da Bahia, na qual uma mãe fala sobre ter levado sua criança ao posto de saúde. A próxima matéria a ouvir mulheres é sobre a cheia do Rio Negro em Manaus, que assusta e desabriga comunidades carentes, duas mulheres vítimas da tragédia são ouvidas.

Uma reportagem, sobre um espetáculo teatral itinerante apresentado dentro de um trem e na rua, ouve uma mulher que faz parte do público surpreendido e uma atriz. E a última mulher a ser ouvida é uma arquiteta que explica o que Burle Max fez pelo paisagismo brasileiro.

Telejornais da Terceira Semana Construída

J8 15 de julho de 2019 – segunda-feira

Duração: 1h19min56seg

Tempo de fala dos jornalistas: 34min13seg

Tempo de fala das fontes: 43min22seg

Tempo de fala das fontes femininas: 20min04seg

Mulheres ouvidas: 5 (cinco)

Apresentação: Pedro Pinto e Miguel Sousa Tavares (comentários na bancada)

Apenas cinco mulheres são ouvidas nesta edição. A primeira sonora feminina é com uma deputada na reportagem sobre a comissão de inquérito que investiga denúncias do Banco de Portugal. As próximas falas são de duas deputadas em reportagem que trata de programas eleitorais dos partidos sobre redução de impostos. Uma das parlamentares é foco, também, de outra reportagem sobre os partidos de oposição e depois está ao vivo no estúdio sendo entrevistada pelos dois jornalistas da bancada. Uma característica do jornalismo português é confrontar e interromper pessoas entrevistadas, independentemente do gênero, e em pelo menos um momento a deputada diz: “Deixe-me só terminar aqui...”. São 21 minutos de entrevista.

A próxima mulher a ser ouvida é uma indiana em reportagem que trata da falta de água em seu país. Mais para a frente do telejornal, uma matéria sobre novas regras para produtos alimentares, que reduz sal e açúcar, traz a fala de uma mulher idosa sem ser apresentada no *off* ou em GC, mas que parece ser responsável pelo Programa Nacional para Alimentação Saudável da Direção Nacional de Saúde.

JN 15 de julho de 2019 – segunda-feira

Duração: 41min30seg

Tempo de fala dos jornalistas: 33min42seg

Tempo de fala das fontes: 06min42seg

Tempo de fala das fontes femininas: 02min54seg

Mulheres ouvidas: 16 (dezesesseis)

Apresentação: Renata Vasconcellos e Flávio Fachel (Maria Júlia Coutinho na Previsão do Tempo)

Esta edição abre com uma matéria sobre como bloquear números de ligações indesejadas para telefones particulares e duas mulheres são entrevistadas para falar disso. Depois, uma reportagem sobre a reforma da previdência encerra com a fala de uma senadora. Em uma matéria sobre mudanças no RG (documento de identidade), uma mulher e uma menina são ouvidas.

O caso de um médico ginecologista, prefeito da cidade de Uruburetama (CE), acusado de abusar sexualmente das pacientes dentro do próprio consultório, traz depoimentos de três sobreviventes (mulheres com as vozes e imagens distorcidas para não serem reconhecidas). Nos 63 vídeos, aos quais a reportagem teve acesso e que foram gravados pelo médico, ele aparece em cenas sugando o seio das pacientes sob o pretexto de tirar secreção e as penetrando, com a desculpa e que precisava desvirar o útero das vítimas. A reportagem completa foi exibida no dia anterior no programa Fantástico.

A taxa de manutenção ambiental cobrada pelos turistas para entrar na ilha de Fernando de Noronha foi o tema de uma matéria que entrevista uma turista brasileira e uma pesquisadora ambiental. Outras duas reportagens sobre meio ambiente ouvem uma catadora de resíduos recicláveis e uma menina que separa os resíduos.

Uma reportagem sobre agentes de educação que visitam famílias carentes para evitar evasão escolar entrevista duas agentes comunitárias e uma mãe, vítima de desigualdade social. E uma matéria sobre a equipe de estudantes brasileiros que venceu uma competição da NASA, criando um chiclete que desbloqueia olfato e paladar (diminuídos quando a gravidade é reduzida), entrevista uma das meninas estudantes.

Uma nota trata de uma homenagem ao cientista Alan Turing, que terá o rosto impresso nas cédulas de libras no Reino Unido. O repórter explica que o preconceito por ser homossexual acabou causando o suicídio do matemático *gay* que foi responsável por criar e decifrar códigos secretos que protegeram Londres de ser ocupada na Segunda Guerra Mundial. Não há mulher como fonte, nem *gay*, mas o tema é relacionado a gênero.

J8 27 de agosto de 2019 – terça-feira

Duração: 1h25min45seg

Tempo de fala dos jornalistas: 39min51seg

Tempo de fala das fontes: 44min32seg

Tempo de fala das fontes femininas: 28min08seg

Mulheres ouvidas: 9 (nove)

Apresentação: Pedro Pinto

Abre com imagens de uma deputada subindo as escadas da emissora. Ela será entrevistada no estúdio para tratar das eleições legislativas de outubro de 2019, iniciando a série de entrevistas. O apresentador faz uma chamada explicando que a entrevista inicia no Jornal das 8 e continua na TVI24, canal pago da rede.

Depois, há uma reportagem sobre Elisa Ferreira, primeira portuguesa indicada a ocupar o comissariado da União Europeia. A peça explica quem é, mas não há nenhuma fala dela, o foco é questionar o motivo pelo qual foi escolhida, já que o primeiro indicado seria um homem. Segundo a repórter, a presidenta da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, teria pedido paridade de gênero nos cargos o que motivou a escolha pelo primeiro-ministro António Costa, que é perguntado porque a escolheu e não ao homem indicado e responde: “Porque eu escolhi”.

A primeira voz de fonte feminina a ser ouvida é em reportagem sobre uma forte tromba de água que atingiu Madri que conta, em espanhol, como foi pega de surpresa pela enchente. Na sequência, uma peça sobre as bebês Matilde e Natália, que sofrem de doença rara e receberam um medicamento que custa dois milhões de euros, pago pelo Estado. A médica neuropediatra responsável pelo tratamento fala sobre o procedimento.

A próxima voz de fonte feminina é da diretora da Unidade Contra o Terrorismo que investiga tráfico de seres humanos em Cascais. Mantidos sequestrados e em regime de escravidão, 17 tailandeses foram resgatados em flagrante. Outra peça sobre o tema apresenta dois homens mantidos escravizados em uma residência em Gondomar, duas vizinhas idosas são ouvidas e dizem não terem percebido a situação.

A limpeza do rio Sorraia traz como entrevistada a vice-presidente da Câmara de Coruche falando de como a limpeza está sendo realizada com a retirada de jacintos-de-água, praga que atinge o rio. Ainda sobre meio ambiente, duas turistas falam sobre o impedimento de banhar-se na Praia do Alemão, em Portimão, depois que a bactéria E. COLI foi encontrada no local.

O final do telejornal é dedicado à entrevista com Assunção Cristas e há um auditório com pessoas fazendo perguntas à candidata em bloco de 35 minutos. Além do apresentador, outros cinco homens fazem perguntas à candidata, nenhuma pergunta relacionada a mulheres foi feita.

JN 27 de agosto de 2019 – terça-feira

Duração: 47min21seg

Tempo de fala dos jornalistas: 37min27seg

Tempo de fala das fontes: 08min46seg

Tempo de fala das fontes femininas: 35seg

Mulheres ouvidas: 3 (três)

Apresentação: Renata Vasconcellos e Willian Bonner (com Maria Júlia Coutinho na Previsão do Tempo)

Nesta edição que discutiu como assunto principal as queimadas na Amazônia, a primeira fonte feminina é entrevistada somente aos 24 minutos de telejornal: mulher indígena que fala sobre a destruição da natureza nas terras dos povos originários e, logo depois, outra que fala de como as indígenas tentam impedir as invasões criminosas. A terceira e última mulher a falar é a judoca brasileira Rafaela Silva, vencedora da medalha de bronze no Mundial de Tóquio.

J8 04 de setembro de 2019 – quarta-feira

Duração: 1h19min18seg

Tempo de fala dos jornalistas: 37min17seg

Tempo de fala das fontes: 40min50seg

Tempo de fala das fontes femininas: 04min59seg

Mulheres ouvidas: 23 (vinte e três)

Apresentação: Pedro Pinto

A primeira fala de fonte feminina é a porta-voz da Comissão Europeia sobre o *Brexit*, a segunda é uma mulher da Inglaterra explicando que tem muito receio do que ocorrerá com seu país, as duas falam em inglês. Christine Lagarde, candidata a presidenta do Banco Central Europeu, aparece falando sobre sua candidatura em uma sabatina e, ainda, a portuguesa Lídia Pereira, uma das deputadas a questionar a candidata que agradece falando “Obrigada”.

A próxima reportagem que ouve mulheres é sobre quedas de doentes em hospitais portugueses e a entrevistada é a secretária de Estado da Saúde que trata de como reduzir o número de acidentes. Ainda sobre saúde, a próxima peça é sobre o prêmio da Fundação Champallimaud, um dos mais importantes do mundo e que reconhece projetos de combate à cegueira e doenças da visão a quem não pode pagar. Três instituições brasileiras foram premiadas e receberam um milhão de euros, além dos homens responsáveis pelas instituições, uma senhora idosa negra brasileira que ganhou a cirurgia da catarata fala sobre a alegria de voltar a enxergar o neto.

Uma reportagem sobre o fim das cadernetas de poupança impressas e a obrigação do uso dos cartões de débito teve duas idosas que dizem que não sabiam da mudança e outra que fala preferir o papel. Na sequência, uma peça com o resultado do Grande Inquérito sobre a Sustentabilidade em Portugal entrevista a investigadora do Instituto de Ciências Sociais que explica os resultados. Cinco mulheres falam como se viram diante da crise.

A próxima reportagem é sobre universitários que não podem votar nas eleições regionais da Ilha de Madeira por estarem no continente. Não poderão votar porque ainda não têm o documento de matrícula que serviria para adiantar o voto, o que é explicado por uma estudante. Duas estudantes universitárias estrangeiras falam em inglês da alegria do primeiro dia de aula em uma peça que trata deste tema. Em inglês, fala também uma vítima de um furacão na Flórida.

Em português fala uma mulher negra moçambicana entrevistada sobre a visita do Papa Francisco e falando da esperança de paz no território. Na sequência, uma reportagem sobre quem atira beatas (bitucas de cigarro) ao chão passar a pagar multas. Três mulheres dizem que as multas deveriam começar o quanto antes, mas que faltam cinzeiros e lixeiras pelas ruas.

JN 04 de setembro de 2019 – quarta-feira

Duração: 36min

Tempo de fala dos jornalistas: 31min24seg

Tempo de fala das fontes: 03min24seg

Tempo de fala das fontes femininas: 01min19seg

Mulheres ouvidas: 19 (dezenove)

Apresentação: Renata Vasconcellos e Willian Bonner (Maria Júlia Coutinho na Previsão do Tempo)

Ao olhar os dados quantitativos deste telejornal, a impressão é que há algo errado, já que são 19 mulheres falando em apenas 1min10seg, mas é isso mesmo. As fontes falam palavras e não frases na maioria das vezes.

Michelle Bachelet, alta-comissária das Nações Unidas para os direitos humanos, é a primeira mulher a ter sua voz visibilizada, mas ela não fala porque a locução da repórter é quem fala por ela. A repórter traduz e resume um discurso em inglês sobre: a redução dos direitos humanos; o assassinato a ativistas e ataques a instituições de ensino no Brasil; o aumento da violência policial em meio a um discurso público que legitima execuções sumárias e ausência de responsabilização. Já a resposta a Bachelet pelo presidente brasileiro que causou protestos no Chile e em outras partes do mundo é apresentada pela voz dele dizendo: “Se não fosse o pessoal do Pinochet derrotar o seu pai em 1973, o Chile seria uma Cuba. Eu acho que não preciso falar mais nada pra ela.”. O pai de Michelle foi torturado e morto pela ditadura Pinochet e ela e a mãe foram torturadas também.

A próxima reportagem a trazer falas curtíssimas é uma edição em comemoração aos 50 anos do Jornal Nacional. A peça é uma edição de notícias apresentadas nos 50 anos sobre fome, moradia e migração dentro do país. São trechos curtíssimos de falas de 10 mulheres vítimas da fome e da moradia irregular, 5 são negras. Depois, uma criança também fala sobre o incêndio em uma área de ocupação de São Paulo: “Mainha chorando, o fogo todas as casas ‘queimou’”. Uma voluntária que trabalha na construção de casas provisórias também é entrevistada, além de seis mulheres que passam horas no transporte coletivo e no trânsito. Por último, uma criança com traços asiáticos fala sobre a pichação “Tava tudo pichado”, no trecho sobre bairros renovados.

J8 10 de outubro de 2019 – quinta-feira

Duração: 1h29min28seg

Tempo de fala dos jornalistas: 1h00min20seg

Tempo de fala das fontes: 27min19seg

Tempo de fala das fontes femininas: 15min18seg

Mulheres ouvidas: 20 (vinte)

Apresentação: José Alberto Carvalho

A sindicalista, presidenta da União Geral dos Trabalhadores, falando sobre equilibrar rendimentos e salários na legislação do trabalho, é a primeira voz de fonte feminina. Em próxima peça sobre política, Manuela Ferreira Leite, ex-ministra de Finanças, é ouvida no estúdio para tratar da luta pela liderança dos Sociais-Democratas.

Em matéria sobre a rejeição de uma mulher francesa para assumir a Comissão Europeia para o mercado interno, a porta-voz do Parlamento Europeu é ouvida em inglês, bem como a indicada rejeitada que, em francês, se defende de ter recebido 10 mil euros mensais como consultora de um centro de estudos americanos.

Sobre a invasão da Turquia ao Curdistão que matou mais de cem pessoas, ouve uma mulher curda vítima do ataque militar, que em seu idioma conta que há pessoas que não conseguem sair das zonas bombardeadas e, também, a presidenta do Conselho Democrático Sírio explicando que os locais atacados guardavam prisioneiros do Estado Islâmico que podem ter fugido. Ainda sobre crises estrangeiras, a ministra do Interior do Equador, em espanhol, responde acerca das ações violentas contra a população que se manifesta nas ruas em combate à austeridade das medidas econômicas. Ela se desculpa sobre bombas lacrimogêneas jogadas sobre a Casa da Cultura e duas universidades, e diz que isso não voltará a se repetir.

Uma reportagem sobre o Nobel de Literatura vencido no ano de 2018 pela ativista polonesa Olga Tokarczuk e pelo austríaco Peter Handke, em 2019, não tem sonora dos dois, mas trata do cancelamento do evento de 2018 por conta de um escândalo de agressão sexual contra mulheres envolvendo o marido de uma integrante do comitê. Também sobre abuso sexual, uma reportagem do maior caso de pedofilia nos Açores, com julgamento de um homem que já havia sido condenado e voltou a ser acusado, sem sonoras. Uma peça sobre violência contra as mulheres mostra o caso de um homem que ameaçou de morte a companheira com um machado, depois de agredi-la e destruir a casa, também sem entrevista.

A próxima mulher entrevistada é representante da Federação Nacional dos Médicos que se posiciona contra a contratação de anestesistas tarefeiros espanhóis pelo Estado para a cidade de Algarve. Sobre a descarga de poluentes no Rio Tua, em Mirandela, que matou centenas de peixes ouve uma moradora local. Uma peça sobre uma escola alternativa em Matosinhos, que não teria licença para o primeiro ciclo, traz entrevista de uma mãe e de uma diretora se defendendo das acusações.

Uma pesquisa da Organização Mundial de Saúde prevê que 52% da população vai sofrer de miopia devido ao uso de dispositivos eletrônicos é o tema da peça que entrevista duas meninas e a mãe delas, além de duas estudantes e uma médica oftalmologista.

Uma matéria sobre estudantes portugueses que vão ao Reino Unido, ouve uma aluna que fala das expectativas de viver fora do país e a mãe de uma estudante.

O quadro Gente Que Não Sabe Estar é apresentado por Ricardo Araújo Pereira e entrevista Manuela Ferreira Leite que foi ministra das Finanças (que já apareceu no início do jornal) para discutir a política atual de Portugal. Exibe também um fala-povo com uma idosa que diz que decidiu em quem votar meia hora antes de ir ao pleito.

JN 10 de outubro de 2019 – quinta-feira

Duração: 41min43seg

Tempo de fala dos jornalistas: 34min01seg

Tempo de fala das fontes: 07min05seg

Tempo de fala das fontes femininas: 01min28seg

Mulheres ouvidas: 7 (sete)

Apresentação: Renata Vasconcellos e Willian Bonner (Jacqueline Brazil na Previsão do Tempo)

A primeira mulher a falar como fonte é a diretora do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Bahia, em matéria sobre o desastre ambiental de derramamento de óleo nas praias do nordeste brasileiro, cuja causa era investigada. A especialista fala que o petróleo encontrado é produzido na Venezuela, segundo a comparação do banco de óleos do departamento. A dona de um restaurante que atende turistas aparece falando que “A gente compra tudo e fica tudo lá dentro do freezer”.

Uma matéria sobre um projeto de lei para decidir como dividir o dinheiro do leilão da reserva de petróleo do pré-sal entre estados, traz a sonora de uma senadora, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que fala dos prazos da votação da Reforma da Previdência no Senado, que só será feita depois do projeto de lei.

Em reportagem sobre o Mundial de Ginástica Olímpica, a brasileira Flavia Saraiva teve o título de sétima melhor do mundo e a treinadora também é entrevistada para falar da grande vencedora, a estadunidense Simone Biles, a grande campeã (que na reportagem tem o jornalista falando por ela por falar em inglês). Uma nota coberta apresenta as mulheres iranianas que puderam entrar em um estádio de futebol depois de 40 anos de proibição, e ainda assim tiveram três mil ingressos disponibilizados para um setor específico do estádio, longe dos homens.

Em reportagem sobre a lei de abuso de autoridade discutida no Brasil, uma juíza explica os receios de punição de magistrados no caso de acusadores desistirem de denúncias e a Lei Maria da Penha é citada, no caso de a mulher retirar a acusação contra o agressor. E a última mulher a ser ouvida nesta edição é a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, que fala sobre o Brasil não ter sido indicado pelos Estados Unidos para ser membro da OCDE, promessa que havia sido feita por Donald Trump ao presidente brasileiro, mas o que, segundo ela, não foi surpresa.

Há uma matéria, sem fontes, com relação ao Nobel de Literatura 2018, que premiou a ativista polonesa Olga Tokarczuk e o de 2019, vencido pelo austríaco Peter Handke, que finaliza tratando do escândalo de violência sexual contra mulheres praticada pelo companheiro de uma integrante do comitê suíço. Sem sonoras femininas, também, uma reportagem sobre o Festival Lollapalooza, cita Pabllo Vittar como artista LGBTQ+.

J8 15 de novembro de 2019 – sexta-feira

Duração: 1h23min52seg.

Tempo de fala dos jornalistas: 54min40seg

Tempo de fala das fontes: 25min40seg

Tempo de fala das fontes femininas: 13min35seg

Mulheres ouvidas: 22 (vinte e duas)

Apresentação: José Alberto Carvalho

Duas mulheres negras protagonizam a primeira reportagem do telejornal que apresenta uma mulher negra, estrangeira de Cabo Verde, que vive nas ruas em Lisboa e

havia sido personagem de reportagem exibida há dois meses quando era atendida por uma equipe que levava alimentação aos sem-teto. Ela aparece na reportagem sem mostrar o rosto nem contar seu nome. Agora, a mulher é acusada de abandonar um bebê recém-nascido em uma caixa coletora de resíduos recicláveis (Eco Ponto Amarelo) e está presa. A outra mulher protagonista é a ministra da Justiça que a visita no presídio para saber como está a jovem de 22 anos. O bebê resgatado, 17 horas depois do nascimento, está internado e a espera de uma família que cuide dele. O presidente Marcelo Rebelo de Sousa agradece a quem salvou o bebê e sobre a decisão de manter a mãe presa.

A próxima peça é sobre um hospital privado que recebe faturas do Governo com atrasos de dois anos. A administradora do local fala do risco de falência e do fato de médicos se recusarem a operar pacientes por não receberem pelos trabalhos. A falta de medicamentos nos hospitais, tema de outra matéria, traz sonora com a ministra da Saúde que fala de sua preocupação e com a bastonária da Ordem dos Farmacêuticos que fala da falta, também, de novos medicamentos.

A primeira morte, na Bélgica, causada por cigarros eletrônicos (*Vape*), traz sonora da ministra da Saúde da Bélgica, falando em holandês. O assalto à mão armada a uma papelaria traz a fala da funcionária que foi rendida e explica como reagiu, ficando parada, em choque, respirando e buscando o segurança assim que o assaltante saiu.

A entrevista da jovem que abandonou o recém-nascido, gravada há dois meses na reportagem sobre moradores de rua volta a ser exibida. A mulher, sem mostrar o rosto e nem ser identificada pelo nome, pedido que fez à reportagem, conta como acabou tornando-se sem abrigo já que veio de Cabo Verde para estudar em Portugal, e disse: “Eu sou muito nova para estar nesta vida. Eu quero estudar, viver minha vida, trabalhar...”. A psicóloga Filipa Jardim da Silva assiste às falas e vê as imagens da garota na reportagem e faz uma análise:

Nós vemos uma **menina mulher**, portanto, **não vemos um monstro** e acho que isso é de se salientar. Nós vemos uma pessoa que tem muitos medos, que está claramente a abandonar-se e que está perdida entre aquilo que já aconteceu e que está a acontecer e que tem um muro estabelecido entre ela e os outros (grifo nosso).

Embora a equipe de voluntários tivesse desconfiado da gravidez, ela teria negado. A reportagem explica que mesmo grávida de sete meses, a barriga não parecia indicar a gestação. A psicóloga afirma que:

Quando uma mulher anuncia ao mundo que está grávida, normalmente a maior parte das mulheres reporta que nos dias a seguir notam que há um aumento abdominal. Eu aqui acredito que esta negação, ao longo dos nove meses, ela estava a mentir a ela própria. E nós quando persistimos numa mentira, a verdade é que em algum momento podemos começar a acreditar nela.

Sobre o tema, a peça exibida a seguir explica que há cinco famílias habilitadas a acolher o bebê abandonado, segundo a diretora da unidade de adoção e acolhimento. Há muitas crianças e poucas famílias disponíveis, o que motivou a realização de uma campanha para estimular a adoção. E em outra matéria, a Ordem dos Médicos entrega uma petição na Assembleia para que pais que adotem crianças tenham direito a redução do horário de trabalho. Uma mulher responsável pela Associação Mundos de Vida, de Famalhão, fala sobre como é o processo de recrutamento de famílias com interesse em adotar, mas não há crédito e seu nome não é informado.

A reportagem sobre a neve na Serra da Estrela entrevista duas mulheres, como fala-povo, sobre o que esperam do local turístico com neve. Sobre a enchente em Veneza, uma moradora da cidade italiana explica em seu idioma que não tem medo, por estar acostumada, embora as cheias tenham sido maiores que das últimas vezes. Uma matéria sobre a viagem mais longa da história, um voo sem escalas entre Nova Iorque e Sidney, mostra como os passageiros se comportam no voo ultralongo e uma especialista fala das atividades físicas dentro do avião, da iluminação e alimentação para manter o organismo sem impactos. A comandante do avião explica que o comando foi dividido entre quatro pilotos e que esse voo serviu de pesquisa para compreender como gerir o tempo da tripulação.

A atleta de triplo salto, Patrícia Mamona, é homenageada no Palácio de Belém, residência oficial do presidente que a abraça e diz que ela é um exemplo de quem honra e prestigia Portugal. A medalhista de ouro no Campeonato Europeu de Atletismo, diz que está confiante para as olimpíadas de Tóquio, 2020, porque nas últimas olimpíadas perdeu a medalha de ouro por 4cm.

A representante da Câmara Municipal de Alcobaça fala sobre a competição de doces conventuais valorizando a pesquisa realizada pelos moradores para manter a tradição. As três vencedoras da competição são entrevistadas sobre seus doces vitoriosos. Uma exposição sobre Harry Potter é o tema da próxima reportagem que traz a *designer* explicando os conceitos que buscam propor realismo aos visitantes.

A paleontóloga, Caroly Porco, é uma das cientistas entrevistadas pelo apresentador sobre a aula magna da Universidade de Lisboa cujo tema é ciência e universo. São quatro cientistas entrevistados, a mulher é a última e o jornalista fala: “*Hi, at last but not least, and the only woman in this panel*” em que Caroly responde: “*Someone has to do it...*”. A entrevista segue tratando da especialidade dela, sobre existir outras formas de vida no espaço, para além da Terra.

JN 15 de novembro de 2019 – sexta-feira

Duração: 42min02seg

Tempo de fala dos jornalistas: 37min22seg

Tempo de fala das fontes: 3min27seg

Tempo de fala das fontes femininas: 01min02seg

Mulheres ouvidas: 6 (seis)

Apresentação: Juliana Morrone e Rodrigo Bocardi (Jacqueline Brazil na Previsão do Tempo)

A chuvarada em Vitória (ES) é o tema da primeira reportagem que mostra uma mulher negra dizendo que vai precisar de ajuda porque perdeu todos os seus bens com a inundação. A próxima mulher a falar é a visitante de um casarão na cidade de Itu (SP) que abrigou a primeira convenção para a Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, ela diz que não lembrava que tudo havia começado no local que hoje é um museu.

A próxima voz feminina de fonte é a da diplomata ucraniana Marie Yovanovitch, ex-embaixadora nos Estados Unidos, atacada pelo presidente dos Estados Unidos ao ser retirada do cargo. Ela foi ouvida no inquérito de *impeachment* de Trump e diz que ficou chocada sobre como ele falou a respeito dela, sua fala é traduzida pela repórter, mas a

ouvimos falar: “*Shocked!*”. Com relação à enchente em Veneza, a mesma mulher italiana que fala ao J8 aparece no JN, porém quem explica que ela não tem medo porque está acostumada com as cheias é a locução do repórter, que traduz e narra outros idiomas para o português. Esta fonte não é contabilizada porque não ouvimos sua voz.

Uma garota negra do interior do Nordeste, que é fã de Lewis Hamilton, campeão de Fórmula 1, trabalhou para economizar dinheiro e poder assistir ao Grande Prêmio do Brasil, em São Paulo. Ela diz que o piloto é uma inspiração para lutar e conquistar sonhos. Seguida da gerente de um hotel, que explica o aumento da busca por quartos por conta da competição no autódromo e de uma enquete com uma turista estrangeira dizendo que torce por Lewis Hamilton.

J8 28 de dezembro de 2019 – sábado

Duração: 50min22seg

Tempo de fala dos jornalistas: 32min37seg

Tempo de fala das fontes: 15min59seg

Tempo de fala das fontes femininas: 58seg

Mulheres ouvidas: 4 (quatro)

Apresentação: Pedro Pinto

Uma das primeiras notícias (sem entrevistas) é sobre uma mulher que foi degolada por seu companheiro, em frente aos filhos de dois e quatro anos que abriram a porta do apartamento em Oleria para os policiais que atenderam ao crime. Ela é uma das 34 mulheres assassinadas pelos companheiros em Portugal. Tanto a vítima quanto o marido são brasileiros.

São quatro as fontes femininas desta edição. Em reportagem sobre o último fim de semana de 2019, enquetes são feitas com pessoas que aproveitam o sol no Algarve, uma mulher que está de aniversário agradece em sua fala ao bom tempo. A próxima fonte fala sobre o Réveillon na Ilha de Madeira, a presidenta dos Portos explica que com os passageiros dos navios de cruzeiro, serão 24 mil pessoas a comemorar na ilha. Na sequência, uma matéria sobre festas temáticas em Évora traz a fala de uma mulher

explicando sobre os coquetéis servidos aos hóspedes do Alentejo para lhes desejar boas-vindas. E uma reportagem sobre o treino solidário do Sporting, cuja prenda é um presente para ser doado a crianças de instituições, e traz enquete com uma visitante que acha possível que o time vença o campeonato.

JN 28 de dezembro de 2019 – sábado

Duração: 41min37seg

Tempo de fala dos jornalistas: 34min27seg

Tempo de fala das fontes: 06min09seg

Tempo de fala das fontes femininas: 01min45seg

Mulheres ouvidas: 14 (catorze)

Apresentação: Juliana Morrone e Rodrigo Bocardi (Tiago Scheuer/Previsão do Tempo)

A primeira fonte feminina a ser ouvida é em enquete com uma motorista na estrada, falando sobre o perigo das colisões traseiras em acidentes de trânsito nos feriados de fim de ano. Os congestionamentos nas estradas e os problemas inesperados nos veículos foram o tema dos próximos fala-povo de duas mulheres que enfrentaram dificuldades. Outra enquete é com uma idosa esperando para viajar de ônibus na rodoviária lotada.

O turismo no Nordeste foi o tema da peça que traz uma mulher falando: “Tem a brisa, tem areia, tem gente bonita”. Avançando no telejornal, as próximas vozes femininas são de três mulheres que explicam o que usam nas simpatias de fim de ano, em reportagem discutindo a venda de *kits* de sal grosso e perfumes, além de outros produtos que prometem dar sorte.

Na temática meio ambiente, sobre a cobrança de taxa de preservação ambiental para entrar em uma praia ouve uma professora que apoia a medida pensando na infraestrutura para turistas. As despesas que chegam com o início do ano é tema da fala de duas mulheres, em matéria sobre impostos cobrados sobre imóveis em janeiro.

Uma chamada para o programa Fantástico de domingo apresenta a fala de uma mulher, vítima de agressão física de seu companheiro, um jogador de futebol, que conta ter sido espancada durante viagem para a Disney com as filhas. E também há um destaque

para a fala de um homem suspeito de atirar no vizinho por homofobia, negando odiar *gays*: “Foi de homem pra homem”.

Uma reportagem sobre a Folhinha de Mariana, publicada há 150 anos, inicia com uma idosa como personagem, contando que desde criança olha a previsão do tempo no jornal antes de sair de casa. O livro *Lunário Perpétuo* é a fonte para a previsão, publicado há 450 anos na Espanha e traduzido para o português, traz tabelas e precisa de um especialista para calcular os dados, segredo mantido pelo padre que conhece o sistema. A matéria fecha com uma jovem dizendo que a Folha de Mariana é certa.

Descrição das edições dos telejornais 8 de Março (Dia Internacional de Luta das mulheres)

J8 8 de Março de 2017 - quarta-feira

Duração: 1h16min35seg

Tempo de fala dos jornalistas: 41min32seg

Tempo de fala das fontes: 35min03seg

Tempo de fala das fontes femininas: 8min46seg

Mulheres ouvidas: 25 (vinte e cinco)

Apresentação: José Alberto Carvalho

A discussão entre parlamentares sobre fraudes em bancos portugueses é o tema da reportagem que abre este telejornal e traz sonoras com duas deputadas; na sessão, o tema desigualdade entre homens e mulheres também teria feito parte dos discursos segundo a matéria, embora sem trechos de falas exibidos. Porém, o Dia Internacional das Mulheres é tratado em reportagem que fala brevemente da história da data que, segundo a repórter, tem raízes em uma manifestação de mulheres em Nova Iorque (1908), na qual elas teriam sido reprimidas e algumas queimadas. Motivo para em 1509 o Partido Socialista da América declarar 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher.

A matéria mostra o presidente Marcelo Rebelo de Sousa visitando a Associação de Apoio à Vítima (APAV), instituição que ajuda pessoas agredidas, e faz um discurso sobre números de vítimas de agressão:

O presidente da República quer falar delas. É preciso que as consciências vão mudando, mas o problema subsiste, pra não dizer que se agrava. E os relatos de violência doméstica continuam a fazer títulos nos jornais. E é por isso que não nos podemos calar, não nos podemos calar!

Desigualdade é tema de outra reportagem que traz como fonte uma professora universitária especialista em estudos de gênero e que afirma: “As mulheres mais jovens são mais escolarizadas, portanto, tem mais anos de escolaridade”. Mas no mercado de trabalho, os homens são mais ativos e ocupam altos cargos nas empresas, além de ganhar 20% a mais que elas. A especialista explica que o trabalho doméstico é responsabilidade das mulheres da casa, bem como o cuidar dos filhos, por isso elas trabalham o triplo que eles nessas tarefas.

A próxima reportagem mostra mulheres em posições e profissões que seriam indicadas a homens, há a fala de mulheres-exceção, como a diretora de uma multinacional, a comandante do Corpo de Bombeiros e a presidenta da Câmara de Vereadores, além de duas deputadas: uma que atua desde 1975 e outra jovem em primeiro mandato. A fala de António Guterres, secretário-geral da ONU, sobre direitos das mulheres é exibida, também tratando de desigualdade de gênero.

Uma matéria sobre mudanças no plano curricular dos primeiros anos do ensino traz duas professoras. Há uma peça apresentando cinco mulheres vítimas de desmoronamento na Ilha da Madeira e a secretária Regional explicando o fenômeno que causou o desabamento. Uma outra matéria trata do clima e ouve três mulheres que foram à praia.

Enquetes são também apresentadas com três fãs da série *Walking Dead* em um evento com artistas e sobre celebridades, uma apresentadora da TVI fala sobre a estreia de um novo programa de entretenimento. Uma matéria sobre um espetáculo de teatro traz a entrevista de uma atriz e a de uma exposição sobre Frida Kahlo e Carmem Miranda, que foi planejada para estrear no Dia das Mulheres, entrevista a autora da mostra.

JN 8 de Março de 2017 - quarta-feira

Duração: 20min34seg

Tempo de fala dos jornalistas: 18min35seg

Tempo de fala das fontes: 1min59seg

Tempo de fala das fontes femininas: 04 seg. (quatro segundos)

Mulheres ouvidas: 2 (duas)

Apresentação: Renata Vasconcellos e Willian Bonner (Maria Júlia Coutinho na Previsão do Tempo)

A escalada informa que é Dia Internacional das Mulheres e a segunda reportagem trata de manifestações do 8 de Março no Brasil e no mundo mostrando Turquia, Nova Iorque e Brasil em nota coberta. A terceira reportagem apresenta o presidente Michel Temer agradecendo pelas atividades domésticas desempenhadas pelas brasileiras: "O quanto a mulher faz pela casa, pelo lar, pelos filhos... se a sociedade vai bem é porque os filhos tiveram uma adequada educação em casa, isso quem faz é a mulher".

Apenas duas fontes femininas foram ouvidas e somente por quatro segundos nesta edição: uma das entrevistadas era uma trabalhadora do Reino Unido que iniciou um movimento para acabar com a exigência do uso de salto alto no ambiente de trabalho (2seg.) e a outra foi uma parlamentar inglesa que apoiou a ação (2 seg.). Ambas têm suas vozes traduzidas e narradas pelo repórter, conseguimos ouvir apenas algumas palavras faladas em inglês.

O apresentador do telejornal parabeniza a apresentadora do tempo pelo seu dia, e também à sua colega de bancada. Maria Júlia Coutinho, apresentadora negra, responde que ainda temos muito a conquistar.

J8 8 de Março de 2018 - quinta-feira

Duração: 1h26min28seg

Tempo de fala dos jornalistas: 59min28seg

Tempo de fala das fontes: 27min

Tempo de fala das fontes femininas: 10min05seg

Mulheres ouvidas: 27 (vinte e sete)

Apresentação: Judite Sousa

Um homem acusado por três homicídios e que foi condenado à pena máxima traz as primeiras fontes femininas na reportagem que abre o telejornal: a advogada do condenado e três mulheres, familiares das vítimas aprovando o resultado do julgamento. A próxima entrevistada é a ministra da Justiça que garante segurança do sistema informático judicial.

Com a informação de que se trata do Dia 8 de Março, há uma peça sobre desigualdade de género no poder político com uma proposta do governo de aumentar as quotas para mulheres de 33% para 40%, a fonte é a ministra da Previdência. Seguida de uma reportagem mostrando a visita do presidente Marcelo Rabelo de Sousa a uma fábrica de costura, além de abraçar a cada uma das trabalhadoras, ele fala que é preciso criar condições para igualdade e que a transformação precisa ser cultural.

Uma trabalhadora recita um poema sobre violência: "Certeza de que agora mulheres estão sendo maltratadas. Elas estão indefesas". O presidente diz apoiar as cotas e esperar que quando "as vossas filhas e vossas netas tiverem a vossa idade o país esteja melhor... Eu espero que o presidente da República já seja uma mulher". A próxima matéria traz duas mulheres demitidas na licença maternidade em Portugal, uma diretora comercial e outra que trabalha no ramo imobiliário, ambas demitidas por carta.

Duas estadunidenses falam em inglês sobre uma nevasca. No mesmo idioma, uma inglesa e uma menina falam sobre a oportunidade de encontrar o casal real britânico, príncipe Harry e Meghan Markle, que visitou mulheres e meninas estudantes de Ciências, Tecnologia e Engenharia em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres com a mensagem de que não desistam de seus sonhos.

Uma peça mostra que a Liga Portuguesa Contra o Cancro promove um curso de automaquiagem para doentes de câncer no dia 8 de Março: uma brasileira conta que cor vai usar na maquiagem que fará na paciente, outra maquiadora portuguesa fala de como a maquiagem pode ajudar a melhorar a autoestima e a diretora do lugar, além de duas pacientes e uma voluntária, são entrevistadas para falar que melhorar a imagem ajuda a ficar bem. Uma paciente, de cabeça raspada e maquiada diz:

São tratamentos muito difíceis e trazem muitas consequências a nível de imagem, digamos assim. E depois, claro, com uma maquiagenzinha tornamos-nos muito mais bonitas, não quer dizer que não sejamos bonitas mesmo sem elas.

Nesta edição há uma reportagem mostrando mulheres-exceção que se destacam das outras, que fogem à regra. Uma personagem conquistou o cargo de diretora geral de uma indústria farmacêutica importante e é mostrada dando conta, também, do serviço doméstico: “Sou uma mulher normalíssima, vou pra casa, ainda tenho que acabar o jantar, vou ao ginásio”. Outra mulher-exceção é piloto da Força Aérea e conta que sonhou com isso desde criança e fala: “É fácil conciliar com a vida familiar que eu sempre almejei” e afirma que “é mais fácil trabalhar com homens do que com mulheres”.

Para finalizar a cobertura da data, são exibidos quatro depoimentos de mulheres que foram à TVI no Dia das Mulheres e a apresentadora diz que: “reivindica-se justiça e discute-se a diferença entre gêneros”, a mensagem das mulheres é “de desconstruir estereótipos”. Elas questionam a existência de brinquedos de meninos e meninas, a necessidade de contratar mulheres com salários iguais e que homens passem a fazer tarefas domésticas. A diretora da TVI termina dizendo que “Em pouco tempo eu espero não precisar de um dia da mulher” e a apresentadora conclui: “Já muito se fez, mas muito há por fazer”.

O telejornal ainda vai ouvir uma mulher sobre prova de vinhos do Porto durante uma exposição na Inglaterra e encerra a edição com uma entrevista sobre um *show* de Gal Costa, Gilberto Gil e Nando Reis que apresenta Gal falando que os dois homens com quem ela vai se apresentar são “de alma feminina” e “delicados”. Enfim, a apresentadora fala que “Neste Dia Internacional da Mulher fechamos o Jornal das 8 com um número musical”, entrevistando a atriz de novela Sofia Ribeiro e pedindo uma mensagem para as

portuguesas: “Gostava que este dia da mulher, se calhar não existisse, porque seria, a meu ver, um sinal de que não precisávamos mais lutar por igualdade”.

JN 8 de Março de 2018 - quinta-feira

Duração: 48min48seg

Tempo de fala dos jornalistas: 36min59seg

Tempo de fala das fontes: 11min49seg

Tempo de fala das fontes femininas: 3min06seg

Mulheres ouvidas: 9 (nove)

Apresentação: Renata Vasconcellos e Willian Bonner (Eliana Marques na Previsão do Tempo)

O jornal abre com uma reportagem sobre assédio no transporte coletivo, Bonner diz que é Dia Internacional da Mulher e aparecem enquetes com três mulheres que foram vítimas de agressão sexual em ônibus e trens, e um aplicativo que permite denunciar para tentar punir o crime, o que é pouco feito. O segundo VT trata de violência contra mulheres na Inglaterra onde há um movimento pela punição mais grave, enquanto na Rússia foi aprovada uma lei sobre agressão mútua (projeto apresentado por duas mulheres) e que dá proteção aos agressores determinando que o Estado não deve se meter em assuntos de família e que o homem só vai ser punido quando quebrar ossos da mulher, além de poder bater na companheira uma vez por ano. As mulheres que aparecem na reportagem têm suas falas traduzidas e narradas pelo repórter, ouvimos três segundos de uma fala em russo de uma ativista que, segundo o jornalista, apresenta uma pesquisa na qual a maioria da população considera a violência doméstica um problema sério.

O próximo VT a ouvir uma mulher é sobre o Prêmio Inovare, contra a corrupção, no qual a presidenta do Supremo Tribunal Federal fala que a corrupção é inaceitável e crime que deve ser combatido pelo sistema de justiça. O quadro Brasil Que Eu Quero traz uma eleitora mostrando a obra de uma unidade de saúde, abandonada por ter sido construída ao lado da linha férrea, e questiona se o erro não foi percebido antes de a obra iniciar. Na sequência, uma pesquisa sobre o Zica Vírus traz uma entrevista com uma cientista explicando o estudo.

Em reportagem sobre mudanças na legislação de pesquisas eleitorais, a diretora do instituto de pesquisa Ibope/Inteligência é entrevistada para analisar as decisões. A última fonte feminina ouvida está em uma reportagem sobre a crise na saúde pública do Rio de Janeiro, a promotora de Justiça que analisa as denúncias de irregularidades é entrevistada.

J8 8 de Março de 2019 - sexta-feira

Duração: 1h24min42seg

Tempo de fala dos jornalistas: 51min10seg

Tempo de fala das fontes: 33min32seg

Tempo de fala das fontes femininas: 24min05seg

Mulheres ouvidas: 31 (trinta e uma)

Apresentação: Judite Sousa (José Eduardo Moniz/quadro Deus e o Diabo)

A notícia de uma mulher que foi carbonizada e a violência contra as mulheres em geral é o tema desta primeira parte do telejornal, que abre lembrando que é Dia da Mulher e traz imagens da Marcha 8 de Março em Portugal, com mulheres segurando cartazes, pelo fim dos assassinatos e do medo de denunciar. A primeira fonte é uma deputada falando que em dois meses e 8 dias, 12 mulheres foram mortas, o que mobilizou o país. A segunda entrevistada é outra deputada que diz que as mulheres nunca conquistaram nada sem luta, desde o direito ao voto ao divórcio e que lutam todos os dias para sair à rua sem medo.

Os abusos laborais também fazem parte das falas, há uma de que uma grande loja de departamentos, El Corte Inglés de Porto, que obriga as trabalhadoras que estão amamentando a irem ao médico para que suas mamas sejam pressionadas “para ver se ainda tem leite para amamentar os seus filhos”.

A Primeira Greve Internacional da Mulheres de Portugal é noticiada ao vivo de Lisboa, e de forma gravada com a presença de António Costa participando do evento pela manhã. O repórter diz em seu *off* que é um ambiente pouco comum a um primeiro-ministro estar (na manifestação) e que o mesmo “desconforto” não corresponde a

Fernanda, esposa dele, que fala sobre cada um ter seu papel profissional: “O meu marido tem funções que não lhe permitem dividir tarefas, se eu tivesse as funções dele, também não dividiria”. A matéria mostra, ainda, que o primeiro-ministro recebeu mulheres na residência oficial para um almoço onde a paridade de gêneros foi discutida. Deste almoço, nenhuma das 18 mulheres recebidas por ele foi entrevistada.

Uma nota sobre medidas discutidas pelo Parlamento para diminuir a violência doméstica, é o próximo ponto, seguido da apresentadora lembrando que há mais de cem anos da criação do Dia Internacional das Mulheres ainda há profissões que são encaradas como tipicamente masculinas. A reportagem mostra três mulheres-exceção. A primeira é a presidenta da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras (a frente de 5 mil estudantes) que diz que sabe que tem de ser melhor que homens “Como mulher eu tenho plena consciência de que tenho de me esforçar muito mais, se falo um bocadinho mais alto sou histérica, não sou levada a sério, se tiro boas notas é porque estou a piscar o olho”.

A segunda é aluna da Força Aérea Portuguesa, aspirante que se diz bastante feminina: “Sou mesmo mulher com todas as letras, no entanto, tenho este lado desta paixão da aviação que partilho com meus camaradas do sexo masculino”. Não compreende quem acha que existam ainda profissões para homens e mulheres e que a mudança de comportamento deve começar na infância: “Se a menina quiser uma Barbie, dá-se uma Barbie, mas se quiser um *Action Man*, dá um *Action Man*, portanto, não deve haver divisão”. E a terceira, também da Força Aérea, é alferes e engenheira eletrotécnica de formação, que diz que sempre quis algo desafiante e escolheu concorrer a uma posição.

A próxima peça mostra um grupo cantando o Hino à Mulher Polícia e apresenta mais exemplos de mulheres-exceção. A subcomissária de relações públicas da Polícia de Segurança Pública diz que hoje “não há qualquer diferença entre mulher polícia ou ser homem polícia”, segundo ela, diferente de quando a primeira foi contratada em 1930 apenas para serviços administrativos. A próxima entrevistada é uma agente que iniciou em 1972 quando mulheres já atuavam nas funções operacionais. Ela conta que havia muitas dificuldades e lembrou quando deu voz de prisão a um homem que havia furado fila de um estacionamento, sob protestos de quem estava na fila, ele disse ao juiz que não a obedeceu porque “As mulheres não mandam como os homens”.

A Marcha do 8 de Março pela Europa traz falas de quatro mulheres, duas em Madri, uma em Paris e uma em Berlim tratando da não equidade de direitos. Em Portugal, traz cinco enfermeiras portuguesas que se juntam à Greve Internacional das Mulheres. Uma mulher negra fala durante a visita do presidente Marcelo Rabelo de Sousa em Angola sobre como ele é querido em Benguela.

Uma matéria sobre um carro que saiu da estrada e matou duas mulheres tem a entrevista da adjunta do Corpo de Bombeiros que atendeu à ocorrência. Em seguida, uma reportagem investigativa sobre mães cujos filhos foram adotados por bispos da Igreja Universal do Reino de Deus e foram pressionadas a mudar o testemunho por um homem que se passava por funcionário do Ministério da Justiça. Uma das mães fala sobre o caso. A próxima matéria é sobre o bom tempo que leva pessoas à praia e traz três enquetes com mulheres.

O quadro Deus e o Diabo, apresentado por José Eduardo Moniz, volta ao tema de violência contra as mulheres e entrevista uma vítima de agressão, obrigada por seu companheiro a sair de casa depois de sofrer violência física. Ela não mostra o rosto, tem a voz disfarçada e conta que foi orientada a sair de casa pela polícia e a tentar voltar no outro dia para conversar com o companheiro. Seguindo no quadro, entra o discurso de Greta Thunberg ao Fórum Econômico Mundial sobre as questões ambientais e a fala (por *Skype*) de uma estudante portuguesa afirmando que está sendo organizada uma greve de estudantes, inspirada em Greta.

A Marcha das Mulheres foi tema de entrevista no estúdio. A representante do Movimento 8 de Março explica quantas mulheres participaram e como foram as manifestações. O apresentador, em alguns momentos, começa a contrapor as respostas da militante, perguntando sobre cada uma das bandeiras de luta do movimento. Ele diz que acha que os salários entre homens e mulheres já são iguais em Portugal. O apresentador, logo depois de falar, corta a entrevistada e chama outra mulher para participar por *Skype*, não lhe dando tempo de argumentar sobre a desigualdade salarial. A convidada diz que discorda da questão do trabalho doméstico, pois se a mulher não trabalhar mais em casa a sociedade sentirá as consequências disso e, também, discorda de que exista uma objetificação do corpo da mulher.

A militante explica que a publicidade usa o corpo das mulheres como objeto de desejo e instiga os homens a quererem ser donos dos corpos femininos, o que gera violência física. Moniz corta a fala dela: “Já entendemos seu ponto”, e chama outra entrevistada por *Skype*. A nova convidada começa pedindo desculpas por discordar da representante da Marcha e fala que “No passado os homens entregavam-nos a educação futuro” e que hoje vivemos em lutas constantes e que: “Perdemos a capacidade de ensinar os homens a ser amados”. A representante da Marcha explica que o trabalho doméstico não pode ser mais obrigação das mulheres, deve haver remuneração para isso. Moniz encerra a entrevista afirmando que a fala da militante é panfletária. A militante diz: “É uma linguagem de visibilizar. No feminismo o que nós chegamos é que é necessário visibilizar as mulheres que fazem com que a sociedade funcione.”

De volta ao estúdio com Judite Sousa, mais uma reportagem traz a fala da vice-presidenta da Venezuela sobre cortes de eletricidade no país, para quem trata-se de um ataque de opositores que querem perturbar a tranquilidade e a normalidade do povo.

JN 8 de Março de 2019 - sexta-feira

Duração: 42min04seg

Tempo de fala dos jornalistas: 29min42seg

Tempo de fala das fontes: 12min22 seg.

Tempo de fala das fontes femininas: 6min

Mulheres ouvidas: 18 (dezoito)

Apresentação: Renata Vasconcellos e Willian Bonner (Maria Júlia Coutinho na Previsão do Tempo)

A edição abre com uma nota coberta que traz números de 2018, levantados pelo Monitor da Violência, informando que a cada duas horas uma mulher é morta no Brasil vítima de violência. Foram registrados 4.254 casos de mulheres assassinadas, sendo 1.173 feminicídios. Até 26 de fevereiro houve 18 mil ligações de pedido de ajuda ao fone 180 (Central de Atendimento à Mulher), e no mesmo período de 2018 tinham sido 11 mil. Em seguida, entra um VT sobre uma mulher espancada pelo namorado há quatro dias. A vítima com o rosto bastante machucado, em depoimento por celular feito no quarto do

hospital, conta sobre as agressões e diz: “Só deixo uma dica: não acreditem, mulheres, em quem te traga flores todos os dias.”

A próxima reportagem traz a ministra da Mulher apresentando a campanha Salve uma Mulher que vai treinar maquiadoras para identificar casos de agressão. No discurso, compara igualdade de gênero à violência contra mulheres, indicando o que ela chama de ideologia de gênero. O termo ideologia de gênero é negado por organizações que defendem LGBTQIA+ e que acusam setores ultraconservadores e fundamentalistas de terem inventado este conceito.

Enquanto os nossos meninos acharem, ministro, que menino é igual a menina, como pregou-se no passado, algumas ideologias, já que a menina é igual, ela aguenta apanhar. Nós vamos dizer para eles que elas são iguais em oportunidades e direitos, mas diferentes fisicamente e precisam ser amadas.

Em seguida, Damares Alves falou sobre como meninos e meninas devem ser educados, inclusive nas escolas:

Nós vamos ensinar os meninos nas escolas a levar flores para as meninas, por que não? A levar flores para a mulher, por que não? A se reverenciar para uma mulher, por que não? Nós não vamos estar desta forma colocando a mulher em situação de fragilidade, não, mas nós vamos elevar a mulher para o patamar de um ser especial, pleno, um ser extraordinário, é isso que a gente quer fazer lá na escola.

A fala da ministra foi rebatida por entidades que trabalham na defesa das mulheres. A diretora do Instituto Gerar diz:

Eu não sei em que ela está se baseando. Parece um julgamento meio senso comum, pouco embasado em pesquisa e estudos, né? Isso é muito preocupante porque é uma pessoa que está num cargo de decisão de políticas públicas e que não pode ter achismo aí, tem pesquisa, tem estudo e tem informação

Durante a tarde, houve uma celebração ao Dia das Mulheres no Palácio do Planalto, sede do Governo, e o presidente da República fez piada com a equiparação de cargos por gênero, Jair Bolsonaro disse:

Pela primeira vez na vida, o número de ministros e ministras está equilibrado no nosso governo. Temos 22 ministérios, 20 homens e 2 mulheres. Somente um pequeno detalhe: cada uma das mulheres que estão aqui equivalem por 10 homens.

A próxima reportagem trata de uma pesquisa que demonstra que o maior medo das brasileiras é de sofrer violência sexual e física e apresenta mulheres que foram vítimas de seus companheiros. A prima e a tia de uma mulher que foi abusada, estuprada e queimada, são fontes. A diretora do Instituto de Pesquisa Ipsos fala sobre a pesquisa que constata que o medo que mais aumenta é o da violência física. E uma promotora afirma que a violência é reflexo das posições conquistadas pelas mulheres. Três militantes do coletivo As Mina falam de como dão orientação a vítimas para se protegerem.

Mulher-exceção é o tema da próxima matéria que apresenta uma trabalhadora negra que conquistou um cargo alto na empresa onde atua, gerente de uma grande empresa: “Espero que na próxima pesquisa do IBGE a gente tenha dados de mais mulheres como eu que estejam em posição de chefia”. Mas as brasileiras ganham salários, em média, 30% menores que os homens e, segundo a repórter, quanto mais velhas maior a diferença salarial. E o trabalho doméstico, também, é responsabilidade delas.

A cobertura da Marcha pelo Dia Internacional das Mulheres teve apenas algumas imagens do Rio de Janeiro, mas houve cenas pelo mundo: Madri, Estados Unidos, Turquia, Rússia, Argentina. Em Paris, ouvimos em francês, por três segundos, a camaronesa Aliça Dumara premiada pela ONU por proteger mulheres vítimas de estupros.

Uma candidata a deputada federal, pelo Partido Social Liberal (PSL) de Minas Gerais, apresentou denúncia contra o ministro do Turismo, cujo assessor teria lhe proposto que devolvesse 90% do dinheiro do fundo público de financiamento de campanha. Ela conta que receberia 100 mil, devolveria 90 mil e ficaria com 10 mil, entregando a ele cheques em branco. “A princípio eu fiquei muda. E aí eu falei: mas como é isso? Isso é ilegal!”. Haveria outras seis deputadas que teriam recebido propostas semelhantes.

A próxima fonte feminina é uma das vítimas da tragédia ambiental de Brumadinho que ainda não encontrou o corpo do marido e sofre do luto vazio. A fala de uma trabalhadora da Venezuela sobre a falta de eletricidade no país é a próxima, e uma cuidadora de idosos fala da dificuldade de atravessar a fronteira para o Brasil, onde consegue comprar comida. A última reportagem do telejornal traz a história de uma idosa

que vive no Nordeste e não tem banheiro em casa, e que um casal que vive em São Paulo e resolveu dar de presente esse cômodo para ela. As duas mulheres falam na reportagem.

Apêndice 5: Lista de publicações relacionadas à tese:

Nodari, S. Sampaio. V. (2021). A televisão sobreviveu ao início dos anos 2000, mas como está a audiência hoje? *Anais do XIV Seminário Internacional de Mídia, Cultura, Cidadania e Informação*. Universidade Federal de Goiânia. Disponível em: <<https://semic.fic.ufg.br/p/37419-gt-3-estudos-de-televisao-streaming-e-ficcao-seriada>>.

Nodari, S. Sousa, J. P. (2020). A discussão do colonialismo partindo da língua portuguesa. *Revista Estudos Feministas*, 28, pp. 1-4. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/68044>>.

Nodari, S., Soares, L. M. A & Vichinheski, L. A. V. (2020). O lugar de fala das mulheres nos telejornais de Curitiba no dia 8 de março. *Dito Efeito*, 11, pp.54-65. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/de/article/view/10173>>.

Nodari, S. & Boaventura, L. (2020). A Pandemia do Novo Coronavírus muda a rotina do telejornalismo: como foi o primeiro mês da Covid-19 no Bom Dia Pernambuco? In: S. Nodari & L. Boaventura, *Telejornalismo Contemporâneo. 15 anos da Rede Telejor*. Vol. 1. (1ª. ed). Florianópolis: Insular, pp. 147-160. Disponível em: <<https://insular.com.br/produto/telejornalismo-contemporaneo-15-anos-da-rede-telejor/>>.

Nodari, S. & Cervi, E. U. (2020). *Sólo cuatro de los 13 candidatos presidenciales de Brasil (2018) presentaron políticas públicas para mujeres en las campañas en televisión*. (Presentación) XV Congreso Internacional de Ciencias Sociales Interdisciplinares. Universidade de Atenas. Grecia. Libro de resúmenes. Disponível em: <<https://interdisciplinasocial.com/acerca-de/historia/presentaciones-virtuales-en-espanol>>.

Nodari, S., Sousa, J. P & Cervi, E. U. (2020). *Do que falam as mulheres, fontes dos telejornais brasileiros, no dia internacional de luta das mulheres*. (Apresentação oral). 11º Seminário Nacional de Sociologia e Política. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Brasil. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/?page_id=171>.

Nodari, S., Cervi, E. U. (2020). *Sobre o que falam as mulheres, fontes dos telejornais de Brasil e Portugal, no dia 08 de março, dia internacional de luta das mulheres*. (Apresentação oral). VII Congreso Internacional De La AE-IC. Comunicación Y Diversidad. Universitat de València. Pp.2326-2349. Disponível em: <<https://aeicvalencia2020.org/wp-content/uploads/2021/01/Libro-de-Comunicaciones-VII-Congreso-Internacional-de-la-AE-IC-Valencia-2020.pdf?fbclid=IwAR2BqZx-IzgEoHliKOGs6vz8lLv8k1thuvBwxJ9f3GHqDQ6RZBb9rOQTzrs>>.

Nodari, S. (2020). *Livro de Códigos da Tese: A voz feminina nas reportagens televisivas: um estudo comparativo entre os jornais televisivos de Portugal e do Brasil a partir do lugar de fala*. (Apresentação oral). Dia de Jornalismo e Estudos Mediáticos. Universidade Fernando Pessoa. Porto, Portugal. Disponível em: <<https://www.ufp.pt/app/uploads/2020/01/Programa-e-Resumos-Dia-de-Jornalismo-e-Estudos-Medi%C3%A1ticos-2020.pdf>>.

Nodari, S. (2020). As fontes femininas nas reportagens televisivas de Portugal e do Brasil: quem são as mulheres visibilizadas no Jornal Nacional (Globo) e Jornal das Oito (TVI)? Apresentação nos Debates de Iniciação Científica. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, Brasil.

Nodari, S. (2020). *Feminismo no telejornalismo*. (Apresentação oral). Sextas da Comunicação – temática Lugar de Fala. Programa de Incentivo a Pesquisa – PIP em Comunicação. Universidade da Região de Joinville (Univille). Joinville, Brasil.

Nodari, S. & Sousa, J. P. (2019). *Facebook as a video production and exhibition platform used by journalism students: A case study of Rede Teia (Brazil)*. In: M. F. Bernier, P. Guenee, P. Douteau-Rouleau (Eds.) & S. PUIG (Coord.), *5th World Journalism Education Congress Proceedings. Teaching Journalism During a Disruptive*

Age. Paris: World Journalism Education Congress, pp. 996-1010. ISBN: 978-2-9571786-0-5. Disponível em: <<https://www.wjec.paris/conference-proceedings/>>.

Nodari, S., Santos, J. & Sousa, J. P. (2019). *Que lugar ocupa o telejornalismo na contemporaneidade?* Congresso Internacional Imprensa Escrita. Universidade Católica Portuguesa. Braga. Pp. 74-75 Disponível em: <<http://braga.ucp.pt/rpde2019/resources/downloads/BookOfAbstracts.pdf>>.

Nodari, S. (2019). *A voz feminina nas reportagens televisivas: um estudo comparativo entre os jornais televisivos de Portugal e do Brasil a partir do lugar de fala.* 3º Workshop Comunicação e Comportamento Político, Mídia e Opinião Pública. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Brasil. pp 161-172 Disponível em: <https://issuu.com/workshop-ccpnmop/docs/anais3workshopcpop_2019>.

Nodari, S. (2019). Que lugar tem o Lugar de Fala na academia? In: Sousa, J. P. *Jornalismo e Estudos Mediáticos: Memória II.* Vol. 1. (1ª. ed.) Porto: Publicações Universidade Fernando Pessoa, pp 139-152. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/7713/1/Ebook_jornalismo%20e%20estudos%20medi%C3%A1ticos_mem%C3%B3ria%20II.pdf>.

Nodari, S. (2019). *O lugar de fala da mulher nos telejornais do Dia Internacional de Luta das Mulheres.* (Apresentação oral). Dia de Jornalismo e Estudos Mediáticos. Universidade Fernando Pessoa. Porto, Portugal. Disponível em: <<https://www.ufp.pt/app/uploads/2019/05/Programa-e-resumos-Dia-de-Jornalismo-e-Estudos-Medi%C3%A1ticos-2019-4.pdf>>.

Apêndice 6: Entendendo os termos LGBTQIA+:

Estes termos, bem como as explicações, foram retirados do *Manual de Comunicação LGBTI+*, publicado pela Aliança Nacional LGBTI/GayLatino (Reis, 2018).

Assexual	Pessoa que não sente atração sexual, seja pelo sexo/gênero oposto ou pelo sexo/gênero igual ao seu.
Bissexual	Quem se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros, o termo “Bi” é também usado.
Cisgênero	Quem se identifica com o gênero atribuído a ela ao nascer.
Drag Queen	Pessoa do gênero masculino que se veste com roupas femininas de forma satírica e extravagante para o exercício da profissão em <i>shows</i> e outros eventos. Uma <i>drag queen</i> pode ser considerada um tipo de “transformista”, mas o uso das roupas performando o feminino está ligado a questões artísticas.
Gay	Pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que sente desejo ou se relaciona de forma afetiva e/ou sexual com pessoas do gênero masculino.
Heterossexual	Pessoa que se sente atraída amorosa, física e afetivamente por pessoas do sexo/gênero oposto ao dela.
Homossexual	Pessoa que se sente atraída amorosa, física e afetivamente por pessoas do mesmo sexo/gênero que o dela.
Identidade de gênero	Maneira como cada pessoa se identifica em relação ao gênero masculino e feminino. Algumas não se identificam na noção binária de homem/mulher, como pessoas agênero e <i>queer</i> .
Intersexual	Pessoa que nasce apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições típicas do feminino ou do masculino. O termo anteriormente usado para esta condição era hermafrodita, que hoje é considerado desatualizado e depreciativo.
Lésbica	Pessoa do gênero feminino que é atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero (cis ou trans).
Orientação sexual	Inclinação involuntária de cada pessoa em sentir atração sexual, afetiva e emocional por pessoas do mesmo gênero, de gênero diferente ou de mais de um gênero.

Queer	Quem se identifica como <i>queer</i> , geralmente, não aceita os termos lésbicas, gays ou bissexuais porque os considera rótulos que restringem a amplitude e a vivência da sexualidade. O termo vem do inglês <i>queer</i> que significa estranho e pode ter caráter pejorativo nos Estados Unidos.
Transexuais	Pessoa cuja identidade de gênero é diferente do sexo designado no nascimento. Podem ser homens ou mulheres que se identificam como sendo do sexo oposto: homens trans ou mulheres trans.
Transgênero	Pessoas cuja identidade de gênero transcende definições convencionais de sexualidade e que transitam entre gêneros. Travestis, transexuais ou pessoas trans.
Travesti	Pessoa do sexo masculino que realiza uma construção física e de caráter permanente para ter aparência de mulher. A identidade da travesti é identificada na vida social, familiar, cultural e interpessoal. Este termo foi usado de forma pejorativa por muito tempo para indicar pessoas que se restituíam, mas agora começa a ser usado como sinônimo de pessoas trans de forma política para reduzir o preconceito e agressões às travestis.

ANEXOS

Anexo 1: Policial Militar acusado de assédio

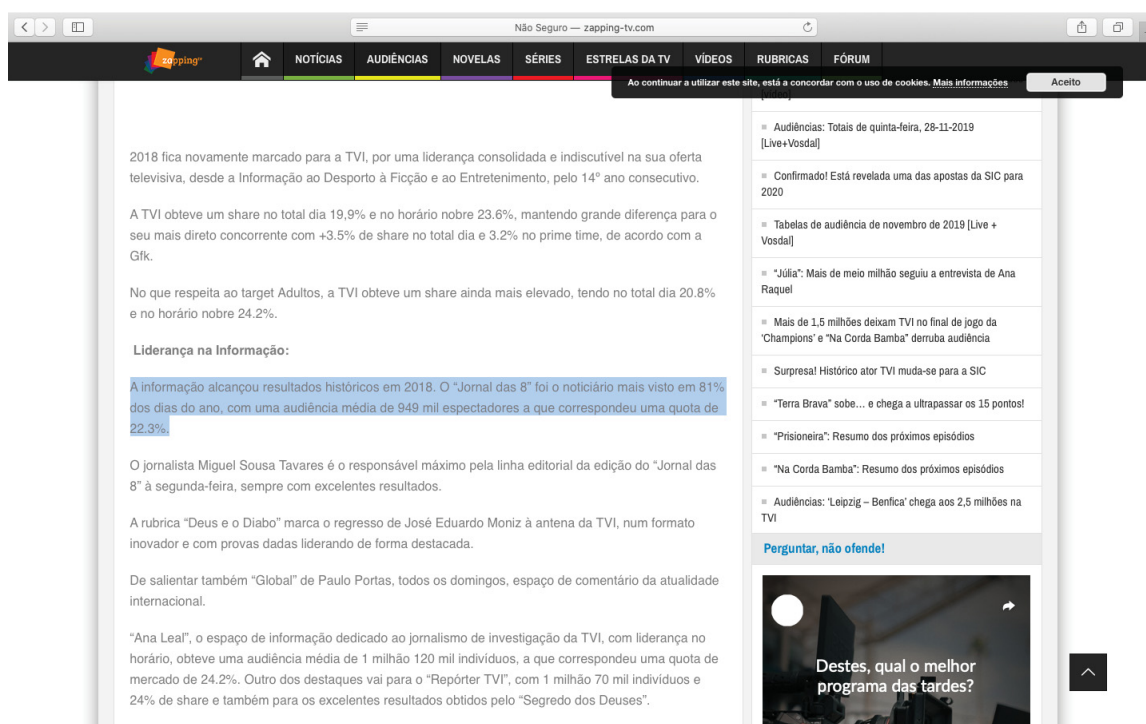
Policial Militar brasileiro, acusado de assediar mulheres russas, havia sido entrevistado sobre violência contra a mulher em 08 de Março:

The screenshot shows a web browser window displaying a news article on the ND Mais website. The page features a purple header with the 'nd+' logo and navigation menus. A prominent banner at the top reads 'VACINE-SE CONTRA O SARAMPO. PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS'. The main headline is 'PM catarinense está em grupo que gravou vídeo assediando mulher na Copa na Rússia'. Below the headline, the text states: 'Imagens dos homens insultando estrangeira viralizou nas redes sociais e PM de Santa Catarina afirma que abrirá processo administrativo disciplinar contra militar'. The article is attributed to 'REDAÇÃO ND, FLORIANÓPOLIS' and dated '19/06/2018 ÀS 10H56'. Social media sharing icons for WhatsApp, Facebook, Twitter, LinkedIn, Email, and Print are visible. A 'MAIS ACESSADAS' section is located at the bottom right of the article content.

Fonte: NDmais. (2018, junho 19). PM catarinense está em grupo que gravou vídeo assediando mulher na Copa na Rússia. Acesso em mar. 2019. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/pm-catarinense-esta-em-grupo-que-gravou-video-assediando-mulher-na-copa-na-russia> >.

Anexo 2: Jornal das Oito é líder de audiência

“Jornal das Oito é o mais visto em 2018 - O ‘Jornal das 8’ foi o noticiário mais visto em 81% dos dias do ano, com uma audiência média de 949 mil espectadores a que correspondeu uma quota de 22.3%”.



The screenshot shows the ZappingTV website interface. The main article text is as follows:

2018 fica novamente marcado para a TVI, por uma liderança consolidada e indiscutível na sua oferta televisiva, desde a Informação ao Desporto à Ficção e ao Entretenimento, pelo 14º ano consecutivo.

A TVI obteve um share no total dia 19,9% e no horário nobre 23,6%, mantendo grande diferença para o seu mais direto concorrente com +3,5% de share no total dia e 3,2% no prime time, de acordo com a GfK.

No que respeita ao target Adultos, a TVI obteve um share ainda mais elevado, tendo no total dia 20,8% e no horário nobre 24,2%.

Liderança na Informação:

A Informação alcançou resultados históricos em 2018. O “Jornal das 8” foi o noticiário mais visto em 81% dos dias do ano, com uma audiência média de 949 mil espectadores a que correspondeu uma quota de 22,3%.

O jornalista Miguel Sousa Tavares é o responsável máximo pela linha editorial da edição do “Jornal das 8” à segunda-feira, sempre com excelentes resultados.

A rubrica “Deus e o Diabo” marca o regresso de José Eduardo Moniz à antena da TVI, num formato inovador e com provas dadas liderando de forma destacada.

De salientar também “Global” de Paulo Portas, todos os domingos, espaço de comentário da atualidade internacional.

“Ana Leal”, o espaço de informação dedicado ao jornalismo de investigação da TVI, com liderança no horário, obteve uma audiência média de 1 milhão 120 mil indivíduos, a que correspondeu uma quota de mercado de 24,2%. Outro dos destaques vai para o “Repórter TVI”, com 1 milhão 70 mil indivíduos e 24% de share e também para os excelentes resultados obtidos pelo “Segredo dos Deuses”.

The right sidebar contains a list of news items:

- Audiências: Totais de quinta-feira, 28-11-2019 [Live+Vosdal]
- Confirmado! Está revelada uma das apostas da SIC para 2020
- Tabelas de audiência de novembro de 2019 [Live + Vosdal]
- “Júlia”: Mais de meio milhão seguiu a entrevista de Ana Raquel
- Mais de 1,5 milhões deixam TVI no final de jogo da “Champions” e “Na Corda Bamba” derruba audiência
- Surpresa! Histórico ator TVI muda-se para a SIC
- “Terra Brava” sobe... e chega a ultrapassar os 15 pontos!
- “Prisioneira”: Resumo dos próximos episódios
- “Na Corda Bamba”: Resumo dos próximos episódios
- Audiências: ‘Leipzig – Benfica’ chega aos 2,5 milhões na TVI

Below the list is a section titled “Perguntar, não ofender!” with a video thumbnail and the text: “Destes, qual o melhor programa das tardes?”

Fonte: ZappingTV. (2019, janeiro 2). Audiências: TVI lidera há 14 anos consecutivos. Acesso em janeiro de 2019. Disponível em: < <http://www.zapping-tv.com/audiencias-tvi-lidera-ha-14-anos-consecutivos/> >.

“O Jornal das 8 driblou, nesta sexta-feira, a SIC e alcançou a liderança em média das audiências na sua faixa de emissão. O principal informativo da TVI foi, de resto, o único programa líder em toda a grelha *quatro*. O resultado foi de 8.3/21.4% (806.700 espectadores em média).”



The screenshot shows the ZappingTV website interface. At the top, there is a navigation menu with categories: NOTÍCIAS, AUDIÊNCIAS, NOVELAS, SÉRIES, ESTRELAS DA TV, VÍDEOS, RUBRICAS, and FÓRUM. A cookie consent banner is visible below the menu. The main content area features a large headline: “Jornal das 8” dribla SIC e alcança liderança das audiências. Below the headline, it states: “Escrito por Pedro Pinto | Data: Junho 08, 2019 | em: Audiências, Destaques, Notícias, TVI | 0 Comentários”. The article text begins with: “O ‘Jornal das 8’ driblou, nesta sexta-feira, a SIC e alcançou a liderança em média das audiências na sua faixa de emissão. O principal informativo da TVI foi, de resto, o único programa líder em toda a grelha da *quatro*. O resultado foi de 8.3/21.4% (806.700 espectadores em média).” A sidebar on the right titled “Últimas” lists several news items, including “Cristina Ferreira regressa aos picos próximos dos 40% de share” and “Sporting na SIC dá pico de 17.5 pontos de rating”.

Fonte: ZappingTV. (2019, janeiro 2). Jornal das 8 dribla SIC e alcança liderança das audiências. Disponível em: <<http://www.zapping-tv.com/jornal-das-8-dribla-sic-e-alcanca-lideranca-das-audiencias/>>.